



Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

**PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**

**PLANEAMENTO URBANO PARA A
INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES**

**EMÍLIA MARIA MALCATA REBELO
LUÍS TIAGO PAIVA**

RELATÓRIO FINAL

Relatório de Execução Material

REFERÊNCIA DO PROJECTO Nº _IME/AUR/49901/2003

INTRODUÇÃO

Os principais objectivos deste projecto consistiram em:

- Caracterizar a situação actual dos imigrantes e das minorias étnicas na Área Metropolitana do Porto, no que se refere às suas características profissionais e de emprego, características habitacionais, e localização espacial da residência e do trabalho, considerando cada um dos grupos populacionais de estrangeiros mais representativos na Área Metropolitana do Porto, e por comparação com as situações equivalentes dos portugueses para o mesmo espaço territorial.
- Analisar a evolução da situação profissional, habitacional e das localizações do trabalho e da residência dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, por comparação com as situações equivalentes dos portugueses, e analisando a evolução de cada grupo populacional estrangeiro.
- Montagem de um sistema de informação de gestão urbanística com informação completa e actualizada sobre diferentes variáveis profissionais, habitacionais e referentes à localização habitacional e do emprego dos imigrantes, por país de origem e a nível de freguesia na Área Metropolitana do Porto. Sistematização da informação referente às diferentes variáveis em mapas, e desenvolvimento de um interface cartográfico para a sua representação.
- Análise da estratificação social, económica e geográfica dos imigrantes, de acordo com o país de origem.
- Desenvolvimento de um modelo classificatório explicativo das localizações dos locais de residência e de emprego dos imigrantes, de acordo com a respectiva origem.
- Desenvolvimento de "*tableaux de bord*" de variáveis habitacionais e de emprego de forma a permitir a detecção de "*gaps*" entre os vários grupos de imigrantes, e entre os vários espaços territoriais (concelhos e freguesias), para cada uma das variáveis em estudo.
- Simulação de cenários de localização residencial e/ou de emprego, através da manipulação do modelo, de forma a obter indicações orientadoras para os poderes públicos no processo de formulação de políticas urbanas concretas.

O atingimento destes objectivos consubstancia-se na sistematização de informação e sua actualização, identificação de desvios, e implementação de processos de simulação que permitem apoiar os processos de decisão política, económica e

social, sobretudo a nível do planeamento e dos poderes locais. Desenvolveu-se um conjunto de ferramentas de análise e de apoio à decisão, que podem ser permanentemente "alimentadas" com informação actualizada ou com nova informação, permitindo um acompanhamento em tempo real de uma grande quantidade de variáveis referentes aos imigrantes, sua comparação com os portugueses e entre si, bem como orientações a nível local (de freguesia) que suportem mais fundamentadamente políticas de acesso a igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

A concepção e implementação deste projecto foi efectuada com base nos seguintes passos:

1. Estabelecimento de um sistema de informação de gestão (constituído por diferentes bases de dados).
2. Definição das diversas variáveis (a nível das características e localização habitacional e das respectivas vizinhanças, e das características e localização dos postos de trabalho).
3. Visualização, recorrendo ao uso de sistemas de informação geográfica, dos valores das diversas variáveis.
4. Estudo comparado das diferentes variáveis a nível das freguesias e/ou concelhos, e a nível dos vários grupos populacionais, permitindo deste modo a identificação de discrepâncias (“*gaps*”) quer a nível populacional quer a nível regional, que chamem a atenção para a necessidade de intervenção e de tomada de iniciativas e de acções de política com vista a permitir uma igualdade de oportunidades e tratamento a todos os grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto.
5. Estabelecimento de árvores de classificação hierárquica que permitam, face ao quadro actual dos valores das variáveis reais registados, e à respectiva evolução, classificar cada novo indivíduo que venha residir na Área Metropolitana do Porto. Foram definidas árvores a nível do concelho e a nível da freguesia para a localização residencial, face às características dos novos imigrantes, e para a localização provável do respectivo posto de trabalho face àquelas características e ao local de residência.
6. Desenvolvimento dos modelos equivalentes em redes neuronais, que embora se baseiem no mesmo raciocínio e metodologia das árvores de classificação hierárquica exibem, no entanto, uma maior flexibilidade e versatilidade uma

vez que, devido ao seu sistema de aprendizagem, se adaptam bem não só à actualização da informação como também à introdução de nova informação (novas variáveis), traduzindo melhor a realidade envolvente, em constante mutação (a nível económico, social, cultural, religioso, etc.).

7. Manipulação dos pesos relativos (custos associados aos erros de classificação) nas redes neuronais, de forma a atingir determinados objectivos de localização habitacional e de empregos a nível territorial (relativamente às habitações e/ou locais de emprego presentemente reais ou previsíveis a nível municipal e de freguesia). Aplicação do modelo ao invés, permitindo o estabelecimento dos dados de “*input*” (número de pessoas e/ou respectivas características habilitacionais e/ou profissionais), que permitem atingir esses objectivos.
8. Tomada de decisões por parte dos poderes municipais e/ou locais no sentido do incentivo/atração ou desincentivo/repulsão de certos grupos populacionais e/ou indivíduos de determinadas freguesias/concelhos.
9. Conclusões , recomendações e pesquisas a desenvolver futuramente.

CAPÍTULO 1.
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. AS POLÍTICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO E O SISTEMA DE PLANEAMENTO TERRITORIAL

As bases da política de ordenamento do território e urbanismo estão estabelecidas na lei nº 48/98, de 11 de Agosto, onde se refere que “*A política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos*”. Nesse sentido, esta lei define o quadro da política de ordenamento do território e urbanismo, e dos instrumentos de gestão territorial que permitem concretizá-la, e regula as relações entre os diversos níveis da Administração Pública e destes com a população em geral, bem como com os representantes dos diversos interesses económicos e sociais.

A **missão** do ordenamento do território e urbanismo traduz-se, nomeadamente, (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Na correcção das diferenças regionais e entre os cidadãos, garantindo a igualdade entre todos no que se refere ao acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
- Na promoção da valorização do território nacional, de uma forma integrada
- No melhor aproveitamento possível dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio da envolvente, a funcionalidade dos espaços construídos, bem como a humanização das cidades.
- Na salvaguarda dos patrimónios natural e cultural.
- Na promoção do desenvolvimento das diferentes actividades económicas, sociais e culturais, e da qualidade de vida da população.
- Na modernização dos centros urbanos, assegurando um equilíbrio coerente aos sistemas em que se inserem, reabilitando-os e desenvolvendo-os de uma forma racional.

O planeamento, programação, criação, implementação e manutenção nos espaços de serviços públicos, equipamentos colectivos e espaços verdes, deverá orientar-se

no sentido de reduzir assimetrias, e satisfazer necessidades específicas das populações, garantindo acessibilidades e níveis adequados no que se refere à sua utilização.

Os **objectivos** perseguidos pelo ordenamento do território e pelo urbanismo consubstanciam-se, nomeadamente (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Na melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, respeitando os valores culturais, ambientais e paisagísticos.
- Na distribuição, de uma forma equilibrada entre toda a população, das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer.
- Na criação de oportunidades de emprego como forma de fixação das populações, nomeadamente em zonas menos desenvolvidas.
- No controle da densificação urbana, de forma a proporcionar a sua adequação a bons níveis de qualidade de vida, e ao equilíbrio da organização económica e social.
- Na rentabilização da construção e na utilização das infra-estruturas, evitando redes de extensão desnecessária e perímetros urbanos demasiadamente alargados, e promovendo o aproveitamento racional das áreas intersticiais.
- Na aplicação de uma política de habitação adequada à resolução das carências existentes.
- Na reabilitação e revitalização dos centros históricos das cidades, e do património cultural classificado.
- Na recuperação e/ou reconversão de áreas degradadas, e de áreas urbanas ilegais.

A **implementação** das políticas de ordenamento do território e urbanismo basea-se num sistema **de gestão territorial**, que se organiza, de uma forma articulada e coordenada, em três níveis:

- A nível nacional define-se o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, estabelecendo linhas de orientação para o ordenamento regional e municipal, e supervisionando a compatibilização entre os diferentes instrumentos de políticas sectoriais cujo âmbito de acção incide no mesmo território, instituindo, sempre que seja necessário, instrumentos de natureza especial.
- A nível regional, através do estabelecimento do quadro estratégico no qual se vai ordenar o espaço regional, de um modo articulado com as políticas

nacionais de desenvolvimento económico e social, definindo linhas orientadoras do ordenamento municipal.

- A nível municipal, definindo, de uma forma articulada e coerente com as directivas nacionais e regionais, as próprias opções de desenvolvimento estratégico, bem como o regime do uso do solo e a respectiva programação.

O sistema de gestão territorial assegura a **coordenação**, de forma harmoniosa, integrada e coerente, destes três níveis de planeamento e de gestão, através dos **instrumentos de gestão territorial**. Estes instrumentos são, nomeadamente, e de acordo com as funções que desempenham, os seguintes (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Instrumentos estratégicos de desenvolvimento territorial, que expressam as grandes opções em termos de organização do território, e estabelecem linhas genéricas de orientação relativamente ao seu uso, incorporando a materialização do quadro de referência no âmbito do qual são elaborados os instrumentos de planeamento do território.
- Instrumentos regulamentares de planeamento territorial, que estabelecem as formas de utilização do solo, através da definição de modelos de ocupação humana, de organização de sistemas urbanos e de redes, e respectiva evolução, e definem parâmetros de aproveitamento e uso do solo adequados.
- Instrumentos de política sectorial, através dos quais são programadas e/ou concretizadas as políticas de desenvolvimento económico e social de carácter espacial.
- Instrumentos de natureza especial, através dos quais são estabelecidos meios de intervenção do governo de forma supletiva, de modo a garantir a prossecução de objectivos de interesse nacional, com incidência espacial, ou salvaguardando os princípios fundamentais das intervenções de ordenamento do território.

Os instrumentos de desenvolvimento territorial (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto) são:

- O programa nacional da política de ordenamento do território
- Os planos regionais de ordenamento do território
- Os planos intermunicipais de ordenamento do território

O programa nacional da política de ordenamento do território traduz um modelo de organização do espaço territorial que atende ao sistema urbano, às redes, aos

equipamentos e às infra-estruturas, e às áreas agrícolas, ambientais e patrimoniais de interesse nacional.

Os planos regionais de ordenamento do território, atendendo às directrizes de âmbito nacional e considerando a evolução demográfica bem como as perspectivas de desenvolvimento económico, social e cultural, definem as orientações a nível regional do ordenamento do território, estabelecendo redes regionais de infra-estruturas e de transportes, e traçando o quadro de referência no qual vão ser elaborados os planos municipais de ordenamento do território, sendo acompanhados de esquemas representativos do modelo territorial que propõem.

Os planos intermunicipais de ordenamento do território, por seu turno, embora sejam de carácter facultativo, procuram articular e coordenar estrategicamente diferentes áreas territoriais que exibem uma estreita interdependência (é o que acontece nas áreas metropolitanas).

Os planos municipais de ordenamento do território são instrumentos de planeamento territorial, e são constituídos por (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Plano Director Municipal, que estabelece a estrutura espacial, a classificação fundiária base, e os seus parâmetros de ocupação, atendendo à implantação dos equipamentos sociais, e qualifica os solos entre urbano, urbanizável e rural, atendendo à estratégia de desenvolvimento local.
- Plano de Urbanização, que desenvolve a qualificação do espaço urbano de uma forma mais pormenorizada.
- Plano de Pormenor, que define a utilização de qualquer área delimitada do território municipal de uma forma muito detalhada.

Os instrumentos de política sectorial são constituídos pelos planos elaborados pelos diversos sectores da administração central que incidem sobre um determinado território. É o caso, por exemplo, de planos nas áreas da educação e da formação, da saúde, dos recursos energéticos e geológicos, da cultura, da habitação, do turismo, da agricultura, do comércio, da indústria, das florestas e do ambiente.

Os planos especiais de ordenamento do território são instrumentos de natureza especial.

Os instrumentos de gestão territorial estão, por sua vez, articulados entre si da seguinte forma (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Os instrumentos de planeamento territorial devem respeitar as orientações traçadas nos instrumentos de desenvolvimento territorial.

- Os instrumentos de desenvolvimento territorial e os instrumentos de política sectorial deverão articular-se, compatibilizar-se e respeitar-se reciprocamente de forma a assegurar que os planos sectoriais implementem, no seu domínio de actuação, as directivas estabelecidas no programa nacional da política de ordenamento do território; os planos regionais de ordenamento do território incorporem as regras estabelecidas no programa nacional da política de ordenamento do território e nos planos sectoriais que lhe são anteriores; e os planos sectoriais sejam elaborados de forma compatível com os planos regionais de ordenamento do território no que se refere aos aspectos com incidência espacial.
- Os planos regionais de ordenamento do território e os planos sectoriais vinculam as entidades públicas que elaboram e aprovam os planos municipais em relação aos quais têm incidência espacial, sendo necessário que a compatibilização entre eles seja assegurada.
- Os planos especiais de ordenamento do território, por seu turno, ao expressarem um compromisso recíproco de compatibilização com o programa nacional da política de ordenamento do território e os planos regionais de ordenamento do território, sobrepõem-se aos planos municipais e intermunicipais.
- Quando novos instrumentos de gestão territorial são elaborados, devem ser identificados e considerados os planos, programas e projectos que se reflectem na área territorial em questão, quer já existam quer ainda estejam em preparação, de forma a assegurar compatibilidade com eles.

1.2. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E A GESTÃO ESTRATÉGICA

A concepção do espaço territorial (nacional, regional e local) ao qual se aplicam as normas e as orientações do planeamento, está fortemente ligado ao contexto histórico e à sociedade concreta, nomeadamente no que se refere aos seus modos de produção e consumo: o espaço confunde-se com aquilo que nele se desenrola, e incorpora os anseios, valores e comportamentos daqueles que nele actuam (Cardoso, 1996). O que está na essência do conteúdo do Planeamento não são as imposições normativas, mas sim as condições concretas do espaço que se pretende

planear. A implementação de todo o tipo de decisões (globais e/ou sectoriais) implica a sua tradução no espaço, que deve, assim, exercer funções integradoras (Lopes, 1979).

O sistema de Planeamento territorial, aos níveis nacional, regional e local deve adoptar uma visão estratégica, no sentido de conceber, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar (Figueiredo, 2002) diferentes políticas de apoio ao desenvolvimento integrado e sustentável.

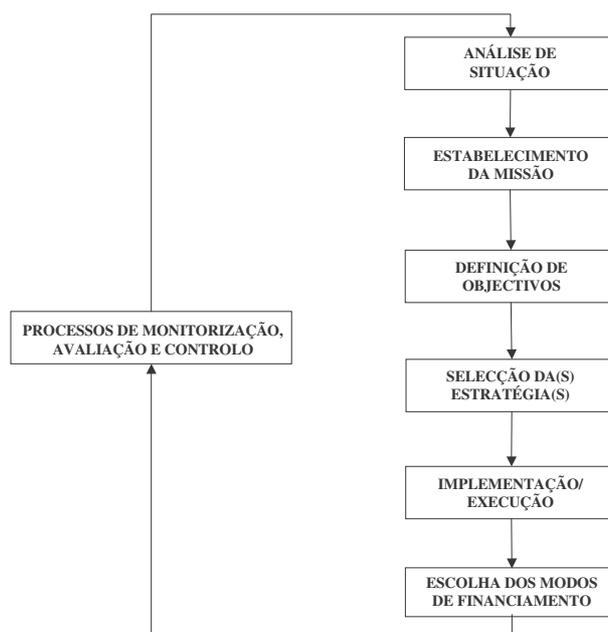


Figura 1. O processo de planeamento e gestão estratégicos

A **missão** do Planeamento consiste em assegurar o desenvolvimento sustentável dos territórios, entendendo-se por sustentabilidade a capacidade de uma determinada área ou região continuar a funcionar de modo a assegurar os níveis de qualidade de vida desejados pela comunidade, satisfazendo as necessidades sociais correntes, e sem restringir as opções disponíveis para as gerações actuais e futuras, nem causar impactos adversos dentro e/ou fora dos seus limites geográficos (Brundtland Report, 1987; First International Conference on Urban Regeneration and Sustainability Conference, 2000). Consiste, para além disso, na criação de condições de procedimento administrativo, de gestão e de relacionamento comunicacional que favoreça a concepção, construção, utilização e conservação das estruturas físicas (Lynch, 1990).

De acordo com os objectivos seleccionados como representando as metas quantificadas e calendarizadas, para cada região particular, que permitem a

satisfação da missão do planeamento, surgem um conjunto de estratégias fundamentais a adoptar. As políticas que lhes correspondem são os caminhos escolhidos pelos agentes de decisão municipais no sentido de alcançar os objectivos estabelecidos (Correia, 1993). Estas políticas, consideradas de um modo conjunto e integrado, é que enquadram a actuação coerente dos agentes de decisão.

As políticas, por seu turno, podem situar-se a um nível superior, correspondendo a normas ou indicações, ou a propostas operacionais, situação em que estão mais directamente relacionadas com as várias fases da sua implementação no curto prazo (Correia, 1993; Solesbury, 1974; Bennet e Graham, 1998). Os instrumentos de mercado, de taxação, financeiros e administrativos, directamente ligados à acção, é que corporizam o exercício concreto deste tipo de políticas.

Neste sentido, os instrumentos normativos correntes de planeamento territorial deverão articular-se com os princípios de desenvolvimento económico e social, nos quais se apoia o desenvolvimento a longo prazo. Daí a relevância da definição de enquadramentos normativos que promovam a integração dos objectivos de desenvolvimento territorial de longo prazo com o sistema de planeamento territorial (Rebelo, 2001a).

A fase seguinte no ciclo do planeamento e da gestão estratégicos consiste no estabelecimento e na avaliação dos “*gaps*” estratégicos, ou seja, na comparação dos resultados esperados se se mantiver(m) a(s) estratégia(s) corrente(s), e os resultados alternativos que se poderão obter se se implementarem alterações na estratégia actual ou se se adoptarem novas estratégias (Rue e Holland, 1989, Rebelo, 2001b).

A projecção dos níveis de performance futuros, supondo a manutenção da(s) estratégia(s) actual(ais) toma em consideração as tendências da envolvente e os recursos internos do espaço territorial. Um “*gap*” no desempenho aparece quando a performance esperada de acordo com a estratégia corrente não permite o atingimento dos objectivos estabelecidos para esse período de planeamento. Ora isto significa que os “*gaps*” estratégicos podem aparecer porque a estratégia correntemente seguida não é a que mais se apropria às mudanças da envolvente, ou porque os recursos regionais e municipais se estão a alterar de um modo muito rápido, ou ainda porque a estratégia actualmente seguida não foi implementada da forma mais apropriada.

A análise dos “*gaps*” de performance deverá, pois, ser efectuada para cada um dos objectivos e para cada ano correspondente ao período de planeamento. A redução estratégica destes “*gaps*” a nível regional pode conseguir-se a partir de uma melhor utilização dos recursos regionais e urbanos (o que permite um aumento da eficiência), ou pode ser atingida a partir de uma maior efectividade em comparação com as estratégias e políticas de outros concelhos, o que reforça as vantagens competitivas do concelho em estudo (Rebelo, 2001b).

Em termos concretos, o processo de planeamento estratégico adoptado na elaboração de planos (Lobo et al., 1990), é constituído pelas seguintes fases:

- Identificação de situações conflituosas, que é necessário resolver e evitar, sendo estas questões agrupadas por áreas e hierarquizadas em função da sua especificidade ou generalidade, bem como pela sua importância crítica (técnica e política), não só atendendo às condicionantes de planeamento e gestão, como ainda avaliando efeitos sinérgicos aos quais possam estar associadas, integrando-as em análises sistémicas.
- Formulação dos objectivos que se pretendem alcançar – estes deverão ser hierarquizados de acordo com a sua generalidade ou especificidade, de acordo com as respectivas áreas de decisão, e estabelecidos os níveis de prioridade local e regional pelos políticos e/ou técnicos. É a partir dos objectivos políticos de carácter geral que se estabelecem os objectivos operacionais.
- Definição de diferentes alternativas (políticas, medidas, decisões, acções e instrumentos que as suportam, sua formulação e avaliação, e processos de tomada de decisões), e selecção da melhor ou melhores de entre elas. A avaliação assenta na comparação de cenários previsíveis destacando o cenário tendencial (que constitui a situação de referência, e que corresponde a uma atitude passiva e de não intervenção), o cenário implícito (que é o resultado da execução de planos e projectos sem questionar a sua validade), cenários contrastados (isto é, cenários que são não tendenciais, desenvolvidos nas suas linhas gerais, implicando a identificação de sinergias e/ou incompatibilidades entre os objectivos que lhes estão subjacentes), elaboração para cada cenário de uma ou múltiplas estratégias (envolvendo a formulação de políticas, medidas e acções que as detalhem, avaliação de sinergias, e compatibilidades entre medidas e acções num âmbito técnico e

político), e avaliação do alcance esperado dos objectivos sectoriais e globais de cada estratégia relativamente ao cenário perseguido (a avaliação das alternativas é feita em termos de custo-benefício, a partir da comparação do cenário tendencial com cada um dos cenários contrastados).

- Mobilização de meios e programação do seu uso, nomeadamente através da identificação dos agentes a envolver, da delimitação dos âmbitos de actuação das suas iniciativas, e respectiva compatibilização.
- Auscultação, participação, negociação e monitoriação.

As metodologias de planeamento mais recentes (Lobo et. al, 1990) abordam os problemas de forma sistémica, no âmbito das suas relações inter-sectoriais. São as seguintes as três etapas seguidas: formulação de objectivos e identificação dos caminhos que permitem alcançá-los, avaliação de alternativas e identificação do caminho a seguir e dos meios a mobilizar, divulgação das soluções e das regras, negociação com os agentes não públicos no que se refere à sua participação nos processos de decisão. Desta formas, assumem particular relevância os seguintes aspectos (Lobo et. al, 1990):

- Organização da informação (recolha, tratamento, actualização, estruturação, bem como identificação dos indicadores que são necessários aos processos de monitorização e gestão, respectiva flexibilização e rápida e fácil disponibilização aos seus possíveis utilizadores.
- Processos de permanente avaliação e selecção – favorecendo em termos operacionais a resposta a todas as questões mais importantes, reduzindo a margem de incerteza e risco, e evitando compromissos rígidos antes do momento adequado para tal.
- Monitorização, que consiste na avaliação do processo de planeamento de um modo crítico, identificando o nível de atingimento dos objectivos estabelecidos previamente, e implementando as estratégias seleccionadas, salvaguardando a existência de informação para decisões diferidas.
- Implementação de decisões de carácter colegial, permitindo incorporar nos planos uma pluralidade de interesses, e contribuições nas formas de implementação, sem atrasos nos processos de tomada de decisões. Garantia da coordenação, de forma a assegurar coerência e articulação nas medidas e acções tomadas pelos diferentes sectores e níveis hierárquicos, assegurando a eficácia do processo de planeamento.

- Comunicação e divulgação das análises, das propostas e das opções à população em geral, por forma a mantê-la esclarecida, empenhada e participativa na tomada de decisões, bem como na implementação do plano.

No sentido do apoio a estas metodologias, a aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica ao planeamento e à gestão territoriais permitem apoiar a definição, a implementação, bem como o acompanhamento e o controle dos seguintes tipos de actividades (Alves, 2002):

- Elaboração de Planos de ordenamento do território e de uso do solo.
- Estudo de características localizadas espacialmente, a nível da população, dos usos do solo, da localização das actividades económicas e dos recursos.
- Avaliação de Planos, respectivo acompanhamento e monitorização.
- Modelação de fenómenos que ocorrem espacialmente e com elevado significado e incidência espacial.
- Simulação de políticas de intervenção alternativas nos âmbitos do ordenamento, do planeamento e da gestão

1.3. POLÍTICAS URBANAS

De acordo com a publicação “A política de ordenamento do território – novos desafios para um melhor desenvolvimento” (MPAT, 1991), os principais objectivos das políticas urbanas são, entre outros:

- Modernização do sistema urbano, baseada no desenvolvimento do espaço nacional de uma forma ordenada, através da estruturação e/ou contenção do crescimento/decrescimento das áreas metropolitanas, reforço dos centros urbanos de dimensão média, e melhoria articulada das comunicações no sistema urbano.
- Melhoria da eficiência e da qualidade urbana, através da garantia dos níveis adequados de infraestruturas básicas, reequipamento urbano (sobretudo nos domínios da saúde, educação, desporto e cultura), reordenamento das áreas degradadas em coordenação com as formas e os “*timings*” associados à expansão/consolidação urbana, melhoria da acessibilidade comunicação e circulação, valorização do espaço urbano, e garantia de elevados níveis de eficiência e de eficácia nos processos de planeamento e gestão territoriais.
- Integração e compatibilização do sistema urbano na envolvente europeia, evitando as características nacionais periféricas, através do desenvolvimento

de algumas cidades, de forma a desenvolverem um “perfil” europeu, tirando partido da localização estratégica intercontinental do país, promovendo a implementação de equipamentos públicos de carácter internacional em alguns centros urbanos, e através da redução das assimetrias com o país vizinho.

Em termos estratégicos (MPAT, 1991), o atingimento destes objectivos de política urbana passa pelo empenhamento dos parceiros económicos e sociais, da administração local e da população, passando pela análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de cada centro urbano.

As áreas metropolitanas (MPAT, 1991), atendendo ao elevado número e complexidade de inter-relações existentes requerem a definição de estratégias integradas e equilibradas baseadas na concertação e coerência a nível territorial, sectorial e institucional. Assim, conjuntamente com o reforço dos núcleos, é necessário uma identificação clara da quantidade e da qualidade das funções a descentralizar e a diversificar, a concentrar e a desconcentrar. Desta forma a principal aposta consiste em reforçar os centros de decisão, as redes de serviços e de equipamentos, reforçando as funções urbanas, económicas, políticas e culturais. Em termos dos instrumentos de política (MPAT, 1991), este estudo propõe a distinção entre instrumentos directos e indirectos. Os instrumentos directos são específicos das políticas urbanas, controlados ou com possibilidade de serem controlados pela Administração, responsável pela sua concretização na prática. Estes instrumentos implicam uma parceria entre os níveis da administração central e local, e a existência de planos municipais de ordenamento do território através dos quais se possam exprimir as medidas de política urbana nacional, nomeadamente no que se refere à definição de perímetros urbanos. Isto é, deverá ser ao nível municipal, que se devem articular as estratégias nacionais de políticas urbanas com as estratégias mais específicas a nível municipal.

Os instrumentos ligados às políticas de solos e à habitação assumem uma importância fundamental no prosseguimento das políticas urbanas. Não só será necessário garantir a disponibilização dos níveis adequados de solo e de habitação, como ainda assegurá-los nas áreas para as quais se pretende orientar o crescimento, expansão e/ou reabilitação urbana.

Os instrumentos indirectos são constituídos por todos os instrumentos que, embora tenham sido criados com objectivos diferentes, se vão reflectir sobre as políticas urbanas. Estes instrumentos são especialmente importantes no contexto destas

políticas, uma vez que elas assumem características claramente integradas e multissetoriais, o que implica a institucionalização de mecanismos eficazes de coordenação. A sua aplicabilidade e o seu sucesso residem na coordenação intersectorial e espacial dos investimentos públicos (por exemplo através do estabelecimento de contratos-programa pluri-sectoriais de desenvolvimento urbano resultantes da cooperação entre a administração central e local), bem como na disponibilização e actualização das redes de infraestruturas e dos equipamentos de longo prazo (sobretudo infraestruturas de comunicação, que desempenham um papel fundamental na estruturação do espaço), e no investimento em equipamentos de hierarquia superior (nomeadamente nas áreas da educação, saúde, justiça, ciência e tecnologia, etc.).

Para implementar as estratégias, é também importante motivar e mobilizar a participação da iniciativa privada nas diferentes actividades, serviços, infraestruturas e equipamentos urbanos. Estes incentivos devem articular-se com as estratégias urbanas definidas a nível nacional (MPAT, 1991). A importância económica dos investimentos deve reforçar a sua representatividade espacial, canalizando-os para as melhores localizações.

Não podem, ainda, esquecer-se os instrumentos de fiscalidade nacional e municipal, em articulação com as políticas urbanas.

No que se refere às políticas de qualificação do espaço urbano (MPAT, 1991), os instrumentos centram-se, essencialmente, ao nível das áreas urbanas degradadas, e consistem na revitalização de núcleos históricos, no desenho de espaços verdes e de lazer, e na provisão dos meios de transporte e de circulação das áreas urbanas. *“A institucionalização de um modelo administrativo para as áreas metropolitanas é a condição de base que torna exequível a implementação, naquelas áreas, de uma política urbana coerente. Com efeito, só a criação de um nível decisório horizontal, sede de múltiplas coordenações, irá possibilitar a imprescindível articulação das várias políticas, a convergência de estratégias e o prevalecimento de opções supramunicipais em detrimento de visões mais individualistas e menos eficazes”* (MPAT, 1991, p. 47).

1.4. AS FORMAS DE EXERCÍCIO DO PODER

Os processos de globalização têm levado as empresas a concentrarem-se nos maiores centros urbanos de cada região, o que realça a importância das economias

externas – medidas como economias de urbanização e de localização – na determinação da respectiva localização (Hodgkinson et al., 2001). Esta tendência de concentração das empresas também se tem manifestado a nível industrial (Coughin e Segev, 2002; Feser e Bergman, 2000; Maurer e Walz, 2000; Westhead e Wright, 1999). A própria organização das áreas metropolitanas corresponde a um modelo urbano hierárquico (Bennet e Graham, 1998; Fingleton, 2000; Henneberry, 1999; Jones, 1995; Plummer e Taylor, 2001a, 2001b; Sunley, 1999). De facto, a importância da hierarquia urbana é realçada nas escolhas de localização territorial das actividades económicas (Bennet e Graham, 1998).

As redes de informação, bem como as teorias de localização das empresas com actividades inovadoras, desempenham um papel importante na sua capacidade de inovação e, embora em menor grau, no sucesso dessa inovação, o que é reforçado pelas estratégias recentes de desenvolvimento regional baseado em redes (Roper, 2001): as áreas urbanas mais ricas em recursos são as mais propícias à inovação de produtos e serviços, enquanto que as áreas rurais são mais susceptíveis de nelas se processarem as adaptações aos processos de mudança.

As escolhas de localização das empresas dependem, por sua vez, de uma multiplicidade de factores, tais como:

- A produtividade espacial, que depende do modo como a densidade de capital (relação capital/solo) e de trabalho (relação trabalho/solo) se distribuem no espaço (Fogarty e Garofalo, 1988; Thrall, 1991).
- As variações na procura decorrentes de condições de incerteza dos preços dos “*inputs*” e de incerteza tecnológica (Tan e Hsu, 2001; Tellier e Pinsonnault, 1998).
- A influência exercida pelo volume de negócios, a acessibilidade e os comportamentos de localização das outras empresas, de acordo com as respectivas áreas de actividade (Hall, 2000).
- A especialização, a liderança tecnológica, os recursos humanos, e a integração local das empresas (Plummer e Taylor, 2001b).
- O acesso à informação, apoio institucional, e negócio inter-regional (Plummer e Taylor, 2001b).
- O progresso técnico, associado ao crescimento endógeno (Fingleton, 2001).
- As restrições regulamentares referentes à envolvente na formação do capital das empresas (Garofalo e Malhotra, 1995).
- A diversificação dos investimentos internacionais (Adair et al., 1997).

– As ligações entre os rendimentos produtivos e/ou imobiliários, o Produto Interno Bruto, e as características do emprego (Adair et al., 1997).

As consequências territoriais das políticas que têm correntemente vindo a ser adoptadas nas áreas urbanas e metropolitanas revelam, frequentemente, algumas fraquezas, que são evidentes nas tendências de localização de empresas cada vez mais descentralizadas e especializadas – frequentemente dificilmente compatíveis com as restrições administrativas e os seus correspondentes atributos de planeamento e gestão –, e na proliferação de associações representativas da sociedade civil com características competitivas e diferentes incompatibilidades. Frequentemente assiste-se à inexistência de um plano estratégico geral, coerente e que integre todos os diferentes interesses envolvidos.

Por essa razão é tão importante reflectir sobre as formas de exercício do poder e de participação pública na gestão e orientação dos processos urbanos, como meio de assegurar que as tendências de globalização não se vão sobrepôr irremediavelmente às realidades e necessidades locais.

Nas modernas sociedades, a par da globalização, tem-se vindo a assistir a uma diversificação e individualização crescente, o que é exemplarmente realçado por Oliveira (2001):

“Há muitos aspectos das sociedades do nosso tempo que tendem para a uniformização. [...]. A verdade, porém, é que no interior de cada sociedade há muito mais diversidade do que já houve. O direito à diferença conquistou foros de cidade. Os diferentes grupos que compõem uma sociedade adquiriram voz, independentemente do seu poder económico, da sua etnia, da sua religião, das suas opções políticas... Assistimos a uma diferenciação, especialização e individualização crescentes. Esta diversidade acaba por se transformar em maior complexidade. Convém não esquecer que a diversidade respeita não somente aos elementos do sistema, como também aos tipos de inter-relacionamento entre eles. O efeito conjunto de maior complexidade, dinâmica e diversidade tem repercussões óbvias sobre a governabilidade dos sistemas e, naturalmente, a sua governância.”

A governância consiste na forma de organização das actividades de governo dos agentes políticos, administrativos e sociais (Oliveira, 2001), e a governabilidade na capacidade de geração de estratégias capazes de aproveitar as oportunidades e dar resposta aos problemas concretos (Kooiman, 1993).

Tem-se assistido à sucessiva passagem de estruturas de governação muito hierarquizadas para formas de exercício da autoridade e desempenho de funções colectivas baseadas em redes variadas e multifacetadas de organizações representativas da sociedade civil. São redes de trabalho muitas vezes informais, através das quais estes diferentes grupos interagem entre si e com a administração pública com vista à gestão colaborativa das diferentes facetas de interesses colectivos (Healey, 1997). Estas redes de interacção são frequentemente designadas na literatura por capital social, dotação institucional ou capital institucional. O conceito de capital social que tem vindo a ser sucessivamente incorporado na teoria e na prática do desenvolvimento comunitário é o conceito de Putman (1993a, 1993b, 1995, 1996, 1998, 2000), em que o termo se combina com noções referentes à sociedade civil, e se assume como sendo o principal motor do crescimento económico e da governação democrática (DeFilippis, 2001). Para Bourdieu (1985), o capital social, ao ser constituído por redes de relações sociais, não se isola da noção geral de capital, que comporta, simultaneamente, relações económicas e de poder, e que constitui uma verdade nos domínios de interacção social normalmente não entendidos especificamente em termos económicos (DeFilippis, 2001). O capital social é, pois, um conjunto de entidades com duas características comuns: todas elas assentam em algum aspecto das estruturas sociais, por um lado, e facilitam determinadas acções dos agentes dentro das estruturas, por outro (Coleman, 1988). Tal como outras formas de capital, o capital social é produtivo, e torna possível o atingimento de determinados objectivos, o que seria impossível na sua ausência.

Os processos de internacionalização e de globalização reforçam a componente social da governância e da governabilidade (Oliveira, 2001), bem como, conseqüentemente, as preocupações pelos aspectos de pendor eminentemente social. Quanto maior for o número de instituições em que assenta o poder de uma sociedade em todos os domínios, acrescidas serão as suas possibilidades de governação e de desenvolvimento económico com vista à sua integração sustentada numa “sociedade global”.

Embora a globalização e a internacionalização gerem uma plataforma comum de raciocínio (uma base de referência e uma “linguagem” comum), o papel a desempenhar pelos agentes de decisão política e económica é cada vez mais importante, no sentido de identificar e dar resposta adequada às necessidades específicas associadas às pessoas e aos locais.

O planeamento municipal deve augurar-se como garante dos princípios fundamentais do Direito, designadamente o princípio da justiça (que pode, por sua vez, decompôr-se nos princípios da igualdade e da equidade (Amaral, 1993; Correia, 1993). Há que apostar na criação de condições que potenciem um papel mais actuante, efectivo e eficaz da Administração Pública no planeamento, uso e transformação do território, garantindo maior justiça, essegurando uma mais forte sustentabilidade regional e urbana, e garantindo melhores condições de vida.

Numa economia de mercado, as decisões de planeamento exercem um impacto crescente na definição, orientação e controle da evolução da envolvente construída, e das condições de vida quotidiana, do trabalho, educação e divertimento que envolvem (Adams, 1994). Para gerir a complexidade económica e social crescente é fundamental a adopção de estratégias concretas de promoção do desenvolvimento social e económico local de forma sustentada e em direcção ao desenvolvimento global, e de promoção da melhoria da qualidade de vida da população, incentivando a sua participação na definição e implementação de políticas.

1.5.OS IMIGRANTES E AS MINORIAS ÉTNICAS

Este projecto de investigação insere-se nas recentes pesquisas sobre sustentabilidade urbana de imigrantes e minorias étnicas no que se refere à sua importância para os sistemas políticos e de planeamento (Garbaye, 2002; Myers, 1999; Larner, 1998; Ellis, 2001), as relações entre os imigrantes e as minorias étnicas e as condições de emprego (Pecoud, 2002; Stoll et al., 2002; Fieldhouse, 1999), e as formas de posse, e características habitacionais e das vizinhanças dos alojamentos dos imigrantes e das minorias étnicas (Wyly et al., 2001; Rosebaum et al., 1999; Peach, 1998; Li, 1998; Cameron, 2000).

A integração sociológica e a participação das minorias baseia-se num conjunto complexo de inter-relações entre os poderes central e local de cada país, os partidos políticos locais, bem como os estilos de governação específicos de cada cidade (Garbaye, 2002). Estes três elementos combinam-se de diversas formas em diferentes países, o que conduz a envolventes políticas específicas nas quais a definição e a implementação de políticas referentes aos imigrantes e às minorias étnicas devem ser aplicadas.

A integração social e económica dos imigrantes e das minorias étnicas é actualmente encarada como um valor orientador do planeamento regional e urbano. As necessidades destes grupos populacionais têm sido harmonizadas de diferentes formas pelos sistemas de planeamento, dentro de enquadramentos políticos e institucionais distintos (Myers, 1999), e de acordo com as condições contingenciais a cada cidade. A diversidade racial dos cidadãos é incorporada pelos diferentes níveis de planeamento através da definição de metodologias que consideram as diferenças na raça, na etnia e na língua, do estabelecimento da forma como os poderes políticos e os seus órgãos executores lidam com os imigrantes, e da implementação de procedimentos referentes à promoção do envolvimento destes na implementação de políticas (Qadeer, 1997). As cidades são, de facto e cada vez mais, centros multiculturais em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e exprimem os seus traços culturais específicos. O multiculturalismo deve, pois, alargar a esfera de acção do pluralismo no âmbito do planeamento.

Os imigrantes e as minorias étnicas requerem frequentemente um conjunto específico de serviços comunitários, facilidades de alojamento, e determinadas características de vizinhanças (Myers, 1999). Neste sentido, as políticas e as intervenções de planeamento regional e urbano podem ser analisadas no que se refere à sua contribuição para a integração económica, social, cultural e religiosa dos imigrantes e das minorias étnicas, favorecendo o desenvolvimento de comunidades multiraciais (Qadeer, M, 1997; Gans, 1961).

Há duas formas distintas de articular comunidades com culturas diversificadas num dado espaço urbano (Pinto, 2004):

- O modelo da segregação, cujo limite de “*performance*” foi atingido no modelo do “*apartheid*”, na África do Sul, mas que actualmente não é praticado institucionalmente em nenhum país, e não tem defensores oficiais.
- O modelo da assimilação de imigrantes, que foi adoptado pelas comunidades em que a sociabilidade com outros povos sempre foi uma tarefa difícil. De acordo com esta perspectiva, os imigrantes deverão adoptar todas as características culturais específicas do país/região para onde vão residir.
- O modelo do multiculturalismo (Ellis, 2001), tradicionalmente adoptado nos Estados Unidos da América, no Brasil e em Portugal, baseado numa forte herança histórica de convivência com povos diversos, com diferentes ambientes e contextos culturais. Este modelo foi estabelecido com base na

convicção de que os direitos fundamentais são os mesmos para toda a gente, acredita na legitimidade e nos resultados positivos decorrentes da sociabilidade entre diferentes povos, e aposta na diversidade – que é entendida não como uma ameaça, mas sim como uma complementaridade positiva. O princípio da igualdade está, conseqüentemente, estabelecido na lei: todas as pessoas nestes países têm os mesmos direitos, sejam nativas ou imigrantes.

O conceito de imigração tem, de facto, implícito o entendimento de que existem direitos e obrigações, quer do Estado quer dos imigrantes (estrangeiros, como são actualmente designados), que não só implicam um respeito mútuo como ainda a aceitação dos seguintes princípios básicos:

- Os imigrantes devem respeitar as pessoas, os símbolos e as instituições dos países onde residem, os princípios de igualdade entre homens e mulheres, bem como os direitos humanos. Estes são os aspectos básicos que devem ser aceites por quem quer que queira viver fora do seu país de origem.
- Por outro lado, o Estado (entendido no seu sentido lato), deve respeitar as diferenças entre os povos, e aceitar activamente quer a língua quer todas as manifestações culturais, bem como os direitos humanos dos imigrantes, incluindo o direito de livre expressão e o direito de associação.

O ambiente em que as pessoas vivem é essencial para o seu desempenho pessoal e profissional. As redes de comunicação fundadas nos espaços de residência e de vivência potenciam uma progressiva integração de diferentes comunidades étnicas (Kleit, 2001; Goering et al., 1995; Wellman, 1988; Gould e Turner, 1997), e a inserção dos indivíduos num todo urbano mais vasto (Wellman, 1988), sendo, em parte, responsáveis pelas oportunidades económicas e sociais com que estes se deparam (Kleit, 2001; Goering et al., 1995).

A geografia de oportunidades varia espacialmente, e de acordo com os diferentes conceitos espaciais (Galster e Killen, 1995), e o estatuto social e profissional (Alba e Logan, 1992) (“*social attainment*” e “*professional attainment*”) está fortemente inter-relacionado com a localização habitacional, e com as características das vizinhanças (Ellen e Turner, 1997; Rosebaum, 1991), exprimindo-se como consequência da rede de relações sociais nelas estabelecidas, e reorientando essas relações e respectivas características. São estes laços sociais, económicos, culturais e religiosos que criam oportunidades para os diferentes

indivíduos e grupos (Galster e Killen, 1995; Kleit, 2001; Goering et al, 1995; Briggs, 1998, Wellman, 1988).

Apesar das acções e das iniciativas dos poderes locais serem importantes no sentido do reforço dos processos de identificação e de conciliação entre as culturas nativas e as regras políticas, procedimentos e valores dos locais onde os imigrantes vivem (Allardt, 1981), existem algumas dimensões que não têm merecido a atenção suficiente por parte da teoria e das políticas urbanas, tais como sejam as características demográficas, a progressão na carreira e o desenvolvimento ao longo do tempo de sistemas de bem-estar social, os fluxos geográficos, e a variação dos tempos de permanência nos alojamento (Myers, 1999). Uma das possíveis explicações assenta nas preocupações políticas tradicionalmente focalizadas quer nas cidades (condições de habitação, locais de trabalho, etc.) ou nas pessoas, tornando-se necessária uma abordagem integrada que relacione as características específicas de cada segmento populacional com as condições de vida gerais na cidade, de forma a fomentar não só o reconhecimento da igualdade política como ainda promover a integração social, económica, cultural e religiosa dos imigrantes e das minorias étnicas. Por esta razão assume tão grande importância a análise do dinamismo demográfico (Myers, 1999). Esta análise pode centrar-se no estatuto, idade, progressão na carreira profissional ao longo do tempo, mobilidade geográfica, etc., atendendo à composição geral da população, constituída por diversos grupos raciais.

A questão económica assume, neste contexto, particular relevância, porque as tendências de globalização orientam não só uma mudança nos sistemas e nos objectivos dos sistemas económicos de produção (dirigindo o investimento estrangeiro), mas também potenciam o reforço da sociabilidade inter-comunitária, através da introdução de mudanças fundamentais no imaginário espacial (Gans, 1961).

O multinacionalismo económico global está a diversificar cada vez mais as formas construtivas, e as funções urbanas das cidades contemporâneas (Qadeer, 1997).

Mesmo ao nível económico local, a integração económica dos imigrantes não pode ser encarada em si mesma como sendo negativa (Pecoud, 2002). De facto, ela depende dos empregos que os imigrantes têm ou que estão à procura, bem como das elasticidades e dos comportamentos de oferta e de procura de trabalho (Borjas, 1994) dos nativos e dos diferentes grupos étnicos: os imigrantes podem ser

particularmente aptos para o desempenho de certo tipo de tarefas, o que pode reforçar o equilíbrio económico geral de uma dada economia.

Recentemente, têm sido desenvolvidos muitos estudos teóricos e empíricos referentes aos impactos exercidos pelos imigrantes sobre as características e o funcionamento dos mercados de trabalho locais (Stoll et al., 2002; Bean e Lowell, 1988; Card, 1990; Altonji e Card, 1991; LaLonde e Topel, 1991; Borjas e Freeman, 1996; Reimers, 1998), nomeadamente estudos de regressão, que permitem testar o impacto do papel activo desempenhado pelos imigrantes na procura de trabalho, sobre os salários e as condições de emprego da população nativa (Stoll et al., 2002), e a explicação dos diferenciais de desemprego entre os nativos e os imigrantes (Fieldhouse, 1999).

1.6. A HABITAÇÃO E AS VIZINHANÇAS

Conforme foi referido, segundo as pesquisas na área da consecução profissional, a “geografia de oportunidades” (que se traduz no estatuto social, no sucesso profissional e na escala atingida no mercado de trabalho) é fortemente determinado pela localização e pelas características habitacionais (Alba e Logan, 1992; Galster e Killen, 1995; Ellen e Turner, 1997; Rosebaum, 1991). As ligações sociais, que se traduzem no estabelecimento de redes a nível da localização dos alojamentos, bem como das características da envolvente residencial permitem aos indivíduos a sua inserção num todo urbano mais vasto (Wellman, 1988), e influenciam os seus valores e preferências (Galster e Killen, 1995), ajudando a traduzir as percepções que conduzem ao aproveitamento das oportunidades sociais e económicas emergentes (Kleit, 2001; Goering et al., 1995; Briggs, 1998). São as ligações sociais que influenciam as escolhas, as atitudes, os comportamentos e as realizações dos indivíduos (Briggs, 1998), e é ao nível das economias urbanas locais que se constituem as oportunidades para os imigrantes e para as minorias étnicas.

Kleit (2001) apresenta um modelo heurístico bastante interessante das relações entre as características das vizinhanças e os atributos individuais na formação das redes sociais, e o impacto inter-relacionado que esses factores exercem conjuntamente sobre as oportunidades económicas (Granovetter, 1973; Burt, 1983; Campbel et al., 1986; Marsden, 1987; Wellman e Potter, 1999), bem como

dos efeitos que estas oportunidades exercem reciprocamente sobre as redes sociais.

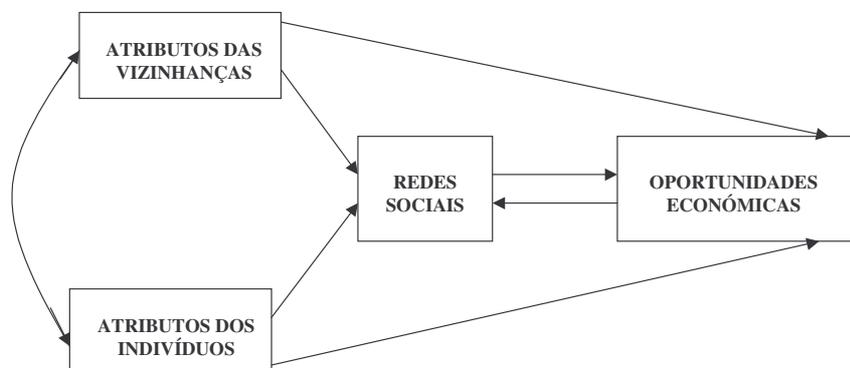


Figura 2. Modelo heurístico das relações entre as redes sociais e as oportunidades económicas (Fonte: Kleit, 2001)

Segundo Kleit (2001), o estatuto de trabalho e o local onde este se desenvolve influenciam a diversidade e a fragilidade das ligações estabelecidas na rede de relações sociais de determinado indivíduo. Do mesmo modo, quanto maior fôr a diversidade e menor a proximidade na sua rede de relações sociais, maior é o seu acesso às oportunidades (Kleit, 2001).

No que se refere à escolha da localização habitacional das famílias, Johnson (2001) aponta um conjunto de indicadores objectivos:

- Disponibilidade de fácil acesso a empregos de elevada qualidade.
- Disponibilidade de habitação para aquisição ou arrendamento a preços acessíveis.
- Fácil acessibilidade a empregos públicos e privados.
- Apoio de equipamentos e serviços.
- Qualidade da educação.
- Segurança pública.
- Amenidades locais e características demográficas
- Qualidade de vida

Telles (2001, pág. 90) aponta sete princípios urbanos elementares que deverão ser considerados no planeamento e implementação urbana (em termos gerais), e dos alojamentos (em termos particulares):

- O indivíduo, como núcleo central de preocupações.

- O “*continuum naturale*”, que consiste no sistema contínuo que permite e suporta o funcionamento e o desenvolvimento equilibrado dos ecossistemas naturais.
- O “*continuum aedificandi*”, que é constituído pelo sistema contínuo de espaços construídos e de espaços não construídos e de equipamentos, que conjuntamente definem a vizinhança (“*habitat*”) dos alojamentos familiares.
- O “*genius loci*” – que incorpora não apenas as características físicas do espaço como ainda incorpora aspectos simbólicos, históricos e telúricos referentes à envolvente, assumindo um valor humano intrínseco, e que é tradicionalmente mantido ao longo das gerações.
- A liberdade de troca (embora dentro de certos limites), e a diversidade expressa através da polivalência do espaço, que não só suporta a envolvente, como ainda promove diferentes actividades de produção e de entretenimento.
- A promoção biológica, que consiste no conjunto de mudanças naturais e culturais, e na sua capacidade de auto-regulação e regeneração.
- A “*homeostasis*”, que significa a estabilidade, expressa através dos equilíbrios dinâmicos estabelecidos durante os processos biológicos.

Ao nível sociológico, as características das vizinhanças e as suas transformações (Galster, 1987), podem influenciar as expectativas relativas ao futuro da comunidade, bem como à mobilidade individual e familiar (Ellen et. al., 2001). Podem, inclusivamente, exercer efeitos de discriminação entre diferentes grupos de indivíduos ou famílias (Ondrich et al., 2001; Galster, 1990; Ondrich et al., 1998, 1999; Page, 1995; Roychoudhury e Goodman, 1996; Yinger, 1986, 1991, 1995).

De facto, o espaço urbano proporciona e deve ser entendido como compreendendo uma rede complexa de inter-relações e vivências (Rebelo, 2003): cada espaço, para além da sua localização geográfica específica – espaço absoluto (que se refere a determinada parcela de terreno e às estruturas nele existentes) - exhibe características de espaço relativo (associado aos movimentos espaço-temporais e às características dos movimentos das pessoas, serviços e bens), e de espaço relacional (que envolve toda a rede de relações estabelecidas dia-a-dia pelos indivíduos no seu relacionamento com o ambiente que os rodeia, no contexto temporal passado, presente e através das expectativas que se delineiam em relação ao futuro, e que se traduz numa enorme complexidade de relações entre as

peças, os bairros, os locais de residência, trabalho, distração e passeio) (Harvey, 1992).

Por outro lado, os espaços de produção, reprodução e circulação assumem elevada importância na estruturação, funcionamento e qualidade do ambiente urbano (Scott, 1980). Assim, enquanto que o espaço de produção se traduz na utilização do solo pelos diferentes tipos de actividades, existe uma relação directa muito forte entre as qualidades físicas da envolvente urbana e a eficácia funcional da força de trabalho, que reflecte a importância do espaço de reprodução. Os atributos físicos da envolvente urbana são apreendidos e apropriados pelos indivíduos, num contexto de vizinhança residencial específica e socialmente uniforme, influenciando fortemente a formação da força de trabalho. As vizinhanças urbanas funcionam, pois, como um núcleo de socialização e reprodução, em três sentidos: em primeiro lugar contribuem para o processo de socialização e de integração funcional das crianças; em segundo lugar facilitam o desenvolvimento de redes activas de relações sociais e ideológicas entre grupos de indivíduos com experiências de vida e expectativas semelhantes; e, por último, assinalam e, parcialmente, determinam, um certo “*status*” social. A cidade moderna caracteriza-se por estes dois tipos de espaços distintos mas complementares (espaço de produção e espaço de reprodução) exibindo as suas próprias características e relações funcionais, consolidados como um todo geográfico coerente através do espaço de circulação, que é controlado pelas autoridades, (através dos processos de planeamento), sendo a maioria dos transportes e equipamentos urbanos financiados por fundos públicos. A principal função do sistema de transportes urbanos consiste em ligar os espaços de produção e de reprodução, exercendo poderosos impactos diferenciais sobre os vários interesses sociais na cidade.

O debate sobre habitação envolve uma rede inter-relacionada, inter-disciplinar e multidimensional de questões (Ascher, 1995). Existem, assim, diferentes perspectivas na análise habitacional: social, urbana, económica, ideológica, sociológica, e cultural. Estas facetas teóricas estão relacionadas com o modo como a habitação pode ser gerida: como um produto, uma necessidade básica, um local de consumo, um local em que ocorre a estruturação de um conjunto de relações sociais, um activo de investimento e patrimonial, e por vezes um local de trabalho (Cardoso, 1983). A perspectiva urbana integra todas estas facetas, assegurando-lhes coerência interna.

Ao nível económico, a habitação é um produto e um local em que ocorrem processos de consumo, podendo ela própria ser encarada como um bem de investimento. A perspectiva económica da habitação traduz-se directamente na sua escala de preços, que dependem dos seguintes factores (Aydalot, 1985):

- Necessidades quantitativas de mercado.
- Taxa de esforço (parte do rendimento afectado pelos compradores à aquisição ou arrendamento habitacional).
- Política de crédito das instituições financeiras (quanto maior fôr o prazo de pagamento, mais fácil é, para uma determinada taxa de esforço, viabilizar níveis de preços habitacionais mais elevados).

Aos níveis social e sociológico, as condições de alojamento reflectem necessidades sociais e emocionais básicas, e exprimem-se como um local em que se desenvolve um conjunto de relações sociais.

Mas o alojamento pode também ser encarado como uma resposta a mudanças culturais (Zukin, 1988): o comportamento dos agentes envolvidos no mercado habitacional deve traduzir a expressão das representações culturais no espaço e no tempo, através de diferentes formas urbanas (Zukin, 1998). O estudo das relações entre o capital e a cultura (Guy e Henneberry, 2000) permite entender melhor os processos de desenvolvimento, que também incluem o significado simbólico dos espaços e das experiências (Lefebvre, 1974; Hastings, 1999). A criação, partilha, negociação ou imposição destes significados é intrínseca aos processos de reprodução, contestação e mudança social e está activamente envolvida nas características económicas da sociedade (Hastings, 1999). A habitação exprime, assim, necessidades de nível mais elevado (as que se relacionam com capacidades e competências, estatuto, liberdade, conhecimento), bem como a satisfação (auto-actualização, cultura, artes), e traduz uma herança cultural ou patrimonial.

Estes raciocínios são especialmente relevantes quando se analisam os processos de inserção económica e social dos imigrantes, através da relação entre as localizações e as características dos seus alojamentos, e os níveis de sucesso profissional e de posição na carreira que eles conseguem atingir. Assim, quanto maior fôr a diversidade da rede de relações sociais de um indivíduo, maior é o acesso às oportunidades (Kleit, 2001), e se a possibilidade de residir em envolventes possuindo recursos, infraestruturas e equipamentos de alta qualidade estiver igualmente distribuída entre diferentes grupos populacionais – como é o caso dos imigrantes e as minorias étnicas – então a sua capacidade de progredir

profissional, económica e socialmente poderá ser substancialmente afectada (Massey, 1990, 1993), e orientada no sentido da igualdade de oportunidades e de sucesso de todos os cidadãos (Kleit, 2001; Wilson, 1986, 1996).

Os níveis de atingimento profissional (“*work attainment*” ou “*professional attainment*”) atingidos pelos imigrantes estão fortemente dependentes das tipologias dos alojamentos, e das características das vizinhanças das respectivas vizinhanças, incluindo o padrão geral de comportamento das pessoas nativas que vivem nas áreas para onde se deslocam os grupos populacionais estrangeiros em estudo (Rosebaum et al., 1999), e o tipo de “*layout*” urbano – concentrado ou disperso - que caracteriza as respectivas localizações. Neste sentido, o modelo do “*ethnoburb*” – “*clusters*” étnicos suburbanos em áreas residenciais e “*central business districts*” em grandes áreas metropolitanas (Li, 1998), permite entender a estratificação social e económica dos imigrantes e das minorias étnicas, de acordo com as características dos seus alojamentos e das respectivas vizinhanças, dos seus locais de trabalho e profissões, e das inter-relações estabelecidas entre eles.

Não existe consenso sobre o conceito de dispersão urbana (Burchell et al., 1998). No entanto, alguns estudos tentaram operacionalizar esta dispersão, quantificando-a, o que permite a realização de comparações entre diferentes áreas urbanas (Galster et al., 2001). Estes autores apresentam o conceito de dispersão urbana baseado em oito dimensões distintas relativamente aos padrões de ocupação do solo:

- Densidade – dado pelo número médio de unidades residenciais por m² de solo urbanizável numa dada unidade territorial em análise.
- Continuidade – indica o grau com que o solo urbanizável tem sido edificado de uma forma contínua.
- Concentração – mostra de que forma a urbanização/construção se localiza proporcionada ou desproporcionadamente numa área relativamente reduzida do espaço urbano em análise, em vez de nele se distribuir de uma forma uniforme.
- Agrupamento – representa o grau com que a urbanização/construção está agrupada de forma a minimizar o montante por m² de solo urbanizável ocupado com usos residenciais e não residenciais.
- Centralidade – é uma medida da proximidade ao “*central business district*” da construção residencial ou não residencial (ou de ambas) na área urbana em análise.

- Nuclearidade – é a extensão em que uma área urbana se caracteriza por um padrão mononucleado por oposição a um padrão polinucleado de edificação/construção.
- Usos mistos – representa os tipos de usos (residencial, comércio, serviços, misto, etc.) da área estudada.
- Proximidade – é a medida em que os diferentes usos do solo estão ou não próximos uns dos outros numa dada área urbana.

A dispersão é, então, definida como uma condição de uso do solo, representada por baixos valores de uma ou de mais do que uma destas dimensões. Trata-se de uma abordagem muito útil sob o ponto de vista do planeamento e da gestão urbana, já que permite investigar de um modo mais fundamentado as causas e as consequências desta dispersão (Galster et al. 2001).

Assim, as características das vizinhanças, traduzidas pelas diferentes tipologias de alojamentos e pelos “*layouts*” urbanos específicos – concentrados ou dispersos – alargam ou restringem o acesso a oportunidades sociais e profissionais, nomeadamente através da influência que exercem sobre os processos de formação de redes sociais de comunicação (Kleit, 2001). São estas redes, fundadas nos locais de residência (e também nos locais de trabalho), que permitem uma progressiva integração social, económica, cultural e religiosa de diferentes comunidades étnicas (Kleit, 2001; Wellman, 1988; Goering et al., 1995)].

O conceito de provisão habitacional, por outro lado, refere-se ao conjunto de processos prévios que conduzem ao uso habitacional: a concepção e o projecto imobiliário, a mobilização dos recursos financeiros, a aquisição de parcelas de terreno, a obtenção das licenças de urbanização e construção, o processo construtivo, e o uso final dos alojamentos. Portanto, a provisão habitacional inclui não apenas os agentes envolvidos (promotores), os mecanismos de financiamento, e as características físicas dos alojamentos produzidos, mas também as próprias condições de uso (a quem se dirigem, bem como as relações de propriedade (Conceição, 2004).

Existe uma multiplicidade de formas de provisão habitacional. Cada uma delas envolve um conjunto inter-relacionado de questões tais como o modo como a habitação é concebida, o papel dos processos tecnológicos e a respectiva evolução, as estruturas de mercado e as relações entre os diferentes fornecedores de habitação, o impacto das condições fundiárias na definição da renda urbana e os seus efeitos sobre os preços imobiliários (Cardoso e Short, 1983). A estrutura de

provisão habitacional é um conceito dinâmico e móvel, e a sua essência consiste naquilo que permanece de sucessivas mudanças, mantendo determinadas ligações (Cardoso, 1996)

A estrutura do mercado fundiário, por seu turno, e as regulamentações a ela referentes, exercem, também, uma influência importante sobre a estratégia competitiva das empresas. As inter-relações entre o Estado, por um lado, e os agentes de mercado, por outro, definem uma estrutura de mercado particular para cada caso, e fundamentam o raciocínio competitivo dos agentes envolvidos (Barlow, 1993, Barlow e King, 1992).

Na maioria dos países europeus, o enquadramento habitacional baseia-se em sistemas dualistas de provisão habitacional: a competição privada, e a provisão do estado ou municipal, sem fins lucrativos, e dirigida aos estratos sociais mais desfavorecidos (Kemeny, 1995; Giddens, 1994). Mas existem inter-relações profundas entre estas duas diferentes estruturas de mercado (Barlow e Duncan, 1992; Doling, 1999): por um lado o mercado competitivo existe independentemente da existência do Estado, mas por outro lado, os Estados são as primeiras entidades responsáveis pela existência, estruturação e funcionamento dos mercados (Kemeny, 1998; Conceição, 2004). Na verdade, os estados e os mercados não são independentes uns dos outros, já que os mercados dependem do apoio do Estado, e o Estado por seu turno, também precisa da distribuição de mercado para sobreviver.

Embora a nível teórico muitos autores realcem a dicotomia entre o Estado e o mercado (Giddens, 1994), não existem apenas estas duas posições extremas, o sector público e o sector privado, mas eles podem ser articulados conjuntamente criando aquilo que se pode designar como um “mercado social”: este deve ser capaz de conciliar as características dos mercados públicos e privados (Kemeny, 1998; Maclennan e More, 1997). e estabelecer o enquadramento para muitas políticas habitacionais, que se podem situar no “*continuum*” entre os dois extremos referidos (Maclennan e More, 1997).

O principal objectivo das políticas sociais consiste em promover o acesso aos bens e serviços independentemente do poder de mercado das pessoas e das famílias, e apenas como a expressão de um direito (Esping-Andersen, 1995; Conceição, 2004)

Considerando a complementaridade crescente entre as organizações e o planeamento territorial estruturado, por um lado, e os processos de economia

urbana e de gestão urbanística, por outro, as políticas habitacionais urbanas devem equilibrar dois objectivos diferentes e opostos, o económico e o social. Devem, para além disso, basear-se na reestruturação metropolitana, e envolver diferentes escalas e tipologias (Rebelo, 2001a).

Actualmente o capital é livre de se deslocar entre diferentes formas de investimento, e neste processo a valorização da propriedade urbana é uma peça importante (Haila, 1988, 1991; Harvey, 1985; Coakley, 1994; Ball, 1985; Scott, 1980)

No entanto, o modelo puro de mercado é uma fonte de tensões e desigualdades., uma vez que beneficia a eficiência selectiva de determinados locais e agentes nas áreas metropolitanas, conduzindo muitas vezes a uma reorganização física, social e funcional do espaço que acelera a decadência urbana, que frequentemente resulta na exclusão social de determinados grupos. A própria rede constituída entre as diferentes componentes urbanas e a sua envolvente é enfraquecida pela natureza deste urbanismo competitivo.

Na verdade, diferentes contextos habitacionais adaptam-se a diversas condições económicas e sociais, uma vez que a habitação é um bem de consumo que depende fortemente do rendimento das famílias. Deste modo, a concentração dos mais pobres em certas zonas nas áreas metropolitanas pode exercer efeitos negativos sobre a produção e a reprodução de determinados problemas sociais (Pimenta et al., 2001). As pessoas que vivem nestes quarteirões degradados sentem fortemente este estigma social porque internalizam esta imagem pública socialmente depreciada (Guerra, 1994).

A valorização urbana está inter-relacionada com muitas estratégias e práticas sociais representacionais, cuja articulação ocorre no espaço urbano. Os espaços dominantes numa sociedade (traduzidos nas localizações urbanas planeadas e racionais, e na arquitectura de determinados projectos), estão associadas com os espaços representacionais (espaços pensados e vividos pelos utilizadores nas suas rotinas diárias), e com as práticas espaciais (que dão forma aos espaços sociais, e que vão desde as pequenas deslocações diárias até sofisticados meios de comunicação usando redes globais (Lefebvre, 1974; Allen e Pricke, 1994).

Mesmo no estabelecimento dos sistemas produtivos locais, que assentam na articulação dinâmica de agentes sociais, económicos e culturais específicos, (com diferentes estratégias produtivas), as diferentes formas de trabalho e enquadramentos de referência que sobrevivem na vida urbana são factores

potenciais de valorização do espaço urbano (Negri, 1995; Marotel, 1995; Di Benedetto, 1995).

Para além disso, o marketing cria representações simbólicas de complexos imobiliários, com uma arquitectura, envolvente e equipamentos individuais dirigidos a determinados estratos populacionais e sociais, o que reforça fortemente sentimentos urbanos de envolvimento pessoal e social (Kratke, 1992).

1.7. AS ECONOMIAS LOCAIS

As cidades tornam-se progressivamente centros multiculturais em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e exprimem os seus traços culturais específicos. Estas redes de comunicação fundadas nos espaços de residência e de vivência potenciam uma progressiva integração social, económica, cultural e religiosa de diferentes comunidades étnicas (Kleit, 2001; Goering et al., 1995; Wellman, 1988).

No sentido de gerir a complexidade crescente aos níveis económico, social, cultural e religioso, é fundamental a adopção pelos poderes municipais de estratégias específicas destinadas a promover a sustentabilidade local, orientadas no sentido do desenvolvimento global multifacetado, e da promoção das condições de vida da população, através do estímulo à sua participação na definição e na implementação de medidas políticas (Rebelo, 2004).

Os diversos tipos de políticas de desenvolvimento regional e urbano correspondem aos seguintes vectores de actuação, sistematizados por Figueiredo (2002):

- Políticas de incentivo à mobilidade dos factores de produção. Estas políticas concretizam-se, nomeadamente, através da infra-estruturação de certas zonas, bem como através do estabelecimento de incentivos à mobilidade.
- Políticas de promoção do bem-estar nos territórios. Estas políticas consubstanciam-se na dotação de equipamentos de determinadas zonas, bem como em investimentos em benefício das respectivas populações.
- Políticas de mobilização e valorização do potencial endógeno. Normalmente, estas políticas concretizam-se na valorização dos recursos naturais endógenos, podendo, no entanto, aplicar-se ao mais variado conjunto de recursos, e correspondendo a uma concepção integrada do desenvolvimento endógeno.
- Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial. Corresponde à implementação de uma concepção de território

competitivo (Figueiredo, 2002, pg. 487): “*Território competitivo é aquele que, mediante combinações pertinentes de recursos, incluindo o conhecimento e a organização, adquire um estatuto de inimitabilidade face a outros territórios durante um período suficientemente longo para sustentar uma estratégia de desenvolvimento*”.

- Políticas de promoção da competitividade empresarial. Estas políticas estão estritamente dependentes dos diferentes modos de articulação entre as empresas e os territórios, sendo alguns dos exemplos concretos da sua aplicação as tecnópolis, os parques de ciência e tecnologia e os parques logísticos.
- Políticas de reforço das estruturas institucionais. Visam descentralizar/desconcentrar poderes para as estruturas administrativas regionais e locais, conferindo-lhes competências e criando as condições para o atingimento de níveis de eficiência elevados.

As cidades e as áreas metropolitanas podem ser entendidas como ecossistemas (Rueda, 1994), e a diversidade funcional torna-se fundamental para uma envolvente competitiva com sucesso) (Wang, 1996). Esta realidade global sobreposta aos sistemas de funcionamento urbano pode criar novos desequilíbrios, existindo, portanto, um risco acrescido de desenvolvimento de processos de desintegração social, económica e cultural. Portanto, o espaço urbano necessita de desempenhar novos papéis, na construção das expectativas sociais (Breda-Vázquez et al., 1997; Rebelo, 2001a). Os objectivos globais e locais deverão ser balanceados de uma forma cuidadosa, e as novas dependências multi-territoriais devem ser reforçadas de forma a suportar novas expressões culturais, e novas formas de vida nos locais em que decorrem.

1.8. AS ECONOMIAS LOCAIS E AS POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

As mudanças urbanas económicas, sociais, políticas e do espaço físico, implementadas através das políticas urbanas, podem ser avaliadas através das consequências que vão exercer sobre as condições de vida e de bem-estar dos cidadãos.

A qualidade de vida envolve, de uma forma integrada, diferentes âmbitos de análise: confrontação entre as condições de vida objectivas e subjectivas (Allardt, 1981), análise compada das necessidades e dos desejos (Gough, 1982), e análise integrada de aspectos materiais colectivos, características familiares e pessoais dos indivíduos, características colectivas não materiais, características imateriais individuais (como a inserção em grupos sociais), e ambiente geral em que os indivíduos se inserem e se inter-relacionam (Santos e Martins, 2002). As necessidades individuais estão fortemente ligadas aos contextos políticos, sociais, económicos e culturais dos ambientes em que as pessoas vivem e trabalham (Santos e Martins, 2002), bem como às relações sociais em rede que se estabelecem nesses ambientes de vivências urbanas. Por outro lado, há que atender não apenas à disponibilidade de diferentes bens e serviços como, e sobretudo, à capacidade dos indivíduos lhes acederem e poderem usufruir das vantagens inerentes à sua utilização.

Atendendo às tendências de globalização da sociedade e à crescente expansão do sector terciário da economia, são as cidades que captam mais investimentos e mão de obra qualificada e que, conseqüentemente, lideram os processos de desenvolvimento económico e social (resolução CM 26/2000), que assentam e justificam elevados níveis de qualidade de vida.

Segundo a referência (EU, 1999) são dez os domínios fundamentais em que pode ser avaliada a qualidade de vida urbana: população, rendimentos e riqueza, condições de saúde, habitação, disponibilidade de serviços, crime e problemas sociais, emprego e condições de trabalho, ambiente (tráfego, poluição e clima), relações interpessoais, e participação cívica. Para além destes torna-se importante considerar todos os aspectos relacionados com a expansão das novas tecnologias informacionais, e com a cada vez maior abertura a novas culturas e a novas oportunidades de expressão social, económica e paisagística.

Os conceitos e estratégias de regeneração urbana desenvolvem-se a partir de um conceito lato de degradação urbana, isto é, um processo complexo que consiste no atingimento, promoção e implementação da qualidade de vida urbana. Existem três aspectos principais que estão sujeitos à degradação urbana (Vázquez et al., 2000):

- Questões espaciais e funcionais, que resultam da configuração espacial e de mudanças no “*design*” urbano, e que resultam de políticas públicas

destinadas a promover a competitividade urbana (o que, por vezes, perturba os equilíbrios sociais).

- Questões demográficas, tais como pobreza dissimulada e marginalidade
- Questões económicas, tais como o desemprego e desequilíbrios salariais.

Ao nível teórico, muitos autores realçam os dois conceitos distintos de regeneração urbana:

- O conceito de recuperação e reabilitação de edifícios adapta-se bem aos centros históricos, e a zonas com elevadas densidades populacionais e habitacionais (Gambino, 1993; Venuti, 1990; London e Palen, 1994; Vázquez, 1996). As políticas de intervenção urbana adoptadas consistem na limitação da degradação física e social dos edifícios e dos espaços urbanos, resultante de desequilíbrios nos processos de desenvolvimento urbano.
- A implementação de estratégias e políticas destinadas a suportar uma competitividade urbana e metropolitana sustentada (Wallner et al., 1996; Pires, 1998; Pires, 1998; Banai, 1998; Hull e Vigar, 1998; Cooper et al., 2001). As estratégias de qualificação destinadas a suportar a regeneração urbana consistem na implementação de objectivos de alto nível dirigidos à preservação de áreas urbanas específicas, bem como à promoção do desenvolvimento económico urbano como um todo integrado (Leichenko et al., 2001; Listokin et al., 1998; Slaughter, 1997; Wojno, 1991). O estabelecimento destas políticas baseia-se na análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças urbanas e metropolitanas, e destina-se a reforçar as suas vantagens competitivas (Venuti, 1990; Innocenti, 1994; Talia, 1990; Corade, 1994).

É com base na ideia de aproximação entre os mercados produtivo e financeiro que a legislação (que é da responsabilidade pública), por um lado, e o marketing (que cabe, geralmente, à iniciativa privada), por outro, podem promover a valorização de certas áreas urbanas, permitindo que nelas se desenvolva um importante significado simbólico (Rebelo, 2001). As políticas de qualificação e de regeneração urbanas podem desempenhar um papel central de modo a atrair estratégias económicas e a promover vantagens competitivas (Innocenti et al., 1990; Morandi, 1994; Guiduci, 1993; Talia, 1990; Venuti, 1990; Corade, 1994). Estas iniciativas podem incluir os transportes metropolitanos e a melhoria da mobilidade, construção de infraestruturas (em especial as mais fortemente relacionadas com a qualidade da envolvente urbana), estratégias de reutilização de

espaços, novas tecnologias e investigação e desenvolvimento, gestão de áreas urbanas degradadas, e recuperação de património edificado.

Isto significa que as estratégias e as políticas destinadas a reforçar a competitividade metropolitana e urbana devem assentar numa aposta da promoção da “*performance*” e da competitividade das economias locais, protecção da qualidade global da envolvente urbana, incentivo ao emprego, educação e cuidados de saúde, recuperação e construção de novos edifícios, e apoio às minorias sociais.

As políticas urbanas devem dar resposta às expectativas de desenvolvimento de longo prazo, o que realça os padrões de valorização da cidade em geral. Recentemente, as tendências das áreas urbanas e metropolitanas têm-se orientado no sentido da degradação de recursos escassos, em especial no que se refere ao solo urbano e ao património construído. Esta situação está bem documentada na dispersão das periferias e no declínio dos centros urbanos, baseada na perda de valor de importantes recursos patrimoniais, sociais e culturais, na ausência de articulações bem definidas entre as diferentes aptidões para gerir as cidades, as pessoas e a mobilidade dos produtos, os mercados fundiários e imobiliários, e os diversos processos de desenvolvimento urbano (Breda-Vázquez et al., 1997).

Por outro lado, as ferramentas usuais de planeamento normativo devem ser cuidadosamente articuladas com preocupações de desenvolvimento económico e social baseadas em objectivos de reestruturação urbana que suportam o desenvolvimento a médio e a longo prazo. As políticas de coordenação devem basear-se na necessidade de tornar lucrativos os recursos naturais e a energia, equipamento e infraestruturas urbanas, mas é igualmente importante a definição de enquadramentos normativos que promovam a integração do desenvolvimento sustentável a longo prazo dentro do sistema de planeamento urbano e territorial.

***CAPÍTULO 2.
ESTUDO DE CASO:
ÁREA METROPOLITANA DO PORTO – RECOLHA DE
INFORMAÇÃO E MONTAGEM DE UM SISTEMA DE
INFORMAÇÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA***

2.1. RECOLHA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

Na primeira fase deste projecto, os nossos esforços concentraram-se na pesquisa e recolha de informação, tendo consciência que a quantidade e a qualidade da informação recolhida seriam decisivas para o atingimento com sucesso dos objectivos traçados.

Orientámos a procura de informação em várias frentes. Inicialmente foram efectuadas diversas pesquisas na *Internet*, tendo-se dado prioridade aos *sites* do Instituto Nacional de Estatística, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (do Ministério da Administração Interna), Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, e Alto Comissariado para os Imigrantes e as Minorias Étnicas.

Após a recolha da informação possível dirigimo-nos pessoalmente a várias entidades, como sejam a Comissão de Coordenação da Região Norte, o Centro Regional de Segurança Social do Porto, bem como a algumas empresas, em particular à Dun&Bradstreet. Nestes locais a disponibilidade foi limitada e o contributo para o desenvolvimento deste projecto revelou-se insignificante (uma vez que foi ínfima a quantidade de informação disponibilizada).

Dirigimo-nos, seguidamente, a algumas instituições de carácter social, como Associações de Imigrantes, Centros de Apoio Social e Paróquias, na expectativa de que pudessem dispôr de alguma informação relativa a imigrantes e minorias étnicas da sua região, uma vez que se encontram em contacto permanente com estes indivíduos. Também aqui a adesão se revelou reduzida, embora em conversas informais tenha sido possível aprofundar (embora de forma parcial e fraccionada) o conhecimento da realidade dos imigrantes e das minorias étnicas na Área Metropolitana do Porto.

Elaborámos, adicionalmente, um inquérito análogo ao dos censos, que posteriormente disponibilizámos a estes organismos, tendo obtido uma quantidade muito reduzida de respostas [Anexo 1].

Uma contribuição essencial foi fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística, através do seu Departamento de Difusão e Promoção (ao abrigo do protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística e o Ministério da Ciência e do Ensino Superior), que nos permitiu ter acesso, nomeadamente, à informação do XIV Recenseamento

Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, a nível de freguesia, tendo-nos ainda fornecido cruzamentos de informação destes mesmos censos.

Na fase seguinte, procedemos ao tratamento e à sistematização da informação, que foi armazenada por freguesia e por país de naturalidade, para cada uma das categorias das variáveis estudadas. Estas tabelas, devidamente articuladas e juntamente com a respectiva representação cartográfica em sistema de informação geográfica permitiram a construção de um sistema de informação de gestão urbanística para a Área Metropolitana do Porto.

2.1.1. PESQUISA NA INTERNET

Nos dias de hoje, o abrangente e global universo da *Internet* permite-nos aceder a um imenso volume de informação de variados conteúdos. Começámos, então, por pesquisar, investigar e posteriormente contactar diversas empresas, instituições, organizações e associações que trabalham em contacto com as comunidades de imigrantes.

Dos vários sítios da *Internet* que pesquisámos destacam-se, pela quantidade e objectividade da informação disponível (directamente e aquela que foi solicitada), os seguintes:

- Site do Instituto Nacional de Estatística
 - Base Geográfica de Referenciação Espacial (BGRE) da Região Norte [1991]
 - Base Geográfica de Referenciação da Informação [2001]
 - Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, a nível de freguesia [1991 e 2001]
 - Cruzamento de dados dos censos 1991 e 2001
 - Informação conjunta Instituto Nacional de Estatística/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
 - Inquérito ao Emprego [2000]
 - Inquérito aos Orçamentos Familiares [2000]
 - População e Condições Sociais por Unidades Territoriais
 - Ficheiro Síntese de 1991 e 2001 para a Área Metropolitana do Porto
- Site do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [Dados anuais: 1999-2003]
 - Autorizações de permanência
 - Boletins de alojamento

- Expulsões
- Naturalizações
- Pedidos de asilo
- População estrangeira que cessou o estatuto de residente segundo a idade
- População estrangeira que cessou o estatuto de residente segundo o motivo da cessação
- População estrangeira que solicitou o estatuto de residente segundo a situação profissional
- População estrangeira que solicitou o estatuto de residente segundo o grupo profissional
- Readmissões
- Recusas de entrada
- Residentes por distrito
- Residentes por sexo
- Relatórios estatísticos anuais
- Site do Ministério da Segurança Social e do Trabalho
 - Tabelas de Pessoal [2000]
 - Trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por actividades segundo o sexo e nível de qualificação
- Site do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
 - “Atitudes e valores perante a imigração”
 - “Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas nos media”
 - “Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa”
 - “Imigrantes Internacionais”
- Site do Alto Comissariado para os Imigrantes e as Minorias Étnicas
 - Legislação
 - Associações de Imigrantes

2.1.2. PEDIDO DE INFORMAÇÃO A ENTIDADES E A INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Procuramos pessoalmente informação junto das seguintes entidades:

- Comissão de Coordenação da Região Norte

- Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
- Centro Regional de Segurança Social do Porto
- Dun&Bradstreet

À excepção do Centro Nacional de Apoio ao imigrantes, que disponibilizou algumas publicações, a quantidade de informação fornecida pelas outras entidades foi ínfima.

Tentámos, também, obter informação junto de instituições independentes de carácter social, tais como:

- Associações de imigrantes
- Centros de apoio social
- Paróquias
- Centro Cultural Islâmico do Porto

Encontrámos, da mesma forma, uma disponibilidade muito reduzida junto destes organismos. Foi possível, no entanto, através de conversas informais, aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre os imigrantes e as minorias étnicas na Área Metropolitana do Porto.

2.1.3. ELABORAÇÃO DE UM INQUÉRITO

Na sequência da quase ausência de informação de carácter quantitativo obtida nos organismos já referidos, decidimos fazer “trabalho de campo”. Nesse sentido, foi elaborado um inquérito análogo ao dos Censos, envolvendo questões de carácter pessoal, profissional e habitacional, com o objectivo de poder caracterizar da melhor forma possível os vários grupos de imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto. O objectivo era o de, a partir de uma amostra representativa, estudar as características, demográficas, profissionais e habitacionais destes imigrantes e grupos étnicos [Anexo 1].

No entanto, este trabalho revelou-se inconclusivo, uma vez que o inquérito foi enviado a diversas instituições ligadas aos imigrantes e às minorias étnicas, bem como a várias associações profissionais e de estudantes, mas mostrou pouca adesão por parte das instituições contactadas, bem como do público-alvo.

2.1.4. RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO

Foi imprescindível para o desenvolvimento deste projecto a colaboração do Instituto Nacional de Estatística, através do seu Departamento de Difusão e Promoção (ao abrigo do protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística e o Ministério da Ciência e do Ensino Superior). Conseguimos, deste modo, ter acesso à informação dos XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População e III e IV Recenseamentos Gerais da Habitação, a nível de freguesia, e a cruzamentos de informação destes mesmos censos.

Assim, para além de toda a informação dos censos a nível de freguesia para a Área Metropolitana do Porto, foram solicitados os seguintes cruzamentos a partir dos censos de 1991 e de 2001 (a nível de freguesia e de acordo com o país de origem de cada imigrante e/ou de cada titular de alojamento)

- Naturalidade/Profissões/Situação face ao emprego
- Naturalidade/Ramo de actividade económica (a nível das divisões)/Grupos de profissões
- Naturalidade do titular do alojamento/instalações existentes no alojamento (água, electricidade, aquecimento, instalações sanitárias, instalações de banho ou duche, cozinha ou kitchenette)
- Escalões de arrendamento ou de encargos por compra dos alojamentos
- Naturalidade/Local de residência/Forma de ocupação por tipo de edifícios e número de alojamentos
- Naturalidade/Local de trabalho/Local de residência

Foram ainda solicitados os seguintes quadros relativos aos censos de 1991 e de 2001

- População residente, por país de naturalidade, segundo o nível de instrução
- População residente presente a exercer uma profissão, por país de naturalidade e local de trabalho, segundo o nível de instrução
- População residente, por país de naturalidade, segundo o grupo etário e sexo

Foi ainda pedida informação referente ao Inquérito ao Emprego e ao Inquérito aos Orçamentos Familiares e o ficheiro síntese (com informação relativa a diversas variáveis a nível de quarteirão para a Área Metropolitana do Porto).

Toda a informação pedida foi muito gentilmente cedida pelo Instituto Nacional de Estatística (ao qual queremos mais uma vez expressar os nossos agradecimentos).

No que se refere ao cruzamento de informação, foram-nos enviadas as bases de

dados a seguir especificadas, para cada um dos censos populacionais, e de acordo com os agregados solicitados, para a Área Metropolitana do Porto (em formato access):

○ **CENSOS DE 1991**

- Ficheiro PED 127 IND 1991 País (variáveis: Nuts 3 - Região Norte; Concelho; Freguesia; País Mãe; Grupo Profissional; Designação Profissional; Sector de Actividade Económica; Situação perante o Emprego; Situação Profissional)
- Ficheiro PED 127 LOC TRAB 1991 País (variáveis: Nuts 3 - Região Norte; Concelho; Freguesia; País Mãe; Local de Trabalho relativamente ao Local de Residência; Concelho de Trabalho; Situação perante o Emprego)
- Ficheiro PED 127 TITALOJ 1991 País (variáveis: Nuts 3 - Região Norte; Concelho; Freguesia; Tipo de edifício; Tipo de utilização do edifício; Número de alojamentos; Tipo de alojamento; Água; Banho; Electricidade; Retrete; Cozinha; País Mãe).

○ **CENSOS DE 2001**

- Ficheiro PED 127 IND 2001 País (variáveis: Nuts 3 - Região Norte; Concelho; Freguesia; País Mãe; Grupo Profissional; Designação Profissional; Sector de Actividade Económica; Situação perante o Emprego; Situação Profissional)
- Ficheiro PED 127 LOC TRAB 2001 País (variáveis: Nuts 3 - Região Norte; Concelho; Freguesia; País Mãe; Local de Trabalho relativamente ao Local de Residência; Concelho de Trabalho; Situação perante o Emprego)
- Ficheiro PED 127 TITALOJ 2001 País (variáveis: Nuts 3 - Região Norte; Concelho; Freguesia; País Mãe; Tipo de alojamento; Água; Banho; Aquecimento; Electricidade, Retrete; Cozinha; Forma de ocupação; Existência de encargos com a aquisição do alojamento; Escalões de encargos com a aquisição do alojamento; Escalões de arrendamento; Tipo de edifício; Tipo de utilização do edifício; e Número de alojamentos).

Face à disponibilidade desta informação, que cobre de forma exaustiva toda a população e todos os alojamentos da Área Metropolitana do Porto, não foi necessário efectuar o estudo a partir de uma amostra.

2.2. MONTAGEM DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Vai ser apresentado seguidamente o processo de concepção, definição e montagem do sistema de informação de gestão urbanística referente aos portugueses e aos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, e por freguesia.

Este sistema de informação de gestão urbanística foi construído com o objectivo de sistematizar um conjunto de indicadores relativos às condições demográficas, profissionais e de emprego, e habitacionais dos residentes na Área Metropolitana do Porto, bem como às localizações dos seus postos de trabalho e dos alojamentos, e à respectiva evolução, por país de origem e por freguesia.

Complementarmente, procedeu-se à representação cartográfica desta informação, recorrendo ao sistema de informação geográfica – ArcGis 9.0. Esta visualização permite uma análise mais eficiente e objectiva das variáveis em estudo. Nos mapas apresentados foi utilizada a representação de densidade pontual, isto é, cada côr representa um grupo de imigrantes, e um ponto representa uma determinada quantidade de indivíduos, quantidade essa que pode variar de mapa para mapa mas que se encontra referenciada na legenda [Anexo 2].

Este sistema de informação de gestão urbanística permite, também, a sistematização dos valores de cada uma das variáveis por cada grupo populacional e por freguesia, possibilitando a construção de “*tableaux de bord*” nos quais, através do processo de acompanhamento e monitorização, se podem detectar “*gaps de performance*”, que indicam necessidades pontuais de intervenção dos poderes públicos.

A constituição destas bases de dados e cartográficas permitiu, posteriormente, o desenvolvimento de modelos de apoio aos processos de gestão urbanística (Modelo Integrado e Interactivo), usando as metodologias das Árvores de Decisão e das Redes Neurais, com tratamento estatístico, e com interface cartográfico. Estes modelos incorporam a actualização da informação, possibilitando a sua a sua readaptação constante e flexível à evolução sócio-económica e às novas realidades

com que se depara a população da Área Metropolitana do Porto, em geral, e os imigrantes que aqui residem e trabalham, em particular).

Para além disso, o interface cartográfico permite a visualização da situação de cada indicador individual ou conjuntamente com outro ou outros indicadores, bem como as respectivas evoluções, e possibilita ainda simulações resultantes da manipulação de algumas das componentes dos modelos matemáticos que foram desenvolvidos, visualizando os seus possíveis impactos e consequências sobre a distribuição espacial dos locais de residência e/ou de trabalho dos diferentes grupos populacionais.

Tal permite fundamentar e justificar a opção por determinados vectores ou prioridades de actuação de políticas urbanas sociais, económicas, culturais, religiosas, jurídicas, etc, gerais ou específicas para determinados grupos populacionais.

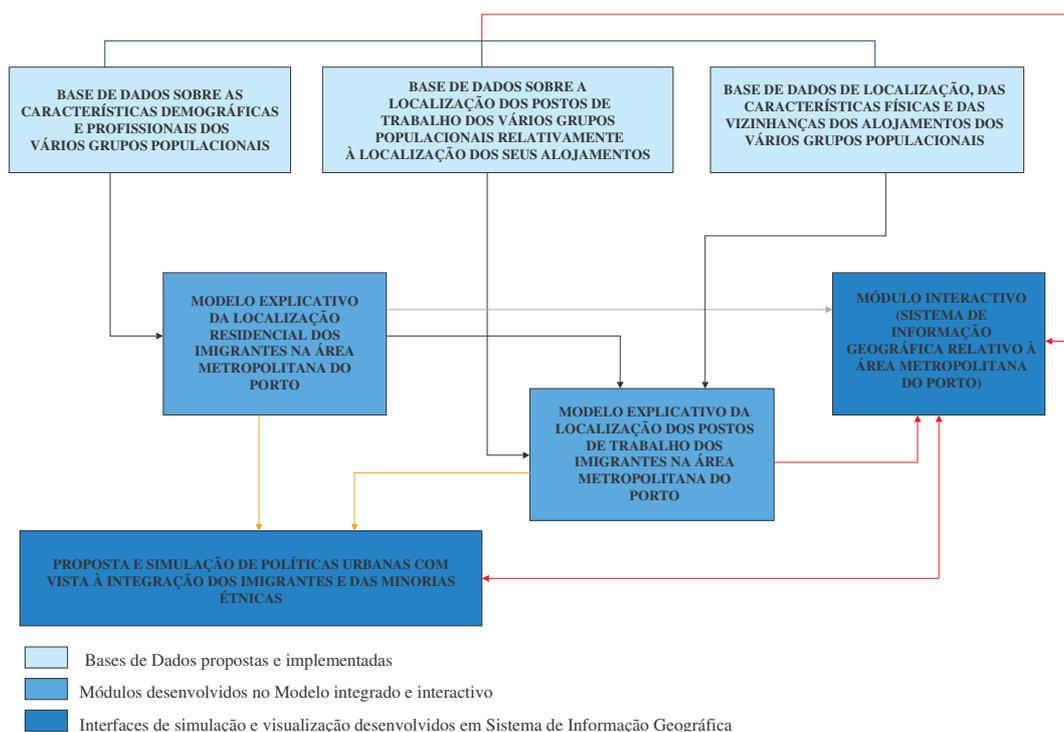


Figura 3. Montagem do sistema de Informação de Gestão Urbanística desenvolvido e implementado, e respectiva articulação com o Modelo Integrado e Interactivo

O sistema de informação de gestão desenvolvido é constituído por diversas bases de dados. Estas bases de dados referem-se às características gerais da população, à localização e características dos alojamentos e dos edifícios, bem como às

respectivas vizinhanças, às características profissionais e às localizações dos postos de trabalho.

As variáveis (cujos valores se referem a 2001), foram sistematizadas, a nível das freguesias da Área Metropolitana do Porto [Anexo 2], para os portugueses e para os estrangeiros, de acordo com o país de naturalidade. No entanto, atendendo ao número muito elevado de tabelas, devido à discretização pormenorizada dos dados (por freguesia e por país de origem), a informação foi agrupada por principais grupos de imigrantes (considerados mais significativos):

- Imigrantes de países da União Europeia (excluindo Portugal, que foi tratado separadamente e os novos países aderentes, uma vez que os dados analisados se referem a 2001).
- Brasil
- Países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPS)
- Países de Leste
- Restantes países estrangeiros

As bases de dados contêm a seguinte informação (as tabelas e os mapas correspondentes constam em anexo; as tabelas, devido à sua elevada dimensão, estão contidas no CD-rom anexo, e identificadas com um asterisco junto ao respectivo número de identificação):

1. Base de Dados de caracterização geral da população:

- Distribuição da população por países de origem, sexos e por grupos etários [Anexos 3 e 3*]
- Caracterização dos níveis de escolaridade e das habilitações académicas.
- Localização das habitações [Anexos 3 e 3*].

2. Base de Dados referente às características profissionais e à localização dos postos de trabalho:

- Localização dos postos de trabalho [Anexos 4* e 5].
- Localização dos postos de trabalho, tomando como referência a freguesia de residência (trabalham na freguesia de residência, trabalham noutra freguesia do concelho de residência, trabalham noutro concelho; trabalham no estrangeiro [Anexos 5 e 5*].
- Situação perante a actividade económica (com actividade económica - empregado; com actividade económica – desempregado) [Anexos 6 e 6*].

- Grupo profissional por naturalidade e por freguesia de residência (forças armadas; quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas; especialistas das profissões intelectuais e científicas; técnicos e profissionais de nível intermédio; pessoal administrativo e similares; pessoal dos serviços e vendedores; agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; operários, artífices e trabalhadores similares; operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; trabalhadores não qualificados) [Anexos 7 e 7*].
- Situação profissional por naturalidade e por freguesia (patrão/empregador; trabalhador por conta própria; trabalhador por conta de outrem; trabalhador familiar não remunerado; membro activo de cooperativa; outra situação) [Anexos 8 e 8*].
- Sector de actividade económica (A – agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B – pesca; C – indústrias extractivas; D – indústrias transformadoras; E – produção e distribuição de electricidade, de gás e de água; F – construção; G – comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico; H – alojamento e restauração; I – transportes, armazenagem e comunicações; J – actividades financeiras; K – actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L – administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M – educação; N – saúde e acção social; O – outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais; P – famílias com empregados domésticos; Q – organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais [Anexos 9 e 9*].

3. Base de dados referentes à localização e às características dos alojamentos e dos edifícios, bem como das respectivas vizinhanças:

- Características dos alojamentos (de acordo com a notação do Instituto Nacional de Estatística):
 - Tipo de edifício onde se localizam os alojamentos (edifício clássico; outro tipo de construção) [Anexos 10 e 10*].
 - Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos (edifício exclusivamente residencial (100%); edifício principalmente residencial (50 a 99%); edifício principalmente não residencial (até 49%) [Anexos 11 e 11*].

- Tipo de alojamento (clássico; barraca; rudimentar; móvel; improvisado; noutro local) [Anexos 12 e 12*].
- Forma de ocupação (proprietário; locatário; sub-locatário; outros) [Anexos 13 e 13*].
- Existência ou não de água canalizada (rede pública de abastecimento de água; rede privada de abastecimento de água; existência de água canalizada fora do alojamento mas no edifício; água proveniente de fontanário ou bica; água proveniente de poço ou furo particular; outra forma) [Anexos 14 e 14*].
- Existência ou não de electricidade (com electricidade; sem electricidade) [Anexos 15 e 15*].
- Existência ou não de aquecimento (aquecimento central; lareira; aparelhos fixos (na parede, fogões, etc.); aparelhos móveis (eléctricos, a gás, etc.), sem aquecimento) [Anexos 16 e 16*].
- Existência ou não de instalações sanitárias (com retrete no alojamento com dispositivo de descarga; com retrete no alojamento sem dispositivo de descarga; com retrete fora do alojamento mas no edifício; sem retrete) [Anexos 17 e 17*].
- Existência ou não de banho ou duche (existência de instalação de banho ou duche; inexistência de instalação de banho ou duche) [Anexos 18 e 18*].
- Existência ou não de cozinha (existência de cozinha com 4 m² ou mais; existência de cozinha com menos de 4 m²; existência de kitchenette; não existência de cozinha) [Anexos 19 e 19*].
- Existência ou não de encargos com a aquisição do alojamento (sem encargos com a aquisição; com encargos com a aquisição) [Anexos 20* e 21].
- Caso existam, escalão de encargos com a aquisição do alojamento (menos de 59.86 euros; de 59.86 a 99.75 euros; de 99.76 a 149.63 euros; de 149.64 a 199.51 euros; de 199.52 a 249.39 euros; de 249.40 a 299.27 euros; de 299.28 a 399.03 euros; de 399.04 a 498.79 euros; de 498.80 a 598.55 euros; 598.56 e mais euros) [Anexos 21 e 21*].
- Caso o alojamento seja arrendado, escalão de arrendamento (menos de 14.96 euros; de 14.96 a 24.93 euros; de 24.94 a 34.91 euros; de

34.92 a 59.85 euros; de 59.86 a 99.75 euros; de 99.76 a 149.63 euros; de 149.64 a 199.51 euros; de 199.52 a 249.39 euros; de 249.40 a 299.27 euros; de 299.28 a 399.03 euros; de 399.04 a 498.79 euros; 498.8 euros ou mais) [Anexos 22 e 22*].

- Características das vizinhanças – os indicadores de concentração/dispersão urbana que foram operacionalizados ao nível de freguesia para cada um dos grupos populacionais de acordo com a naturalidade (país de origem) foram [Anexo 23]:
 - Densidade populacional (dado pelo número de habitantes por área de freguesia e expresso em habitantes/Km²).
 - Densidade habitacional (dado pelo número de alojamentos por área de freguesia e expresso em alojamentos/Km²).
 - Medida de continuidade (percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios na freguesia)
 - Medida de concentração (dada pela relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia, expressa em número de pavimentos/Km²)
 - Medida de agrupamento (dada pela relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia (expressas em número de pavimentos/km²)
 - Medida de usos mistos (dada pela relação entre o número de edifícios principalmente não residenciais e o número de edifícios principalmente residenciais (expresso em percentagem)
 - Medida de centralidade (dada pela distância medida em linha recta entre o centróide de cada freguesia e o centróide da cidade do Porto)

Na operacionalização dos indicadores referentes às vizinhanças foi adoptado o seguinte procedimento (usando como base a informação do XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação de 2001, e ainda os Retratos Territoriais, a nível de freguesia):

- Área das freguesias (expressa em Km²) - retirada dos retratos territoriais
- População residente – retirada dos retratos territoriais
- Número de alojamentos familiares clássicos - retirado dos retratos territoriais
- Número de edifícios –retirados dos retratos territoriais

- Superfície agrícola utilizada – também retirada dos retratos territoriais
- Densidade populacional – é dada pelo quociente entre a população residente e a área da respectiva freguesia (expressa em Km²)
- Densidade habitacional – é dada pelo quociente entre o número de alojamentos familiares clássicos e a respectiva área da freguesia, expressa em Km²)
- Percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios - no cálculo deste indicador utilizou-se o quadro 2.08 – “Edifícios, segundo a época de construção, pelo posicionamento e altura relativa face aos edifícios adjacentes”, dos Censos 2001. Assim, o seu valor é dado pelo quociente (expresso em termos percentuais) entre o número de edifícios não isolados e o número total de edifícios em cada freguesia.
- Número total de edifícios/Área urbanizada ou urbanizável - é dado pelo quociente entre o número total de edifícios e a diferença entre a área da freguesia e a respectiva superfície agrícola utilizada
- Número total de pisos dos edifícios – foi utilizada informação do quadro 2.02 – “Edifícios, segundo o número de pavimentos, por tipo de edifício e número de alojamentos”, dos Censos 2001. O cálculo efectuado consiste em somar as várias parcelas correspondentes ao produto do número de edifícios pelo número de alojamentos por edifício.
- Número total de pavimentos/Área urbanizada ou urbanizável – é dado pelo quociente entre o número total de pisos dos edifícios e a diferença entre a área da respectiva freguesia e a superfície agrícola utilizada.
- Número de edifícios principalmente não residenciais/Número de edifícios principalmente residenciais – neste cálculo utilizou-se o quadro 2.02 – "Edifícios, segundo o número de pavimentos, por tipo de edifício e número de alojamentos", dos Censos 2001. O seu cálculo consiste em dividir, para cada freguesia, o número de edifícios principalmente não residenciais pelo número de edifícios principalmente residenciais.

***CAPÍTULO 3.
CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA, PROFISSIONAL
E HABITACIONAL DA IMIGRAÇÃO NA ÁREA
METROPOLITANA DO PORTO***

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

A população residente em Portugal, de acordo com os censos de 2001 (Instituto Nacional de Estatística), é constituída por 10 356 117 indivíduos, sendo 9 704 645 portugueses e 651 472 originários de países estrangeiros (aproximadamente 6.3% da população total).

A repartição da população estrangeira, de acordo com a naturalidade, consiste em 51% proveniente de países africanos de expressão oficial portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe), 24% de países da União Europeia, 8% do Brasil, 5% de outros países europeus e 12% de outros países estrangeiros:

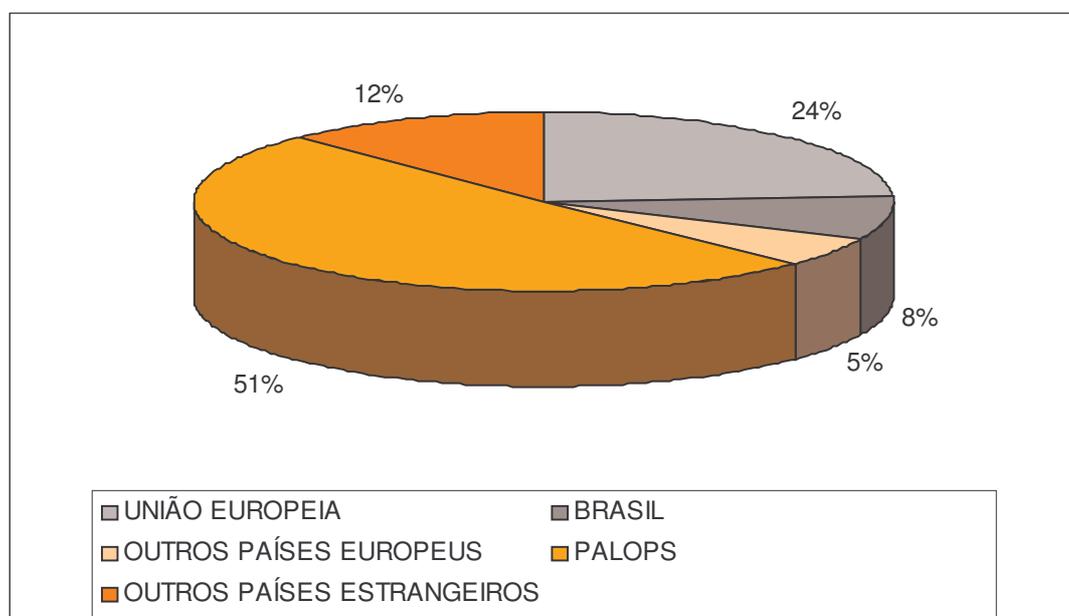


Figura 4. Repartição da população estrangeira residente em Portugal, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Com base nos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do Instituto Nacional de Estatística (referentes ao ano de 2002), procedeu-se à análise da distribuição espacial e das características de diferentes grupos de imigrantes e minorias étnicas no território português (nesta análise utilizaram-se os grupos de imigrantes considerados mais representativos pelo Serviço de Estrangeiros e

Fronteiras, e em relação aos quais se dispunha de informação desagregada) [Anexo 24].

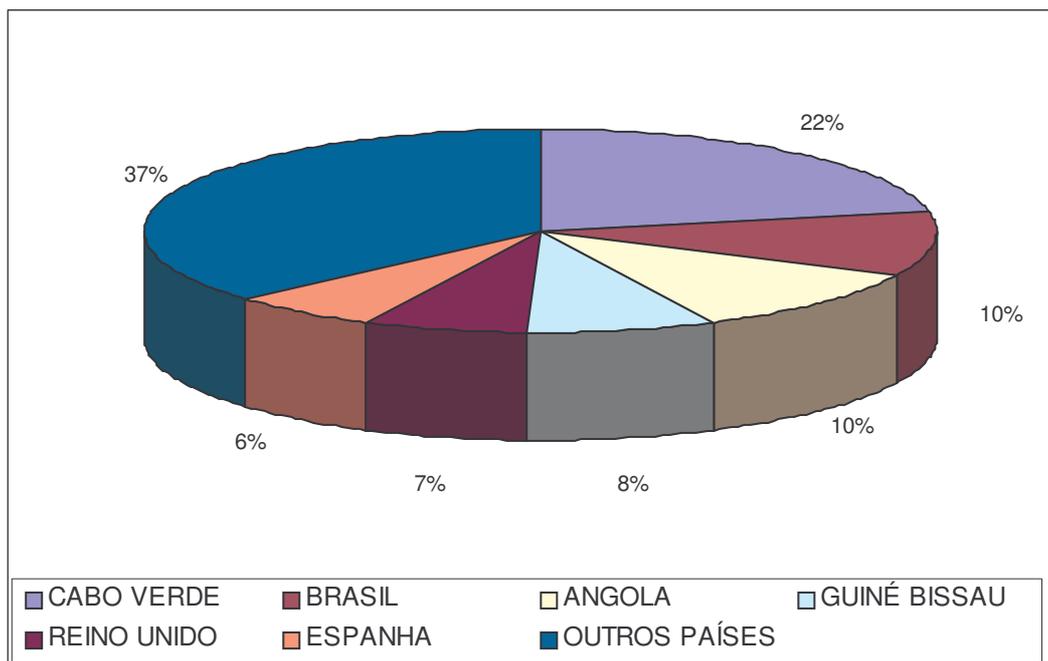


Figura 5. Principais grupos de imigrantes em Portugal Continental, em 2002, de acordo com o país de origem (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

No que se refere à distribuição geográfica destes grupos de imigrantes, pode verificar-se no mapa seguinte que as escolhas territoriais variam de acordo com o país de naturalidade dos imigrantes.

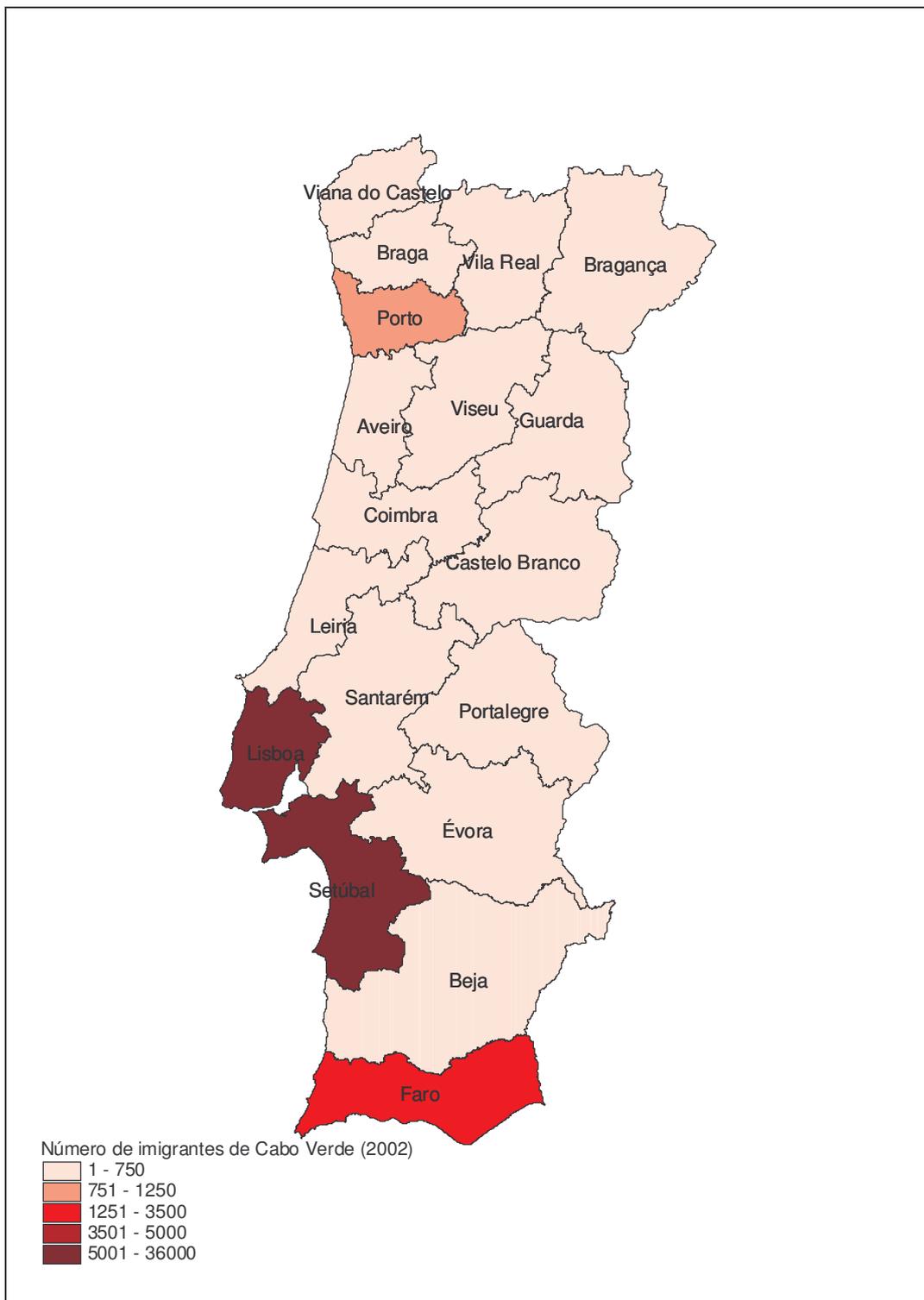


Figura 6. Distribuição por distrito dos imigrantes de Cabo Verde, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

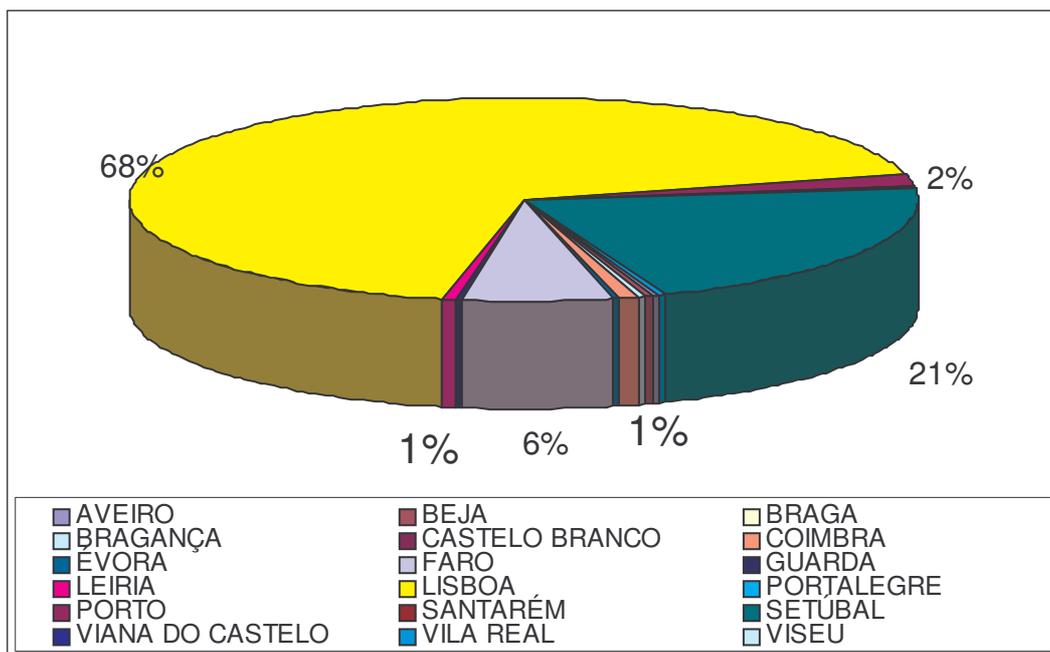


Figura 7. Distribuição dos imigrantes de Cabo Verde, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

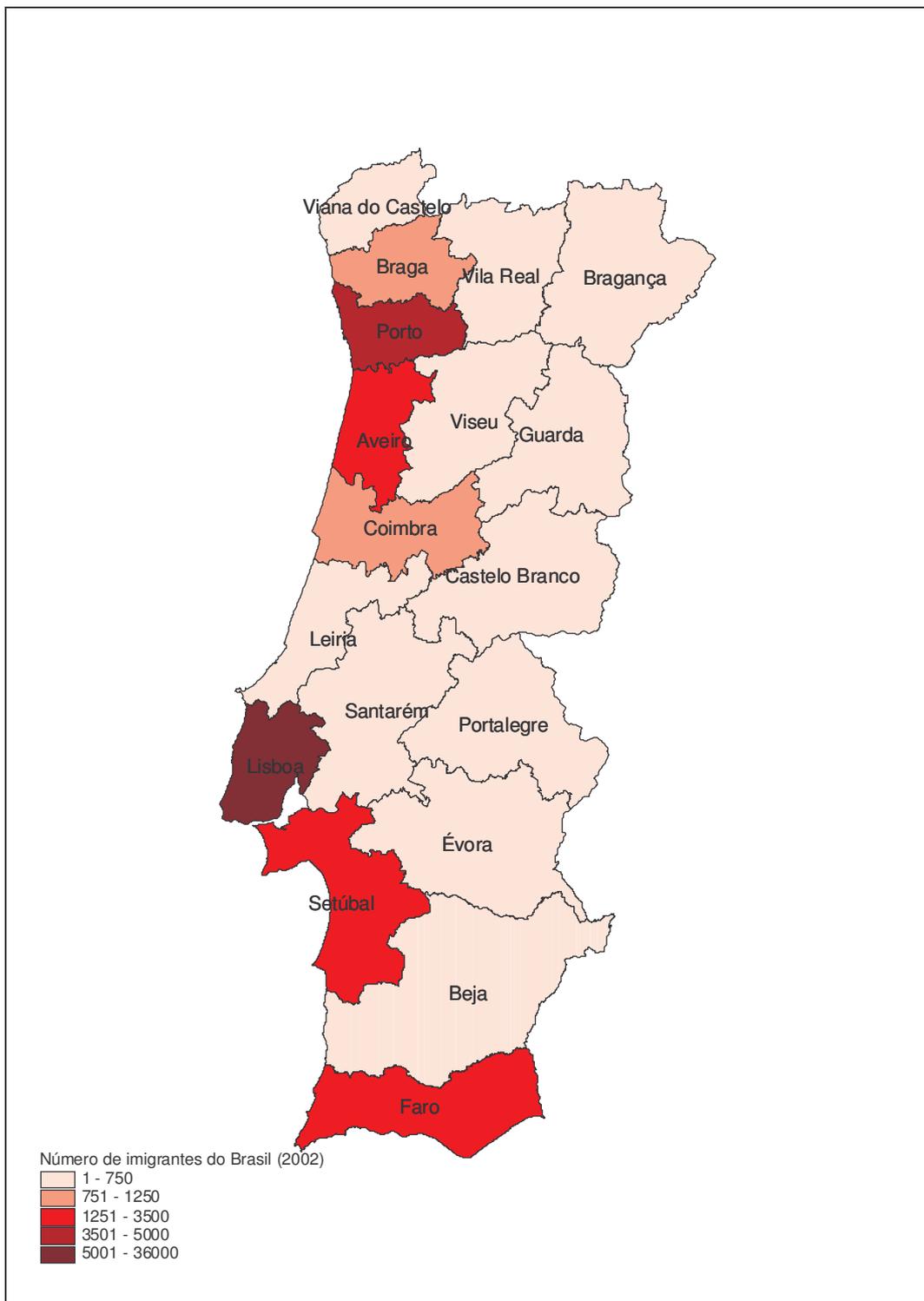


Figura 8. Distribuição por distrito dos imigrantes do Brasil, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

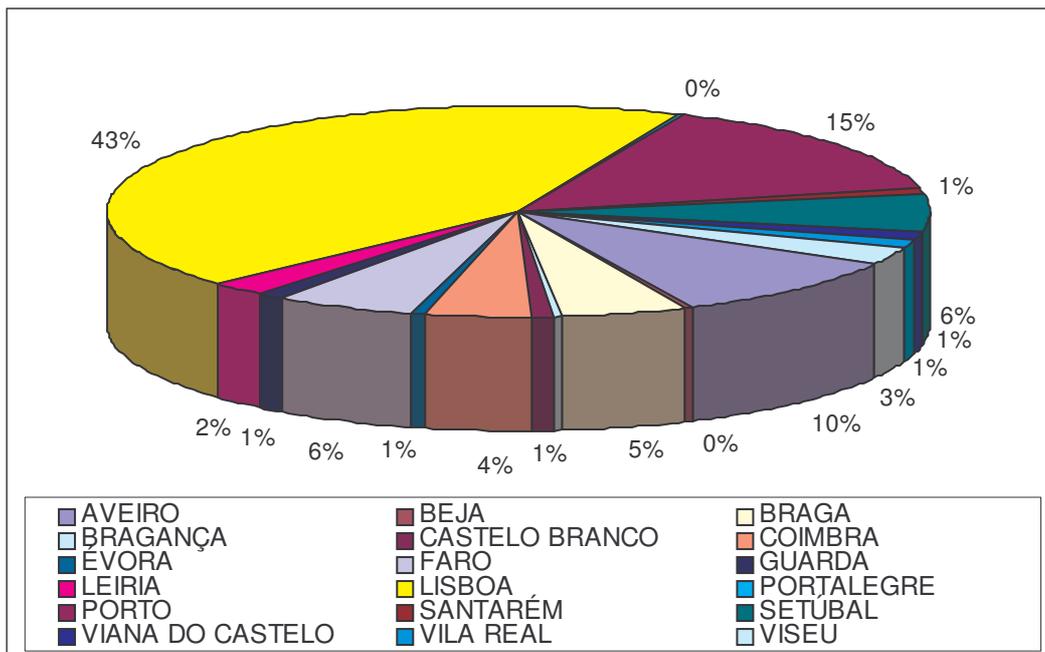


Figura 9. Distribuição dos imigrantes do Brasil, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

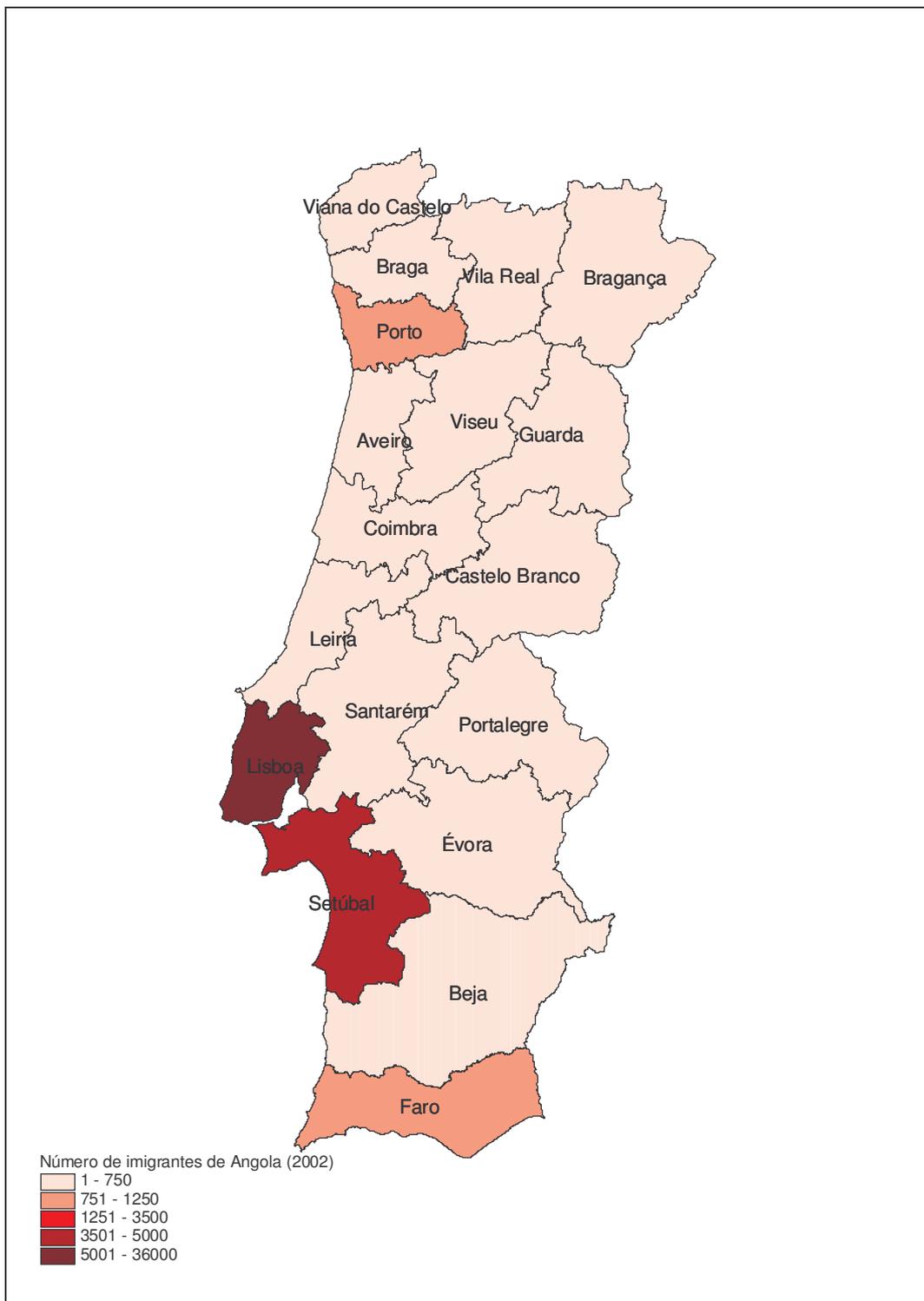


Figura 10. Distribuição por distrito dos imigrantes de Angola, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

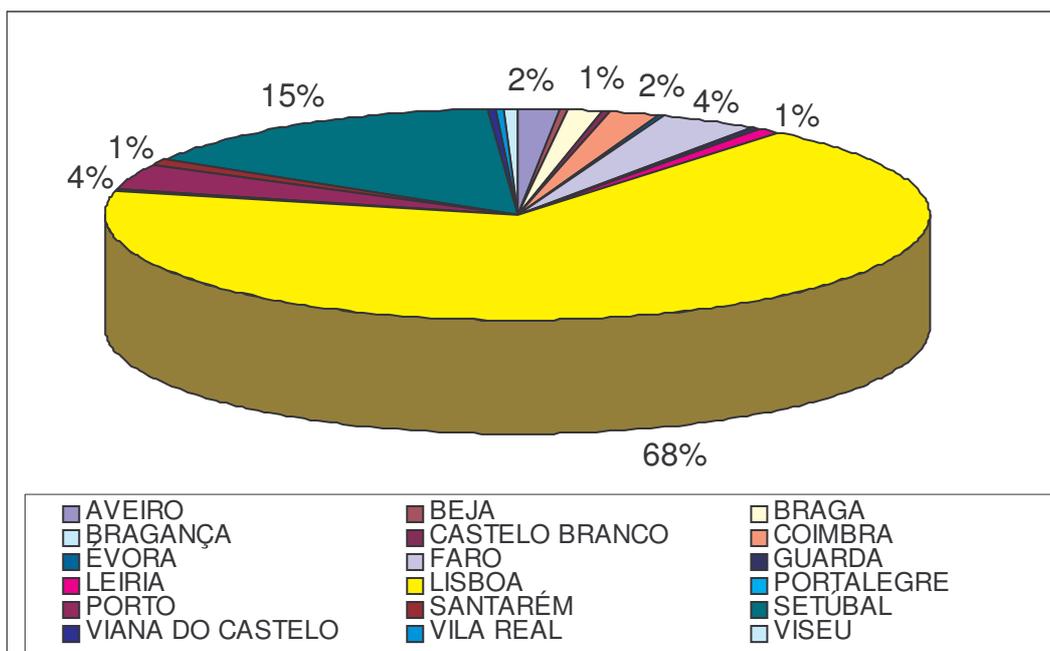


Figura 11. Distribuição dos imigrantes de Angola, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

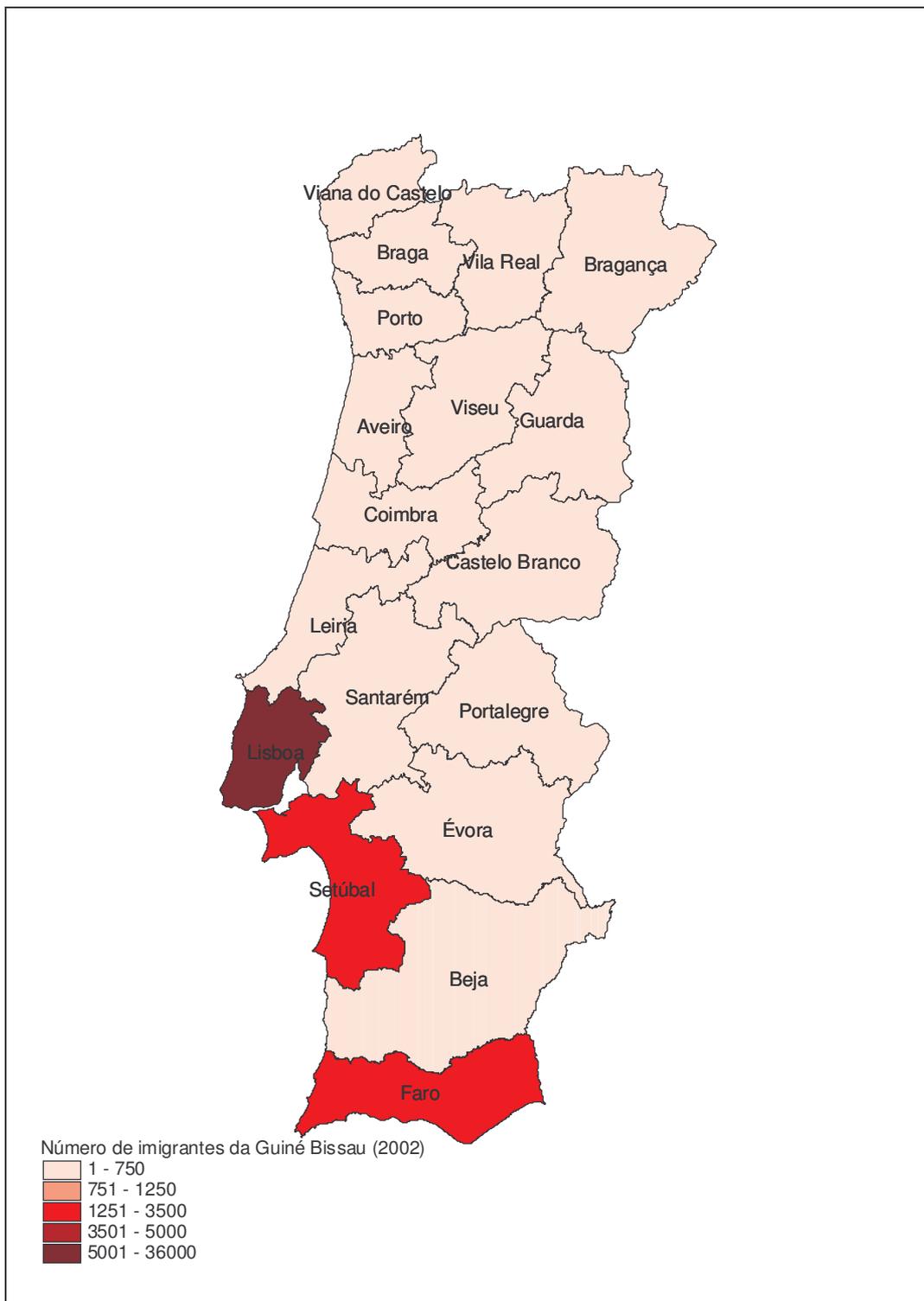


Figura 12. Distribuição por distrito dos imigrantes da Guiné Bissau, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

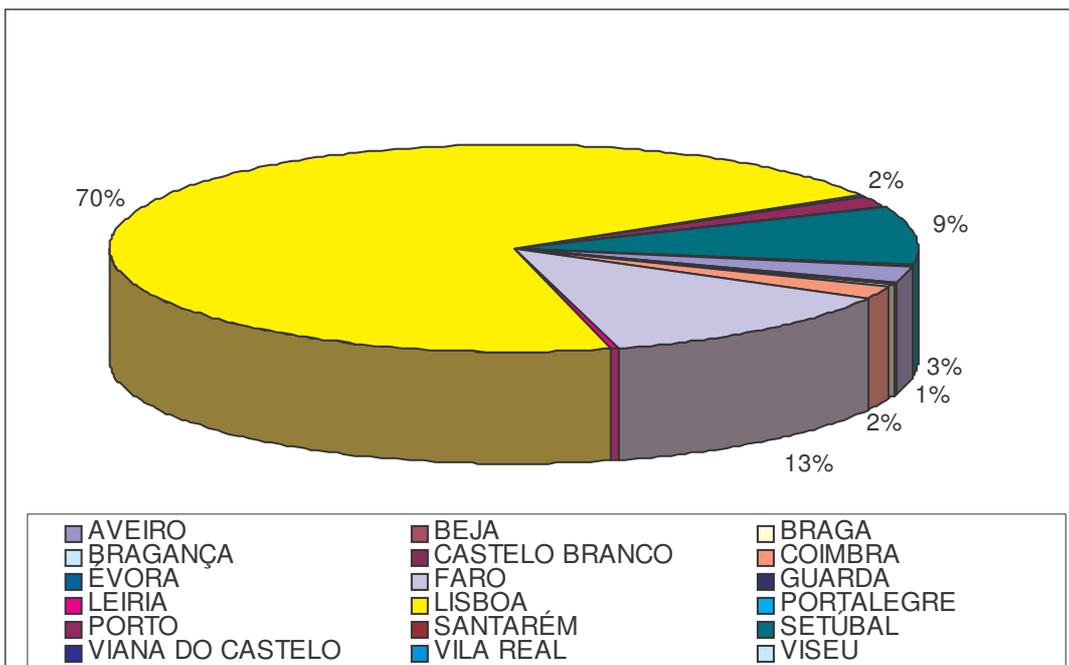


Figura 13. Distribuição dos imigrantes da Guiné Bissau, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

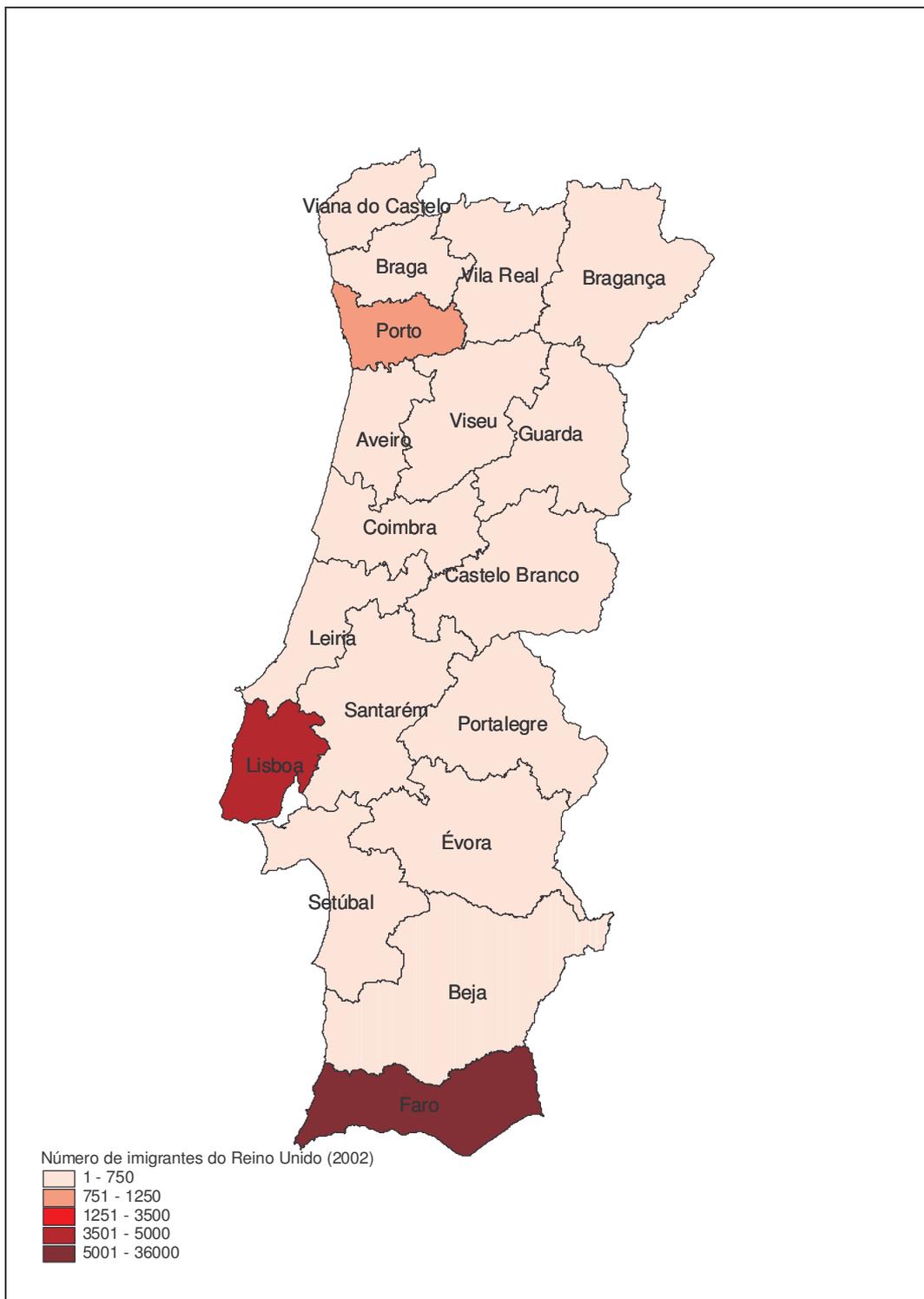


Figura 14. Distribuição por distrito dos imigrantes do Reino Unido, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

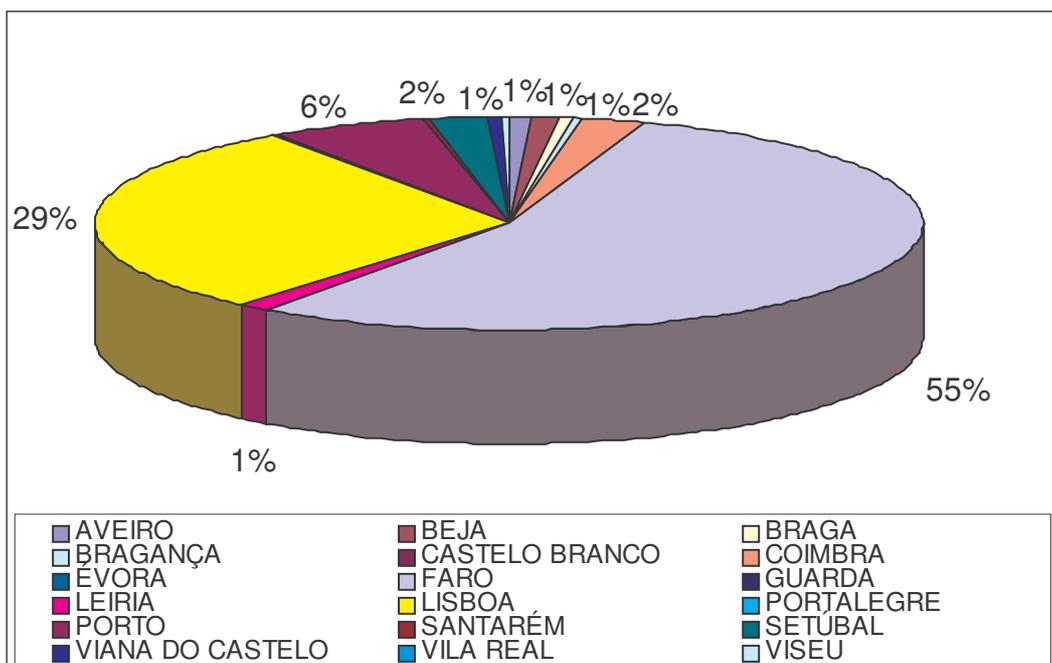


Figura 15. Distribuição dos imigrantes do Reino Unido, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

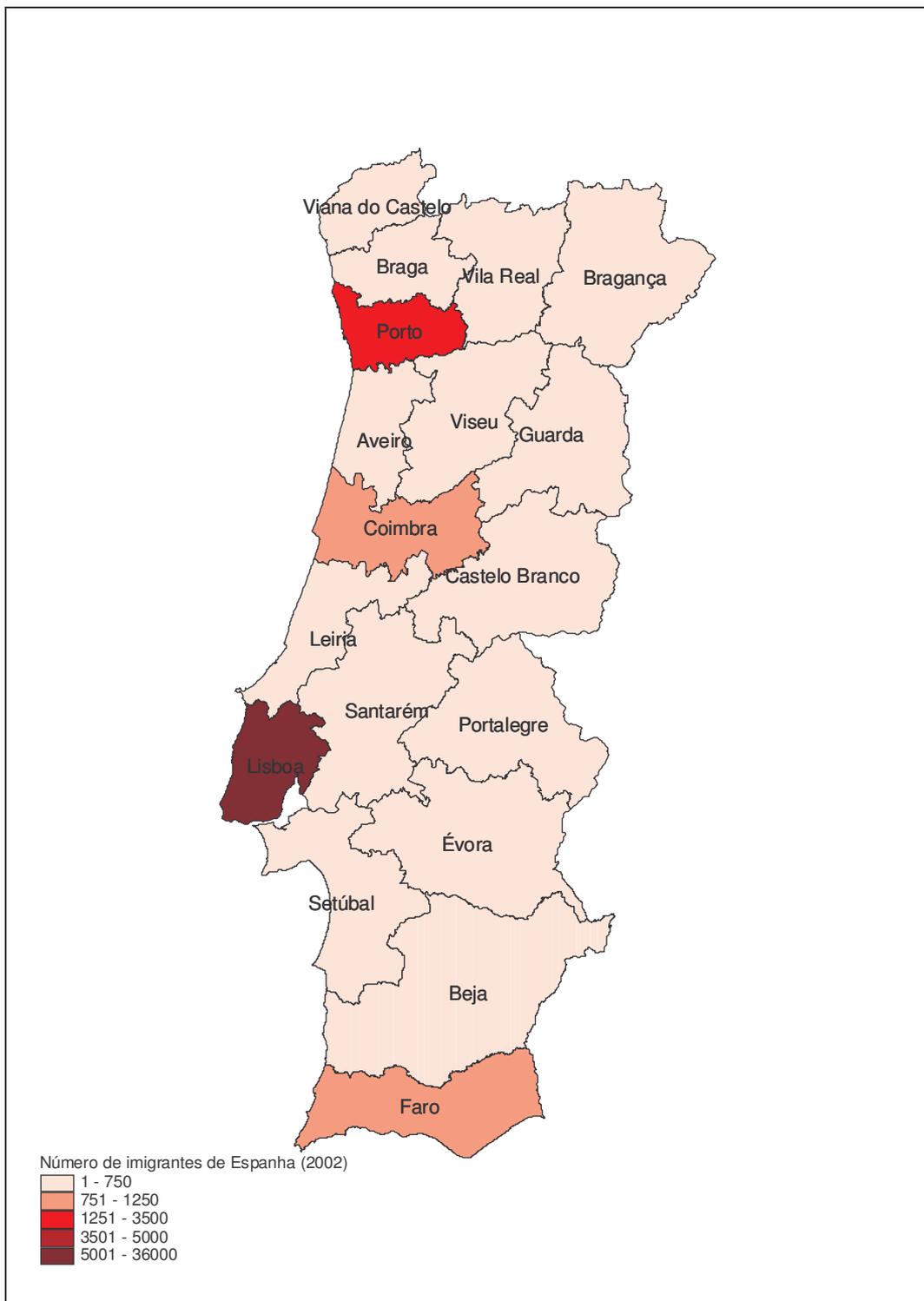


Figura 16. Distribuição por distrito dos imigrantes de Espanha, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

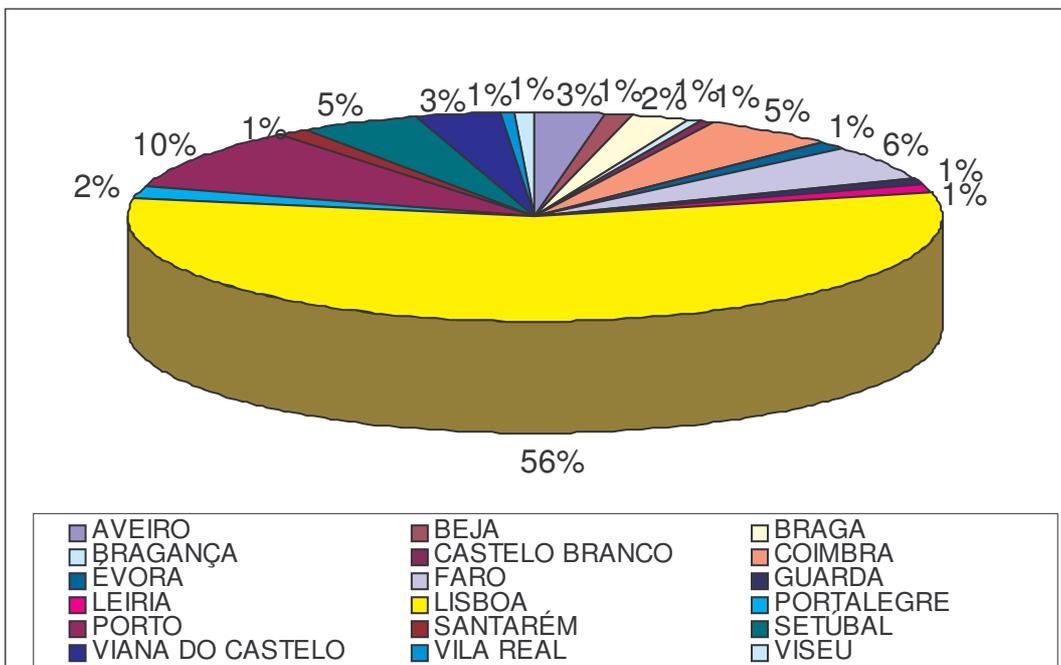


Figura 17. Distribuição dos imigrantes de Espanha, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

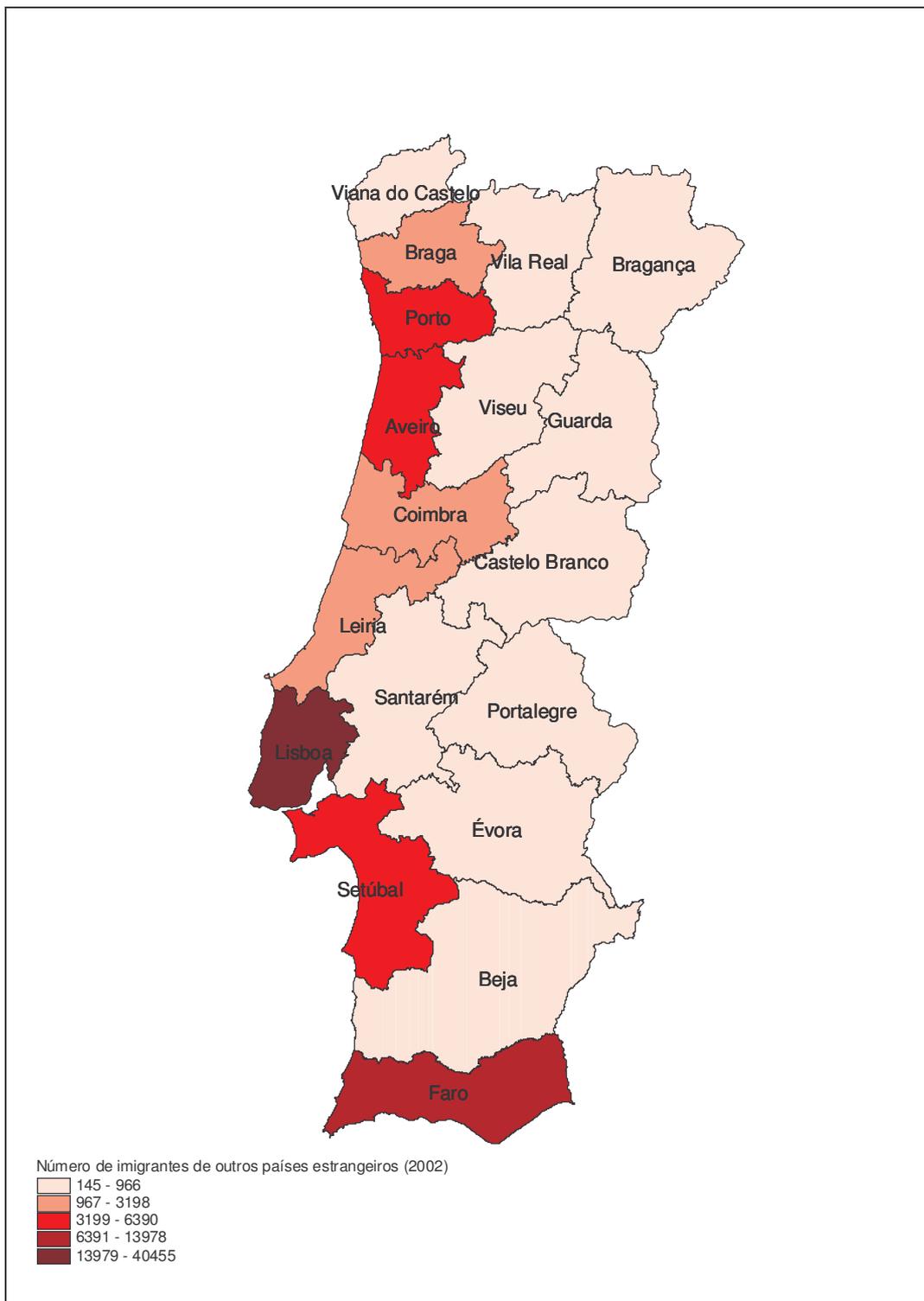


Figura 18. Distribuição por distrito dos imigrantes de outros países estrangeiros, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

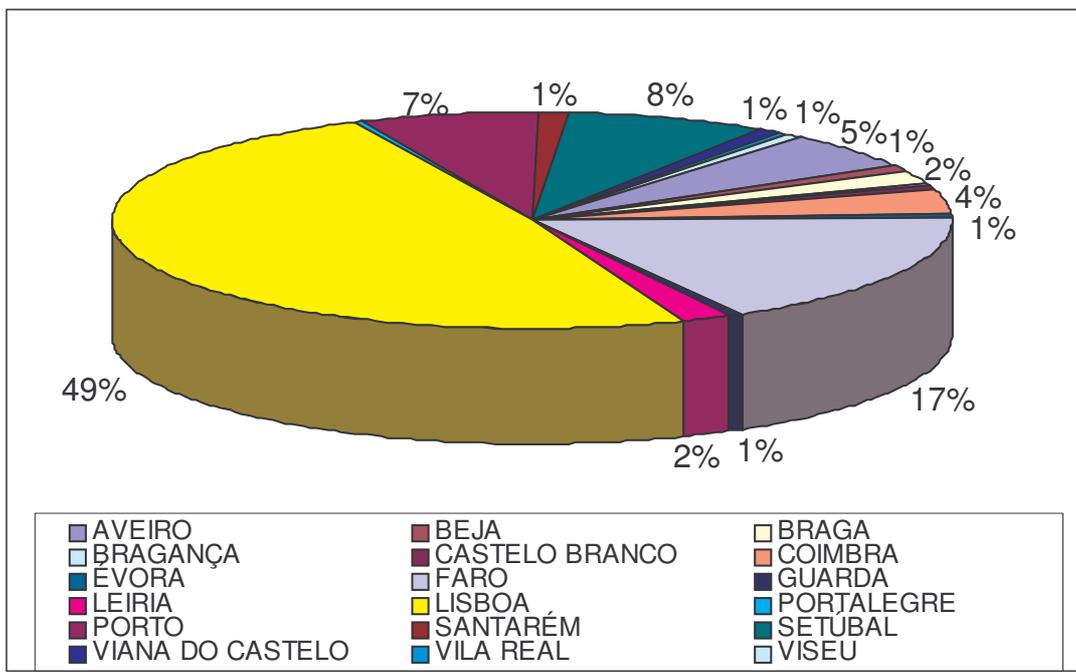


Figura 19. Distribuição dos imigrantes de outros países estrangeiros, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

No que se refere à distribuição dos imigrantes por sexo, o grupo mais desequilibrado refere-se aos imigrantes da Guiné Bissau, seguido dos de Angola. Nos grupos de imigrantes brasileiros e espanhóis existe uma maior proximidade percentual entre homens e mulheres [Anexo 25].

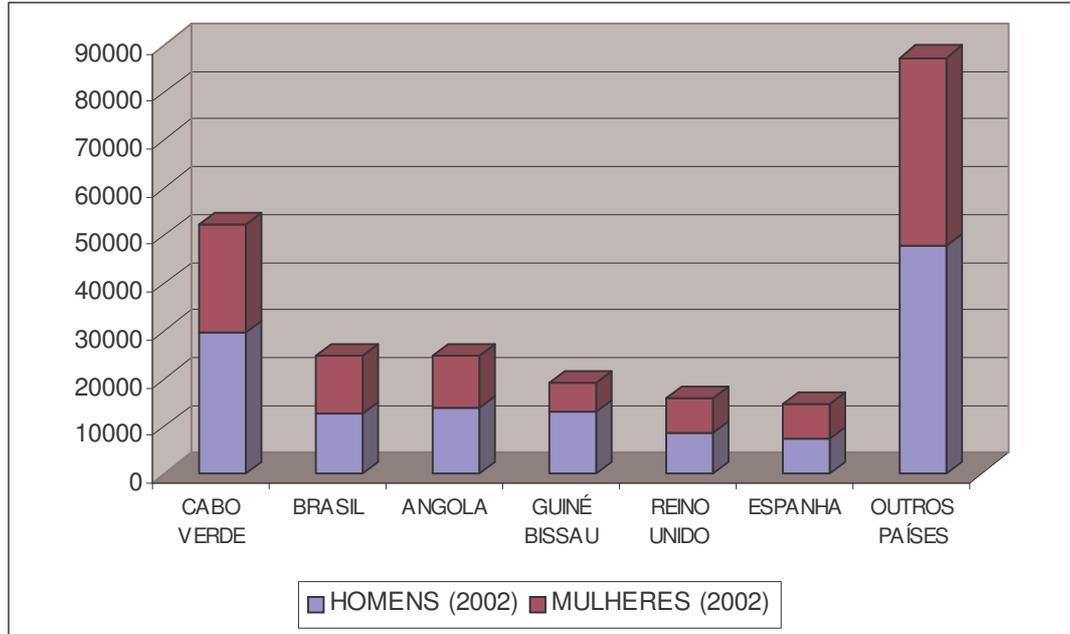


Figura 20. Distribuição dos imigrantes por sexo, de acordo com o país de origem (2002) (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

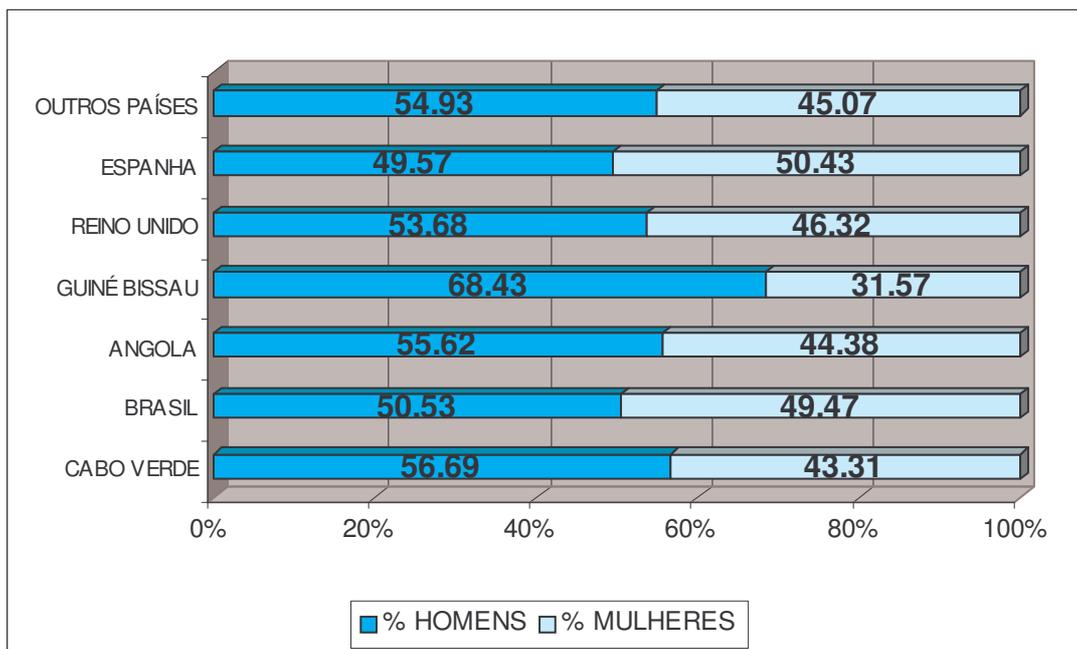


Figura 21. Repartição percentual dos imigrantes por sexo, de acordo com o país de origem (2002) (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

É a seguinte a distribuição dos estrangeiros que, em 2002, requereram estatuto de residente [Anexo 26]:

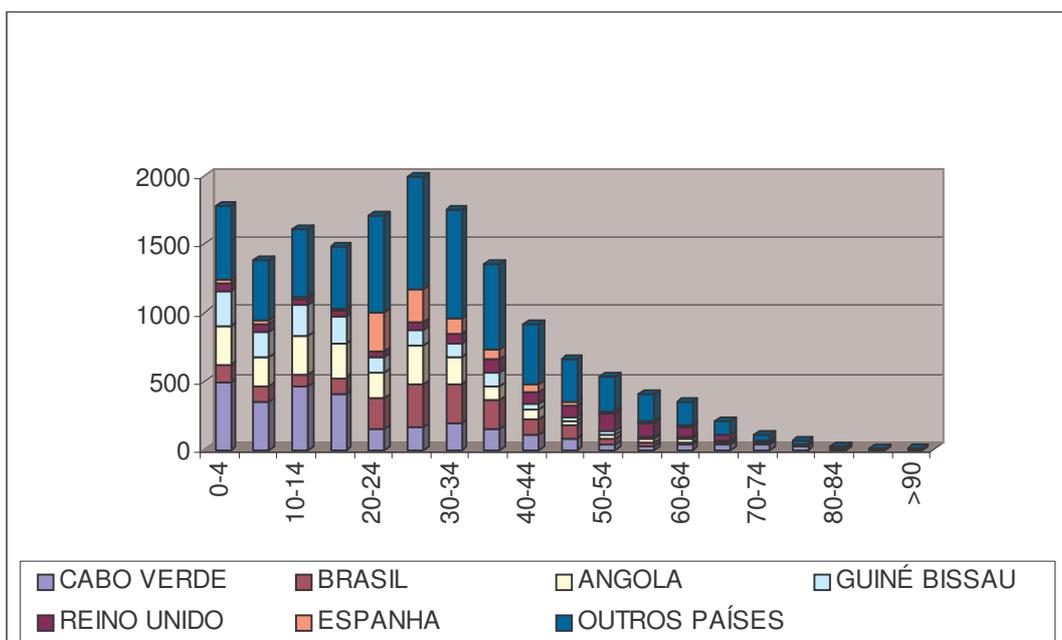


Figura 22. Distribuição de estrangeiros que, em 2002, requereram estatuto de residente, de acordo com a idade e a nacionalidade (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Uma análise da situação profissional dos principais grupos de imigrantes que solicitaram estatuto de residente em 2001, conduziu aos seguintes resultados [Anexo 27]:

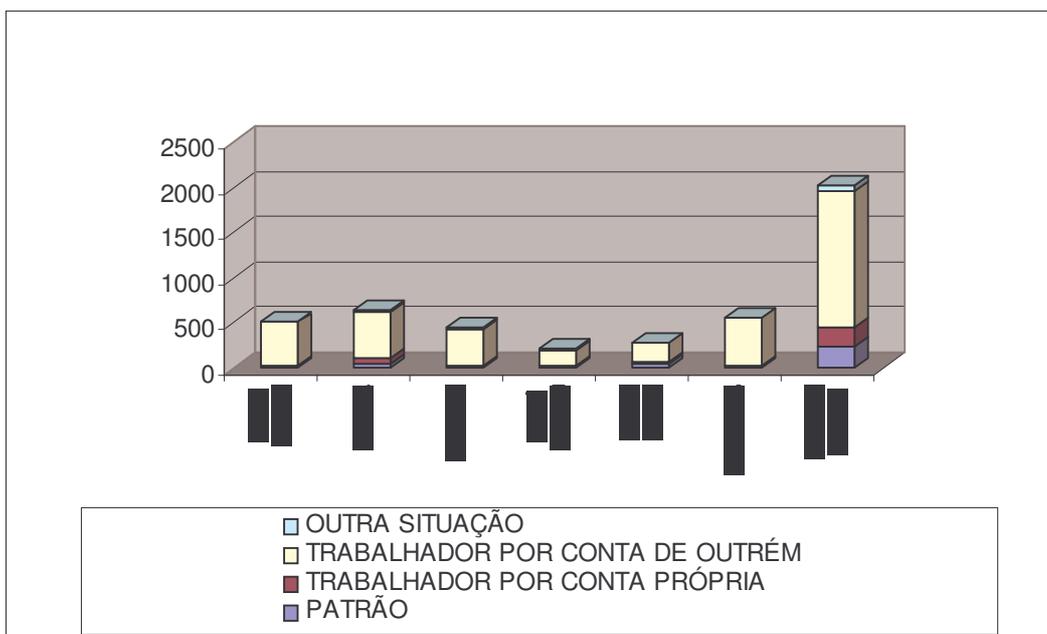


Figura 23. Distribuição de imigrantes que solicitaram estatuto de residente em 2002, de acordo com a situação profissional (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

No que se refere à população estrangeira que solicitou estatuto de residente em 2002, a sua distribuição por grupos profissionais é apresentada seguidamente [Anexo 28]:

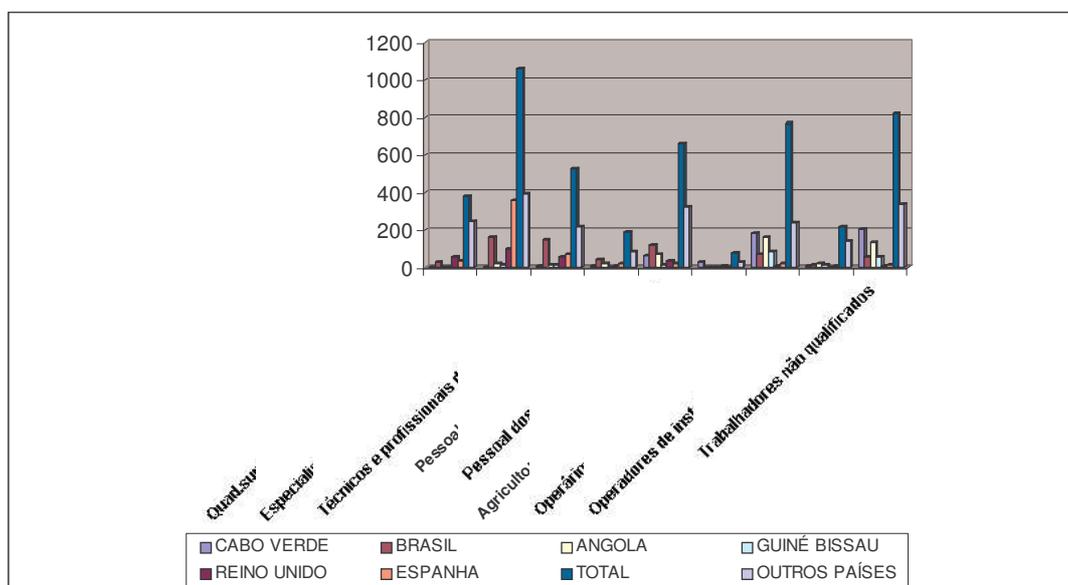


Figura 24. Distribuição de imigrantes que solicitaram estatuto de residente em 2002, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

3.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto residem 1 208 026 portugueses e 52 654 estrangeiros (que representam) uma percentagem de cerca de 4,2% da população total).

A repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grandes grupos de nacionalidades considerados, é substancialmente diferente da correspondente repartição a nível nacional. Assim, os indivíduos provenientes dos países africanos de expressão oficial portuguesa apenas representam 34% dos imigrantes (sendo 51% a nível nacional), os dos países da União Europeia 23%, e outros países europeus 3% (sendo a nível nacional respectivamente, 24% e 5%), e os do Brasil e de outros países estrangeiros têm aqui uma maior representatividade (12% e 28%, respectivamente, sendo os valores homólogos a nível nacional de 8% e 12%):

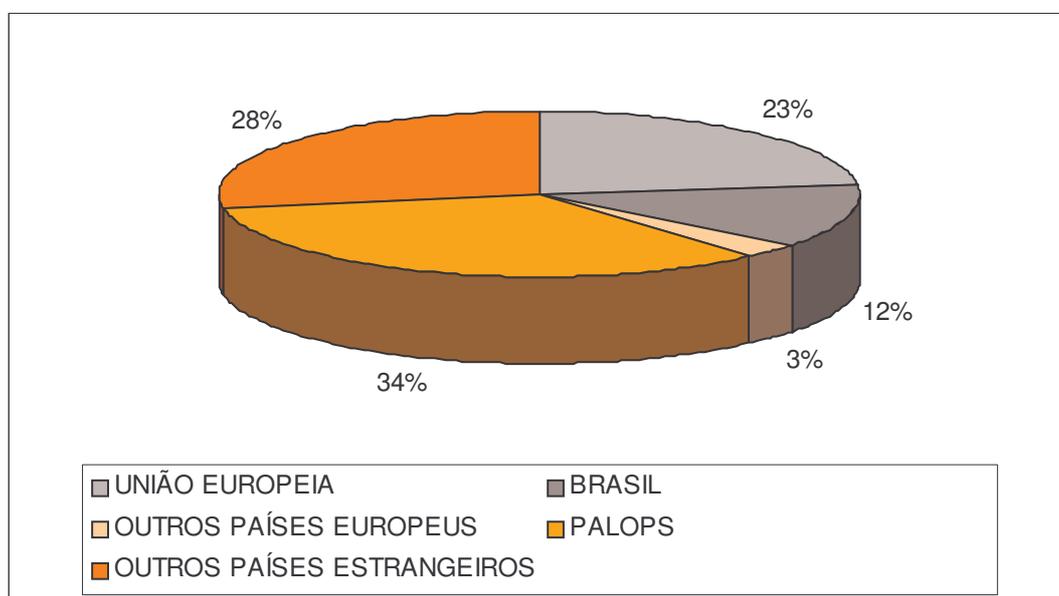


Figura 25. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A população estrangeira reparte-se do seguinte modo entre os diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto [Anexos 3 e 3*]:

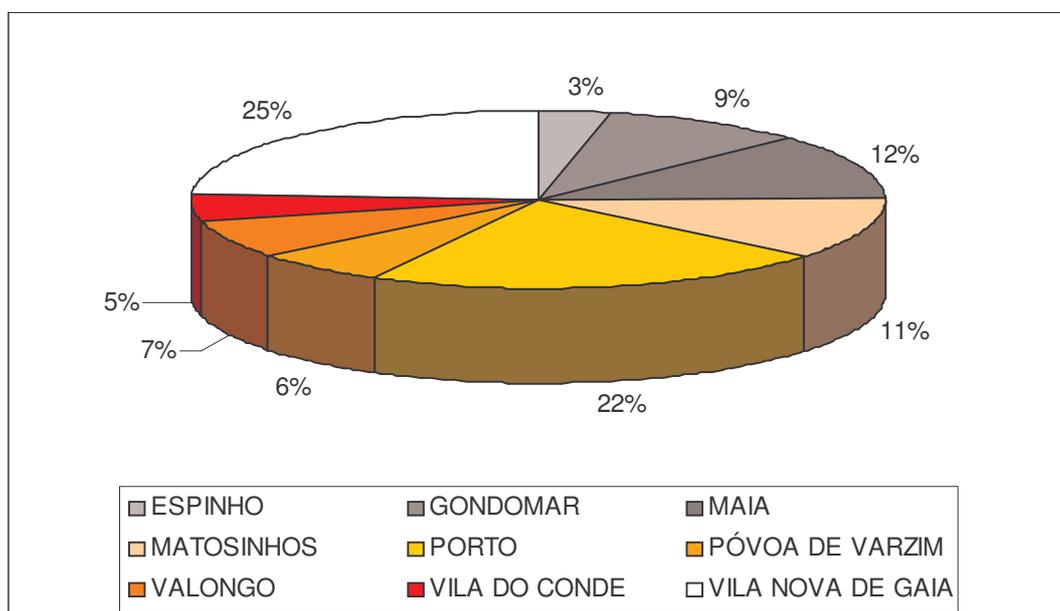


Figura 26. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelhos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os imigrantes localizam-se preferencialmente nos concelhos de Vila Nova de Gaia (25%) e do Porto (22%), seguindo-se (embora com uma menor ordem de grandeza) os concelhos da Maia (12%), Matosinhos (11%) Gondomar (9%), Valongo (7%), Póvoa de Varzim (6%), Vila do Conde (5%) e Espinho (3%).

A repartição por concelhos dos grandes grupos de imigrantes, considerando os países europeus subdivididos entre os da Europa ocidental e os da Europa de leste (uma vez que os respectivos grupos de imigrantes exibem características específicas distintas), é patente no seguinte gráfico comparativo:

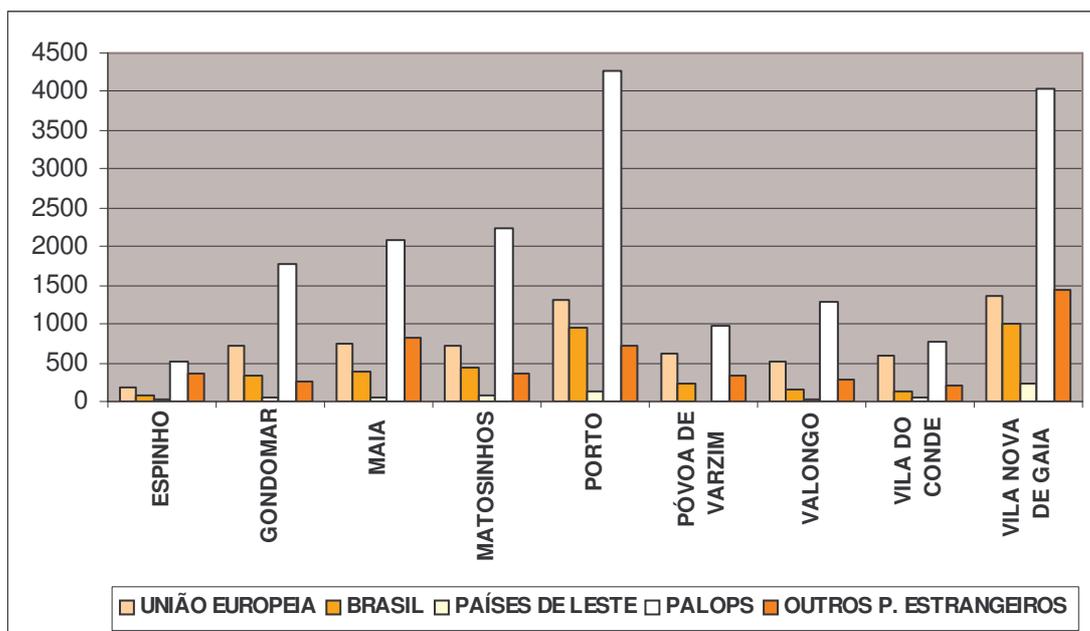


Figura 27. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros, residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E GRUPO ETÁRIO

Dos 1 208 026 portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto 579 215 são homens (47,9%) e 628 811 são mulheres (52,1%), sendo a distribuição homóloga de estrangeiros de 24 770 homens (47%) e de 27 884 mulheres (53%).

A repartição da população na Área Metropolitana do Porto por sexos, para os grandes grupos de estrangeiros residentes considerados é a seguinte:

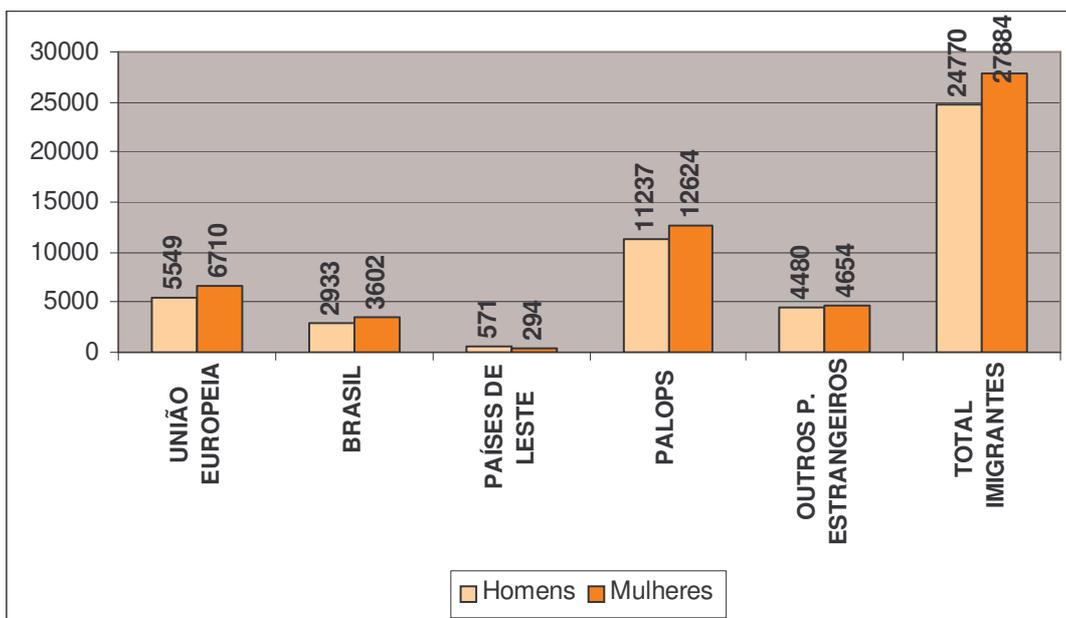


Figura 28. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sexo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente à distribuição por grupos etários da população imigrante comparativamente com a população portuguesa, são patentes os seguintes valores por escalões de idades, evidenciando que a população estrangeira é predominante nos grupos etários que constituem a população activa:

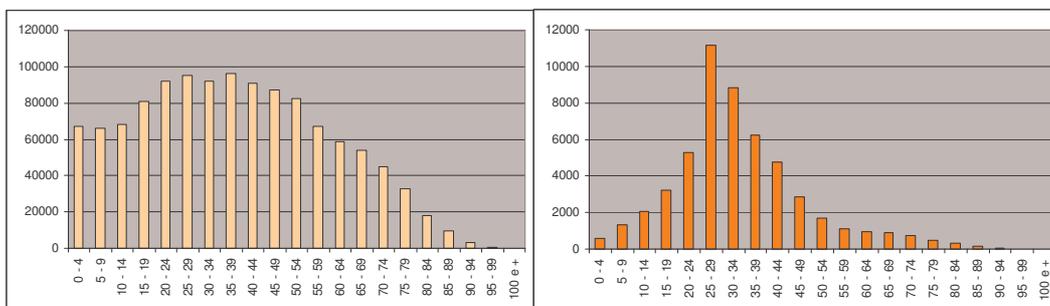


Figura 29. Distribuição da população portuguesa e da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São patentes, no entanto, algumas variações dentro dos próprios grupos de imigrantes. Assim, de entre os estrangeiros provenientes dos países da União Europeia, são mais numerosos os que têm até 39 anos de idade, o que traduz a

deslocação relativamente recente destes núcleos familiares para a Área Metropolitana do Porto.

A população proveniente dos países africanos de expressão oficial portuguesa, que assume igualmente elevada representatividade entre os 20 e os 59 anos, exhibe, no entanto, uma certa simetria no que se refere aos grupos etários mais jovens (até aos 20 anos) e mais velhos (a partir dos 60 anos).

Na população brasileira constata-se que, sendo bastante representativos os estratos populacionais em idade activa, também assumem valores elevados os mais jovens e também os idosos, não sendo tão desigual como nos outros grupos de imigrantes o peso dos grupos de jovens e idosos relativamente aos grupos em idade activa.

Constatação semelhante se faz relativamente aos outros países estrangeiros, embora neste caso seja baixa a percentagem pessoas de estratos etários superiores aos 60 anos sendo, ainda, os jovens em número proporcionalmente elevado em relação aos indivíduos situados entre os 20 e os 59 anos de idade:

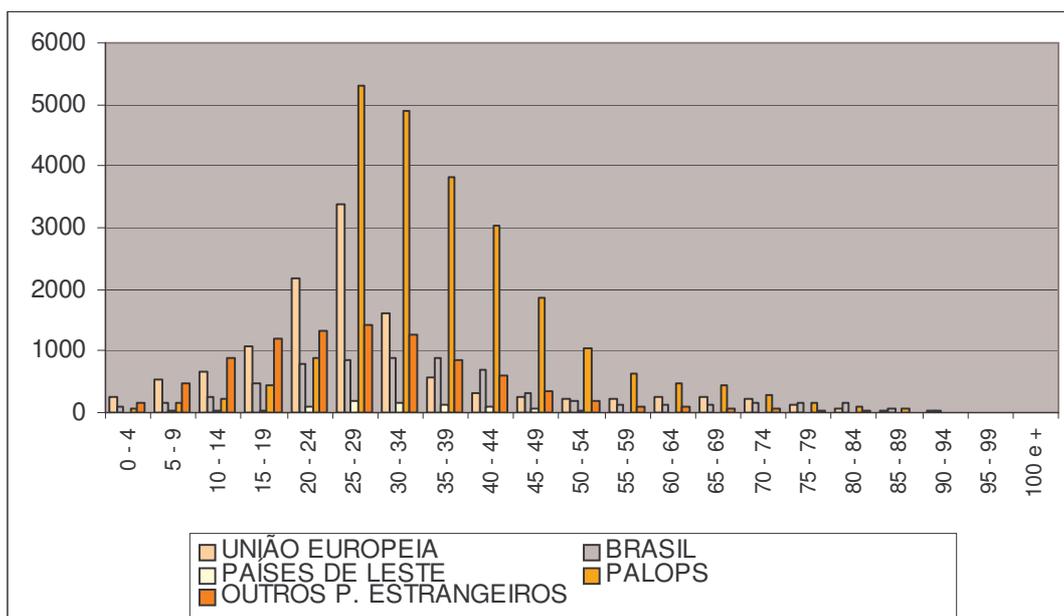


Figura 30. Distribuição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Para efeitos de análise das habilitações académicas, agruparam-se os valores correspondentes aos indivíduos que se encontram a frequentar, os que completaram e os que não concluíram um determinado nível de ensino. Assim, os grupos de habilitações considerados (e de acordo com os dados dos censos 2001) foram: sem habilitações académicas, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo do ensino básico, ensino secundário, ensino médio, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

A população portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto apresenta a seguinte distribuição de acordo com os graus de ensino:

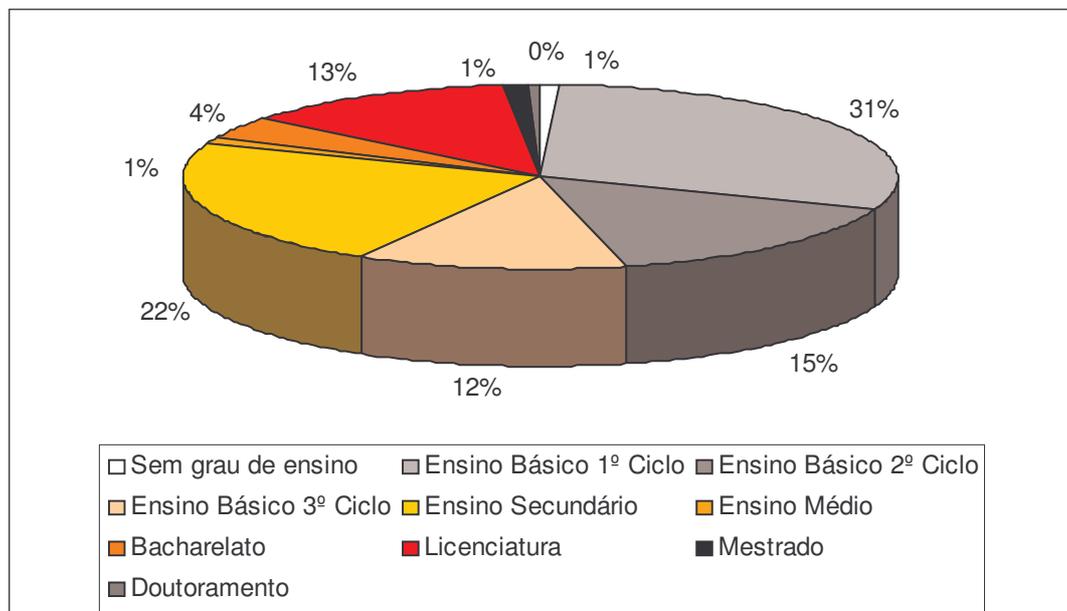


Figura 31. Repartição das habilitações académicas dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É predominante a representatividade dos portugueses que se encontram a frequentar, não completaram ou completaram o ensino básico (58% da população total), tendo 22% o ensino secundário e 19% graus de ensino médio ou superior.

A situação dos estrangeiros no que se refere à repartição de acordo com o respectivo nível de instrução é substancialmente diferente, uma vez que é predominante a formação média e superior, que ascende a 40% da população total,

seguinte-se-lhe 32% com o ensino secundário, e apenas 27% são detentores apenas do ensino básico:

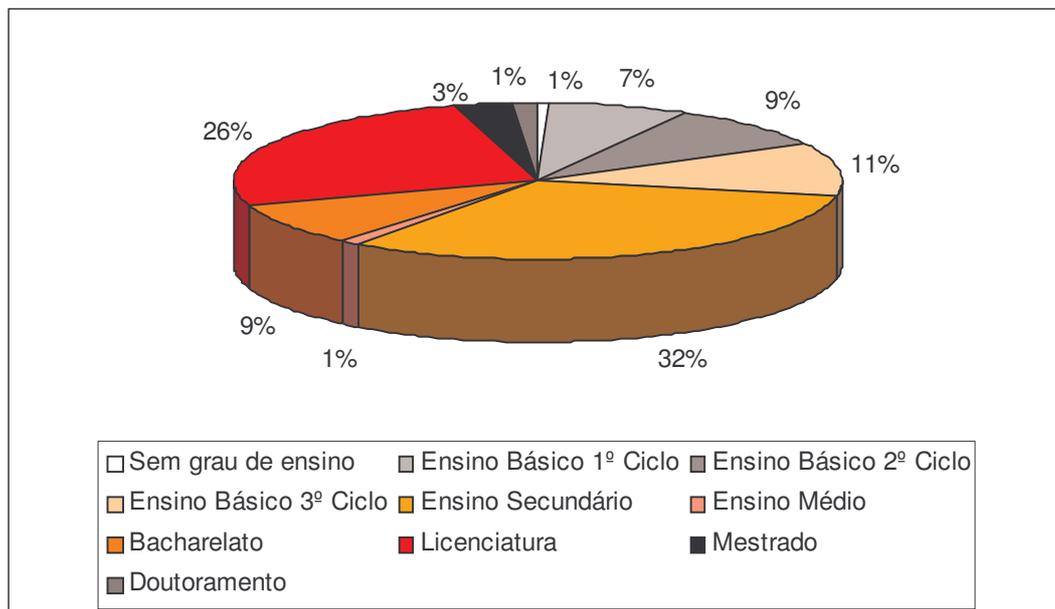


Figura 32. Repartição das habilitações académicas dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para além disso, as diferenças não são significativas em termos percentuais entre os diferentes grupos populacionais estrangeiros:

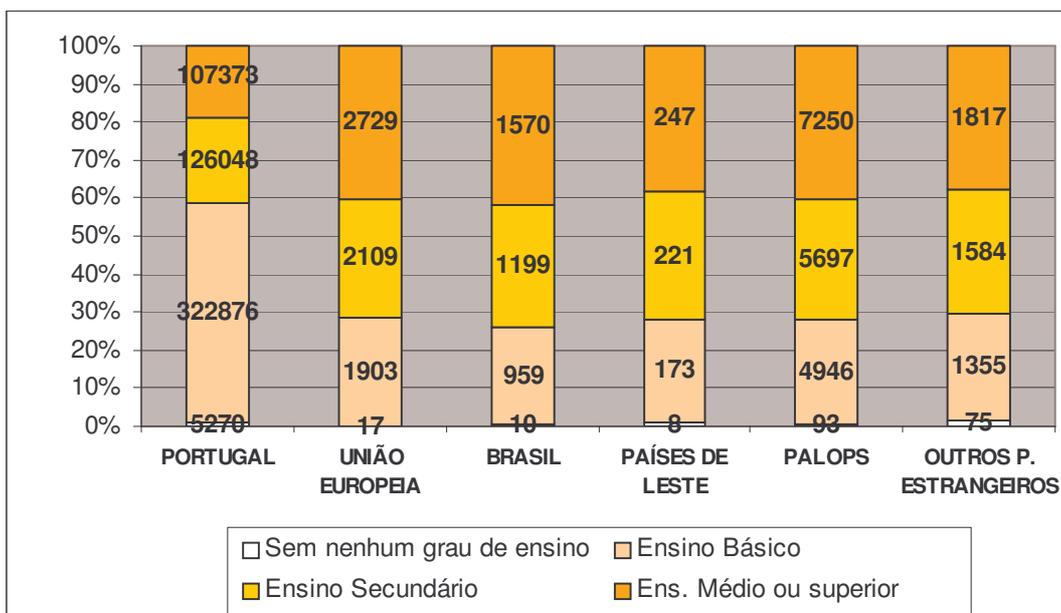


Figura 33. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto por graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Outro aspecto que importa realçar tem a ver com a distribuição da população de imigrantes de acordo com as habilitações académicas pelos diferentes concelhos da Área Metropolitana do Porto, que mostra que é no concelho do Porto que a percentagem de estrangeiros detentor de ensino médio ou superior é mais elevada, seguido dos concelhos de Matosinhos e da Maia:

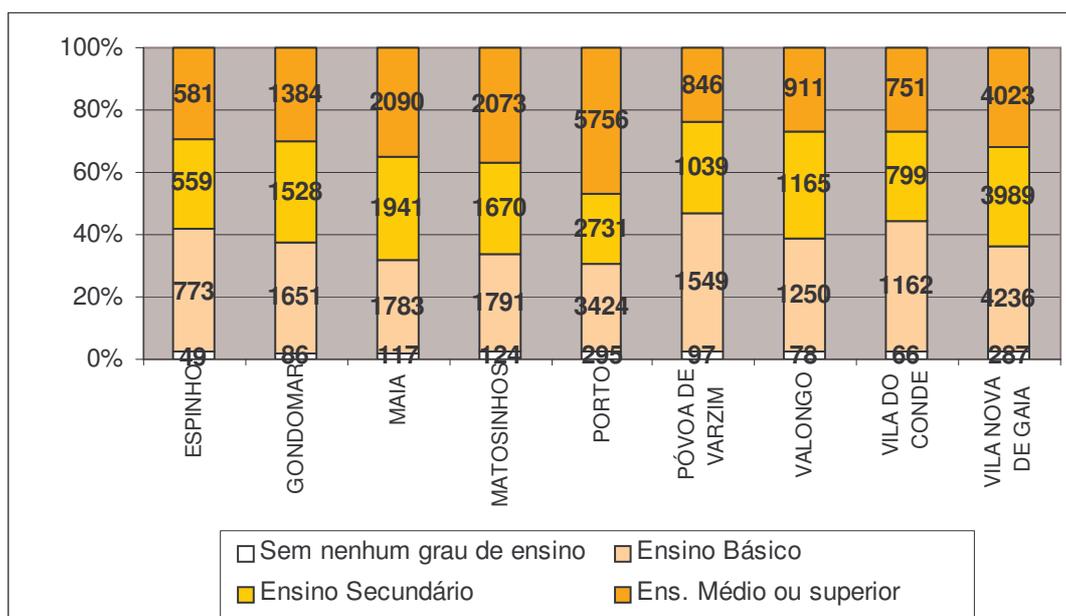


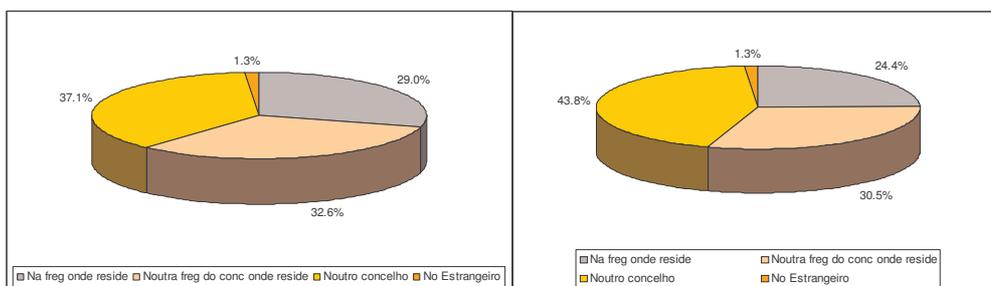
Figura 34. Repartição dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto por concelhos, de acordo com os graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.3. CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O estudo comparativo do local de trabalho com o local de residência para os grandes grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto mostra que, em termos médios, 28.8% dos trabalhadores exercem a sua actividade na freguesia onde residem, 32.4% trabalham noutra freguesia desse mesmo concelho, 37.5% noutro concelho e os restantes 1.3% no estrangeiro.

Assim, enquanto que da população portuguesa 29% trabalha na freguesia onde reside, 32.6% noutra freguesia do concelho de residência, 37.1% noutro concelho e 1.3% no estrangeiro, da população estrangeira 24.4% trabalha na freguesia onde reside, 30.5% trabalha noutra freguesia do concelho de residência, e 43.8% noutro concelho distinto do de residência, e 1.3% no estrangeiro.

Constata-se que é menor a percentagem de estrangeiros que trabalha na freguesia



de residência e a percentagem de estrangeiros que trabalha noutra freguesia, (respectivamente 24.4% e 30.5% para os estrangeiros e 29% e 32.6% para os portugueses), ao passo que relativamente aos trabalhadores noutro concelho o conjunto dos imigrantes tem um peso superior (43.8%, sendo 37.1% o respectivo peso no grupo dos portugueses):

Figura 35. Repartição dos locais de trabalho dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São os imigrantes dos países de leste aqueles que exibem uma maior percentagem de postos de trabalho na freguesia de residência (41.8%), Também 27.8% do total de imigrantes de outros países estrangeiros e 27.2% do total de brasileiros trabalham na freguesia onde residem. É de notar, ainda, que 46.5% dos trabalhadores africanos de língua portuguesa trabalham noutra concelho sendo, proporcionalmente, o grupo com a maior percentagem de população activa a trabalhar num concelho distinto do da residência.

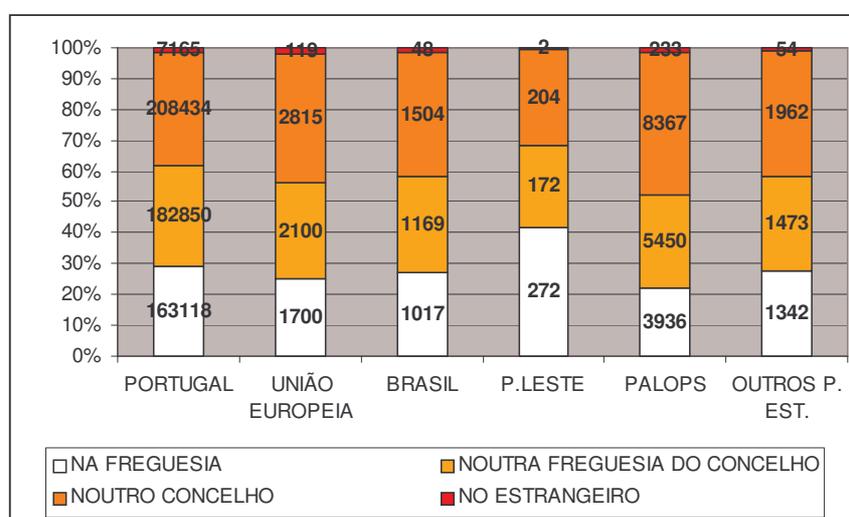


Figura 36. Repartição dos locais de trabalho dos grupos populacionais de indivíduos activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto relativamente ao local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.4. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

A repartição dos locais de trabalho comparativamente com os locais de residência, de acordo com as habilitações académicas mostra que são superiores as percentagens de estrangeiros com o ensino secundário e com o ensino médio ou superior que trabalham num concelho distinto do da residência, ligeiramente maiores as percentagens de portugueses sem nenhum grau de ensino e apenas com

o ensino básico que trabalham na freguesia onde residem, e maiores as percentagens de portugueses detentores do ensino secundário e do ensino médio ou superior que trabalham noutra freguesia do concelho de residência:

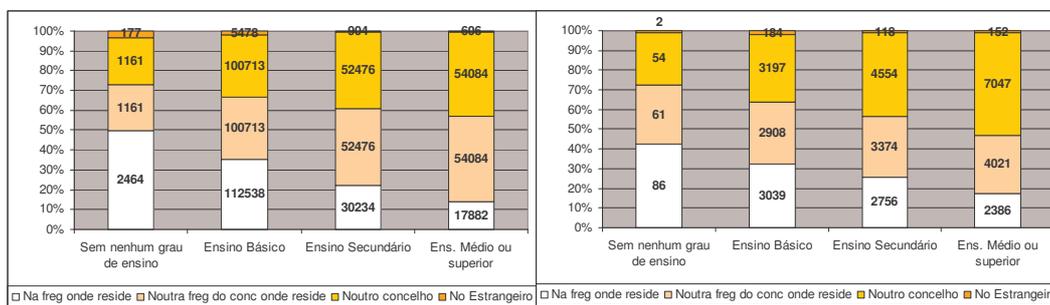


Figura 37. Repartição dos locais de trabalho de portugueses e de estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto segundo o nível de ensino, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os vários grupos de estrangeiros, por seu turno, não se verificam diferenças significativas no que respeita à repartição de acordo com as habilitações académicas dos que trabalham na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência, ou noutro concelho que não o de residência:

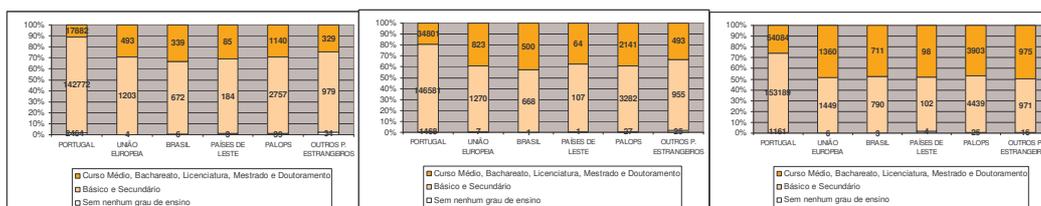


Figura 38. Repartição por graus de ensino de portugueses e estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto que trabalham, respectivamente, na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência e noutro concelho distinto do da residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto, 93% da população portuguesa e 94% da população estrangeira com actividade económica está empregada, estando os restantes 7% de portugueses e 6% de estrangeiros desempregados. O desemprego reparte-se de uma forma muito semelhante entre os diversos concelhos, quer na população portuguesa quer na população estrangeira:

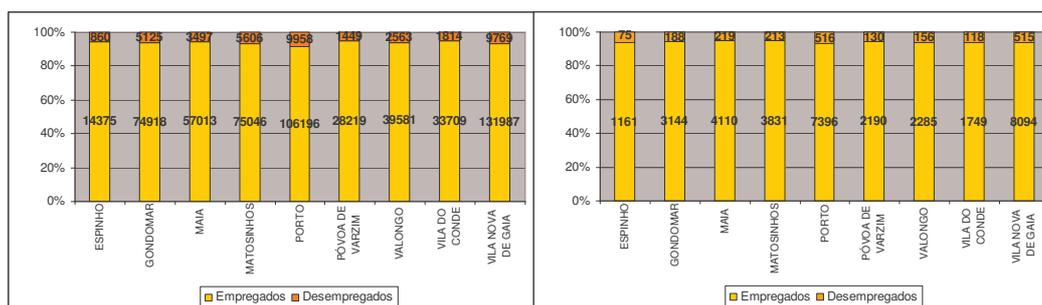


Figura 39. Situação perante o emprego de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não existem diferenças significativas no que se refere à distribuição da situação perante o emprego entre os diferentes grupos populacionais, sendo, no entanto, de notar que é no grupo dos imigrantes de leste que é menor a taxa de desemprego (4.7%) [Anexos 6 e 6*]:

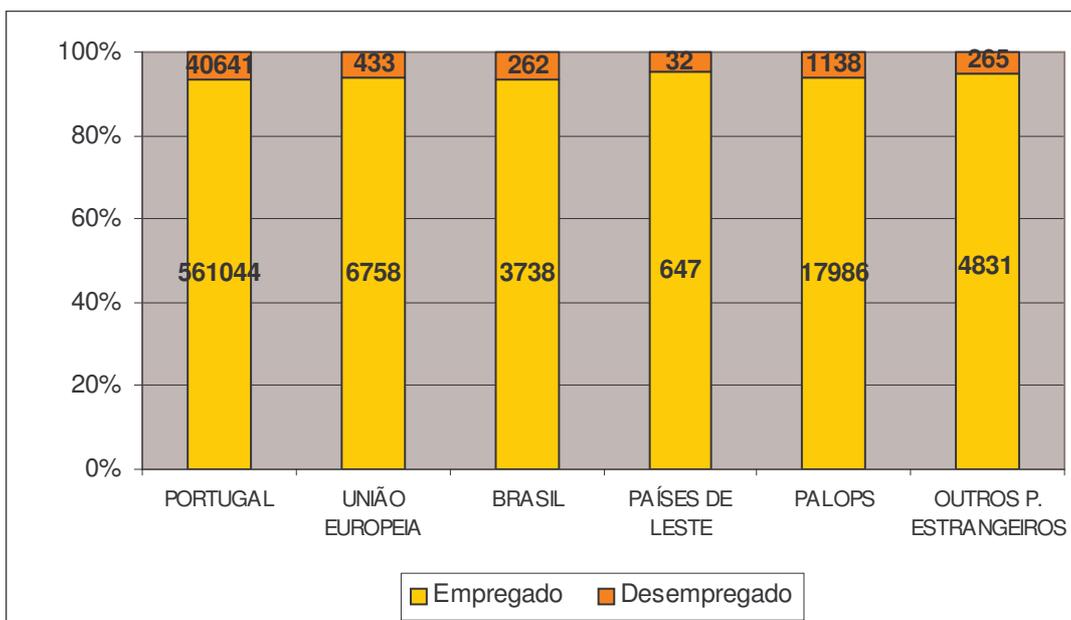


Figura 40. Situação perante o emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.6. REPARTIÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A presença dos estrangeiros é predominante no sector terciário da economia da Área Metropolitana do Porto (na qual trabalham 73% dos estrangeiros e 62% dos portugueses), seguindo-se o sector secundário (onde trabalham 26% dos estrangeiros e 36% dos portugueses):

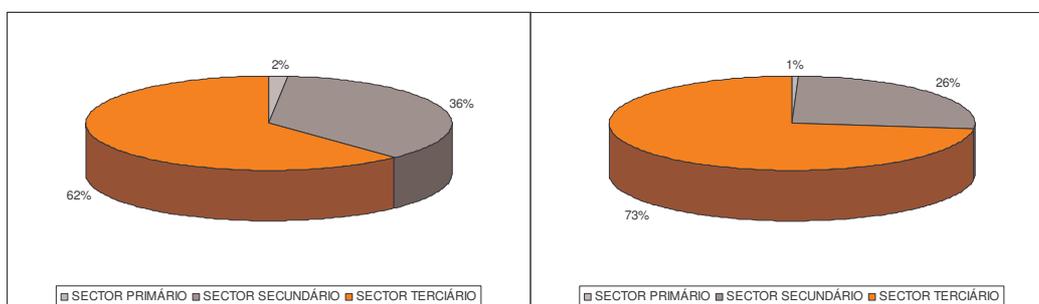


Figura 41. Repartição por sectores de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Esta predominância dos estrangeiros no sector terciário da economia é patente em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto [Anexos 9 e 9*]:

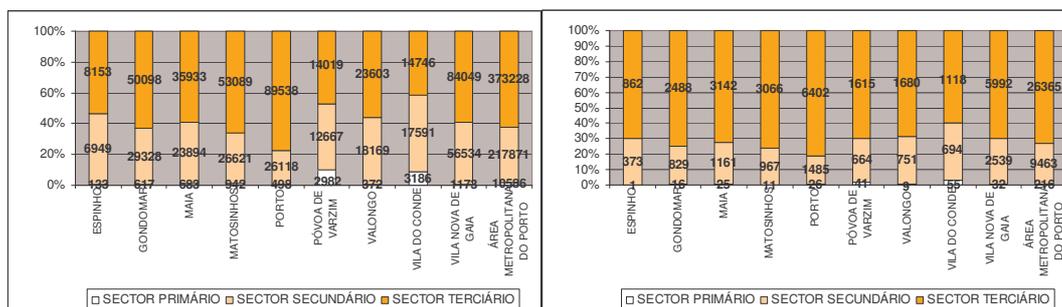


Figura 42. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para além disso, a repartição por sectores de actividade económica dos diferentes grupos populacionais mostra que a mais elevada percentagem de trabalhadores no sector secundário (relativamente à totalidade da população activa do respectivo grupo populacional) corresponde aos imigrantes de leste (em que 64% trabalha no sector secundário, e 35% no sector terciário), sendo a nível dos estrangeiros dos países africanos de língua oficial portuguesa que é mais elevada a percentagem de trabalhadores no sector terciário (79.1% neste sector, e 20.7% no sector secundário):

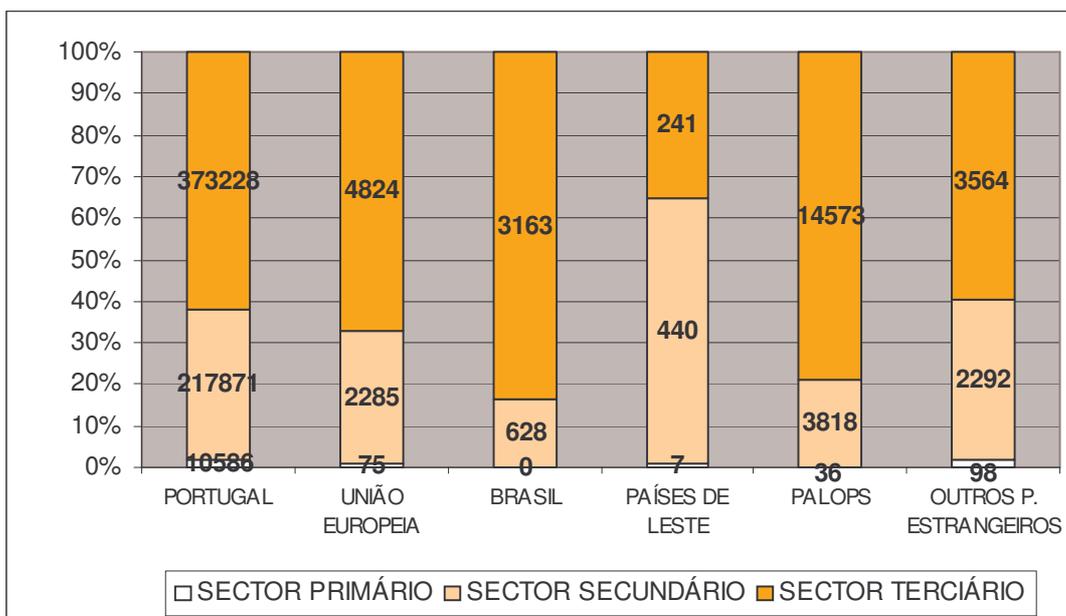


Figura 43. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.7. REPARTIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto, a distribuição de portugueses e de estrangeiros de acordo com o grupo profissional é patente seguidamente [Anexos 7 e 7*]:

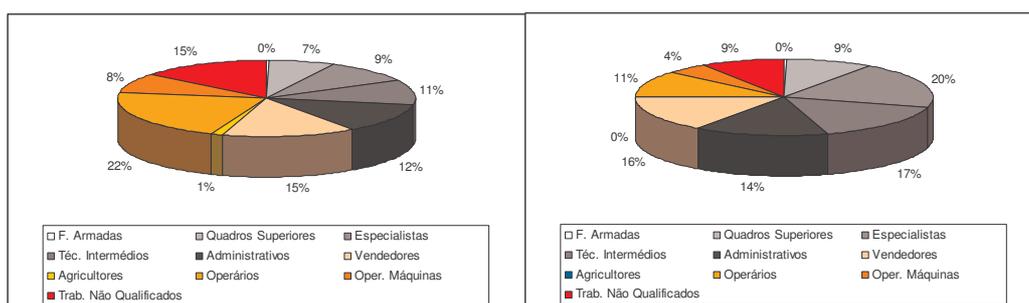


Figura 44. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise comparativa destes valores permite de imediato detectar que a percentagem de estrangeiros em grupos profissionais de “*status*” mais elevado (quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas; especialistas das profissões intelectuais e científicas; e técnicos e profissionais de nível intermédio) é comparativamente mais elevada nos estrangeiros (na sua totalidade perfaz os 46%) do que nos portugueses (em que ascende apenas a 27%). De facto, estão melhor representados proporcionalmente a nível da população activa estrangeira os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (9% dos estrangeiros e 7% dos portugueses), os especialistas das profissões intelectuais e científicas (20% dos estrangeiros e 9% dos portugueses), os técnicos e profissionais de nível intermédio (17% dos estrangeiros e 11% dos portugueses), o pessoal administrativo e similares (14% dos estrangeiros e 12% dos portugueses), e o pessoal dos serviços e vendedores (16% dos estrangeiros e 15% dos portugueses), estando os outros grupos profissionais (de “*status*” mais baixo) pior representados pelos estrangeiros do que pelos portugueses.

É também visível entre os portugueses uma maior percentagem de operários (22%, sendo apenas de 11% nos estrangeiros), de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (que representam 8% dos portugueses mas apenas 4% dos estrangeiros), e de trabalhadores não qualificados (que ascendem 15% dos portugueses, ficando pelos 9% dos estrangeiros).

A análise dos grupos profissionais da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o concelho é a seguinte:

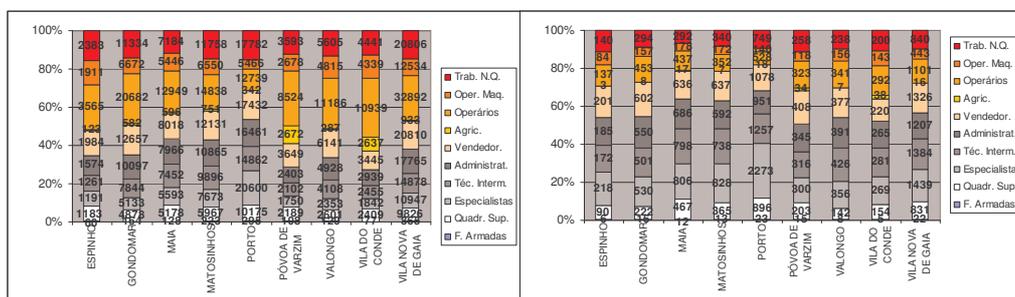


Figura 45. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os grupos profissionais mais representativos no concelho do Porto são os especialistas das profissões intelectuais e científicas (17.7% dos portugueses e 28.7% dos estrangeiros), o pessoal administrativo e similares (14.2% dos portugueses e 12% dos estrangeiros) e os técnicos e profissionais de nível intermédio (12.8% dos portugueses e 15.9% dos estrangeiros).

Nos concelhos de Matosinhos e da Maia, entre os portugueses são predominantes os técnicos e profissionais de nível intermédio (12.3% em ambos os casos), e o pessoal administrativo e similares (respectivamente 13.5% e 13.2%). No entanto, 20.5% da população estrangeira activa em Matosinhos e 18.6% da população homóloga da Maia corresponde a especialistas das profissões intelectuais e científicas, sendo 18.2% e 18.4% os valores respectivos de técnicos e profissionais de nível intermédio, e 9% e 10.8%, respectivamente, de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas.

Em Gondomar predomina o grupo profissional dos vendedores e pessoal dos serviços, com uma representatividade de 15.8% a nível dos portugueses e de 18.1% dos estrangeiros.

Os operários, artífices e trabalhadores similares portugueses, por seu turno, são predominantes nos concelhos de Vila do Conde (30.8%), Póvoa de Varzim (28.7%), Valongo (26.5%) e Vila Nova de Gaia (23.2%), sendo também numerosos nos concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, que representam, respectivamente, 9% e 7.4% destes trabalhadores. Entre os estrangeiros, a maior concentração deste grupo profissional ocorre em Vila do Conde, onde ascendem a 15.6%.

Enquanto que em termos médios para toda a Área Metropolitana do Porto, o grupo profissional predominante entre os portugueses é o dos operários, artífices e trabalhadores similares (21.3%) já em relação ao conjunto dos estrangeiros residentes, o grupo profissional mais representativo é o dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (19.4%).

A análise da repartição dos diferentes grupos populacionais activos residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os respectivos grupos profissionais permite concluir que, de entre os estrangeiros, são os imigrantes de leste aqueles que apresentam um perfil profissional mais diferenciado dos restantes, representando os operários, artífices e trabalhadores similares 35.8% do total

destes estrangeiros, sendo 23.5% trabalhadores não qualificados. Os restantes grupos estrangeiros (da União Europeia, do Brasil, de países africanos de expressão oficial portuguesa, e de outros países estrangeiros) apresentam elevadas percentagens de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (respectivamente 9.1%, 13.1%, 6.6% e 10.3%), especialistas das profissões intelectuais e científicas (respectivamente 18.6%, 19.2%, 20.5% e 17.5%), técnicos e profissionais de nível intermédio (respectivamente 14.6%, 17.6%, 17.1% e 15.5%), e pessoal administrativo e similares (respectivamente 12.9%, 10.5%, 16.4% e 13.1%):

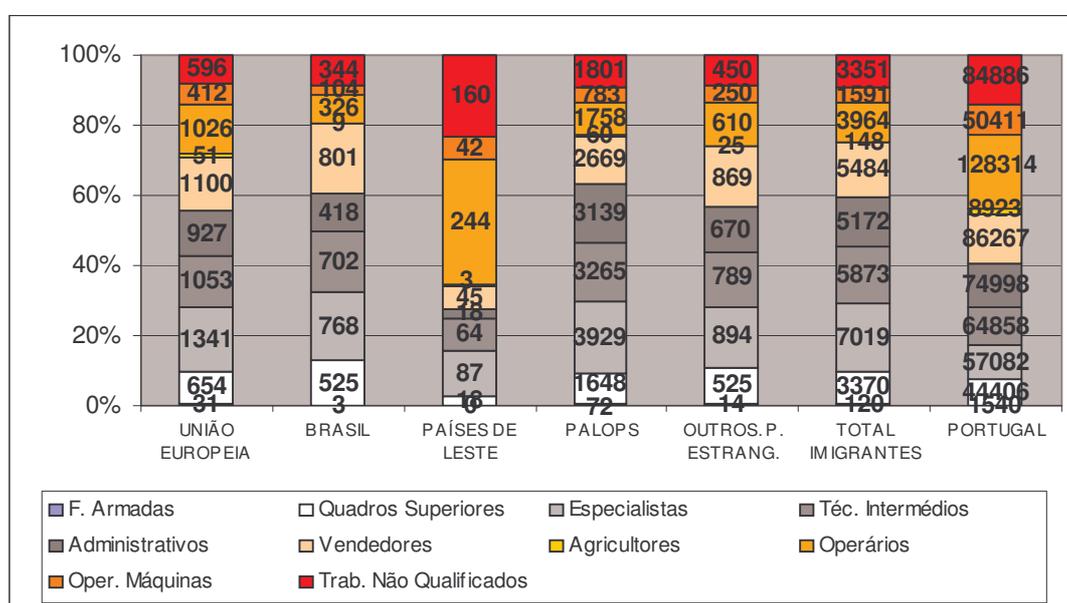


Figura 46. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.8. REPARTIÇÃO DE ACORDO COM A SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A repartição da população portuguesa e estrangeira de acordo com a situação profissional revela diferenças muito pequenas na Área Metropolitana do Porto [Anexos 8 e 8*]:

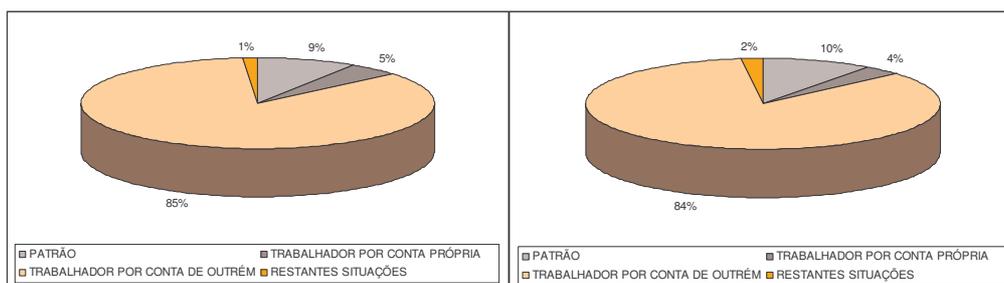


Figura 47. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição de acordo com a situação profissional pelos diversos concelhos mostra que não existem grandes variações relativamente aos valores médios percentuais para toda a Área Metropolitana, nem para portugueses nem para estrangeiros:

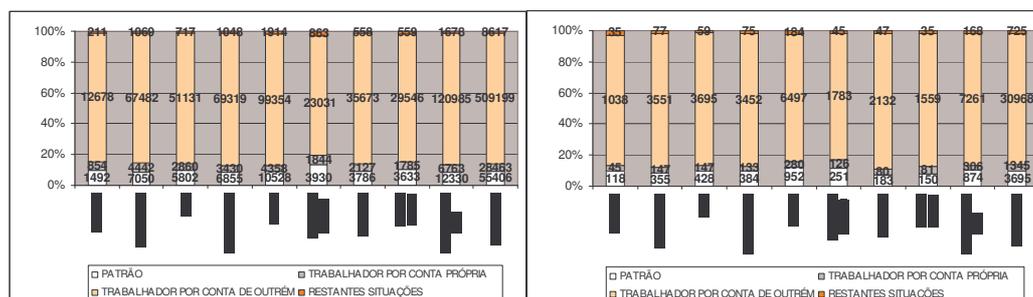


Figura 48. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição dos vários grupos populacionais de acordo com a situação profissional mostra que são os estrangeiros provenientes dos países de leste aqueles em que ocorre uma maior percentagem de trabalhadores por conta de outrem (92.9%), seguindo-se-lhe o grupo de imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa (86.3% são trabalhadores nesta situação), e imigrantes de países da União Europeia (em que os trabalhadores por conta de outrem ascendem a 85%). O grupo de patrões, por seu turno, é percentualmente

mais elevado nos imigrantes brasileiros (15.6%), seguindo-se-lhe os imigrantes de outros países estrangeiros (em que os patrões representam 12.8%). É também a nível destes últimos que é mais elevado o número de trabalhadores por conta própria (5.5% do total):

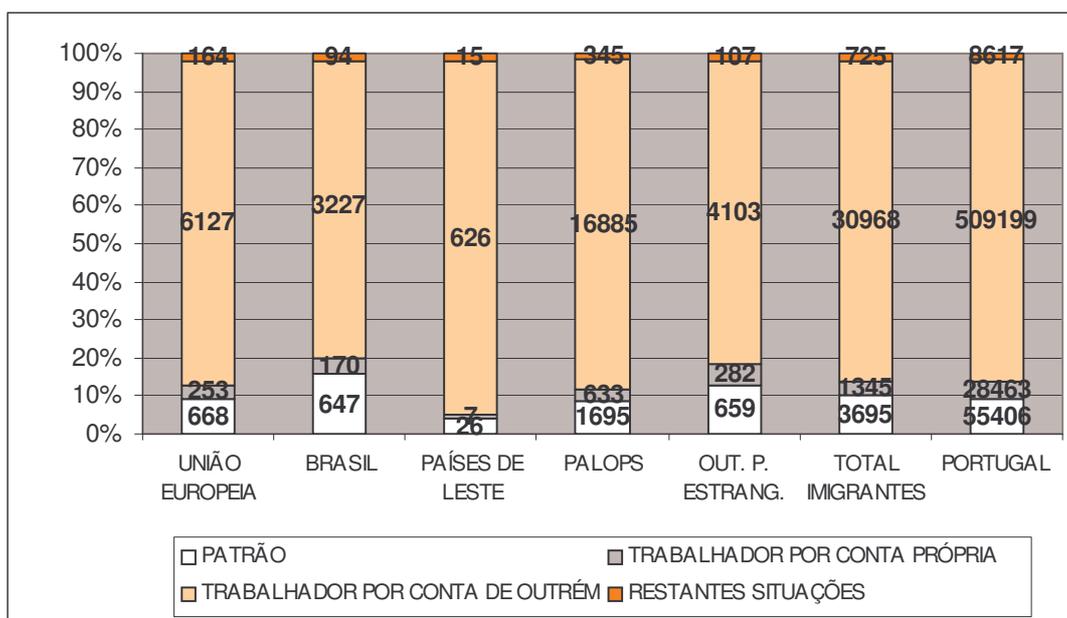


Figura 49. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE CONSTRUÇÃO

Os edifícios onde se localizam os alojamentos quer dos portugueses quer dos estrangeiros são do tipo clássico praticamente na sua totalidade (sendo quase nula a percentagem correspondente a outro tipo de construção), o que se verifica quer a nível da Área Metropolitana como um todo, quer a nível de cada concelho [Anexos 10 e 10*]:

GRUPOS POPULACIONAIS	EDIFÍCIO CLÁSSICO	OUTRO TIPO DE CONSTRUÇÃO	TOTAL
PORTUGAL	405054	1813	406867
UNIÃO EUROPEIA	3500	8	3508
BRASIL	2294	1	2295
PAÍSES DE LESTE	241	6	247
PALOPS	9816	28	9844
OUT. PAÍSES ESTRANG.	1997	3	2000
TOTAL IMIGRANTES	17848	46	17894

Tabela 1. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição do tipo de edifícios em que se localizam os alojamentos dos diferentes grupos populacionais entre clássicos e outro tipo de construção mostra que é o grupo dos imigrantes provenientes de países de leste aquele que apresenta uma maior percentagem de alojamentos não clássicos:

GRUPOS POPULACIONAIS	EDIFÍCIO CLÁSSICO (%)	OUTRO TIPO DE CONSTRUÇÃO (%)
PORTUGAL	99.6	0.4
UNIÃO EUROPEIA	99.8	0.2
BRASIL	100.0	0.0
PAÍSES DE LESTE	97.6	2.4
PALOPS	99.7	0.3
OUT. PAÍSES ESTRANG.	99.9	0.2
TOTAL IMIGRANTES	99.7	0.3

Tabela 2. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE UTILIZAÇÃO

Os alojamentos na Área Metropolitana do Porto localizam-se predominantemente em edifícios exclusivamente residenciais (84% dos portugueses e 75% dos

estrangeiros) e em edifícios principalmente residenciais (16% dos portugueses e 25% dos estrangeiros) [Anexos 11 e 11*]¹

A análise do tipo de utilização do edifício onde se situa o alojamento para cada grupo populacional mostra, conforme se pode verificar pelo gráfico, que não há grandes diferenças entre os diversos países, sendo apenas ligeiramente superior a utilização de edifícios principalmente residenciais pelos imigrantes brasileiros e dos países de leste (27.3% e 27%, respectivamente), e ligeiramente inferiores os correspondentes valores de utilização de edifícios exclusivamente residenciais (respectivamente 72.3% e 72.7%):

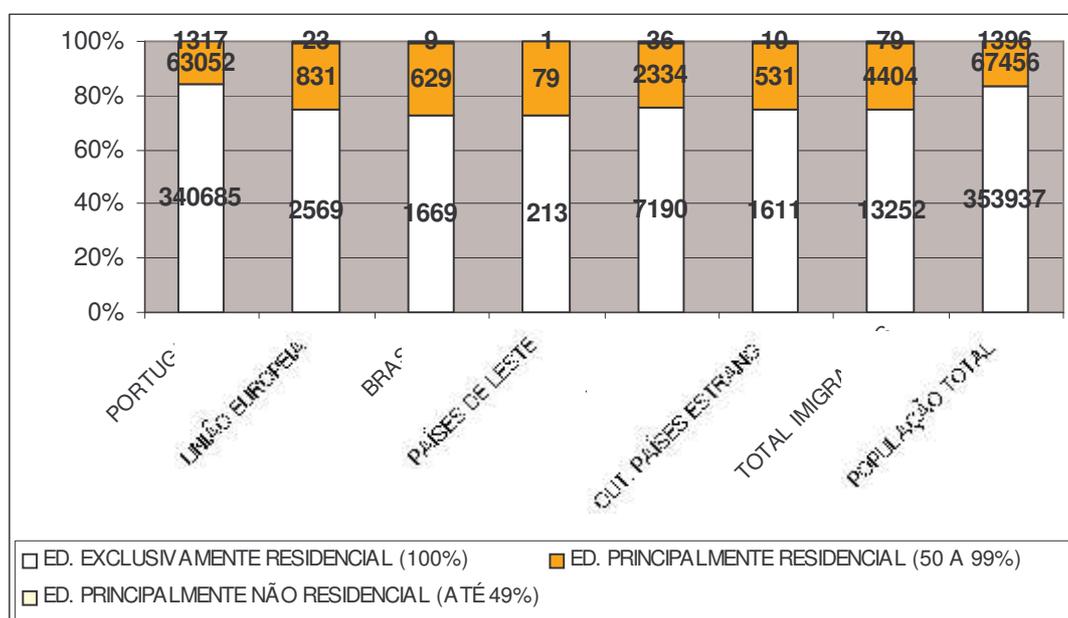


Figura 50. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

¹ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, um edifício exclusivamente residencial é um “edifício em que toda a área útil está, no momento censitário, afecta à habitação humana”, um edifício principalmente residencial é aquele “em que metade ou a maior parte da sua área útil está, no momento censitário, afecta à habitação humana”, e um edifício principalmente não residencial é aquele “em que a maior parte da área útil está, no momento censitário, afecta a outros fins, que não os da habitação humana”.

GRUPOS POPULACIONAIS	ED. EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL (%)	ED. PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL (%)	ED. PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL (%)
PORTUGAL	84.1	15.6	0.3
UNIÃO EUROPEIA	75.1	24.3	0.7
BRASIL	72.3	27.3	0.4
PAÍSES DE LESTE	72.7	27.0	0.3
PALOPS	75.2	24.4	0.4
OUT. PAÍSES ESTRANG.	74.9	24.7	0.5
TOTAL IMIGRANTES	74.7	24.8	0.4

Tabela 3. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os edifícios principalmente residenciais são proporcionalmente mais representativos a nível dos alojamentos estrangeiros. É ainda de notar que é nos concelhos da Póvoa de Varzim, Maia, Porto e Espinho que, entre os alojamentos estrangeiros, são mais elevadas as percentagens de alojamentos em edifícios principalmente residenciais (respectivamente 32.5% 32.2%, 27.7%, e 26.8%):

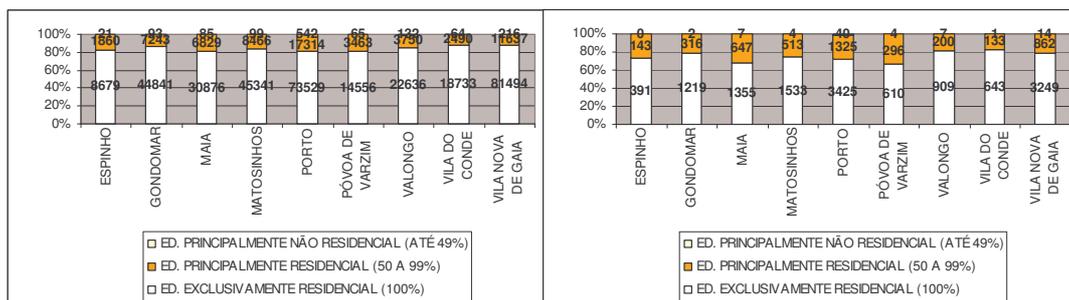


Figura 51. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Existe proporcionalmente uma maior utilização dos edifícios principalmente residenciais e dos edifícios principalmente não residenciais nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia por estrangeiros do que por nativos (respectivamente, 27% dos edifícios principalmente residenciais de portugueses e 29.9% de estrangeiros localizam-se no concelho do Porto e 18.5% de portugueses e 19.4% de estrangeiros localizam-se no concelho de Vila Nova de Gaia, e 41.2% dos edifícios principalmente não residenciais de portugueses e 50.6% de

estrangeiros localizam-se no Porto, e 16.4% de portugueses e 17.7% de estrangeiros em Vila Nova de Gaia):

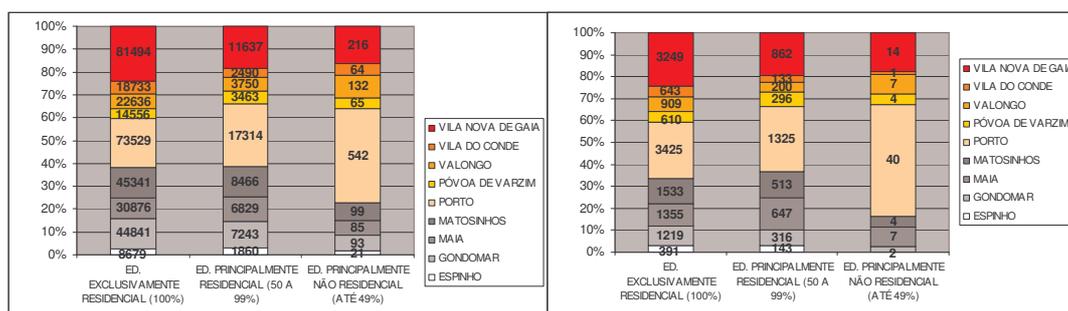


Figura 52. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE ALOJAMENTOS

Os alojamentos quer de portugueses quer de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto são praticamente na sua totalidade do tipo clássico apresentando uma expressão quase nula os alojamentos de outro tipo (barraca, rudimentar, móvel, improvisado ou noutro local) [Anexos 12 e 12*].

A distribuição do tipo de alojamento entre os diferentes grupos populacionais residentes na área Metropolitana do Porto mostra que os mais desfavorecidos são os imigrantes dos países de leste (95.1% reside em alojamentos clássicos ao passo que 99.5% ou mais dos restantes tipos de imigrantes vivem neste tipo de alojamento, e 4.8% reside noutro tipo de alojamentos, sendo as correspondentes percentagens para os restantes grupos iguais ou inferiores a 0.3%):

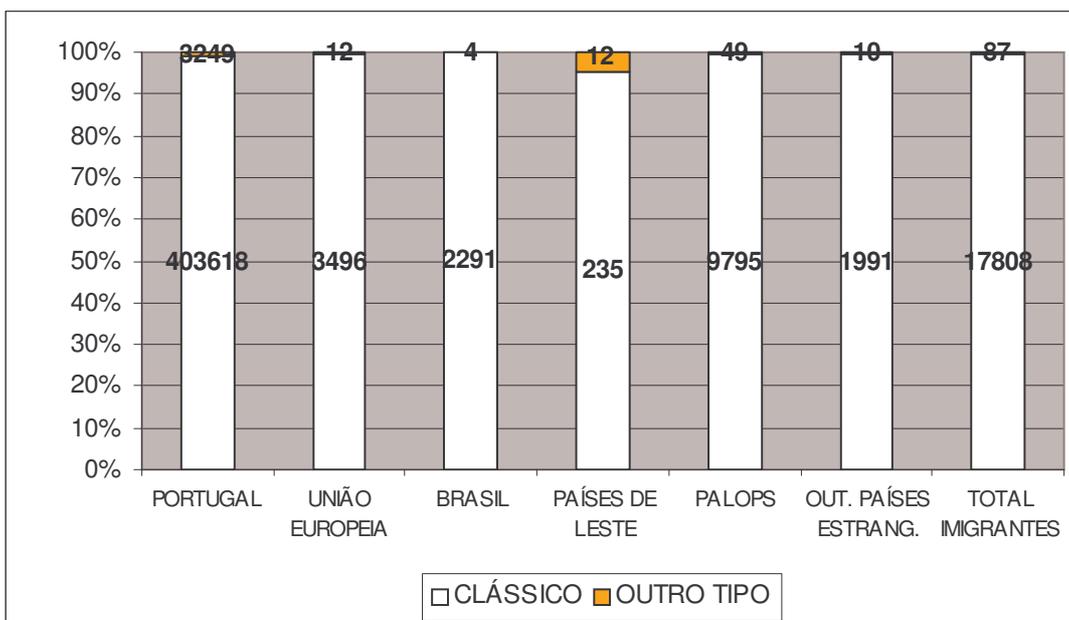


Figura 53. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	CLÁSSICO	BARRACA	RUDIMENTAR	MÓVEL	IMPROVISADO	NOUTRO LOCAL
PORTUGAL	99.2	0.2	0.1	0.0	0.4	0.1
UNIÃO EUROPEIA	99.7	0.1	0.0	0.0	0.1	0.1
BRASIL	99.8	0.0	0.0	0.0	0.1	0.0
PAÍSES DE LESTE	95.1	0.8	0.0	1.2	2.4	0.4
PALOPS	99.5	0.1	0.0	0.0	0.2	0.1
OUT. PAÍSES ESTRANG.	99.5	0.0	0.0	0.0	0.3	0.1
TOTAL IMIGRANTES	99.5	0.1	0.0	0.0	0.2	0.1

Tabela 4. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para além de não haver diferenças significativas no tipo de alojamento entre portugueses e estrangeiros, também não há diferenças a nível da própria distribuição espacial por concelhos:

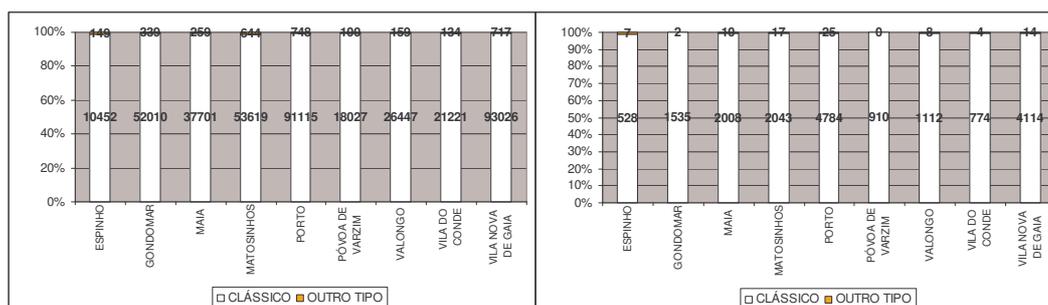


Figura 54. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto de acordo com o tipo, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

A distribuição percentual da forma de ocupação dos alojamentos exhibe pequenas diferenças entre o conjunto dos portugueses e o conjunto dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto: 66% portugueses e 68% dos estrangeiros são proprietários, 30% dos portugueses e 26% dos estrangeiros são locatários, 1% de cada um destes grupos populacionais são sub-locatários, e os restantes 3% de portugueses e 5% de estrangeiros correspondem a outras situações [Anexos 13 e 13*].

Percentualmente, a repartição entre as diferentes formas de ocupação dos alojamentos pelos diversos grupos populacionais revela que são os alojamentos dos imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa aqueles em que é mais elevada a percentagem de proprietários (71.8%), imediatamente seguidos dos imigrantes de outros países estrangeiros (71%). Em todos os grupos de imigrantes a repartição entre as diversas formas de ocupação traduz uma maior percentagem de proprietários, seguida da de locatários, de outras situações e de sub-locatários, à excepção dos imigrantes de leste em que a percentagem de locatários (59.6%) é muito superior à de proprietários (apenas 28.5%):

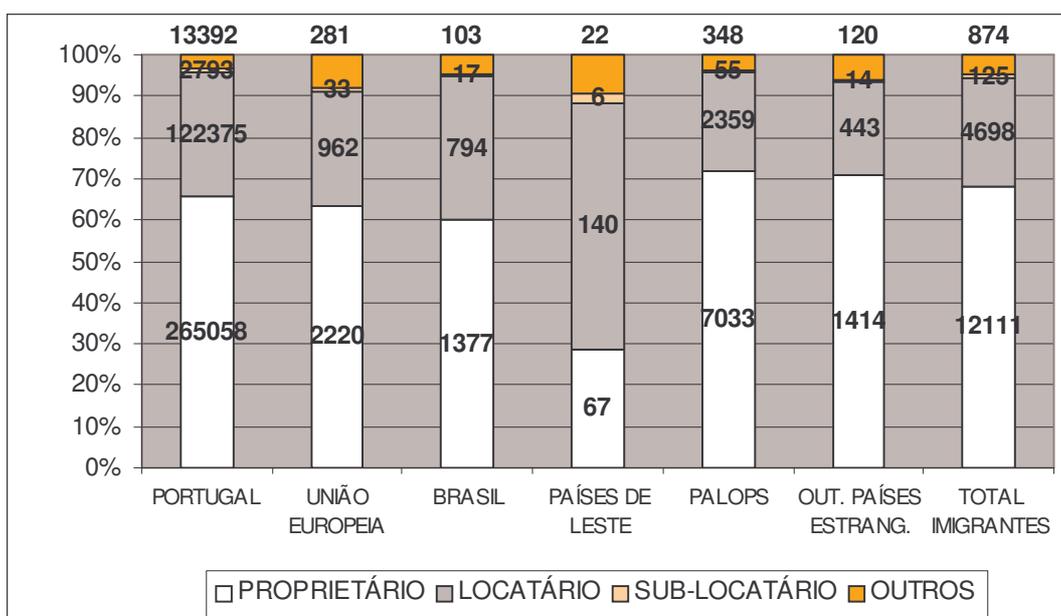


Figura 55. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	PROPRIETÁRIO	LOCATÁRIO	SUB-LOCATÁRIO	OUTROS
PORTUGAL	65.7	30.3	0.7	3.3
UNIÃO EUROPEIA	63.5	27.5	0.9	8.0
BRASIL	60.1	34.7	0.7	4.5
PAÍSES DE LESTE	28.5	59.6	2.6	9.4
PALOPS	71.8	24.1	0.6	3.6
OUT. PAÍSES ESTRANG.	71.0	22.3	0.7	6.0
TOTAL IMIGRANTES	68.0	26.4	0.7	4.9

Tabela 5. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição entre as diferentes formas de ocupação dos alojamentos para os diferentes concelhos é basicamente semelhante entre portugueses e estrangeiros, sendo para os portugueses o concelho do Porto aquele em que é mais reduzida a percentagem de proprietários (49.8%), o mesmo acontecendo a nível dos estrangeiros para o concelho do Porto (53.6%), Espinho(58%) e Póvoa de Varzim (59.6%):

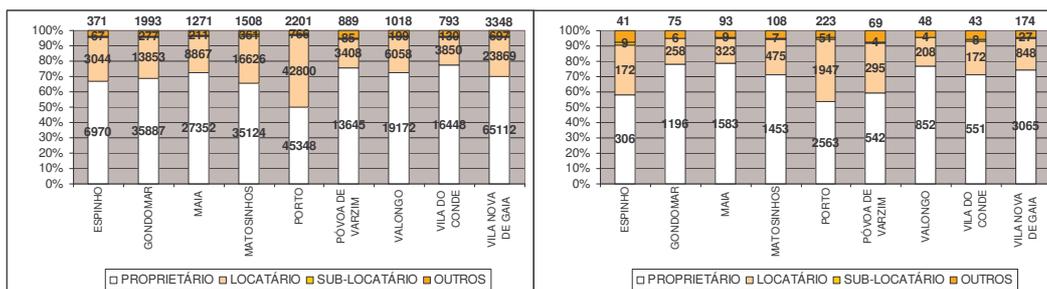


Figura 56. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição entre as diversas formas de ocupação pelos diferentes concelhos, para além de ser bastante semelhante entre portugueses e estrangeiros, mostra que é no concelho do Porto que predominam as categorias de locatário e de sub-locatário (relativamente aos alojamentos arrendados, no concelho do Porto localizam-se 35% dos alojamentos de portugueses e 41.5% dos alojamentos de estrangeiros com esta forma de ocupação, e no que se refere aos alojamentos sub-arrendados, no concelho do Porto eles representam 27.4% dos alojamentos dos portugueses e 40.8% dos alojamentos dos estrangeiros com esta forma de ocupação):

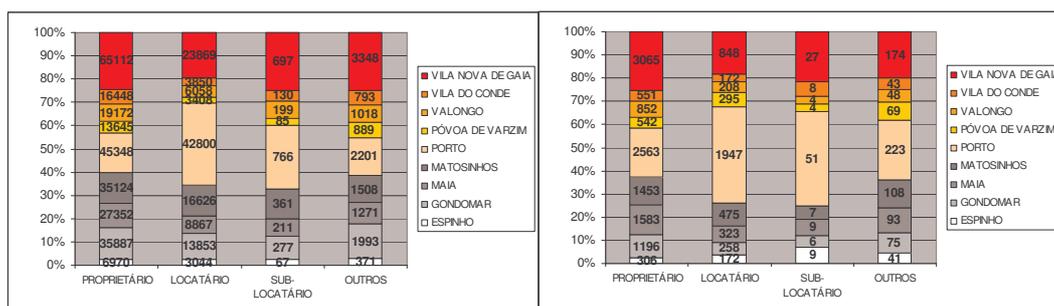


Figura 57. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a forma de ocupação, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.5. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Dos alojamentos dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto, 86% dispõem de água canalizada proveniente da rede pública, 13% de rede particular, e 1% não têm água canalizada nem no alojamento nem no edifício. Quanto aos alojamentos de estrangeiros, 95% dispõem de água canalizada proveniente da rede pública e 5% de rede particular, sendo praticamente nula a percentagem dos que não têm água canalizada no alojamento [Anexos 14 e 14*].

Entre os imigrantes, e efectuando uma análise para os seus diversos grupos mais representativos, constata-se que são os países de leste os que estão pior servidos pela rede pública (86%), ascendendo neste grupo a 15.8% os que têm rede particular e a 1.6% os que não dispõem de água no alojamento:

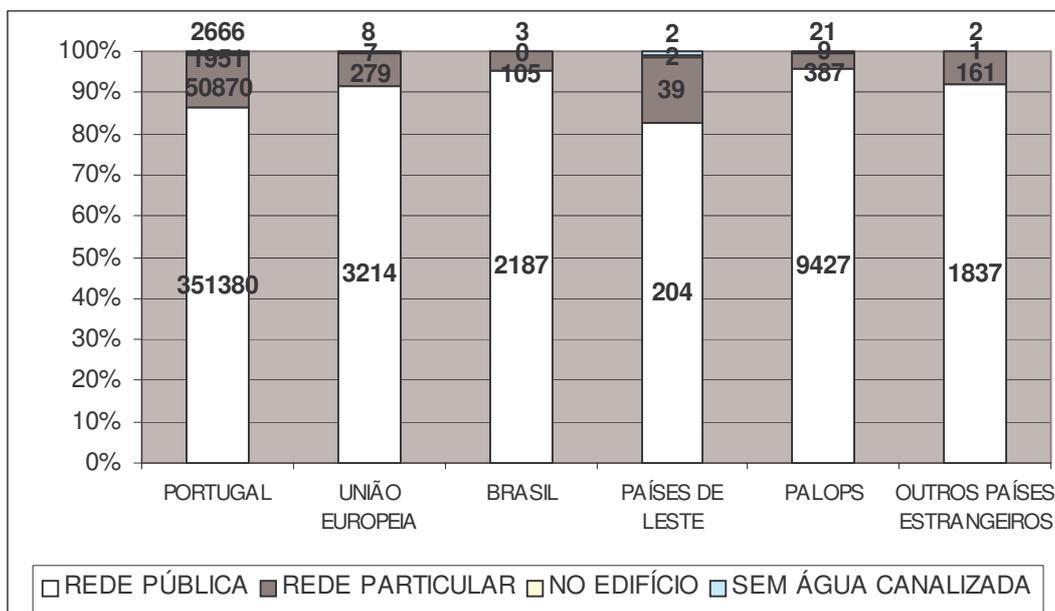


Figura 58. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	REDE PÚBLICA (%)	REDE PARTICULAR (%)	NO EDIFÍCIO (%)	SEM ÁGUA CANALIZADA (%)
PORTUGAL	86.4	12.5	0.5	0.7
UNIÃO EUROPEIA	91.6	8.0	0.2	0.2
BRASIL	95.3	4.6	0.0	0.1
PAÍSES DE LESTE	82.6	15.8	0.8	0.8
PALOPS	95.8	3.9	0.1	0.2
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	91.8	8.0	0.0	0.1
TOTAL IMIGRANTES	94.3	5.4	0.1	0.2

Tabela 6. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Existem maiores variações entre os diferentes concelhos da AMP para os portugueses do que para os estrangeiros sendo, em todo o caso, o concelho de Vila do Conde aquele que apresenta a pior situação em termos de acesso a água canalizada. A comparação dos sistemas de abastecimento de água dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros de acordo com o concelho mostra que, em cada um destes, é mais elevada a percentagem de alojamentos dos estrangeiros com acesso à rede pública de abastecimento de água do que aquilo que acontece com os alojamentos dos portugueses:

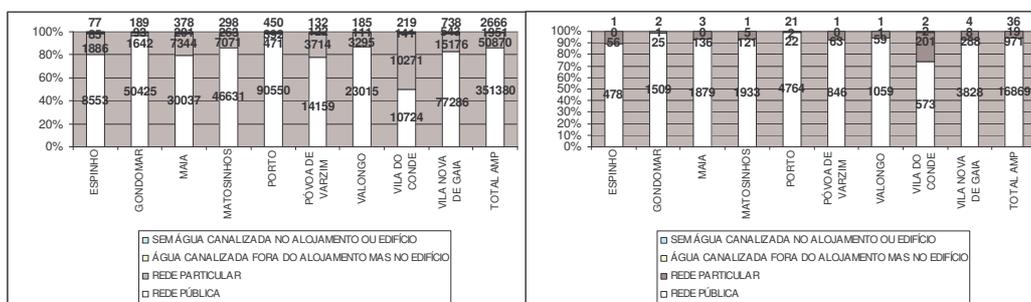


Figura 59. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE

Praticamente todos os alojamentos da Área Metropolitana do Porto, quer titulados por portugueses quer por estrangeiros, dispõem de electricidade, estando todos os concelhos igualmente bem servidos por este tipo de infraestrutura [Anexos 15 e 15*].

A distribuição dos alojamentos com electricidade mostra que, em termos percentuais, não existem diferenças significativas entre os diferentes grupos populacionais:

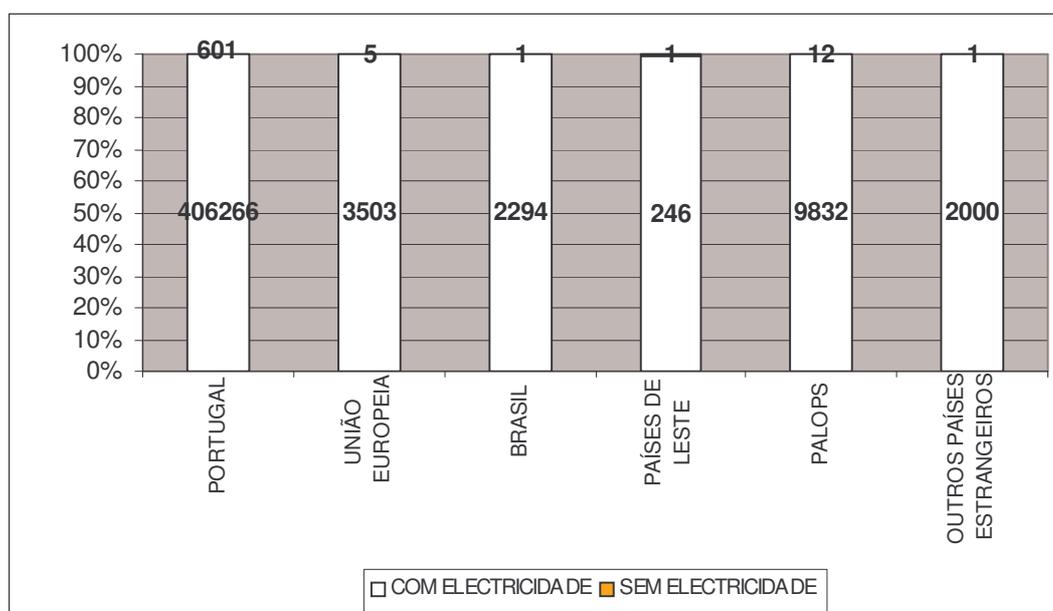


Figura 60. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	COM ELECTRICIDADE	SEM ELECTRICIDADE
PORTUGAL	99.9	0.1
UNIÃO EUROPEIA	99.9	0.1
BRASIL	100.0	0.0
PAÍSES DE LESTE	99.6	0.4
PALOPS	99.9	0.1
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	100.0	0.0
TOTAL IMIGRANTES	99.9	0.1
POPULAÇÃO TOTAL	99.9	0.1

Tabela 7. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.7. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

No sentido de se estudar a existência ou não de instalações sanitárias nos alojamentos ou nos edifícios, consideraram-se os seguintes tipos de situações (de acordo com os censos 2001): existência de retrete no alojamento com dispositivo de descarga, existência de retrete no alojamento sem dispositivo de descarga, existência de retrete fora do alojamento mas no edifício, e inexistência de retrete. Efectuaram-se, do mesmo modo, estudos comparativos entre os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, a nível de concelho, bem como para os diversos grupos de imigrantes.

Assim, 94% dos alojamentos dos portugueses possui retrete com dispositivo de descarga, 2% possui retrete sem dispositivo de descarga, 3% embora não disponha de retrete no alojamento possui-a no edifício, e apenas 1% não dispõe de retrete. Relativamente aos estrangeiros, não há nenhum alojamento que não possua retrete, e a sua existência com dispositivo de descarga ocorre em 98% dos alojamentos, havendo 1% com retrete sem autoclismo e 1% de situações de não existência de retrete no alojamento, embora esteja disponível no respectivo edifício [Anexos 17 e 17*].

Numa análise centrada nos estrangeiros, e mais especificamente ao nível dos seus diversos grupos mais representativos, constata-se que são os alojamentos dos imigrantes provenientes dos países de leste os pior servidos em termos de instalações sanitárias (só 90.7% dispõem de retrete com dispositivo de descarga, ascendendo a 2.4% os que dispõem de retrete sem dispositivo de descarga, a 4.9% os que têm retrete no edifício mas fora do alojamento, e a 2% os que não dispõem de retrete):

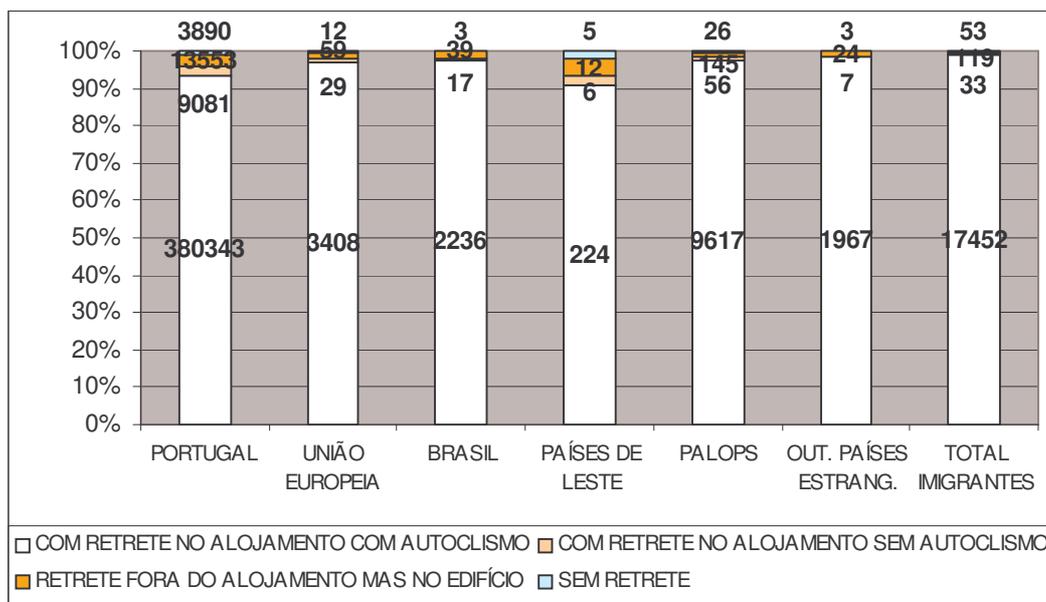


Figura 61. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	SEM RETRETE
PORTUGAL	93.5	2.2	3.3	1.0
UNIÃO EUROPEIA	97.1	0.8	1.7	0.3
BRASIL	97.4	0.7	1.7	0.1
PAÍSES DE LESTE	90.7	2.4	4.9	2.0
PALOPS	97.7	0.6	1.5	0.3
OUT. PAÍSES ESTRANG.	98.3	0.3	1.2	0.1
TOTAL IMIGRANTES	98.8	0.2	0.7	0.3

Tabela 8. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Todos os alojamentos estão bastante bem servidos em termos de existência e tipo de instalações sanitárias nos diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto, sendo de realçar que, em todos eles, são os alojamentos dos imigrantes aqueles em que é mais elevada a percentagem de existência de retrete com autoclismo:

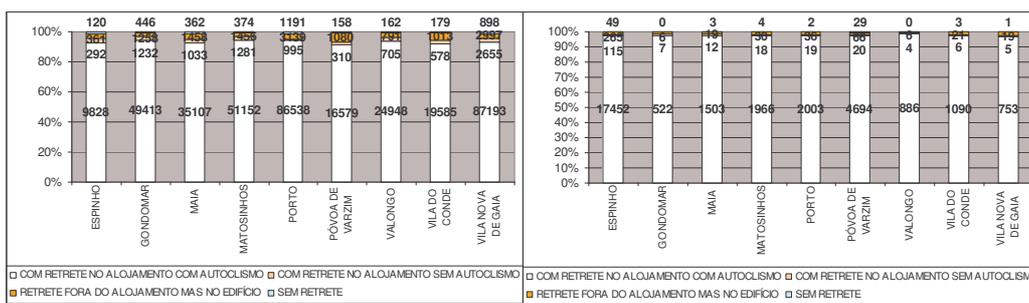


Figura 62. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.8. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE

No que se refere à existência de banho ou duche, verifica-se que 94% dos alojamentos dos portugueses e 99% dos alojamentos dos estrangeiros dispõem deste tipo de equipamento [Anexos 18 e 18*].

Especificamente a nível dos diferentes grupos populacionais, constata-se que são os alojamentos dos países de leste os menos favorecidos em termos de acesso a condições de banho ou duche (apenas 92.7% dispõem deste tipo de instalações):

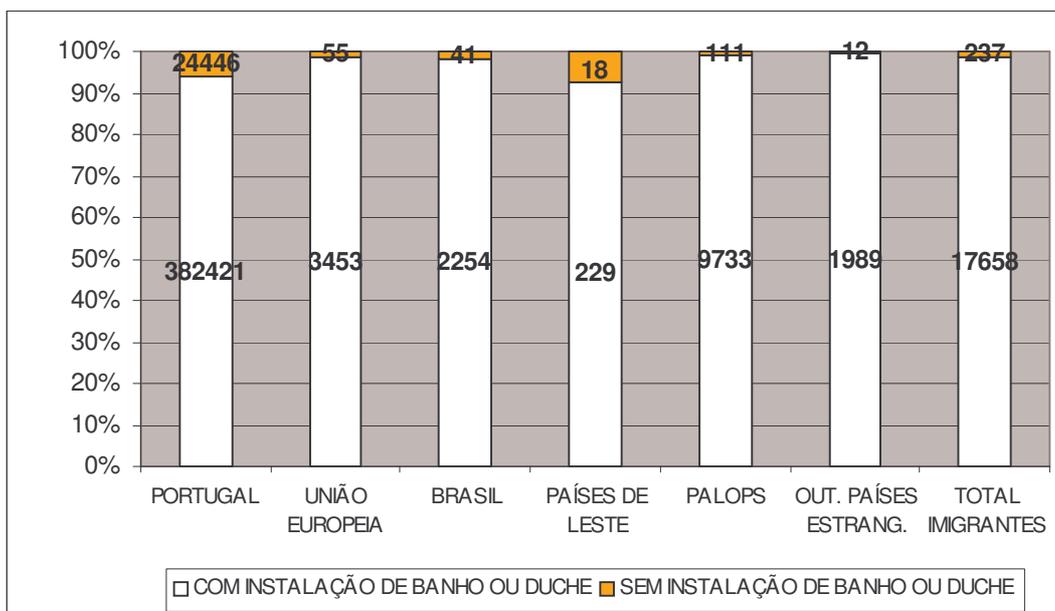


Figura 63. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE
PORTUGAL	94.0	6.0
UNIÃO EUROPEIA	98.4	1.6
BRASIL	98.2	1.8
PAISES DE LESTE	92.7	7.3
PALOPS	98.9	1.1
OUT. PAÍSES ESTRANG.	99.4	0.6
TOTAL IMIGRANTES	98.7	1.3

Tabela 9. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da existência de instalações de banho ou duche pelos alojamentos a nível dos diferentes concelhos da Área Metropolitana do Porto mostra que não existem discrepâncias significativas quer nos alojamentos dos portugueses quer nos alojamentos dos estrangeiros entre concelhos sendo, no entanto, de realçar que os alojamentos dos estrangeiros estão percentualmente melhor servidos em termos de existência deste tipo de equipamento:

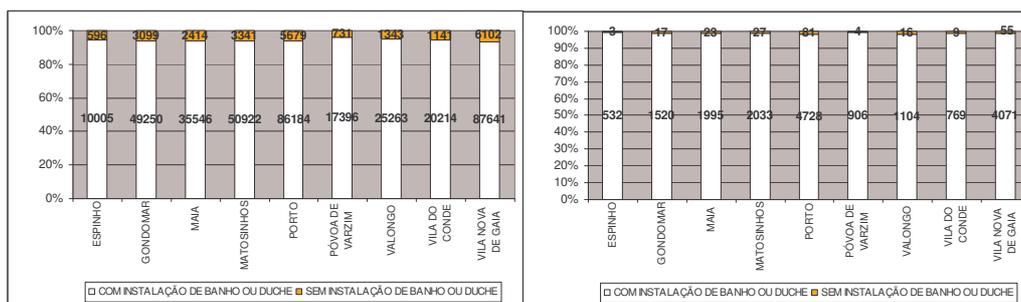


Figura 64. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.9. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA

Praticamente todos os alojamentos, quer de titulares portugueses quer de imigrantes dispõem de cozinha (98% dos portugueses – 25% com menos de 4m² e 73% com 4m² ou mais - e 97% dos estrangeiros – 17% com menos de 4m² e 80% com 4 m² ou mais) ou kitchenette (os restantes 2% dos portugueses e 3% dos estrangeiros) [Anexos 19 e 19*].

O estudo da existência e tipo de cozinha nos alojamentos dos diferentes grupos populacionais evidencia, mais uma vez, que são os alojamentos de estrangeiros provenientes dos países de leste os mais desfavorecidos em termos da existência (3.3% não a têm) e do tipo de cozinha:

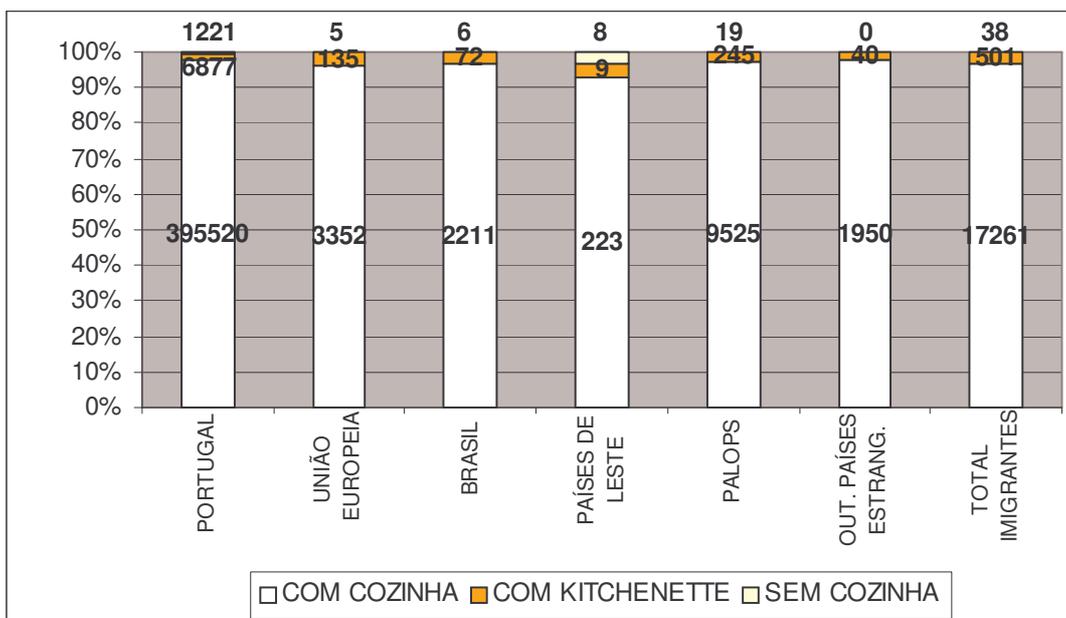


Figura 65. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL
PORTUGAL	98.0	1.7	0.3	100
UNIÃO EUROPEIA	96.0	3.9	0.1	100
BRASIL	96.6	3.1	0.3	100
PAÍSES DE LESTE	92.9	3.8	3.3	100
PALOPS	97.3	2.5	0.2	100
OUT. PAÍSES ESTRANG.	98.0	2.0	0.0	100
TOTAL IMIGRANTES	97.0	2.8	0.2	100

Tabela 10. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos, em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto são mais elevadas as percentagens de alojamentos de estrangeiros que dispõem de cozinhas com áreas superiores a 4 m² do que de portugueses. É ainda de referir que é nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia que existe uma percentagem comparativamente mais elevada de alojamentos com kitchenette, mais marcada a nível dos alojamentos dos estrangeiros:

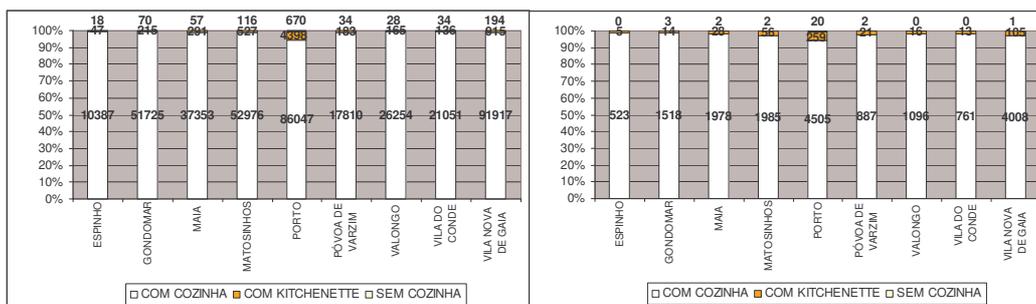


Figura 66. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.10. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E AO TIPO DE AQUECIMENTO

No que se refere à existência e ao tipo de aquecimento, 14% dos estrangeiros e 7% dos portugueses dispõem de aquecimento central, 68% dos estrangeiros e 63% dos portugueses têm sistemas de aquecimento não central (lareira, aparelhos fixos e aparelhos móveis) e 30% dos alojamentos dos portugueses mas apenas 18% dos estrangeiros não têm aquecimento [Anexos 16 e 16*]:

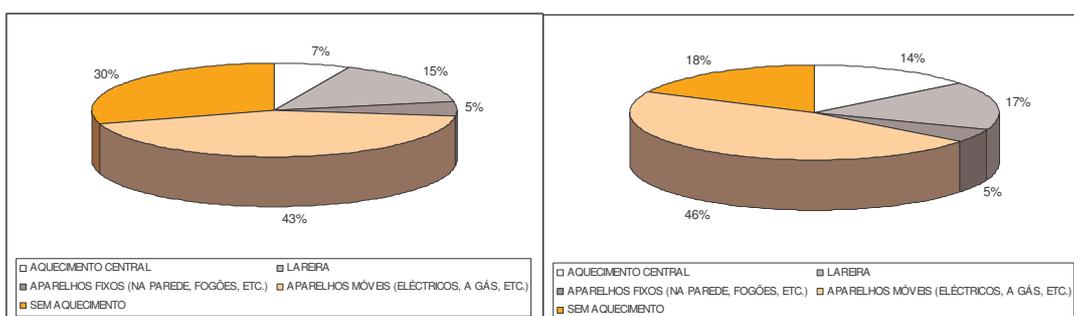


Figura 67. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente à distribuição dos tipos de aquecimento dos alojamentos de acordo com os grupos populacionais, constata-se, mais uma vez, que são os imigrantes provenientes de países de leste os que têm piores condições no aquecimento dos

seus alojamentos, já que apenas 8.5% dispõem de aquecimento central, e 38.9% não têm qualquer tipo de aquecimento, esta última percentagem correspondendo a mais do dobro do que acontece com os restantes grupos de imigrantes, conforme se pode constatar na tabela seguinte:

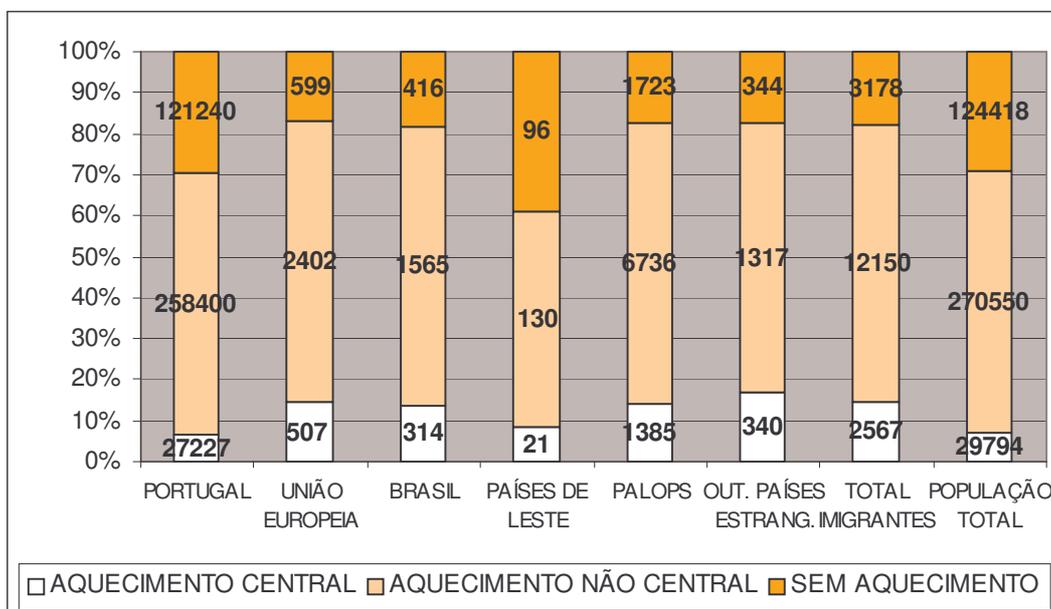


Figura 68. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	AQUECIMENTO CENTRAL	AQUECIMENTO NÃO CENTRAL	SEM AQUECIMENTO
PORTUGAL	6.7	63.5	29.8
UNIÃO EUROPEIA	14.5	68.5	17.1
BRASIL	13.7	68.2	18.1
PAÍSES DE LESTE	8.5	52.6	38.9
PALOPS	14.1	68.4	17.5
OUT. PAÍSES ESTRANG.	17.0	65.8	17.2
TOTAL IMIGRANTES	14.3	67.9	17.8

Tabela 11. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto os alojamentos dos imigrantes revelam superioridade em termos de aquecimento (quer central quer não central). O concelho em que existem mais alojamentos sem aquecimento (de portugueses e de estrangeiros, embora percentualmente mais de portugueses) é o da Póvoa de Varzim:

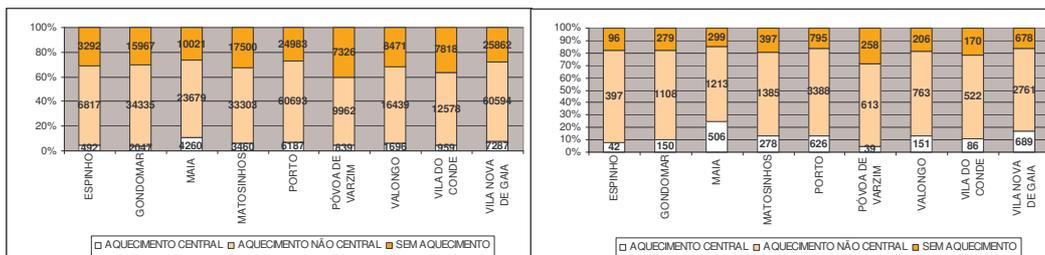


Figura 69. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A RESPECTIVA AQUISIÇÃO

Existem diferenças significativas no que se refere aos encargos com a aquisição de habitação entre portugueses e estrangeiros. Assim, aproximadamente 56% dos portugueses não têm encargos com a aquisição da habitação, ao passo que entre os estrangeiros essa percentagem é de apenas cerca de 36%. Relativamente à distribuição pelos diferentes escalões de encargos, é de referir que maiores percentagens de estrangeiros do que de portugueses suportam encargos mais elevados (a partir de 199.2 euros mensais) [Anexos 21 e 21*]:

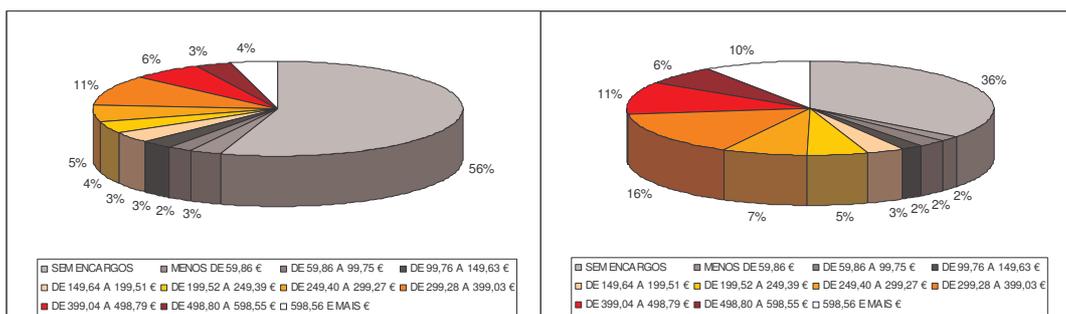


Figura 70. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos diversos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, e em termos percentuais dentro de cada grupo pode constatar-se que são os imigrantes provenientes dos países de leste aqueles que, embora tenham a maior percentagem de ausência de encargos com a aquisição, detêm uma maior taxa de esforço para encargos de 598 ou mais euros mensais, e são estes estrangeiros e os de países africanos de expressão portuguesa os que têm maiores taxas de esforço nos escalões de 400 a 600 euros:

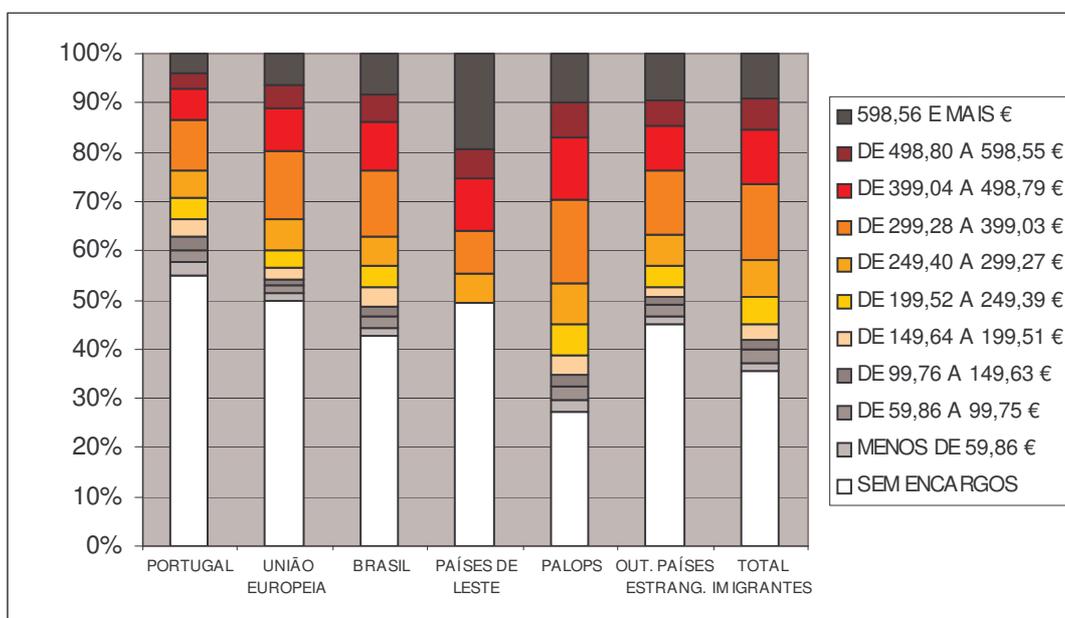


Figura 71. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	SEM ENCARGOS	MENOS DE 59,86 €	DE 59,86 A 99,75 €	DE 99,76 A 149,63 €	DE 149,64 A 199,51 €	DE 199,52 A 249,39 €	DE 249,40 A 299,27 €	DE 299,28 A 399,03 €	DE 399,04 A 498,79 €	DE 498,80 A 598,55 €	598,56 E MAIS €
PORTUGAL	55.0	2.7	2.4	2.6	3.5	4.4	5.4	10.5	6.2	3.1	4.1
UNIÃO EUROPEIA	49.9	1.5	1.6	1.1	2.2	3.8	6.2	13.7	8.9	4.7	6.4
BRASIL	42.7	1.5	2.5	2.0	3.8	4.2	6.2	13.2	9.9	5.5	8.4
PAÍSES DE LESTE	49.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	6.0	9.0	10.4	6.0	19.4
PALOPS	27.5	2.1	2.7	2.5	3.9	6.3	8.5	17.2	12.6	6.9	10.0
OUT. PAÍSES ESTRANG.	45.0	1.7	2.5	1.3	2.2	4.2	6.4	13.1	9.2	4.8	9.6
TOTAL IMIGRANTES	35.5	1.8	2.4	2.1	3.3	5.3	7.5	15.6	11.2	6.1	9.1

Tabela 12. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise comparativa, entre os diversos concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto, da repartição dos encargos com a aquisição de alojamento permite reforçar a constatação de que, para além do facto de haver uma maior percentagem de portugueses do que de estrangeiros sem encargos deste tipo, são os estrangeiros que detêm mais elevadas percentagens nos escalões de encargos mais altos:

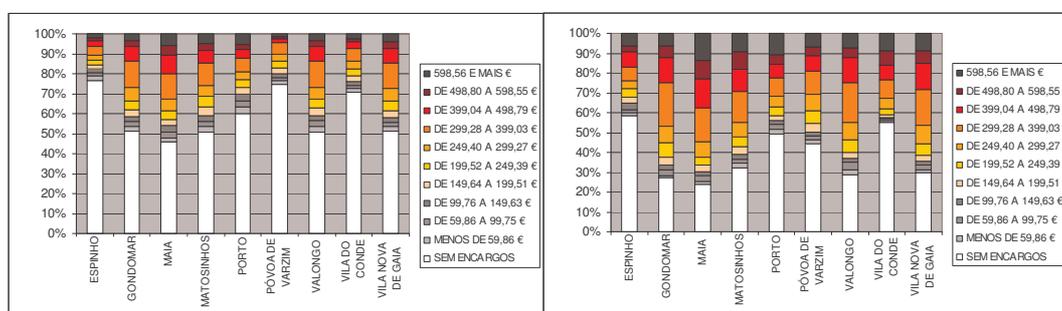


Figura 72. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.12. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ARRENDAMENTO

À semelhança daquilo que se passa relativamente à aquisição de alojamento, também em relação aos encargos com o arrendamento habitacional se verifica que são mais elevadas as percentagens de estrangeiros do que de portugueses que suportam encargos mensais mais elevados:

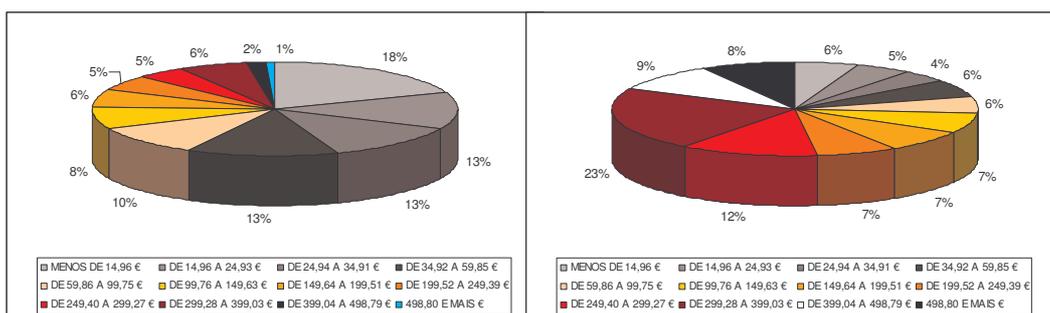


Figura 73. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição percentual dos encargos com rendas dentro de cada grupo populacional permite constatar que são os imigrantes provenientes da União Europeia e do Brasil aqueles que suportam rendas mais elevadas (nos três escalões mais altos), sendo os países de leste os predominantes nos dois primeiros escalões (menos de 15 euros e entre 15 e 25 euros – a soma destes escalões representa 22.2% do total relativamente a este grupo de imigrantes).[Anexos 22 e 22*]:

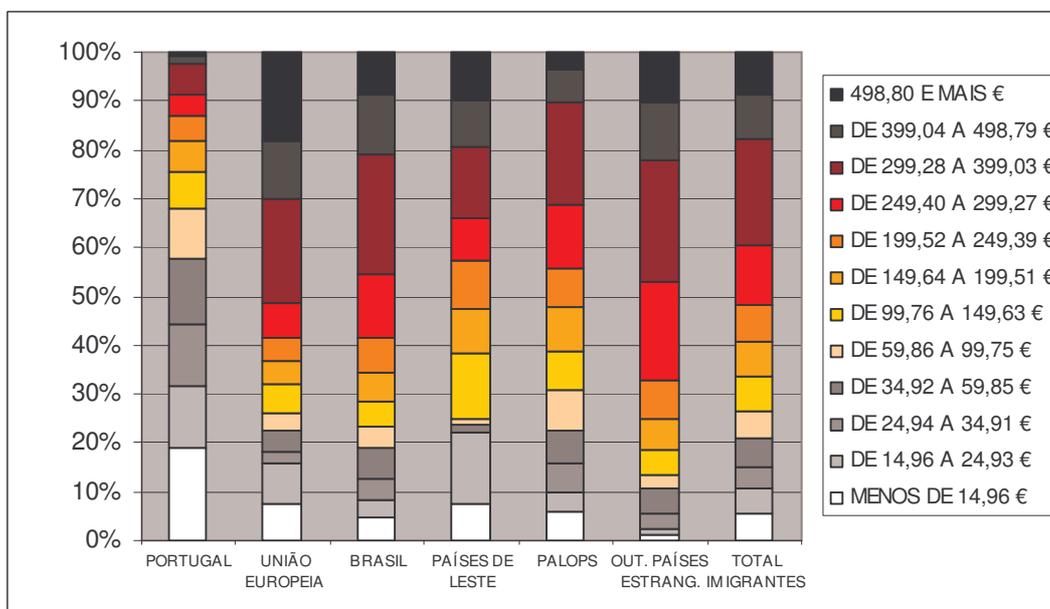


Figura 74. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS	MENOS DE 14,96 €	DE 14,96 A 24,93 €	DE 24,94 A 34,91 €	DE 34,92 A 59,85 €	DE 59,86 A 99,75 €	DE 99,76 A 149,63 €	DE 149,64 A 199,51 €	DE 199,52 A 249,39 €	DE 249,40 A 299,27 €	DE 299,28 A 399,03 €	DE 399,04 A 498,79 €	498,80 E MAIS €
PORTUGAL	19.1	12.7	12.6	13.5	10.0	7.6	6.3	5.1	4.5	6.1	1.6	0.9
UNIÃO EUROPEIA	7.6	8.1	2.4	4.5	3.5	5.8	4.8	4.7	7.3	21.3	11.9	18.1
BRASIL	4.7	3.7	4.4	6.2	4.2	5.4	5.8	7.2	13.1	24.5	12.0	8.9
PAÍSES DE LESTE	7.6	14.6	0.0	1.6	1.1	13.5	9.2	9.7	8.6	14.6	9.7	9.7
PALOPS	5.8	3.9	5.9	7.0	8.2	8.0	8.9	8.1	13.0	21.0	6.7	3.5
OUT. PAÍSES ESTRANG.	1.0	1.2	3.2	5.1	2.8	5.3	6.5	7.9	20.2	24.8	11.7	10.3
TOTAL IMIGRANTES	5.6	4.9	4.4	5.9	5.7	7.0	7.2	7.2	12.3	21.8	9.3	8.5

Tabela 13. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A confirmação de que os estrangeiros suportam níveis mais elevados de rendas é claramente reforçada através da análise dos seguintes gráficos comparativos, por concelhos:

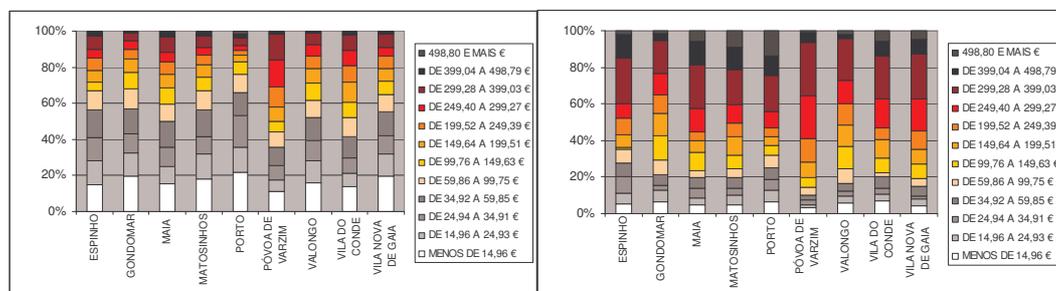


Figura 75. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.4.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL

De acordo com os dados dos Censos de 1991 e de 2001 (Instituto Nacional de Estatística, 1991, 2001) em Portugal em 1991 havia um total de 9 710 542 indivíduos portugueses, e 156 605 indivíduos estrangeiros (incluindo neste grupo, e por questões de compatibilidade estatística, os provenientes de Macau, Timor-Leste, com mais do que uma nacionalidade e os apátridas). Em 2001 o número de

portugueses baixou ligeiramente, para 9 704 645. e o de estrangeiros subiu substancialmente, para 651 472. Isto é, verificou-se um acréscimo de 316% da população estrangeira numa década, tendo a população portuguesa decrescido cerca de 0.1% (INE, 2001; Rosa, 2004).

A variação percentual da população de cada grande grupo de imigrantes (de países da União Europeia, do Brasil, de outros países da Europa, de países africanos de expressão oficial portuguesa, e de outros países estrangeiros) e da população portuguesa, é a que consta da tabela seguinte:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991	2001	VARIAÇÃO PERCENTUAL (ENTRE 1991 E 2001)
UNIÃO EUROPEIA	35213	157456	347.2
BRASIL	13508	49891	269.3
OUTROS PAÍSES EUROPEUS	2261	35347	1463.3
PALOPS	33437	329116	884.3
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	22146	79662	259.7
TOTAL IMIGRANTES	106565	651472	511.3
PORTUGAL	9710542	9704645	-0.1
POPULAÇÃO TOTAL	9867147	10356117	5.0

Tabela 14. Valores absolutos e variação percentual dos grupos populacionais residentes em Portugal, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Constata-se que a maior variação ocorreu para os outros países europeus (englobando-se aqui os países de leste), com 1463.3% de crescimento, seguindo-se os países africanos de expressão oficial portuguesa (que registaram um aumento de 884.3%), e dos países da União Europeia (cujo aumento verificado foi de 347.2%). (não é possível discriminar para os países de leste devido ao agrupamento de dados considerado nos censos de 1991).

Assim, a evolução absoluta para os grupos de imigrantes em estudo é a seguinte:

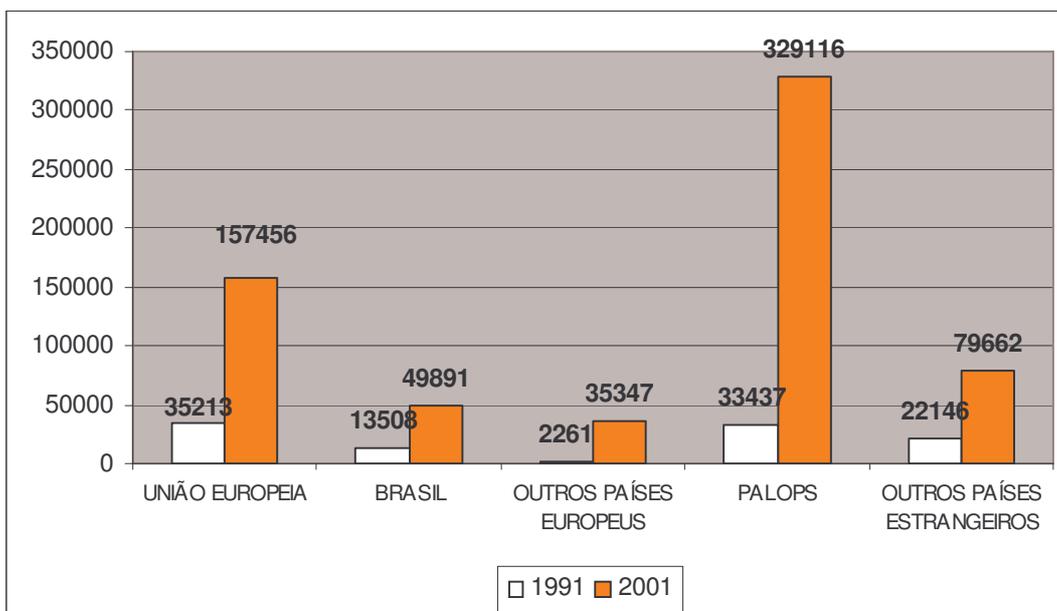


Figura 76. Número total de imigrantes residentes em Portugal em 1991 e em 2001, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Esta evolução traduziu-se numa alteração da composição da população estrangeira residente em Portugal entre 1991 e 2001 que, de acordo com os grandes grupos populacionais considerados é patente no seguinte gráfico:

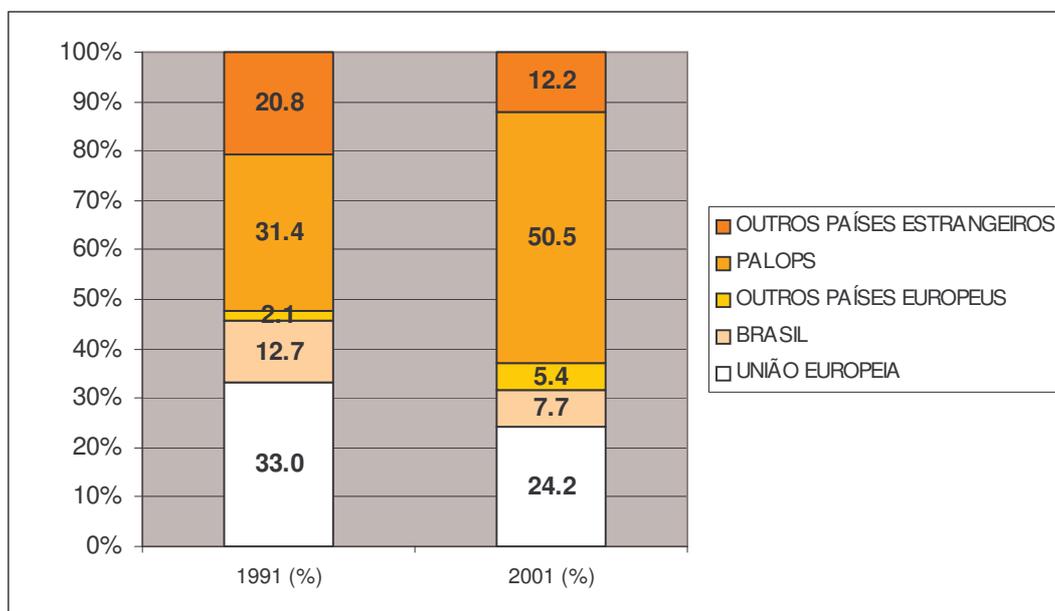


Figura 77. Repartição percentual da população estrangeira residente em Portugal em 1991 e em 2001, por nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os imigrantes provenientes dos países africanos de expressão oficial portuguesa, que em 1991 constituíam 31.4% da população imigrante em Portugal, uma década mais tarde passam a representar 50.5% dessa população, tendo-se registado uma redução do peso percentual dos outros conjuntos de nacionalidades relativamente ao total de imigrantes.

3.4.2.. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Em 1991 residiam na Área Metropolitana do Porto um total de 1 167 800 habitantes, repartidos entre 1 129 511 portugueses e 38 289 estrangeiros, representando estes cerca de 3.3% da população total. Já em 2001 a população residente nesta mesma Área Metropolitana ascendia a 1 260 680 habitantes (acréscimo de cerca de 8%), dos quais 52 654 são imigrantes (representando cerca de 4.2% da população total). O crescimento verificado na população imigrante na década de 90 foi de cerca de 37.5%, tendo-se verificado neste mesmo período um acréscimo de apenas 7% da população portuguesa.

Em termos absolutos, o número de imigrantes evoluiu da seguinte forma entre os anos de 1991 e de 2001:

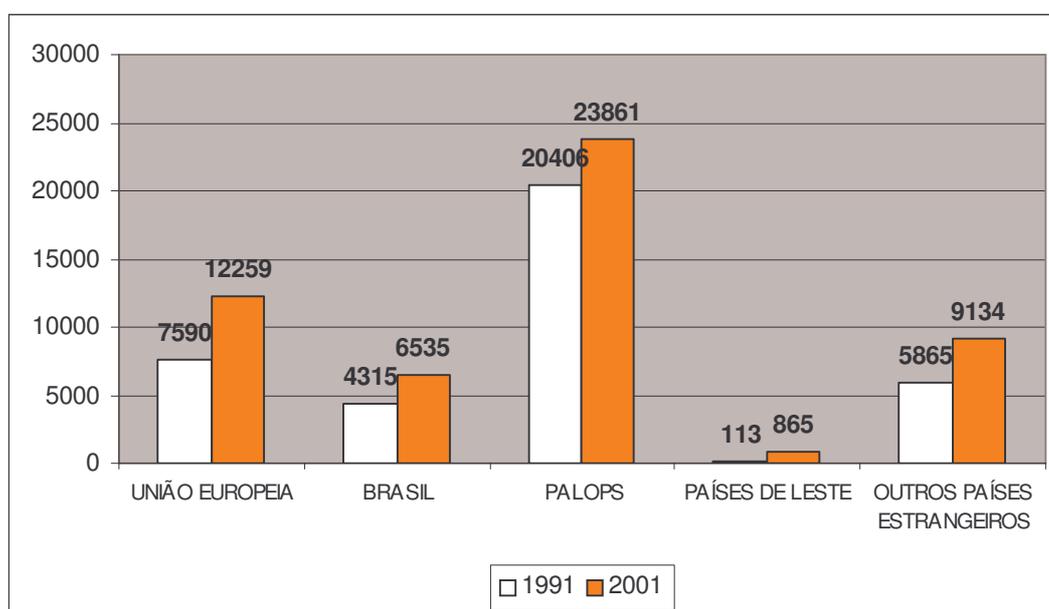


Figura 78. Número total de imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da repartição da população imigrante residente na Área Metropolitana do Porto entre 1991 e 2001 está patente no seguinte gráfico:

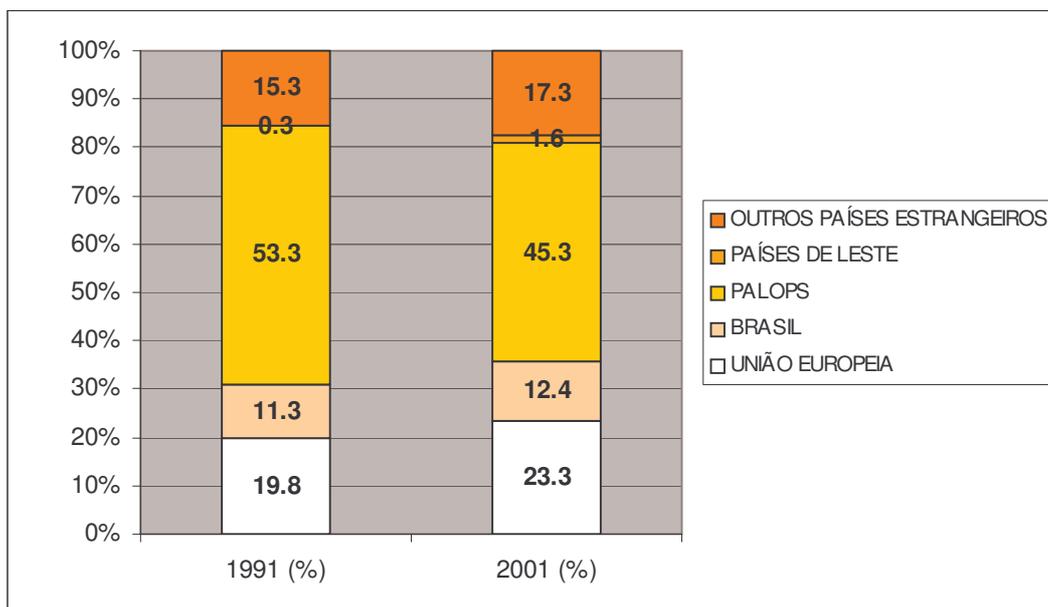


Figura 79. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora a nível nacional tenham ocorrido alterações significativas na composição dos diversos grupos de estrangeiros, na Área Metropolitana do Porto não se verificaram grandes variações entre 1991 e 2001. Assim, os africanos de língua portuguesa baixaram o seu peso relativo (de 53.3% em 1991 para 45.3% em 2001), os imigrantes da União Europeia (que em 1991 representavam 19.8% da população estrangeira) aumentam a sua representatividade para 23.3%, os brasileiros passam de 11.3% para 12.4%, os estrangeiros de leste (que tinham uma expressão muito reduzida em 1991) passam a representar uma fatia de 1.6%, e os imigrantes de outros países estrangeiros passam de 15.3% para 17.3%.

A evolução da distribuição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto entre os diversos concelhos foi a seguinte:

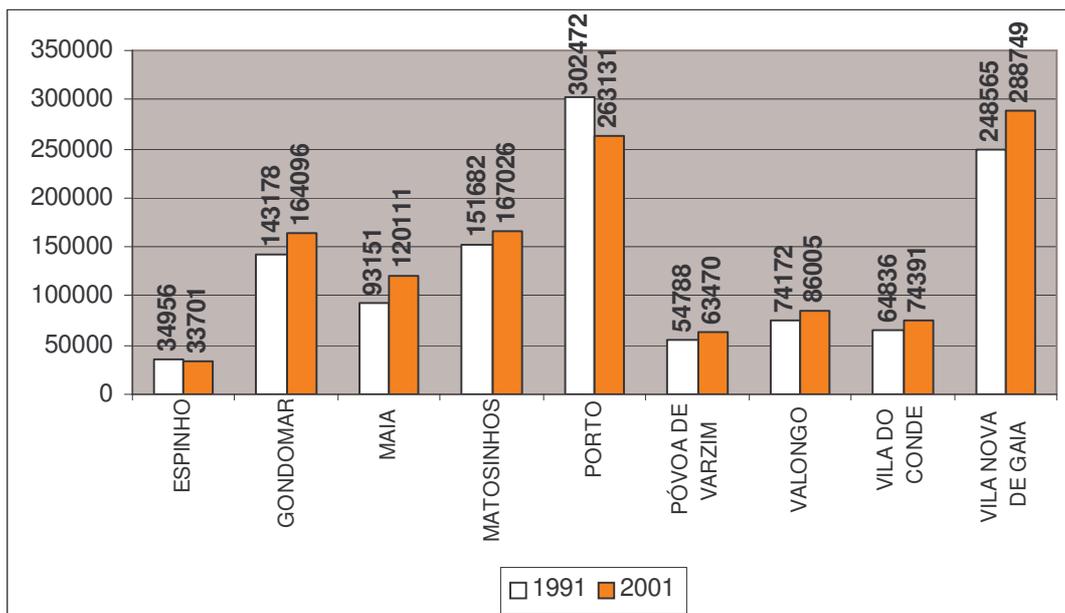


Figura 80. Distribuição por concelho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Assiste-se, assim, a uma redução do número total de imigrantes residentes nos concelhos do Porto e de Espinho, e a um aumento dos estrangeiros residentes nos restantes concelhos. Em termos percentuais esta evolução traduz-se numa redução de 25.9% para 20.9% dos estrangeiros residentes no Porto e de 3% para 2.7% em Espinho, acompanhadas por ligeiros aumentos percentuais distribuídos pelos restantes concelhos (sendo de destacar Vila Nova de Gaia, em que a variação foi de 21.3% para 22.9% e a Maia, com um aumento de 8% para 9.5%):

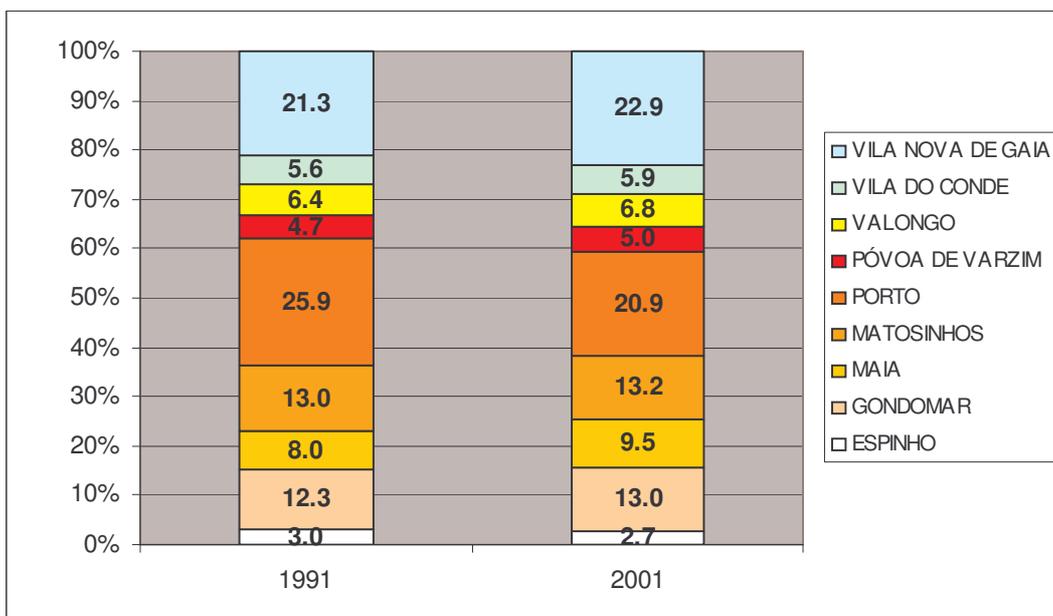


Figura 81. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o concelho de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Estas mesmas tendências de evolução verificadas entre 1991 e 2001 para cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto e considerando os grandes grupos de imigrantes mais representativos podem ser visualizadas através da comparação dos gráficos seguintes:

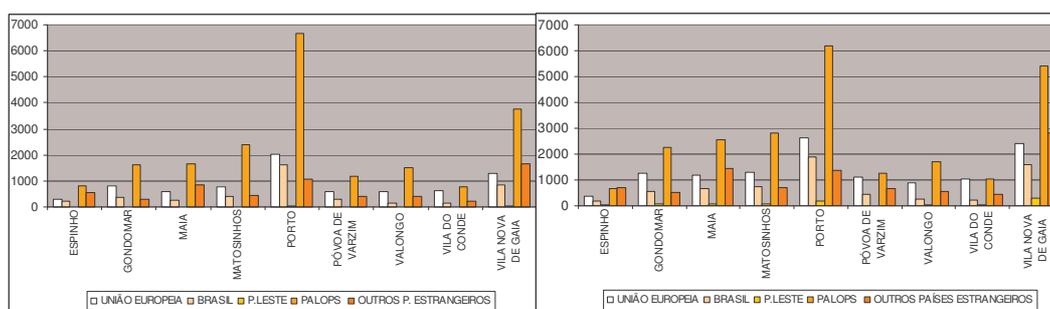


Figura 82. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o concelho de residência e com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO

Embora durante a década de 90 tenha ocorrido um acréscimo de cerca de 37.5% da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, a respectiva repartição percentual por sexos permanece aproximadamente a mesma – cerca de 47% de homens e 53% de mulheres.

Os valores referentes à evolução do número total de imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto entre 1991 e 2001, por sexo, estão sistematizados no gráfico seguinte:

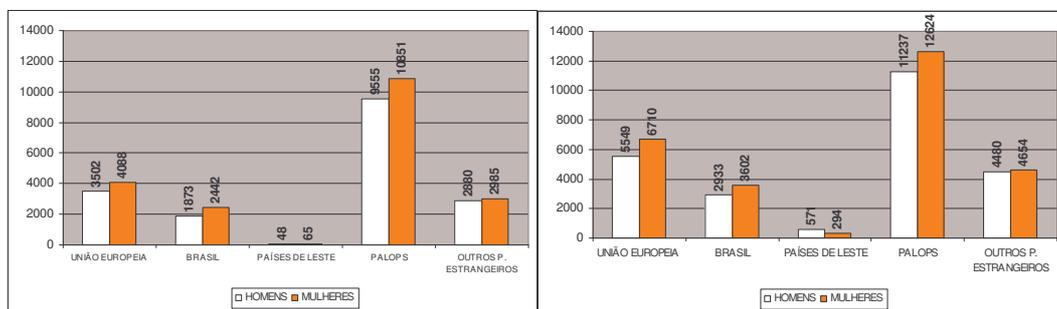


Figura 83. Repartição por sexo dos imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da distribuição da população portuguesa e estrangeira residente por grupos etários entre 1991 e 2001 permite detectar uma redução quer de portugueses quer de estrangeiros até aos 24 anos, e um aumento dos seus efectivos nos escalões etários mais elevados (a partir dos 25 anos) (Rosa, 2004). É, no entanto, de referir o forte reforço da população estrangeira em idade activa e o processo de envelhecimento da população portuguesa:

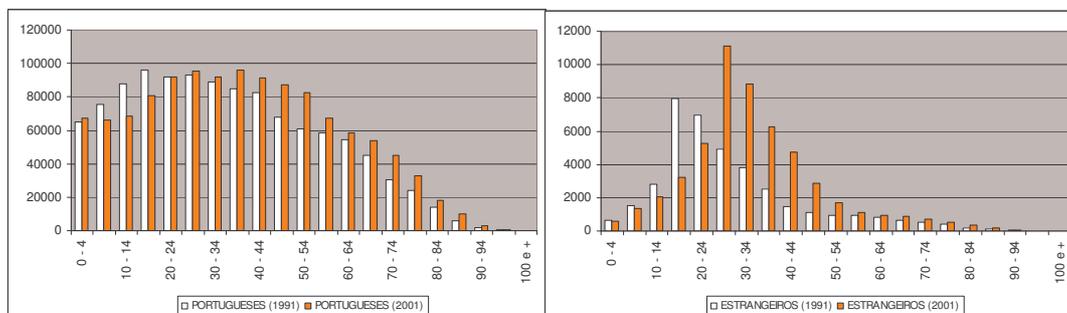


Figura 84. Evolução, de acordo com os escalões etários, dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Este crescimento significativo da população imigrante entre 1991 e 2001 é visível em todos os grupos populacionais estrangeiros. É de realçar que se assiste a um aumento significativo do número total de imigrantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa nos escalões etários acima dos 25 anos, e uma redução significativa nos escalões etários entre os 15 e os 24 anos deste grupo populacional.

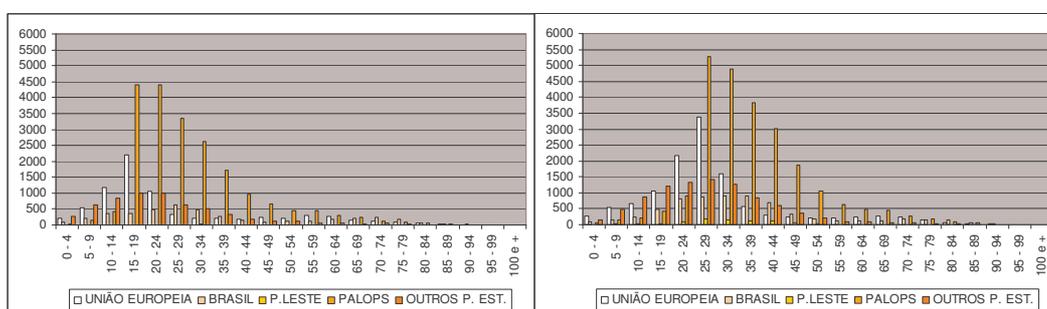


Figura 85. Pirâmides etárias dos grupos populacionais estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Esta mesma ideia de reforço do escalão etário entre os 25 e os 29 anos nos imigrantes da União Europeia, dos países africanos de língua portuguesa e de outros países estrangeiros em 2001, por contraposição com a respectiva predominância dos dois escalões anteriores em 1991 é mostrada nos seguintes gráficos comparativos da evolução das pirâmides etárias de cada um dos grupos de estrangeiros em análise:

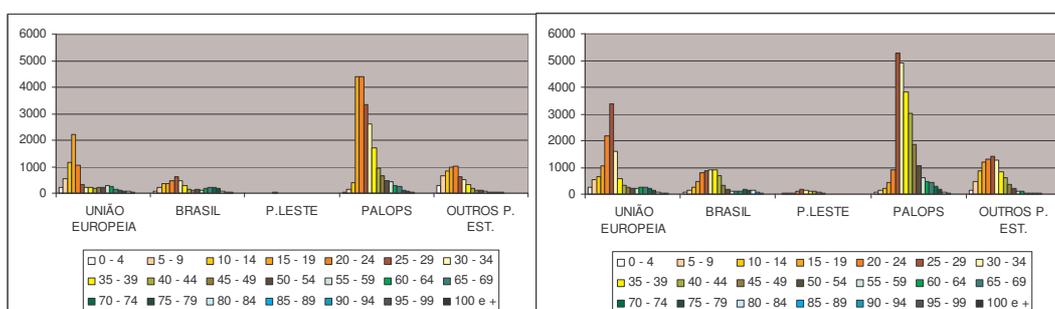


Figura 86. Pirâmides etárias dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.4. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A evolução dos níveis de habilitações académicas de portugueses e estrangeiros entre 1991 e 2001 pode ser analisada, em valores absolutos, nos dois gráficos seguintes. Embora, em média, os portugueses tenham melhorado a sua situação no que se refere à escolaridade ao longo da década, as habilitações mais elevadas dos estrangeiros aumentaram de um modo muito substancial, o que significa que os detentores destes níveis de habilitações foram atraídos pela imigração para Portugal, em geral, e para a Área Metropolitana do Porto, em particular:

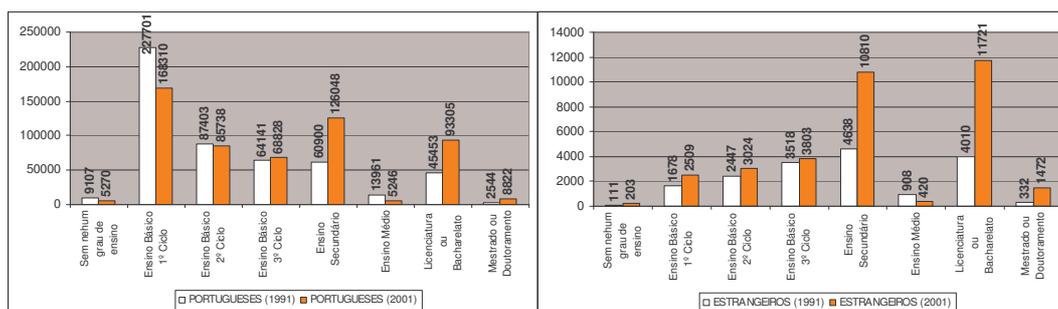


Figura 87. Evolução dos portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001, de acordo com as habilitações académicas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A composição da população residente na Área Metropolitana do Porto é substancialmente diferente entre portugueses e estrangeiros em termos de habilitações académicas, e os respectivos processos evolutivos ao longo da década de 90 são também distintos. Assim, em 1991 e em 2001, respectivamente, a distribuição das habilitações escolares era a seguinte

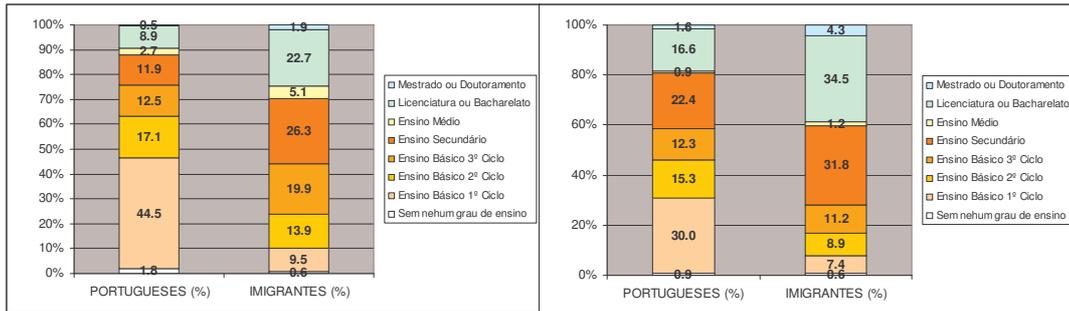


Figura 88. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com as habilitações académicas, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em 1991 havia uma forte discrepância entre as habilitações de portugueses e de estrangeiros. De facto, enquanto que 75.9% da população portuguesa não tinha nenhum grau de ensino ou detinha apenas o ensino básico, a correspondente percentagem de estrangeiros era de apenas 43.9%, e enquanto que 12.1% dos portugueses tinham um grau de ensino médio ou superior a percentagem homóloga de estrangeiros era de 29.7%.

Embora a população portuguesa tenha manifestado ao longo da última década uma tendência para reforçar as habilitações académicas (os detentores de ensino médio ou superior passam de 12.1% em 1991 para 19.1% em 2001), a nível dos estrangeiros assiste-se do mesmo modo a um reforço e consolidação dos seus níveis elevados de habilitações (em 1991 29.7% tinham graus de ensino médios ou superiores, tendo esse valor subido para 40% em 2001):

Verifica-se, ao longo da década, um claro reforço das habilitações a nível do ensino secundário, do ensino médio, dos bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos dos vários grupos de imigrantes, merecendo especial destaque o reforço dos níveis de habilitações académicas dos estrangeiros provenientes de países da União Europeia, de países africanos de língua oficial portuguesa, e de outros países estrangeiros:

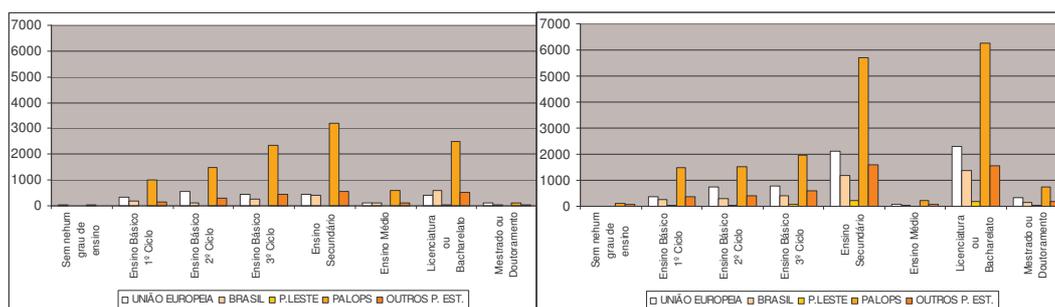


Figura 89. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares e com a naturalidade, em 1991 e em 2001

(Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se que em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto ocorreu uma melhoria do nível das habilitações literárias, merecendo especial destaque o aumento de estrangeiros detentores do ensino médio ou superior nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia, conforme se pode ver nos gráficos seguintes:

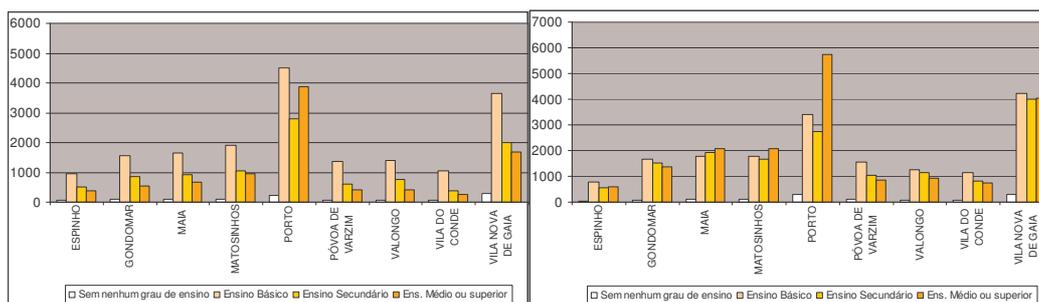


Figura 90. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares, em 1991 e em 2001

(Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.5. EVOLUÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Durante a década de 90 assiste-se na Área Metropolitana do Porto a uma redução do número total de portugueses que trabalham na freguesia de residência e a um aumento dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência ou noutra concelho distinto do da residência. Por outro lado, como os imigrantes aumentaram, isso veio-se repercutir em todos os tipos de localização dos seus empregos por referência aos respectivos alojamentos, embora tenha sido mais notório o reforço das localizações do trabalho na própria freguesia de residência ou noutra freguesia do mesmo concelho:

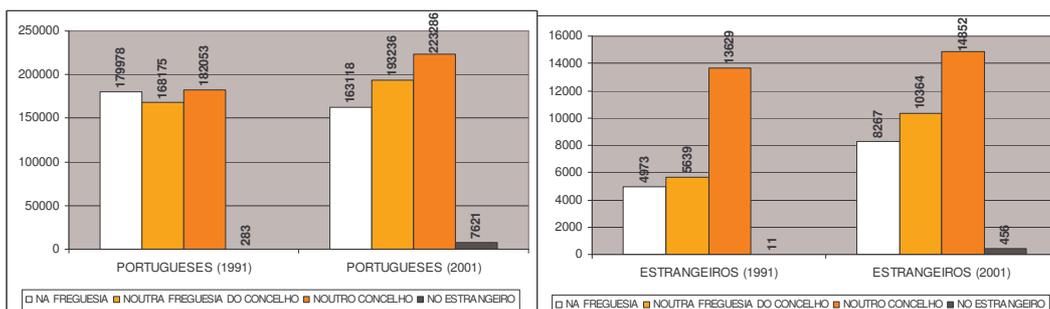


Figura 91. Distribuição do local de trabalho relativamente ao local de residência dos portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos percentuais, entre 1991 e 2001 verifica-se um aumento dos imigrantes que trabalham na freguesia do concelho de residência (passam de 20.5% para 24.4%), e dos residentes noutra freguesia do concelho de residência (que passam de 23.3% para 30.5%), ocorrendo no mesmo período uma redução substancial daqueles que trabalham noutro concelho (passam de 56.2% para 43.8% do total de imigrantes). Quanto aos portugueses, a repartição percentual dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência subiu ligeiramente (de 31.7% para 32.9%), reduziu-se a percentagem dos que trabalham na freguesia onde residem (de 33.9% para 27.8%), e aumentou a percentagem dos que trabalham noutro concelho distinto do da residência (de 34.3% para 38%).

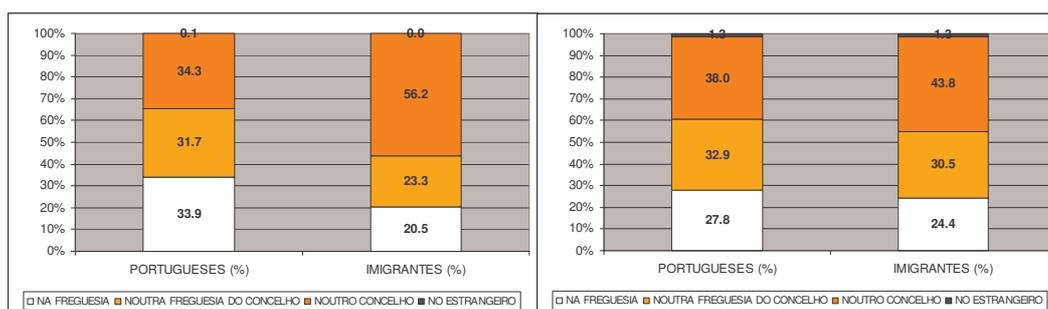
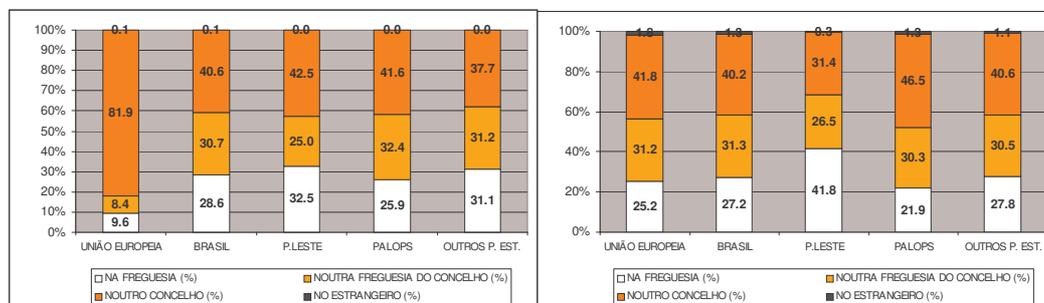


Figura 92. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quanto à evolução percentual da distribuição espacial dos locais de trabalho relativamente aos de residência para cada grupo de imigrantes, é de realçar que são os dos países de leste aqueles que predominantemente trabalham na freguesia de residência (tendo-se reforçado essa tendência, ao passarem de 32.5% do total deste grupo em 1991 para 41.8% em 2001), que os imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa são aqueles que apresentam uma menor percentagem de trabalho na freguesia de residência (21.9%) e uma maior percentagem de trabalho noutro concelho (46.5%), e que foram os imigrantes de países da União Europeia aqueles que mais aumentaram percentualmente as

localizações dos seus empregos na freguesia de residência (de 9.6% do total deste grupo em 1991 passaram para 25.2% em 2001), e dos que trabalham noutra freguesia do mesmo concelho (a evolução homóloga foi de 8.4% para 31.2%):

Figura 93. Repartição percentual dos estrangeiros residentes na Área



Metropolitana do Porto, por nacionalidade, e de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente à evolução da distribuição dos locais de trabalho em relação aos de residência por concelho, verifica-se que percentualmente, baixou o peso de estrangeiros que trabalham na mesma freguesia de residência em todos os concelhos, à excepção do de Vila Nova de Gaia, tendo em todos eles aumentado a percentagem dos que trabalham noutro concelho, à excepção de Matosinhos, de Valongo e Vila Nova de Gaia. É ainda de referir a redução, para os imigrantes residentes no Porto, da percentagem dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência (que passou de 25.3% em 1991 para 23.8% em 2001), embora continue a ser o concelho em residem mais estrangeiros que trabalham noutra freguesia distinta daquela em que moram:

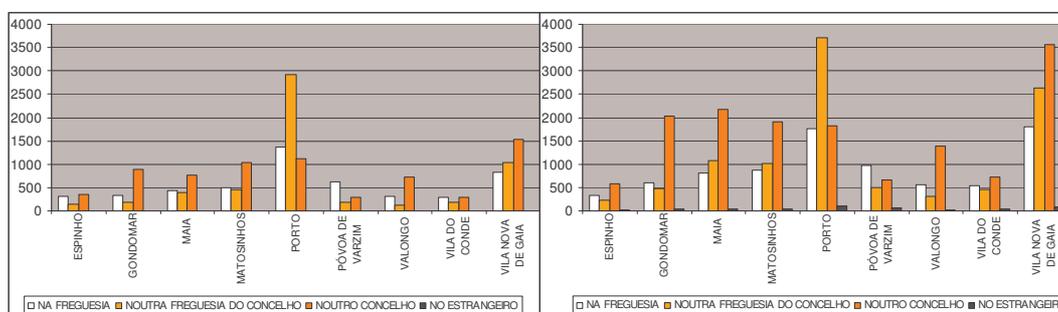


Figura 94. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.6. EVOLUÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DO TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Em termos absolutos entre 1991 e 2001 aumentou o total de portugueses que trabalham na freguesia de residência e que detêm o ensino secundário, médio ou superior, tendo no entanto sido ainda maior o aumento dos portugueses detentores destes níveis de habilitações que trabalham noutra freguesia do concelho de residência e noutra concelho:

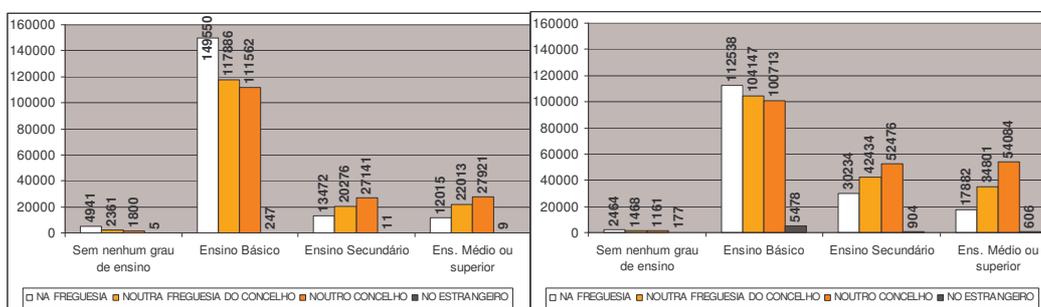


Figura 95. Distribuição dos portugueses por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente aos imigrantes, verifica-se um claro reforço do total de indivíduos com habilitações secundárias, médias ou superiores que trabalham noutra freguesia do concelho de residência ou noutra concelho:

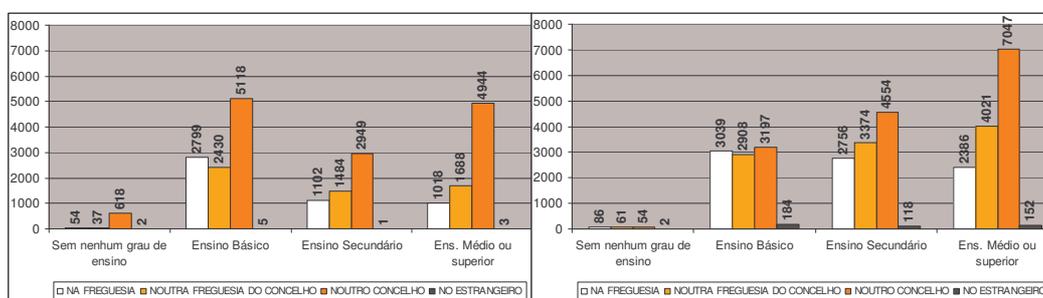


Figura 96. Distribuição dos estrangeiros por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da estrutura de localização dos postos de trabalho de acordo com as habilitações literárias dos portugueses revela, fundamentalmente o facto já referido de, ao longo da década de 90, ter melhorado o nível geral de habilitações deste grupo populacional, assistindo-se, em termos médios, a uma redução dos portugueses que trabalham na freguesia de residência e a um aumento daqueles que trabalham noutra freguesia do concelho de residência ou noutra concelho, independentemente do nível de habilitações literárias (embora se mantenha o mesmo aspecto percentual correspondente à distribuição dos locais de trabalho relativamente aos de residência):

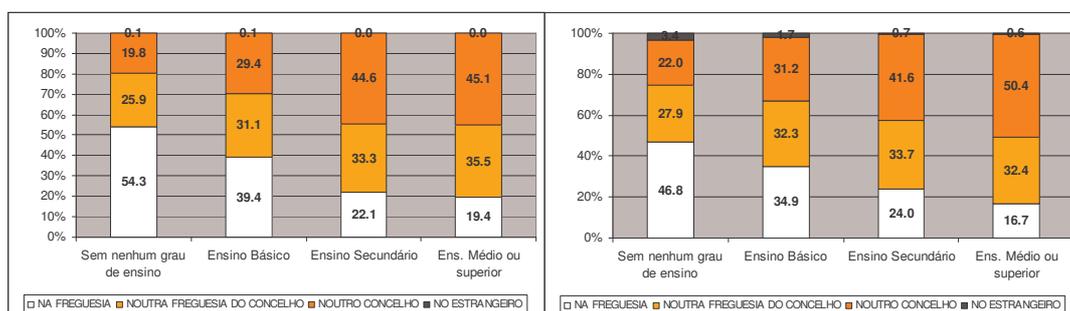


Figura 97. Repartição percentual dos locais de trabalho dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Já no que se refere aos estrangeiros, a situação inicial é completamente distinta, uma vez que eram mais elevadas, para todos os níveis de habilitações, as percentagens dos estrangeiros que trabalhavam noutra concelho (sobretudo no grupo dos que não detinham nenhum grau de ensino), em contraposição com aquilo que ocorria com os portugueses com habilitações correspondentes, que trabalhavam, essencialmente, na freguesia de residência. Esta situação de desigualdade, no entanto, evoluiu ao longo da década no sentido de uma maior aproximação da distribuição dos locais de trabalho de portugueses e de estrangeiros, de acordo com os níveis habilitacionais (embora sejam ainda ligeiramente superiores as percentagens de portugueses que trabalham na freguesia de residência, à excepção do escalão de habilitações mais elevado, e as percentagens de estrangeiros que trabalham noutros concelhos), para cada um dos escalões de habilitações literárias em estudo:

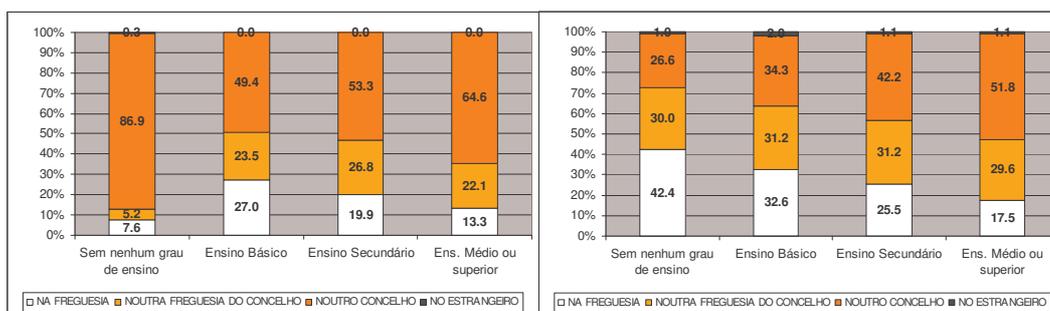


Figura 98. Repartição percentual dos locais de trabalho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.7. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A situação dos imigrantes face ao emprego melhorou substancialmente de 1991 para 2001 na Área Metropolitana do Porto. Embora em 1991 eles apresentassem um cenário claramente desfavorável em todos os concelhos desta Área Metropolitana, essa situação inverteu-se ao longo da década, já que em 2001 passam a ter menores taxas de desemprego do que os portugueses nos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia. Pelo contrário, a situação perante o emprego dos portugueses piorou de 1991 para 2001 em todos os concelhos:

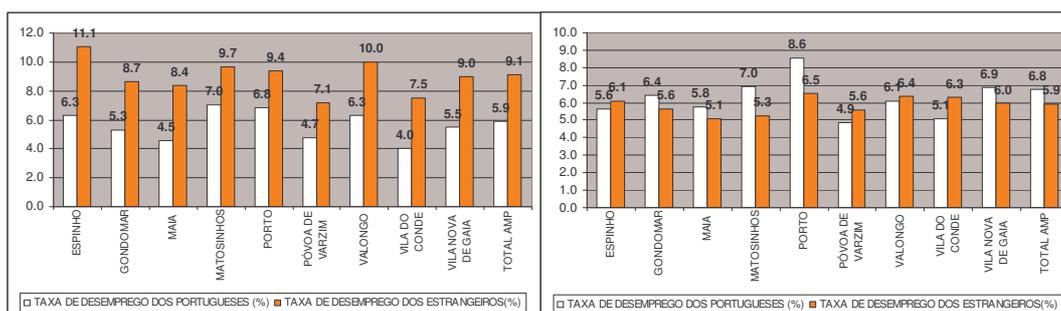


Figura 99. Taxas de desemprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Enquanto que para os portugueses a taxa de desemprego aumentou de 5.9% em 1991 para 6.8% em 2001, a taxa de desemprego dos imigrantes baixou muito substancialmente, de 9.1% para 5.9%, sendo de realçar a descida do desemprego

dos imigrantes de países de leste (que passou de 12.5% para 4.7%), dos outros países estrangeiros (que baixou de 9.6% para 5.2%), do Brasil (que baixou de 8.8% para 6.6%), e dos imigrantes da União Europeia (cuja taxa de desemprego baixou de 8.7% para 6%):

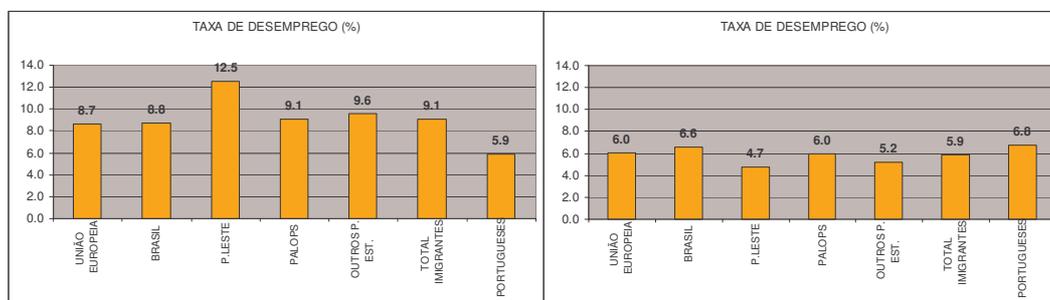


Figura 100. Taxas de desemprego da população activa residente na Área Metropolitana do Porto, por grupos populacionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.8. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A evolução em termos absolutos do emprego total de portugueses e estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001, mostra que ocorreu um grande aumento de emprego de imigrantes no sector terciário:

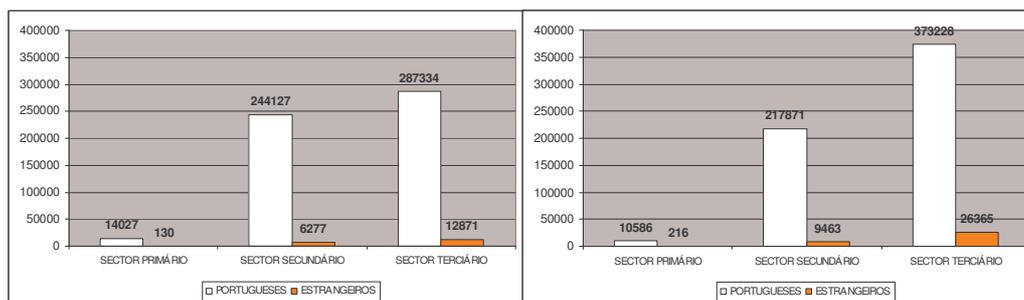


Figura 101. Distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por sector de actividade económica, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução ocorrida especificamente a nível da população activa estrangeira, de acordo com os grupos de nacionalidades evidencia o forte crescimento nos

efectivos do sector terciário africanos de expressão oficial portuguesa, de estrangeiros da União Europeia, de outros países estrangeiros, e também do Brasil:

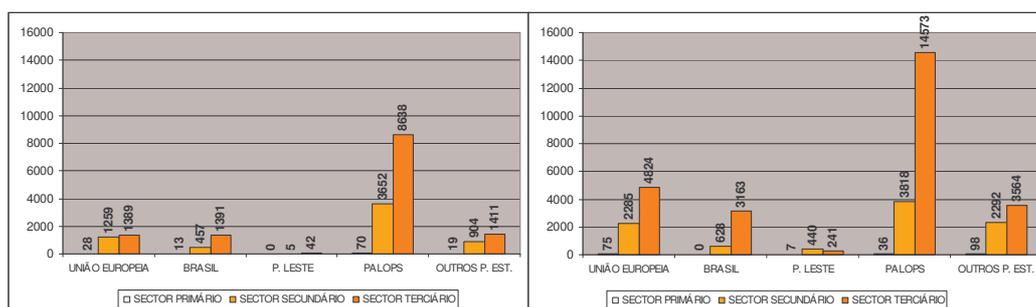


Figura 102. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, de acordo com a nacionalidade, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se, a partir da análise da evolução da repartição percentual do emprego entre os sectores de actividade económica, que em 2001, 73.1% dos imigrantes trabalhava no sector terciário, 26.3% no sector secundário e 0.6% no sector primário, ao passo que entre os portugueses as percentagens homólogas eram de 62%, 36.2% e 1.8%, respectivamente, correspondendo a um aumento da população activa no sector terciário e a uma redução nos sectores secundário e primário. Dos grupos de estrangeiros são os brasileiros aqueles em que é maior a percentagem que trabalha no sector terciário (83.4%), seguindo-se os imigrantes africanos de expressão portuguesa (79.1%), e os imigrantes dos países da União Europeia (67.1%). Em todos os casos é patente um aumento da representatividade do sector terciário em 2001 relativamente a 1991, e uma redução do peso relativo do sector secundário, à excepção dos imigrantes dos países de leste e de outros países estrangeiros, em que ocorre uma redução percentual do emprego no sector terciário e um aumento no secundário nesta década

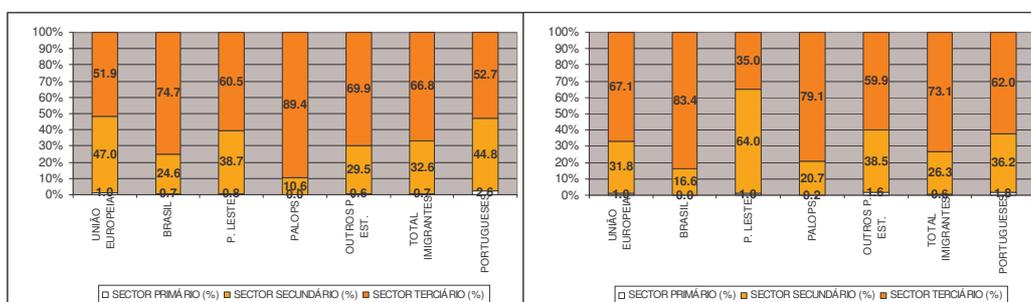


Figura 103. Repartição percentual dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sector de actividade económica, por nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na Área Metropolitana do Porto, ao longo da década de 90, ocorreu uma redução de 24.5% do emprego dos portugueses no sector primário, uma redução de 10.8% no sector secundário, e um aumento de 29.9% no sector terciário da economia. A evolução do emprego por sectores de actividade económica dos imigrantes foi completamente distinta, tendo-se registado aumentos do seu emprego nos sectores terciário (104.8%), primário (66.2%), e secundário (50.8%):

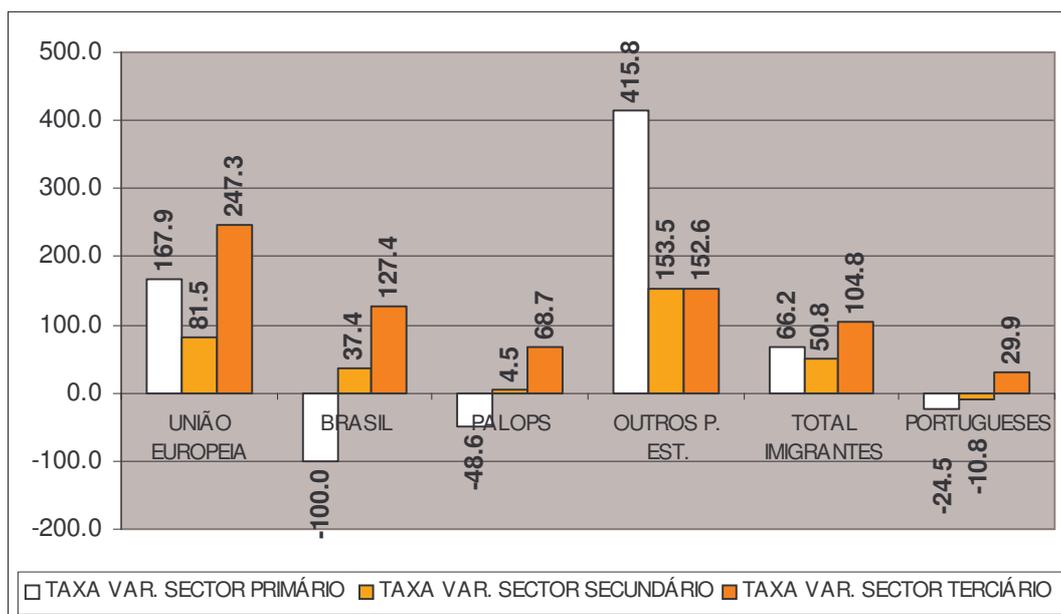


Figura 104. Variações percentuais do emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução do emprego por sectores de actividade económica mostra que ocorreu uma redução de 24.5% do emprego português no sector primário da economia, e que é entre os brasileiros e os imigrantes dos países africanos de expressão portuguesa que se verifica uma mais forte redução neste sector (100% e 48.6%, respectivamente). Já no que se refere a imigrantes de outros países estrangeiros, o seu emprego no sector primário regista um fortíssimo aumento (415.8%), crescendo também neste sector o emprego dos imigrantes de países da União Europeia (167.9%).

Embora o sector secundário tenha registado uma redução percentual de portugueses durante a década, o emprego neste sector aumentou entre os estrangeiros. Os responsáveis por este incremento são essencialmente os

imigrantes provenientes de outros países estrangeiros (153.5%), da União Europeia (81.5%), e os brasileiros (37.4%).

O aumento de emprego no sector terciário regista-se, sobretudo, a nível dos imigrantes da União Europeia (247.3%), de outros países estrangeiros (152.6%), e do Brasil (127.4%) (na análise da evolução do emprego por sectores de actividade económica entre os vários grupos de imigrantes não se consideraram os países de leste devido ao facto de haver um número muito reduzido de imigrantes deste grupo populacional na Área Metropolitana do Porto em 1991).

As taxas de variação do emprego por sectores de actividade económica para os portugueses e para os estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto revelam que entre os portugueses houve uma redução dos efectivos empregados no sector primário da economia em todos os concelhos (à excepção do Porto), tendo também ocorrido uma variação negativa no sector secundário em todos os concelhos à excepção do da Póvoa de Varzim. Por outro lado, registaram-se aumentos de emprego de portugueses no sector terciário em todos os concelhos, merecendo especial destaque a Maia (89.2%), Vila do Conde (69.5%), e Póvoa de Varzim (53.7%).

Entre os estrangeiros ocorreu um substancial aumento do emprego em todos os sectores de actividade económica especialmente do sector terciário, sendo ainda de referir a redução do emprego no sector primário no concelho de Espinho e o aumento deste sector na Maia (733.3%) e em Gondomar (146.3%):

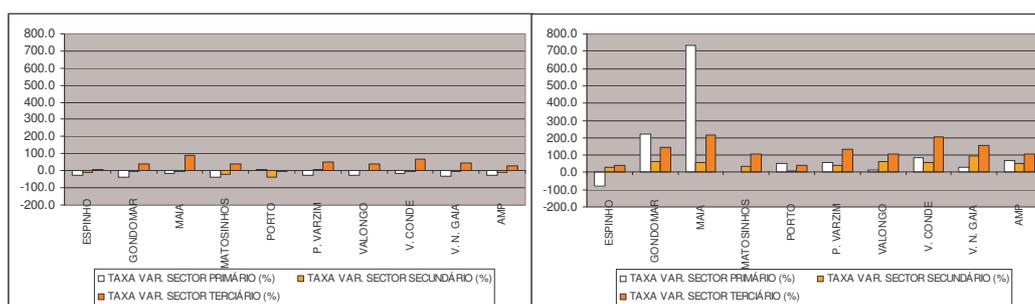


Figura 105. Variações percentuais do emprego dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.9. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Em termos absolutos, entre 1991 e 2001 houve um aumento do número de imigrantes em todos os grupos profissionais, e entre portugueses assistiu-se a um crescimento dos grupos profissionais de nível superior (quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, especialistas das profissões intelectuais e científicas, técnicos e profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo e similares, e pessoal dos serviços e vendedores), e a uma redução dos grupos profissionais de nível mais baixo (agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, operários, artífices e trabalhadores similares, e operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem), tendo no entanto aumentado o número de trabalhadores não qualificados:

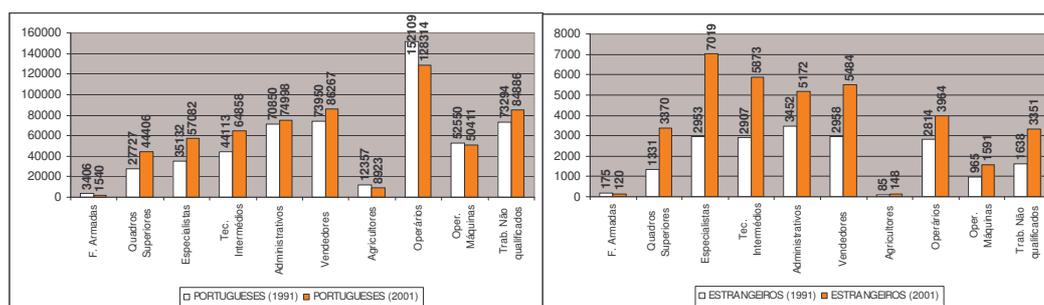


Figura 106. Evolução da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução percentual da composição da população activa portuguesa e estrangeira por grupos profissionais permite concluir que na Área Metropolitana do Porto os estrangeiros posicionam-se predominantemente nos grupos profissionais de estatuto mais elevado, o que já acontecia em 1991, mas que se reforçou ao longo da década. Quanto aos portugueses, ocorreu também uma melhoria no sentido de se reforçar a representatividade dos quadros superiores, dos especialistas intelectuais e científicos, dos técnicos de nível intermédio, do pessoal administrativo, e do pessoal dos serviços e vendedores (que passaram de 46.5% da população portuguesa em 1991 para 54.5% em 2001). É ainda de referir que os operários portugueses viram a sua percentagem reduzida de 27.9% para

21.3%, e os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem passaram de 9.6% para 8.4%.

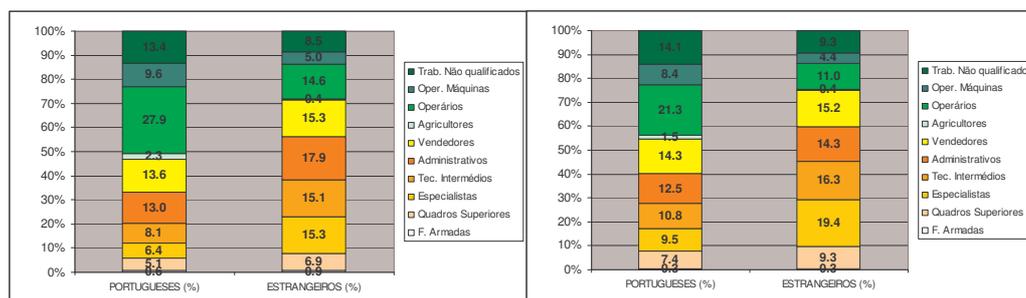


Figura 107. Repartição, percentual de acordo com os grupos profissionais, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise mais específica da evolução para os vários grupos de imigrantes mostra um reforço da totalidade dos grupos profissionais, e dos efectivos a exercerem profissões intelectuais e científicas, que passam a ser dominantes entre os imigrantes da União Europeia, de outros países estrangeiros e entre os africanos de língua portuguesa. A nível dos imigrantes de países de leste predominam os operários, artífices e trabalhadores similares, seguidos de trabalhadores não qualificados. O grupo profissional mais representado entre os brasileiros são os vendedores e trabalhadores de serviços, os profissionais intelectuais e científicos, e os técnicos e profissionais de nível intermédio:

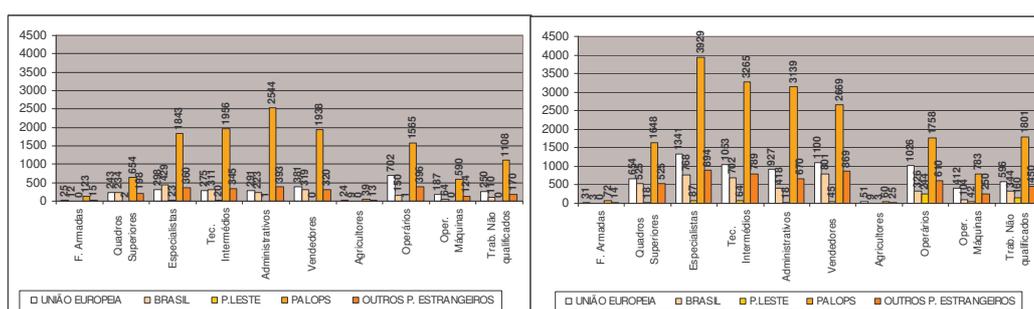


Figura 108. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução da composição percentual por grupos profissionais dos portugueses, globalmente para os imigrantes e para cada um dos respectivos

grupos, permite concluir que houve uma redução em termos de estatuto do nível profissional médio dos imigrantes de leste, e um reforço dos quadros superiores, das profissões intelectuais e científicas, e dos técnicos e profissionais de nível intermédio para todos os restantes grupos de estrangeiros. Ocorreu ainda uma redução da representatividade dos operários, artífices e trabalhadores similares em todos os grupos (à excepção dos brasileiros, em que se mantiveram, e dos imigrantes de leste, em que este grupo em 2001 passou a representar 35.8% do total, quando em 1991 apenas representava 2.1%). Houve ainda, e para todos os grupos, uma redução dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem (à excepção dos imigrantes de leste em que este grupo profissional passou a representar 6.2% em 2001), sendo de destacar os níveis muito elevados de ausência de qualificação entre estes mesmos imigrantes (23.5% do total em 2001):

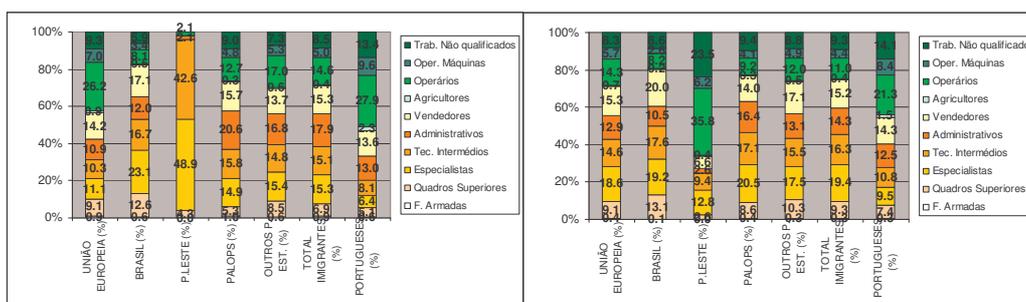


Figura 109. Repartição percentual, de acordo com os grupos profissionais, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações ocorridas entre 1991 e 2001 nos grupos profissionais, comparativamente entre portugueses e os vários grupos de imigrantes, são patenteadas no seguinte gráfico (excluíram-se os valores referentes aos países de leste pelo facto desta imigração ser praticamente inexistente em 1991):

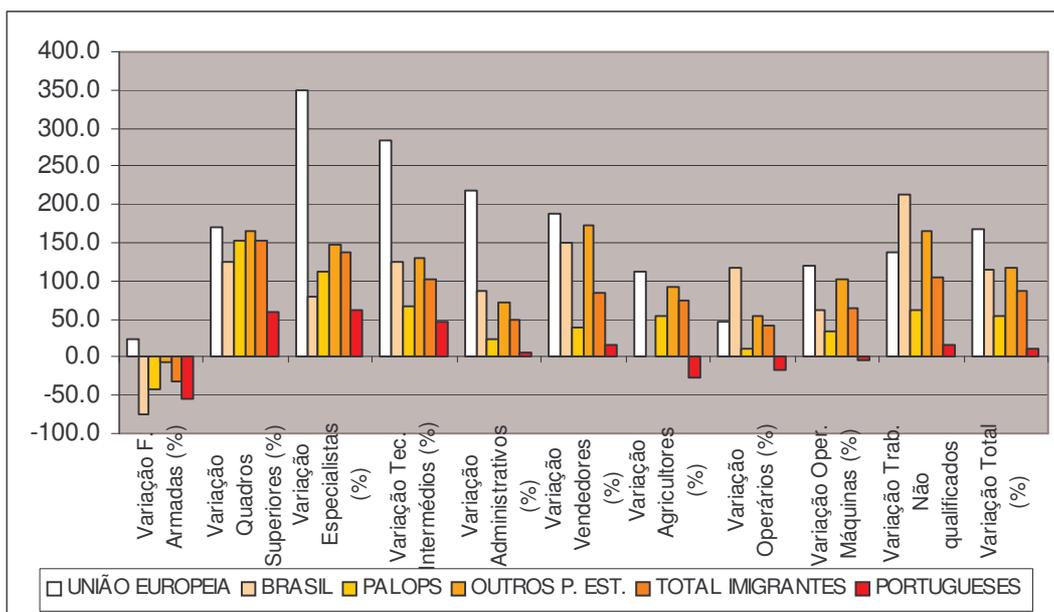


Figura 110. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, por grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As maiores variações a nível dos quadros superiores, das profissões intelectuais e científicas, dos técnicos intermédios, dos trabalhadores administrativos, dos vendedores e trabalhadores de serviços, e dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas ocorre para os imigrantes da União Europeia. Também se registam elevadas variações nos vários grupos profissionais para os brasileiros e imigrantes de outros países estrangeiros.

A evolução do número de activos portugueses e estrangeiros em cada grupo profissional por concelhos na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001 é patente nos seguintes gráficos em que é de destacar, em termos comparativos, a maior concentração de profissionais intelectuais e científicos, quer portugueses quer estrangeiros, nos concelho do Porto e de Vila Nova de Gaia:

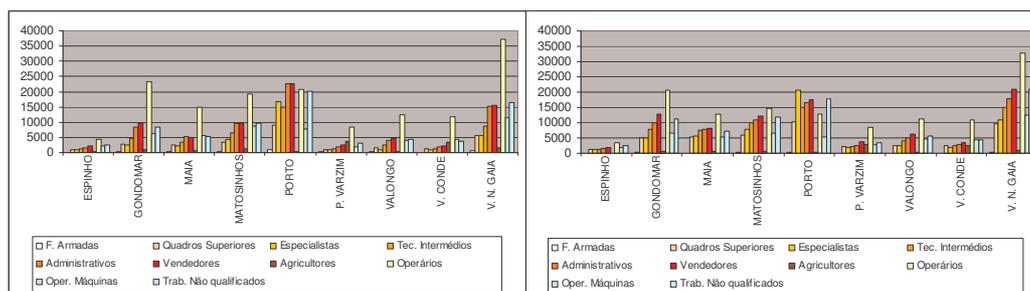


Figura 111. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos estrangeiros é ainda mais marcada a concentração no Porto e em Vila Nova de Gaia dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas, dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, dos técnicos e profissionais de nível intermédio, do pessoal administrativo e similares, e do pessoal dos serviços e vendedores.:

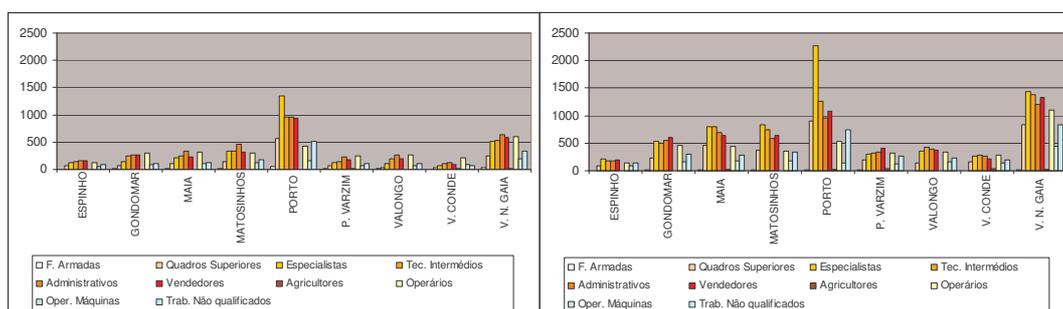


Figura 112. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.10. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A evolução da situação profissional dos portugueses e dos imigrantes permite constatar quer a nível dos portugueses quer a nível dos imigrantes um aumento do total de trabalhadores por conta de outrém e também, embora de um modo menos significativo, dos patrões e empregadores:

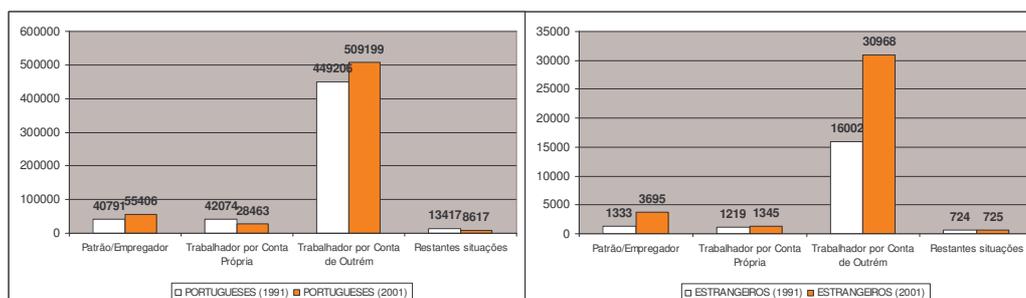


Figura 113. Evolução da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos de estrutura percentual da situação profissional de portugueses e de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, e respectiva evolução entre 1991 e 2001, não se registam diferenças significativas entre portugueses e estrangeiros (nem em 1991 nem em 2001), sendo de referir que entre os portugueses, os trabalhadores por conta de outrem passaram de 82.3% para 84.6%, e entre os estrangeiros aumentaram de 83% para 84.3%. Ocorreu uma redução de trabalhadores por conta própria (entre os portugueses passaram de 7.7% para 4.7%, e entre os estrangeiros de 6.3% para 3.7%), e um aumento dos patrões/empregadores (a respectiva percentagem entre os portugueses aumentou de 7.5% para 9.2%, e entre os estrangeiros de 6.9% para 10.1%). É de referir a maior percentagem de patrões estrangeiros do que de portugueses, embora a diferença percentual seja pequena:

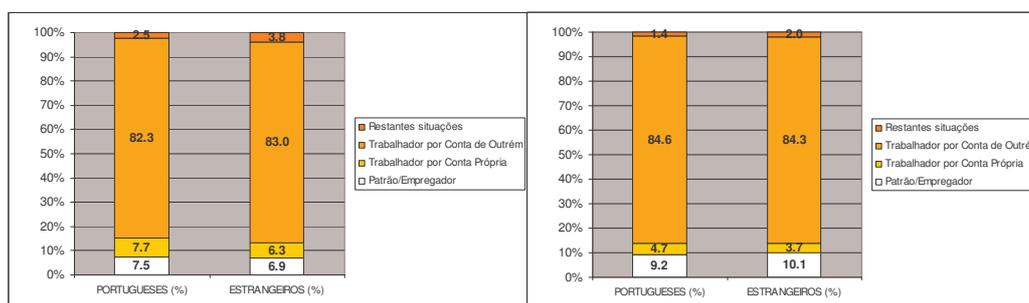


Figura 114. Repartição, percentual de acordo com a situação profissional, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise mais específica centrada nos vários grupos de imigrantes, mostra a seguinte evolução do total de activos em cada situação profissional, que confirma a tendência já detectada:

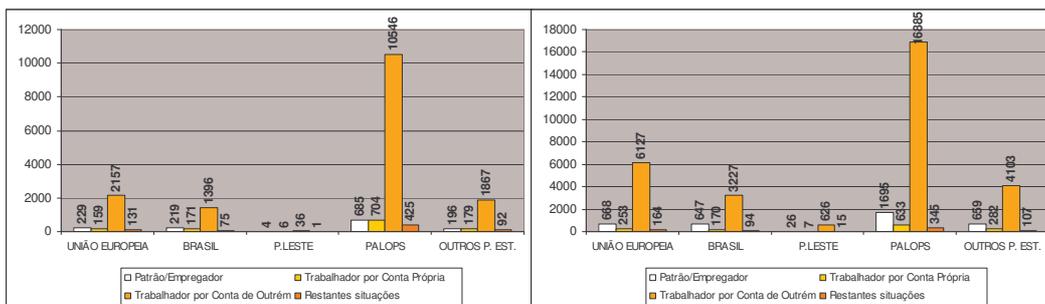


Figura 115. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos da evolução da composição percentual dos vários grupos de imigrantes e dos portugueses verifica-se, conforme já tinha sido referido, o crescimento dos trabalhadores por conta de outrém e dos patrões em todos os grupos populacionais. É ainda de referir que são os brasileiros aqueles em que é mais elevada a percentagem de patrões (15.6% em 2001, reforçando a tendência já detectada em 1991), seguindo-se os imigrantes de outros países estrangeiros (com uma percentagem de 12.8% nesta situação profissional), e dos imigrantes de países da União Europeia (9.3%). São ainda de destacar os 92.9% de trabalhadores por conta de outrém dentro do grupo dos imigrantes de leste (em que é mais elevada a percentagem deste tipo de situação profissional), contrariamente ao que acontecia uma década atrás, em que apenas 76% destes imigrantes trabalhavam por conta de outrém:

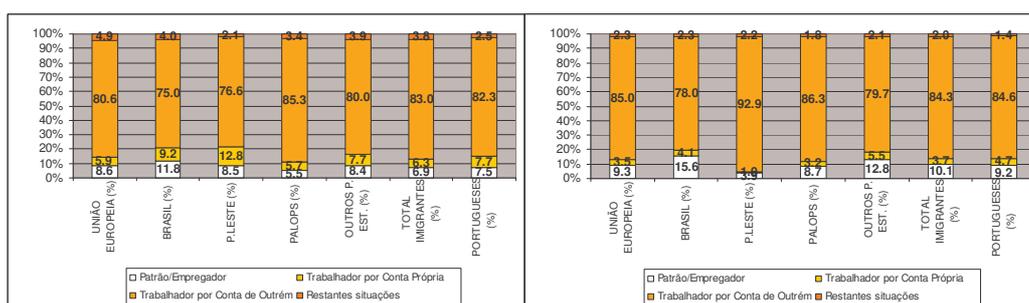
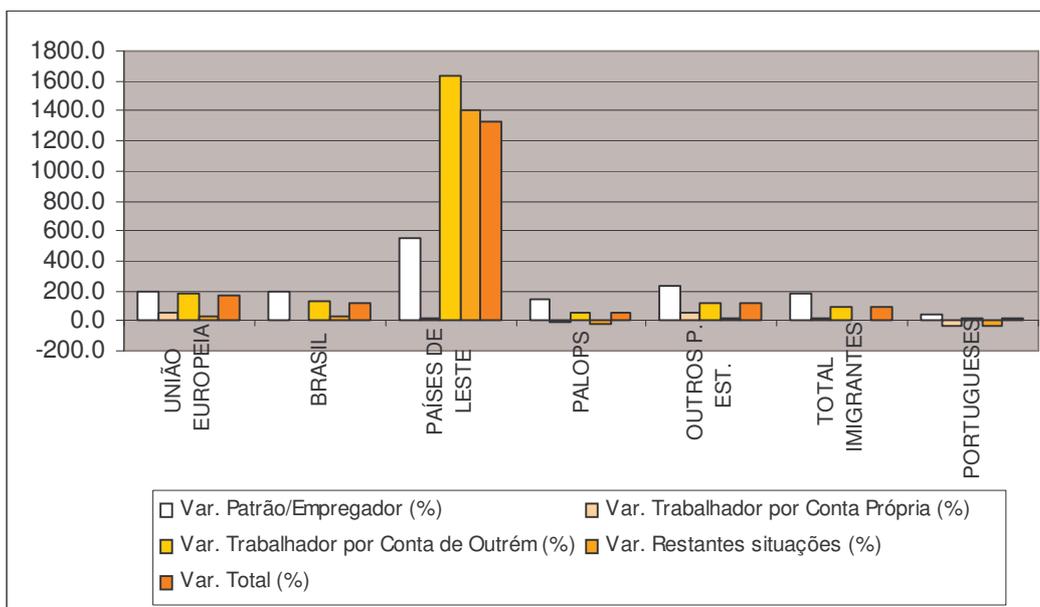


Figura 116. Repartição, percentual de acordo com a situação profissional, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É a nível dos países de leste que se detectam as maiores variações percentuais da situação profissional durante a década (o que era, aliás, de esperar atendendo a que a imigração de leste em 1991 era muito reduzida), constatando-se que as maiores variações positivas ocorrem a nível dos patrões/empregadores, seguindo-se variações, muito próximas em todos os grupos populacionais, dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores por conta de outrém:

Figura 117. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na



Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da situação profissional dos portugueses, para os vários concelhos da Área Metropolitana do Porto apresentou, em termos absolutos, a seguinte evolução:

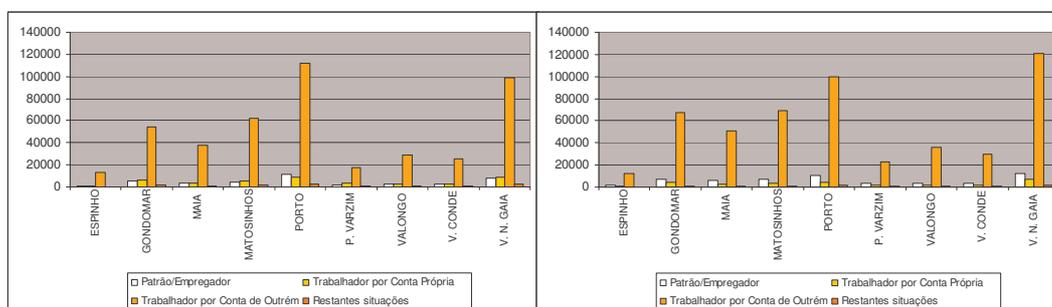


Figura 118. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para os estrangeiros, a evolução correspondente é apresentada seguidamente, sendo de realçar o forte aumento dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos de Vila Nova de Gaia e do Porto:

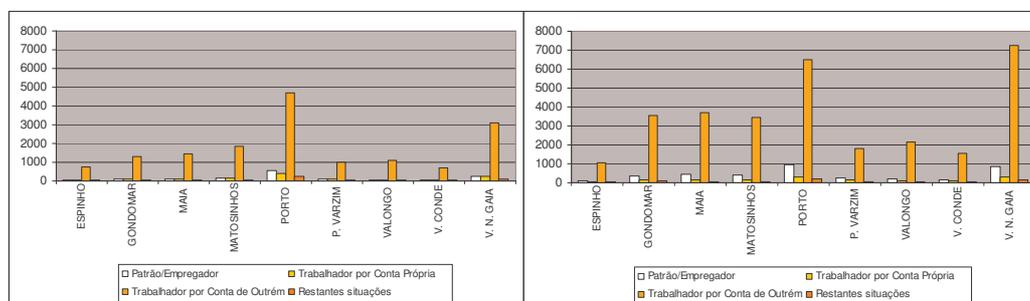


Figura 119. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos de repartição percentual da população activa estrangeira entre os diversos concelhos, é importante referir o aumento percentual dos patrões no concelho do Porto (que passam de 9.1% em 1991 para 12% em 2001), e em Vila Nova de Gaia (em que as correspondentes percentagens são de 6.2 e 10.2%). Não ocorrem, no entanto, grandes diferenças nas repartições de acordo com a situação profissional entre os diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto:

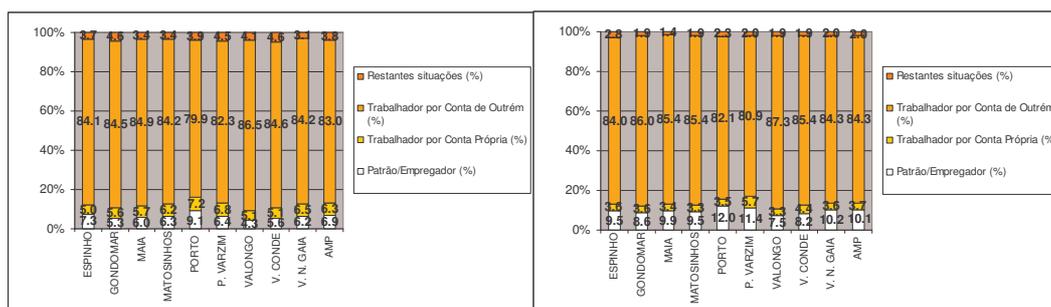


Figura 120. Repartição percentual, de acordo com a situação profissional, da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.5.1. EVOLUÇÃO DO TIPO DE EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O número total de edifícios, de acordo com o tipo (clássico ou outro) em que se localizam os alojamentos de portugueses e estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e 2001, e a respectiva variação evidenciam não só um grande crescimento dos edifícios de alojamento de imigrantes de leste (reflectindo o reforço deste fluxo migratório durante a década de 90), como ainda o aumento da expressão dos edifícios não clássicos entre os imigrantes africanos de expressão portuguesa:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991			2001			VARIÇÃO 1991 - 2001		
	CLÁSSICO	OUTRO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO	TOTAL	CLÁSSICO (%)	OUTRO (%)	TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1253	5	1258	3500	8	3508	179.3	60.0	178.9
BRASIL	1225	2	1227	2294	1	2295	87.3	-50.0	87.0
PAÍSES DE LESTE	29	1	30	241	6	247	731.0	500.0	723.3
PALOPS	4409	11	4420	9816	28	9844	122.6	154.5	122.7
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	797	2	799	1997	3	2000	150.6	50.0	150.3
TOTAL IMIGRANTES	7713	21	7734	17848	46	17894	131.4	119.0	131.4
PORTUGUESES	331609	1441	333050	405054	1813	406867	22.1	25.8	22.2

Tabela 15. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A variação da composição percentual dos edifícios, de acordo com o tipo, para os diversos grupos populacionais mostra que são aqueles em que se localizam os alojamentos dos imigrantes de países de leste que exibem uma situação de maior desvantagem relativamente aos restantes, já que em 2001 2.4% do seu total corresponde a edifícios não clássicos (embora tenha ocorrido uma melhoria relativamente a 1991, em que estes representavam 3.3% do respectivo grupo):

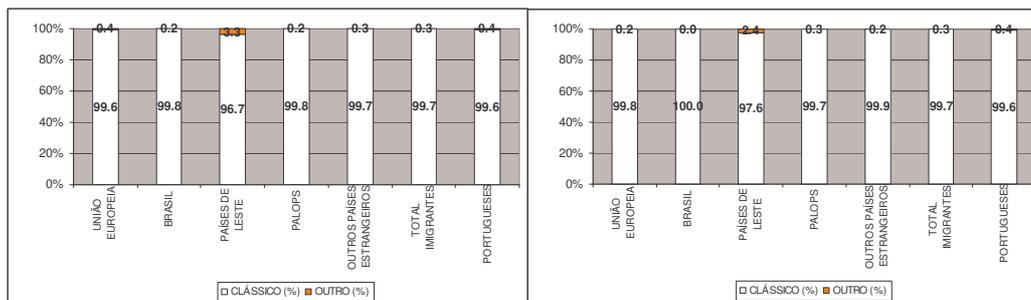


Figura 121. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos de estrangeiros, por naturalidade, revela uma redução nos edifícios clássicos de brasileiros e de imigrantes de países africanos de língua portuguesa (passam de 15.9% para 12.9%, e de 57.2% para 55%, respectivamente), e um agravamento de outros tipos de construção a nível dos imigrantes africanos de expressão portuguesa (sobem de 52.4% do total destes alojamentos em 1991 para 60.9% em 2001), e dos países de leste (em que esta percentagem aumenta de 4.8% para 13%).

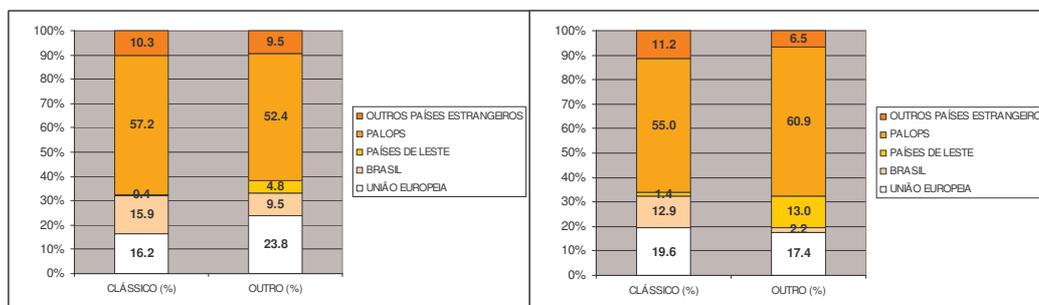


Figura 122. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de edifícios, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da totalidade dos edifícios por concelhos, para portugueses e para estrangeiros, é a seguinte:

CONCELHO/ANO/TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES						ESTRANGEIROS					
	1991			2001			1991			2001		
	CLÁSSICO	OUTRO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO	TOTAL
ESPINHO	9727	51	9778	10560	41	10601	346	1	346	534	1	535
GONDOMAR	40234	111	40345	52177	172	52349	509	9	518	1537	0	1537
MAIA	25722	40	25762	37790	170	37960	558	1	558	2009	9	2018
MATOSINHOS	43908	383	44291	53906	357	54263	888	1	888	2050	9	2059
PORTO	91735	646	92381	91385	478	91863	3044	28	3072	4790	19	4809
PÓVOA DE VARZIM	13607	31	13638	18084	43	18127	372	1	373	910	0	910
VALONGO	19749	19	19768	26518	88	26606	408	1	408	1116	4	1120
VILA DO CONDE	15995	43	16038	21287	68	21355	212	1	213	777	1	778
VILA NOVA DE GAIA	70932	117	71049	93347	396	93743	1434	3	1437	4125	3	4128
TOTAL AMP	331609	1441	333050	405054	1813	406867	7771	42	7813	17848	46	17894

Tabela 16. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de edifício, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações percentuais do número total de edifícios onde se localizam os alojamentos entre os dois anos em estudo mostram que, enquanto que entre os portugueses é na Maia que se registam as maiores variações (47.3%), entre os estrangeiros ocorrem em Vila do Conde (265.3%), Maia (261.6%) e Gondomar (196.7%) :

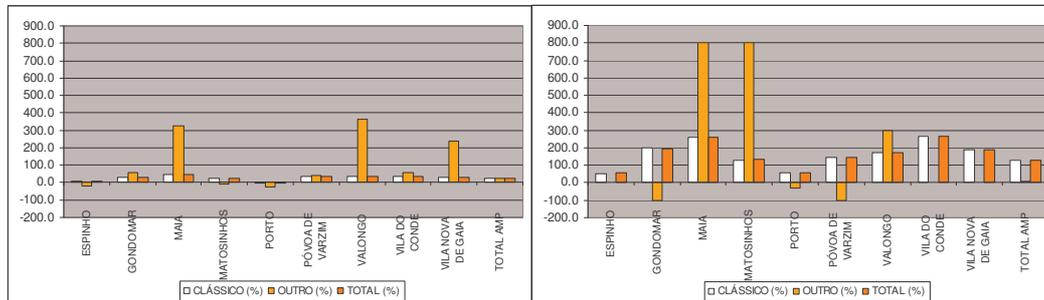


Figura 123. Variações percentuais dos edifícios em que se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de edifício, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.2. EVOLUÇÃO DO TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto, os valores observados em 1991 e 2001 para os tipos de utilização dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros por grandes grupos de países de origem, e as respectivas variações, mostram que, à excepção dos países de leste (em que se verificou um forte aumento dos edifícios exclusivamente residenciais), nos outros conjuntos de imigrantes e entre os portugueses o maior acréscimo ocorreu nos edifícios principalmente residenciais, seguindo-se-lhes os edifícios exclusivamente residenciais:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991				2001				VARIACÃO 1991 - 2001			
	EXCLUS. RESIDENCIAL	PRINC. RESIDENCIAL	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	TOTAL	EXCLUS. RESIDENCIAL	PRINC. RESIDENCIAL	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	TOTAL	EXCLUS. RESIDENCIAL (%)	PRINC. RESIDENCIAL (%)	PRINC. NÃO RESIDENCIAL (%)	TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1005	233	15	1253	2569	831	23	3423	155.6	256.7	53.3	173.2
BRASIL	943	274	8	1225	1669	629	9	2307	77.0	129.6	12.5	88.3
PAÍSES DE LESTE	19	9	1	29	213	79	1	293	1021.1	777.8	0.0	910.3
PALOPS	3490	857	32	4409	7190	2334	38	9560	106.0	163.1	12.5	116.8
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	613	178	61	797	1611	531	10	2152	162.8	198.3	66.7	170.0
TOTAL IMIGRANTES	6070	1561	62	7713	13252	4404	79	17735	118.3	178.6	27.4	129.9
PORTUGUESES	290590	39109	1910	331609	340685	63052	1317	405054	17.2	61.2	-31.0	22.1

Tabela 17. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual dos edifícios entre os vários tipos de utilizações, para os diversos grupos populacionais entre 1991 e 2001 evidencia que são muito reduzidas as percentagens correspondentes à ocupação de edifícios principalmente não residenciais com alojamentos, havendo ao longo da década uma tendência para o aumento da representatividade dos edifícios principalmente residenciais. É de referir que apenas os imigrantes dos países de leste aumentaram o peso relativo de alojamentos em edifícios exclusivamente residenciais (passaram de 65.5% do total de edifícios dos alojamentos deste grupo em 1991 para 72.7% em 2001):

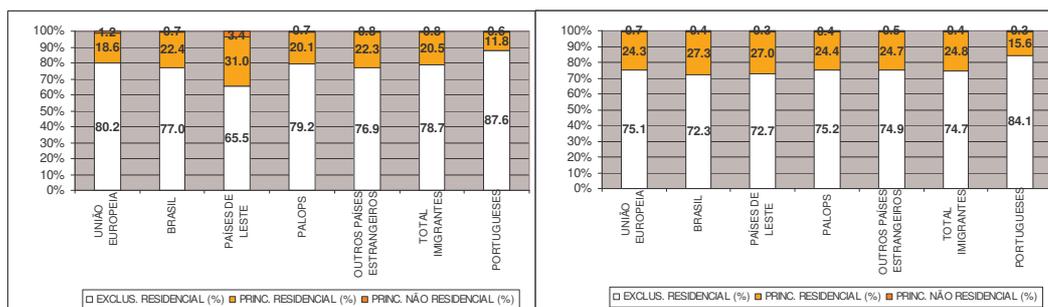


Figura 124. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações percentuais ocorridas entre 1991 e 2001 nos tipos de utilizações dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros, de acordo com a naturalidade, revelam um aumento na utilização dos vários tipos de edifícios pelos imigrantes da União Europeia, dos países de leste e de outros países estrangeiros, e uma redução da representatividade dos edifícios onde estão localizados os alojamentos dos estrangeiros provenientes dos países africanos de língua portuguesa e do Brasil:

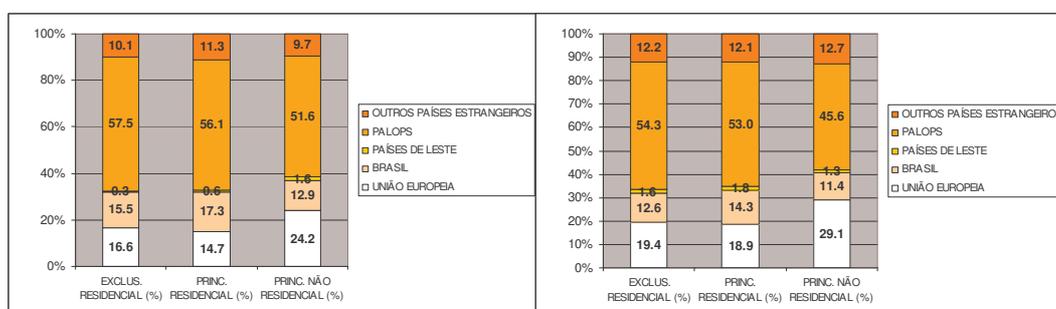


Figura 125. Repartição percentual dos edifícios de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Passando à análise por concelhos, os valores referentes aos tipos de utilização dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros em 1991 e 2001 foram os que constam na seguinte tabela:

CONCELHO/ANO/GRUPO/ TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES										ESTRANGEIROS									
	1991					2001					1991					2001				
	EXCLUS. RESIDENCIAL	PRINC. RESIDENCIAL	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	TOTAL	EXCLUS. RESIDENCIAL	PRINC. RESIDENCIAL	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	TOTAL	EXCLUS. RESIDENCIAL	PRINC. RESIDENCIAL	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	TOTAL	EXCLUS. RESIDENCIAL	PRINC. RESIDENCIAL	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	TOTAL				
ESPINHO	8654	1041	32	9727	8679	1860	21	10560	293	50	3	346	391	143	0	534				
GONDOMAR	36508	3594	132	40234	44841	7243	93	52177	431	77	1	509	1219	316	2	1537				
MAIA	23493	2153	76	25722	30876	6829	85	37790	460	94	4	558	1355	647	7	2009				
MATOSINHOS	39133	4657	118	43908	45341	8466	99	53906	700	187	1	888	1533	513	4	2050				
PORTO	75323	15424	988	91735	73529	17314	542	91385	2252	755	37	3044	3425	1325	40	4790				
POVOA DE VARZIM	11783	1752	72	13607	14556	3463	65	18084	270	99	3	372	610	296	4	910				
VALONGO	17356	2334	59	19749	22636	3750	132	26518	336	68	4	408	909	200	7	1116				
VILA DO CONDE	14398	1472	125	15995	18733	2490	64	21287	185	25	2	212	643	133	1	777				
VILA NOVA DE GAIA	63942	6682	308	70932	81494	11637	216	93347	1183	244	7	1434	3249	862	14	4125				
TOTAL AMP	290590	39109	1910	3E+05	340685	63052	1317	4E+05	6110	1599	62	7771	13334	4435	79	17848				

Tabela 18. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As tendências observadas quer para os portugueses quer para os estrangeiros no tipo de utilização dos edifícios onde se localizam os respectivos alojamentos são do mesmo tipo para os diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto. É de notar o enorme crescimento da ocupação de edifícios principalmente residenciais no concelho da Maia (588.3% por estrangeiros e 217.2% por portugueses), e a ocorrência no concelho de Matosinhos de um aumento da ocupação de edifícios principalmente não residenciais por estrangeiros, contrariamente ao que aconteceu com os portugueses:

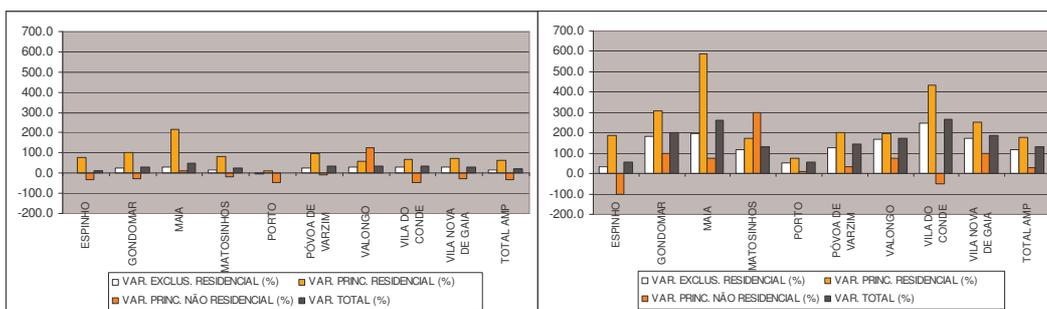


Figura 126. Variações percentuais do número de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A tendência de evolução dos edifícios dos alojamentos da população estrangeira revelada ao longo da década de 90 aponta no sentido de uma redução, em todos os

concelhos, da ocupação dos que são exclusivamente residenciais e de um aumento da ocupação dos que são principalmente residenciais (quer a nível dos portugueses quer dos estrangeiros, sendo de destacar o maior peso deste tipo de edifícios entre estes últimos), o que é especialmente patente para os estrangeiros nos concelhos da Póvoa de Varzim (em que esta percentagem sobe de 26.6% para 32.5%), Maia (sobe de 16.8% para 32.2%) e Porto (sobe de 24.8% para 27.7%):

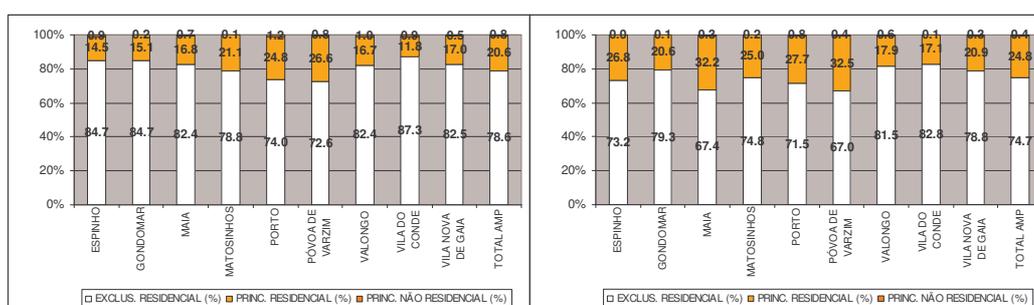


Figura 127. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.3. EVOLUÇÃO DO TIPO DE ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Os valores correspondentes aos tipos de alojamento em 1991 e 2001 quer para portugueses quer para cada um dos grupos de estrangeiros em análise sistematizam-se seguidamente:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991			2001			VARIÇÃO 1991 - 2001		
	CLÁSSICO	OUTRO TIPO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO TIPO	TOTAL	CLÁSSICO (%)	OUTRO TIPO (%)	TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1251	7	1258	3496	12	3508	179.5	71.4	178.9
BRASIL	1225	2	1227	2291	4	2295	87.0	100.0	87.0
PAÍSES DE LESTE	29	1	30	235	12	247	710.3	1100.0	723.3
PALOPS	4402	18	4420	9795	49	9844	122.5	172.2	122.7
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	797	2	799	1991	10	2001	149.8	400.0	150.4
TOTAL IMIGRANTES	7704	30	7734	17808	87	17895	131.2	190.0	131.4
PORTUGUESES	331139	1911	333050	403618	3249	406867	21.9	70.0	22.2

Tabela 19. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A variação da estrutura percentual dos alojamentos de acordo com o tipo para os diversos grupos populacionais, em 1991 e em 2001 mostra que o dos imigrantes de leste é o mais desfavorecido, já que 3.3% em 1991 e 4.9% em 2001 dos seus alojamentos são não clássicos:

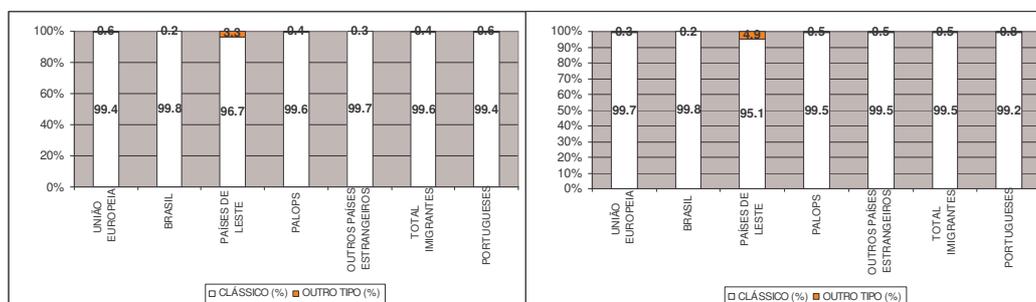


Figura 128. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A estrutura do tipo de alojamentos evoluiu no sentido de um aumento percentual dos alojamentos clássicos dos imigrantes da União Europeia e de outros países estrangeiros, e uma redução percentual nos alojamentos não clássicos do peso dos imigrantes africanos de expressão portuguesa, da União Europeia e do Brasil:

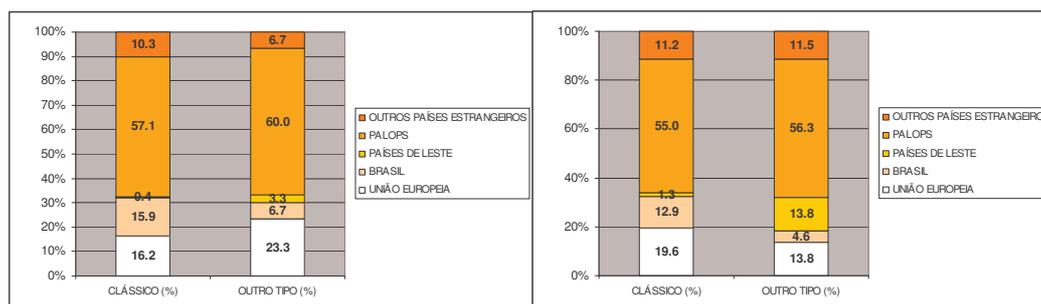


Figura 129. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos vários concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto, os valores referentes ao total de alojamentos em 1991 e 2001 dos portugueses e dos estrangeiros, de acordo com o tipo são:

CONCELHO/ANO/GRUPO/ TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES						ESTRANGEIROS					
	1991			2001			1991			2001		
	CLÁSSICO	OUTRO TIPO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO TIPO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO TIPO	TOTAL	CLÁSSICO	OUTRO TIPO	TOTAL
ESPINHO	9722	56	9778	10452	149	10601	344	2	346	528	7	535
GONDOMAR	40185	160	40345	52010	339	52349	509	9	518	1535	2	1537
MAIA	25662	100	25762	37701	259	37960	558	0	558	2008	10	2018
MATOSINHOS	43836	455	44291	53619	644	54263	886	2	888	2043	17	2060
PORTO	91630	751	92381	91115	748	91863	3040	32	3072	4784	25	4809
POVOA DE VARZIM	13595	43	13638	18027	100	18127	372	1	373	910	0	910
VALONGO	19703	65	19768	26447	159	26606	408	0	408	1112	8	1120
VILA DO CONDE	15975	63	16038	21221	134	21355	211	2	213	774	4	778
VILA NOVA DE GAIA	70831	218	71049	93026	717	93743	1429	8	1437	4114	14	4128
TOTAL AMP	331139	1911	333050	403618	3249	406867	7757	56	7813	17808	87	17895

Tabela 20. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As maiores variações ao longo da década ocorreram, essencialmente, para os alojamentos não clássicos, quer de portugueses quer de estrangeiros, embora neste último caso tenham sido negativas as variações nos concelhos de Gondomar, Porto e Póvoa de Varzim. Quanto aos alojamentos do tipo clássico as maiores variações foram registadas na Maia para os portugueses (46.9%), e em Vila do Conde (265.3%), Maia (261%) e Gondomar (196.7%) para os estrangeiros.

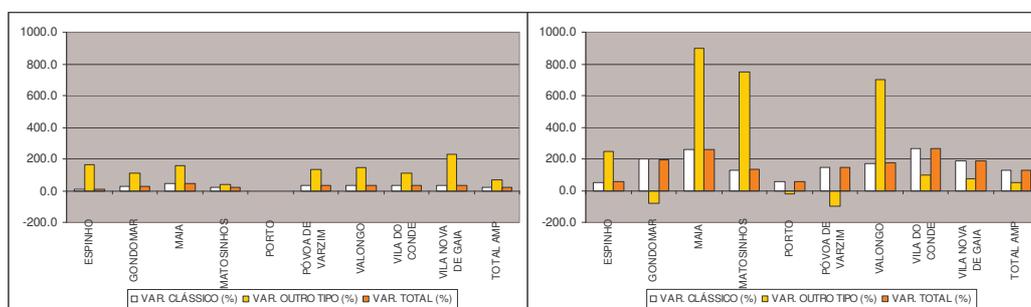


Figura 130. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São muito baixas as percentagens de alojamentos não clássicos em cada um dos concelhos (abaixo de 1%) quer em 1991 quer em 2001, à excepção de Gondomar (no qual se registou um valor de 1.7% neste tipo de alojamentos entre os estrangeiros em 1991, embora tenha baixado para 0.1% em 2001), e de Espinho

(em que o movimento no mesmo grupo populacional foi contrário, já que de 0.6% em 1991 passou para 1.3% em 2001).

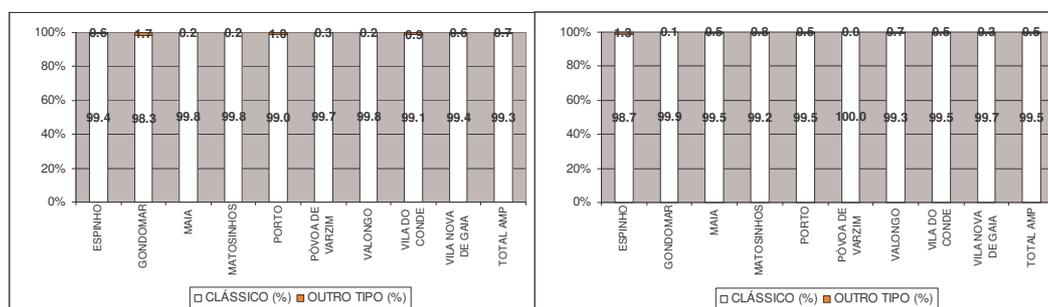


Figura 131. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Os valores referentes ao tipo de abastecimento de água aos alojamentos da Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001, mostra que ocorreu uma melhoria no acesso à rede pública de abastecimento de água de todos os grupos populacionais, e que o único grupo em que aumentaram os alojamentos sem água canalizada foi o dos países de leste:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991					2001					VARIÇÃO 1991 - 2001				
	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	NO EDIFÍCIO	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	NO EDIFÍCIO	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL	REDE PÚBLICA (%)	REDE PRIVADA (%)	NO EDIFÍCIO (%)	SEM ÁGUA CANALIZADA (%)	TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1003	189	6	60	1258	3214	279	7	8	3508	220.4	47.6	16.7	-86.7	178.9
BRASIL	1081	104	7	35	1227	2187	105	0	3	2295	102.3	1.0	-100.0	-91.4	87.0
PAÍSES DE LESTE	26	3	1	1	31	204	39	2	2	247	684.6	1200.0	100.0	100.0	696.8
PALOPS	3793	480	21	126	4420	9427	387	9	21	9844	148.5	-19.4	-57.1	-83.3	122.7
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	647	116	4	32	799	1837	161	1	2	2001	183.9	38.8	-75.0	-93.8	150.4
TOTAL IMIGRANTES	6550	892	39	254	7735	16869	971	19	36	17895	157.5	8.9	-51.3	-85.8	131.4
PORTUGUESES	229200	71067	3667	29116	333050	351380	50870	1951	2666	32282	53.3	-28.4	-46.8	-90.8	-90.3

Tabela 21. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução da composição estrutural do tipo de acesso ao abastecimento de água, por grupos populacionais, evidencia que foram, sobretudo, os portugueses aqueles que beneficiaram de uma melhoria mais acentuada no acesso à rede pública de abastecimento de água, tendo-se reduzido de 8.7% em 1991 para 0.7% em 2001 os alojamentos que não dispõem de água canalizada:

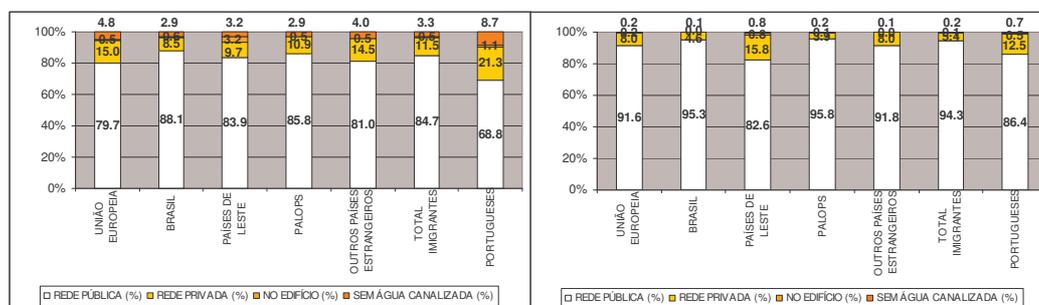


Figura 132. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução verificada no número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros, de acordo com a forma de abastecimento de água está patente na tabela seguinte:

CONCELHO/ANO/GRUPO/ TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES										ESTRANGEIROS									
	1991					2001					1991					2001				
	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	NO EDIFÍCIO	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	NO EDIFÍCIO	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	NO EDIFÍCIO	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	NO EDIFÍCIO	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL
ESPINHO	6057	2534	251	936	9778	8553	1886	85	77	10601	286	39	6	15	346	478	56	0	1	535
GONDOMAR	33612	4316	264	2153	40345	50425	1642	93	189	52349	477	28	1	12	518	1509	25	1	2	1537
MAIA	12667	9178	272	3645	25762	30037	7344	201	378	37960	432	99	1	26	558	1879	136	0	3	2018
MATOSINHOS	27588	11855	419	4429	44291	46631	7071	263	298	54263	698	159	6	25	888	1933	121	5	1	2060
PORTO	86484	2824	1036	2037	92381	90550	471	392	450	91863	2946	65	14	47	3072	4764	22	2	21	4809
POVOA DE VARZIM	8931	3260	141	1306	13638	14159	3714	122	132	18127	330	36	2	5	373	846	63	0	1	910
VALONGO	12851	3997	230	2690	19768	23015	3295	111	185	26606	329	58	0	21	408	1059	59	1	1	1120
VILA DO CONDE	4851	8369	192	2626	16038	10724	10271	141	219	21355	114	83	1	15	213	573	201	2	2	778
VILA NOVA DE GAIA	36159	24734	862	9294	71049	77286	15176	543	738	93743	996	329	9	103	1437	3828	288	8	4	4128
TOTAL AMP	229200	71067	3667	29116	333050	351380	50870	1951	2666	406867	6608	896	40	269	7813	16869	971	19	36	17895

Tabela 22. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações ocorridas, comparativamente entre portugueses e imigrantes, estão patenteadas nos seguintes gráficos, que mostram que ocorreu uma melhoria

significativa no acesso à rede pública de abastecimento de água dos alojamentos de portugueses no concelho da Maia (137.1%), e dos alojamentos de estrangeiros nos concelhos de Vila do Conde (402.6%), Maia (335%) e Vila Nova de Gaia (284.3%). É de referir a melhoria substancial do número de alojamentos sem acesso à rede pública, que se reduziram em 22.2% entre os alojamentos de portugueses e em 129% entre os de estrangeiros

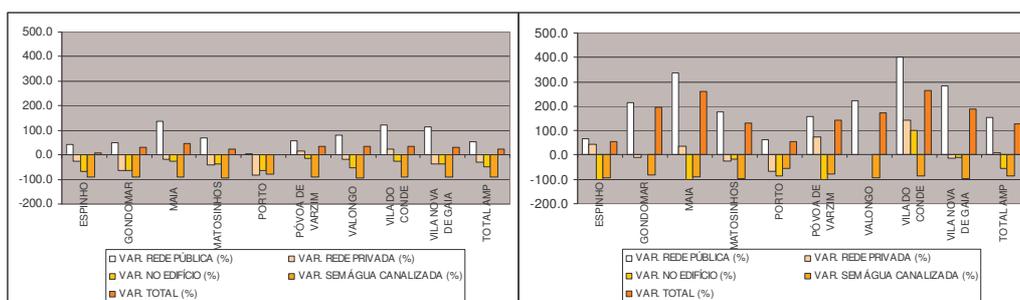


Figura 133. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A situação dos imigrantes melhorou substancialmente, uma vez que em 2001 passaram a ser inferiores a 0.4% os alojamentos sem acesso a água canalizada em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto:

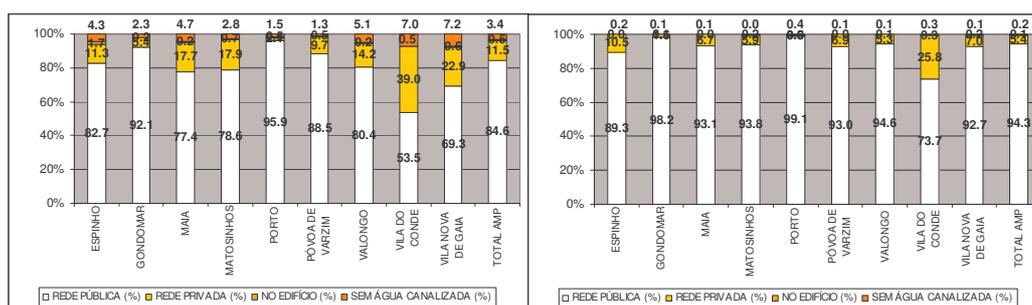


Figura 134. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de sistema de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.5. EVOLUÇÃO DO ACESSO À ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Os valores correspondentes aos alojamentos titulados por portugueses e por estrangeiros na Área Metropolitana do Porto em 1991 e 2001, de acordo com a existência ou não de electricidade estão representados na seguinte tabela:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991			2001			VARIACÃO 1991 - 2001		
	COM ELECTRICIDADE	SEM ELECTRICIDADE	TOTAL	COM ELECTRICIDADE	SEM ELECTRICIDADE	TOTAL	VAR. COM ELECTRICIDADE (%)	VAR. SEM ELECTRICIDADE (%)	VAR. TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1251	7	1258	3503	5	3508	180.0	-28.6	178.9
BRASIL	1227	1	1228	2294	1	2295	87.0	0.0	86.9
PAISES DE LESTE	29	1	30	246	1	247	748.3	0.0	723.3
PALOPS	4407	13	4420	9832	12	9844	123.1	-7.7	122.7
OUTROS PAISES ESTRANGEIROS	797	2	799	2000	1	2001	150.9	-50.0	150.4
TOTAL IMIGRANTES	7711	24	7735	17875	20	17895	131.8	-16.7	131.4
PORTUGUESES	331023	2027	333050	406266	601	406867	22.7	-70.4	22.2

Tabela 23. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros, por naturalidade, residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A variação ocorrida em termos da composição percentual dos alojamentos entre os que possuem e os que não possuem electricidade, titulados por portugueses e por estrangeiros revela que praticamente todos os alojamentos já dispõem de electricidade, sendo apenas de referir que, apesar da melhoria verificada nos alojamentos dos imigrantes dos países de leste (que passaram de 3.3% sem electricidade em 1991 para 0.4% em 2001), ainda são o grupo populacional pior servido por esta infraestrutura:

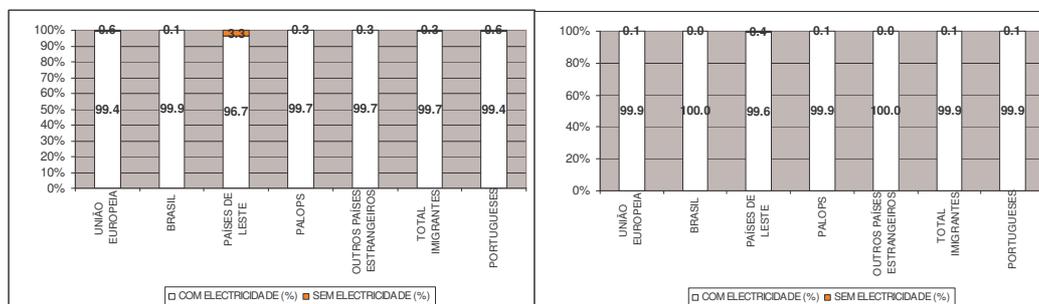


Figura 135. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência de electricidade, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos absolutos, a existência de electricidade nos alojamentos de portugueses e de estrangeiros em 1991 e 2001 apresenta os seguintes valores por concelho:

CONCELHO/ANO/GRUPO/EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES						ESTRANGEIROS					
	1991			2001			1991			2001		
	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL	REDE PÚBLICA	SEM ÁGUA CANALIZADA	TOTAL
ESPINHO	9725	53	9778	10594	7	10601	345	1	346	535	0	535
GONDOMAR	40126	219	40345	52303	46	52349	517	1	518	1535	2	1537
MAIA	25668	94	25762	37908	52	37960	558	0	558	2016	2	2018
MATOSINHOS	43944	347	44291	54231	32	54263	885	3	888	2059	1	2060
PORTO	91885	496	92381	91628	235	91863	3060	12	3072	4795	14	4809
POVOA DE VARZIM	13464	174	13638	18081	46	18127	372	1	373	909	1	910
VALONGO	19614	154	19768	26590	16	26606	408	0	408	1120	0	1120
VILA DO CONDE	15857	181	16038	21306	49	21355	213	0	213	778	0	778
VILA NOVA DE GAIA	70740	309	71049	93625	118	93743	1432	5	1437	3926	0	3926
TOTAL AMP	331023	2027	333050	406266	601	406867	7790	23	7813	17673	20	17693

Tabela 24. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução ocorrida entre 1991 e 2001, traduzida em termos percentuais revela que, entre os portugueses a variação total de alojamentos com acesso à rede de electricidade foi de 22.2%, e entre os estrangeiros foi de 126.4%:

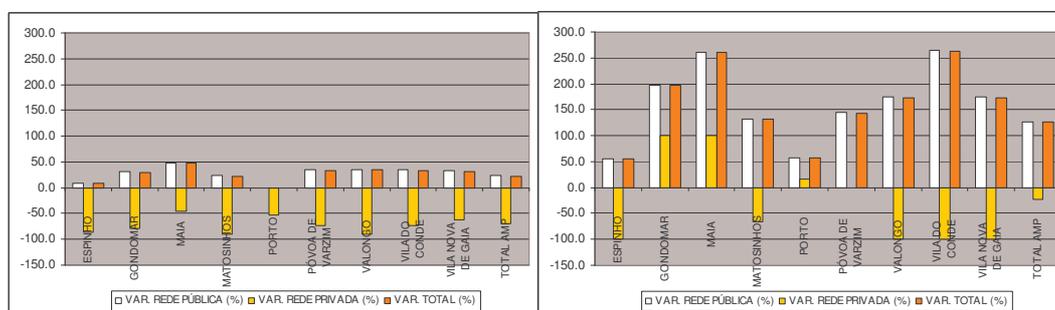


Figura 136. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual, por concelho, dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros, entre os que dispõem e os que não dispõem de electricidade, verificada entre 1991 e 2001 revela o bom posicionamento dos alojamentos de toda a população, em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto, em termos de existência de rede eléctrica.

3.5.6. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Os valores absolutos referentes ao tipo de instalações sanitárias existentes nos alojamentos de titulares portugueses e estrangeiros, por grandes grupos de países de origem, na Área Metropolitana do Porto, e as respectivas variações são os seguintes:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991					2001					VARIACÃO 1991 - 2001				
	COM AUTOCLISMO	SEM AUTOCLISMO	NO EDIFÍCIO	SEM RETRETE	TOTAL	COM AUTOCLISMO	SEM AUTOCLISMO	NO EDIFÍCIO	SEM RETRETE	TOTAL	VAR. COM AUTOCLISMO (%)	VAR. SEM AUTOCLISMO (%)	VAR. NO EDIFÍCIO (%)	VAR. SEM RETRETE (%)	VAR. TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1189	30	24	15	1258	3408	29	59	12	3508	186.6	-3.3	145.8	-20.0	178.9
BRASIL	1161	27	26	13	1227	2236	17	39	3	2295	92.6	-37.0	50.0	-76.9	87.0
PAÍSES DE LESTE	29	0	0	1	30	224	6	12	5	247	672.4	-	-	400.0	723.3
PALOPS	4237	66	75	42	4420	9617	56	145	26	9844	127.0	-15.2	93.3	-38.1	122.7
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	759	17	18	5	799	1967	7	24	3	2001	159.2	-58.8	33.3	-40.0	150.4
TOTAL IMIGRANTES	7375	140	143	76	7734	17452	115	279	49	17895	136.6	-17.9	95.1	-35.5	131.4
PORTUGUESES	284762	21639	18812	7837	333050	380343	9081	13553	3890	406867	33.6	-58.0	-28.0	-50.4	22.2

Tabela 25. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da variação estrutural comparativa dos alojamentos em 1991 e 2001 dos grandes grupos populacionais, em termos do tipo de instalações sanitárias existentes, revela que são os imigrantes de países de leste aqueles que pior estão servidos em termos de existência e tipo de instalações sanitárias (a percentagem de alojamentos deste grupo populacional com retrete com dispositivo de descarga reduziu-se de 96.7% em 1991 para 90.7% em 2001, mas a percentagem dos que não dispõem de quaisquer instalações sanitárias melhorou de 3.3% para 2%)

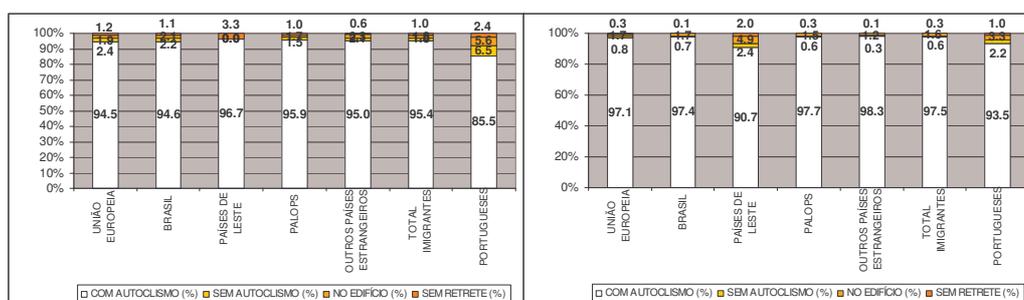


Figura 137. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de

acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001

(Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Sistematizam-se, de seguida, os valores referentes ao tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos portugueses e dos diversos grupos de imigrantes, em 1991 e em 2001, por concelho:

CONCELHO/ANO/GRUPO /TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES										ESTRANGEIROS									
	1991					2001					1991					2001				
	COM AUTOCLISMO	SEM AUTOCLISMO	NO EDIFÍCIO	SEM RETEIRE	TOTAL	COM AUTOCLISMO	SEM AUTOCLISMO	NO EDIFÍCIO	SEM RETEIRE	TOTAL	COM AUTOCLISMO	SEM AUTOCLISMO	NO EDIFÍCIO	SEM RETEIRE	TOTAL	COM AUTOCLISMO	SEM AUTOCLISMO	NO EDIFÍCIO	SEM RETEIRE	TOTAL
ESPINHO	8589	486	529	174	9778	9828	292	361	120	10601	329	7	5	5	346	522	7	6	0	535
GONDOMAR	34144	3307	1940	954	40345	49413	1232	1258	446	52349	487	15	16	6	518	1503	12	19	3	1537
MAIA	21222	2117	1854	569	25762	35107	1033	1458	362	37960	526	16	10	6	558	1966	18	30	4	2018
MATOSINHOS	38331	2765	2306	889	44291	51152	1281	1456	374	54263	858	13	13	4	888	2003	19	36	2	2060
PORTO	83135	1802	5046	2398	92381	86538	995	3139	1191	91863	2943	20	60	49	3072	4694	20	66	29	4809
POVOA DE VARZIM	11737	1064	572	265	13638	16579	310	1080	158	18127	366	2	3	2	373	886	4	20	0	910
VALONGO	16306	1887	1178	397	19768	24948	705	791	162	26606	389	9	9	1	408	1090	6	21	3	1120
VILA DO CONDE	12681	1532	1528	297	16038	19585	578	1013	179	21355	199	3	9	2	213	753	5	19	1	778
VILA NOVA DE GAIA	58617	6679	3859	1894	71049	87193	2655	2997	898	93743	1330	56	35	16	1437	4035	24	62	7	4128
TOTAL AMP	284762	21639	18812	7837	333050	380343	9081	13553	3890	406867	7427	141	160	85	7813	17452	115	279	49	17895

Tabela 26. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações ocorridas, comparativamente entre portugueses e estrangeiros mostram que é no concelho da Maia que se verificam os maiores aumentos de alojamentos de portugueses com retrete com dispositivo de descarga (65.4%), e que entre os estrangeiros os concelhos com mais fortes aumentos neste equipamento são os de Vila do Conde (278.4%), Maia (273.8%) e Gondomar (208.6%):

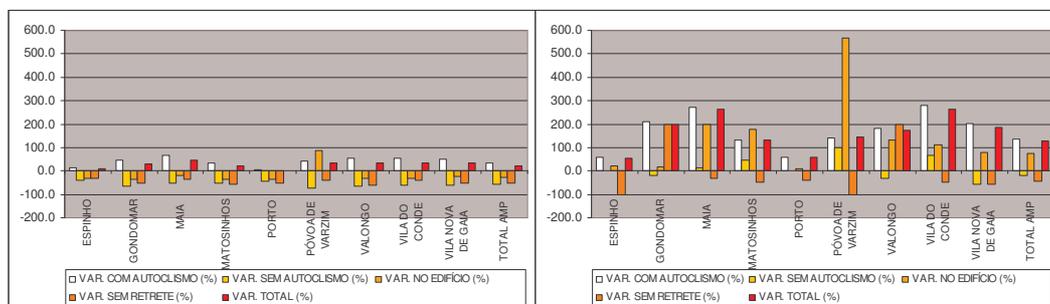


Figura 138. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo

com a existência e tipo de instalações sanitárias, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da existência e tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros evidencia uma melhoria da respectiva situação em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto:

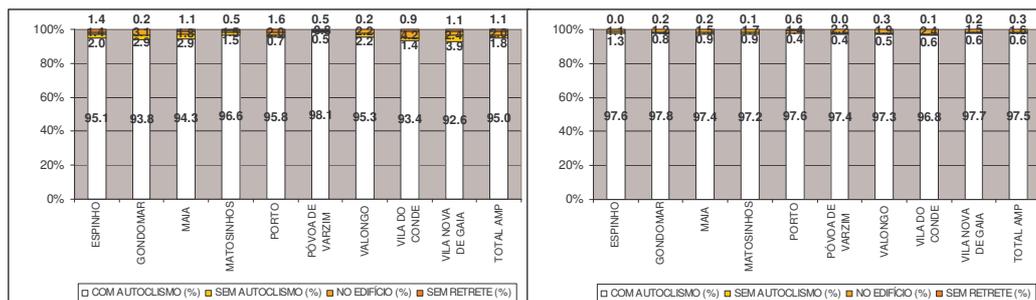


Figura 139. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.7. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Entre 1991 e 2001 aumentou a existência de instalações de banho ou duche nos alojamentos de todos os grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991			2001			VARIACÃO 1991 - 2001		
	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	TOTAL	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	TOTAL	VAR. COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE (%)	VAR. SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE (%)	VAR. TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1188	70	1258	3453	55	3508	190.7	-21.4	178.9
BRASIL	1147	80	1227	9733	111	9844	748.6	38.8	702.3
PAÍSES DE LESTE	29	1	30	229	18	247	689.7	1700.0	723.3
PALOPS	4245	175	4420	2254	41	2295	-46.9	-76.6	-48.1
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	760	39	799	1989	12	2001	161.7	-69.2	150.4
TOTAL IMIGRANTES	7369	365	7734	17658	237	17895	139.6	-35.1	131.4
PORTUGUESES	279848	50202	330050	382421	24446	406867	36.7	-51.3	23.3

Tabela 27. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os vários grupos populacionais a pior situação corresponde aos portugueses (embora a existência de banho ou duche tenha melhorado substancialmente de 84.8% para 94% do respectivo grupo entre 1991 e 2001), aparecendo de seguida os países de leste, que foram o único grupo populacional em que a situação piorou, já que os alojamentos que dispunham de banho ou duche passaram de 96.7% em 1991 para 92.7% em 2001:

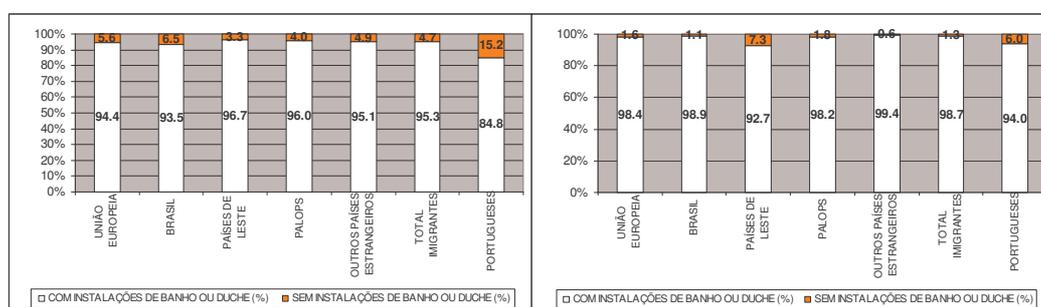


Figura 140. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores por concelho referentes à existência ou não de instalações de banho ou duche mostram que a evolução foi favorável quer para portugueses quer para estrangeiros:

CONCELHO/ANO/GRUPO/TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES						ESTRANGEIROS					
	1991			2001			1991			2001		
	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	TOTAL	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	TOTAL	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	TOTAL	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	TOTAL
ESPINHO	8675	1103	9778	10005	596	10601	329	17	346	532	3	535
GONDOMAR	33277	7068	40345	49250	3099	52349	477	41	518	1520	17	1537
MAIA	21234	4528	25762	35546	2414	37960	526	32	558	1995	23	2018
MATOSINHOS	37474	6817	44291	50922	3341	54263	853	35	888	2033	27	2060
PORTO	82831	9550	92381	86184	5679	91863	2961	111	3072	4728	81	4809
PÓVOA DE VARZIM	11927	1711	13638	17396	731	18127	366	7	373	906	4	910
VALONGO	13450	3318	16768	25263	1343	26606	392	16	408	1104	16	1120
VILA DO CONDE	13248	2790	16038	20214	1141	21355	201	12	213	769	9	778
VILA NOVA DE GAIA	57732	13317	71049	87641	6102	93743	1329	108	1437	4071	55	4126
TOTAL AMP	279848	50202	330050	382421	24446	406867	7434	379	7813	17658	235	17893

Tabela 28. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos, as respectivas evoluções mostram o reforço deste tipo de equipamento nos alojamentos de todos os grupos populacionais:

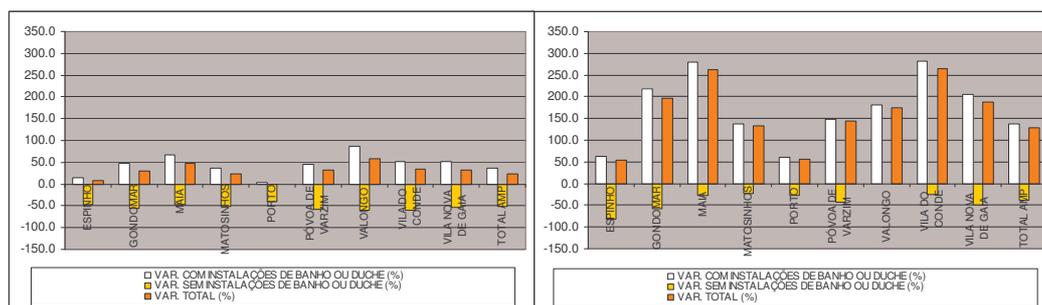


Figura 141. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Analisando a evolução da composição percentual dos alojamentos de estrangeiros entre 1991 e 2001 de acordo com a existência de banho ou duche, constata-se que ocorreram melhorias em todos os concelhos (em termos médios, em toda a Área Metropolitana a cobertura dos alojamentos de estrangeiros com instalações de banho ou duche passou de 95.1% em 1991 para 98.7% em 2001):

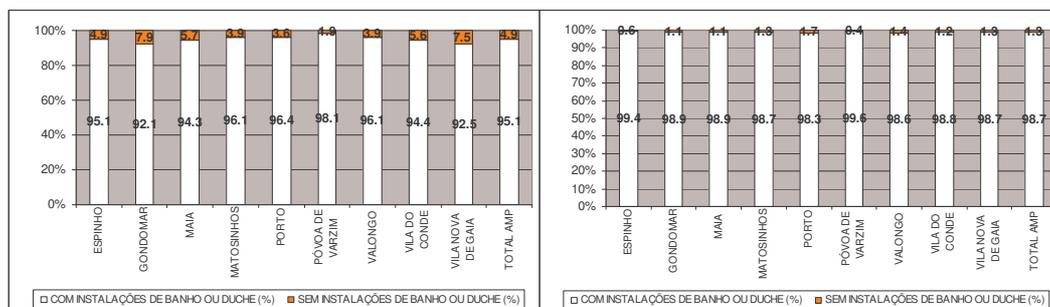


Figura 142. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.8. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O número total de alojamentos de portugueses e de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha em 1991 e 2001 está sistematizado na seguinte tabela, verificando-se ao longo da década um aumento dos alojamentos quer com cozinha quer com kitchenette (o aumento dos alojamentos com kitchenette é maior do que o aumento dos alojamentos com cozinha no grupo dos brasileiros e dos imigrantes de outros países estrangeiros):

GRUPOS POPULACIONAIS	1991				2001				VARIACÃO 1991 - 2001			
	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL	VAR. COM COZINHA (%)	VAR. COM KITCHENETTE (%)	VAR. SEM COZINHA (%)	VAR. TOTAL (%)
UNIÃO EUROPEIA	1225	22	4	1251	3352	135	5	3492	173.6	513.6	25.0	179.1
BRASIL	1196	21	8	1225	2211	72	6	2289	84.9	242.9	-25.0	86.9
PAÍSES DE LESTE	29	0	0	29	223	9	8	240	669.0	-	-	727.6
PALOPS	4257	117	28	4402	9525	245	19	9789	123.7	109.4	-32.1	122.4
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	773	15	9	797	1950	40	0	1990	152.3	166.7	-100.0	149.7
TOTAL IMIGRANTES	7480	175	49	7704	17261	501	38	17800	130.8	186.3	-22.4	131.0
PORTUGUESES	323288	5294	2557	331139	395820	6877	1221	403918	22.4	29.9	-52.2	22.0

Tabela 29. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A situação mais desfavorável refere-se, mais uma vez, aos imigrantes dos países de leste, tendo piorado de 1991 para 2001 (em que 3.3% dos alojamentos destes imigrantes em 2001 não dispõem de cozinha):

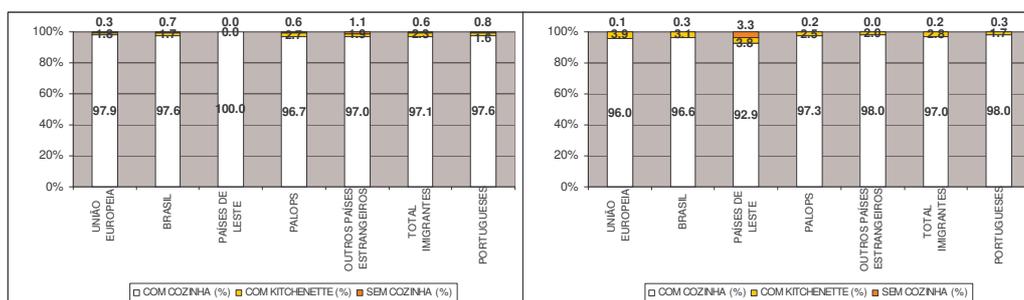


Figura 143. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A sistematização dos valores dos alojamentos de portugueses e de estrangeiros de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelho, é sistematizada seguidamente:

CONCELHO/ANO/GRUPO/ TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES								ESTRANGEIROS							
	1991				2001				1991				2001			
	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL	COM COZINHA	COM KITCHENETTE	SEM COZINHA	TOTAL
ESPINHO	9624	46	52	9722	10387	47	18	10452	340	4	2	346	523	5	0	528
GONDOMAR	39814	178	193	40185	51725	215	70	52010	500	2	7	509	1518	14	3	1535
MAIA	25475	97	90	25662	37353	291	57	37701	552	6	0	558	1978	28	2	2008
MATOSINHOS	43346	307	183	43836	52976	527	116	53619	866	19	1	886	1985	56	2	2043
PORTO	86103	3983	1544	91630	86047	4398	670	91115	2896	109	35	3040	4505	259	20	4784
POVOA DE VARZIM	13481	71	43	13595	17810	183	34	18027	366	5	1	372	887	21	2	910
VALONGO	19548	63	92	19703	26254	165	28	26447	404	2	2	408	1096	16	0	1112
VILA DO CONDE	15870	64	41	15975	21051	136	34	21221	211	0	0	211	761	13	0	774
VILA NOVA DE GAIA	70027	485	319	70831	91917	915	194	93026	1396	29	4	1429	4008	105	1	4114
TOTAL AMP	323288	5294	2557	331139	395520	6877	1221	403618	7531	176	52	7759	17261	517	30	17808

Tabela 30. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a

existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução ocorrida, quer para portugueses quer para estrangeiros, mostra as seguintes tendências, em que se destaca o aumento de alojamentos com cozinha e com kitchenette no concelho da Maia, entre os portugueses (respectivamente 46.6% e 200%), e nos concelhos de Vila do Conde, Maia, Valongo e Gondomar entre os estrangeiros (respectivamente 260.7% e 1200% para Vila do Conde, 258.3% e 366.7% para a Maia, e 171.3% e 700%, para Valongo, e 203.6% e 600% para Gondomar):

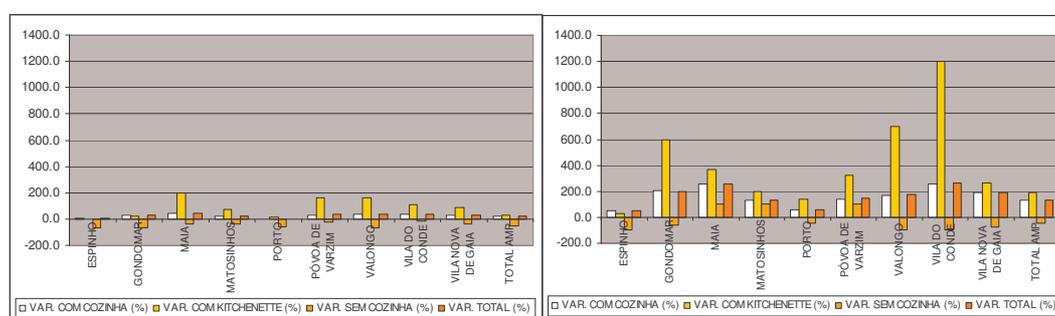


Figura 144. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução em termos de composição percentual de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelhos, verificada entre 1991 e 2001 mostra que são muito elevadas as percentagens de alojamentos de estrangeiros com existência de cozinha, sendo de realçar que em toda a Área Metropolitana é o concelho do Porto aquele que tem maior incidência de existência de kitchenettes (o mesmo acontecendo, aliás, com os alojamentos dos portugueses):

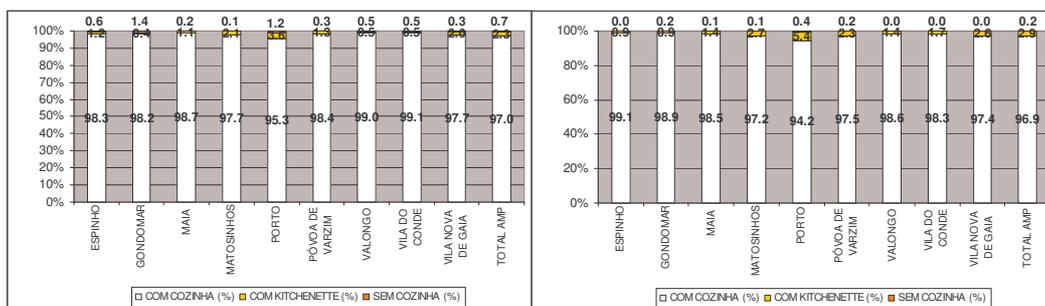


Figura 145. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS E DE EMPREGO NO NORTE DE PORTUGAL, POR CARACTERÍSTICAS PROFISSIONAIS E DE EMPREGO E POR GRUPO POPULACIONAL

Nesta secção procede-se à análise de alguma da informação já referida anteriormente, mas numa perspectiva diferente: cada variável profissional e de emprego é estudada em termos absolutos, percentualmente entre os diversos grupos populacionais, e percentualmente entre as diversas características dessa variável.

3.6.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO E DO EMPREGO

A caracterização geral do emprego é efectuada a nível da população activa residente na Área Metropolitana do Porto que apresentou em 2001 os seguintes valores (a população estrangeira representa 4.2% da população total):

UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS	PORTUGAL	POPULAÇÃO TOTAL
12259	6535	865	23861	9134	52654	1208026	1260680

Tabela 31. População total portuguesa e estrangeira, por naturalidade, residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição percentual da população estrangeira pelos grupos de países de origem considerados revela a maior representatividade populacional dos países africanos

de língua oficial portuguesa (45.3%), seguindo-se os imigrantes provenientes da União Europeia (23.3%), de outros países estrangeiros (17.3%), do Brasil (12.4%), e de países de leste (1.6%):

UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)
23.3	12.4	1.6	45.3	17.4

Tabela 32. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.6.2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

As habilitações literárias distribuem-se da seguinte forma entre portugueses e estrangeiros:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
NENHUM GRAU DE ENSINO	5270	203	5473
ENSINO BÁSICO	322876	9336	332212
ENSINO SECUNDÁRIO	126048	10810	136858
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	107373	13613	120986
TOTAL	561567	33962	595529

Tabela 33. Habilitações literárias da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os níveis mais elevados de ensino estão representados de uma forma muito reforçada pelos imigrantes (considerando os valores médios de toda a população residente na Área Metropolitana do Porto). Deste modo, do total de indivíduos detentores do ensino médio ou superior (completo, incompleto ou a frequentar), 11.3% são estrangeiros, sendo de 7.9% a percentagem de imigrantes que possuem o ensino secundário (o valor médio dos estrangeiros, independentemente do nível de ensino, é de apenas 5.7%):

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
NENHUM GRAU DE ENSINO (%)	96.3	3.7
ENSINO BÁSICO (%)	97.2	2.8
ENSINO SECUNDÁRIO (%)	92.1	7.9
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR (%)	88.7	11.3
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 34. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores correspondentes à caracterização dos estrangeiros por níveis de ensino, de acordo com os grandes grupos de países de origem em estudo, são apresentados na seguinte tabela:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
NENHUM GRAU DE ENSINO	17	10	8	93	75	203
ENSINO BÁSICO	1903	959	173	4946	1355	9336
ENSINO SECUNDÁRIO	2109	1199	221	5697	1584	10810
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	2729	1570	247	7250	1817	13613
TOTAL	6758	3738	649	17986	4831	33962

Tabela 35. Habilitações literárias da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os imigrantes que não detêm nenhum grau de ensino, 45.8% são de países africanos de expressão oficial portuguesa, 37% de outros países estrangeiros e os restantes 17.2% de países de leste, Brasil e da União Europeia (respectivamente 3.9%, 4.9% e 8.4%).

Já no que se refere aos graus de ensino básico, secundário e médio ou superior, as repartições entre os diversos grupos de imigrantes são muito próximas: os países africanos representam 53%, 52.7% e 53.3%, respectivamente, dos respectivos níveis, sendo 14.5%, 14.7% e 13.3% os valores homólogos correspondentes a outros países estrangeiros, e de 20.4%, 19.5% e 20% as correspondentes percentagens representativas de imigrantes da União Europeia:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
NENHUM GRAU DE ENSINO (%)	8.4	4.9	3.9	45.8	37.0
ENSINO BÁSICO (%)	20.4	10.3	1.8	53.0	14.5
ENSINO SECUNDÁRIO (%)	19.5	11.1	2.0	52.7	14.7
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR (%)	20.0	11.6	1.8	53.3	13.3
TOTAL (%)	19.9	11.0	1.9	53.0	14.2

Tabela 36. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A estrutura de habilitações literárias é, de facto, substancialmente diferente entre portugueses e estrangeiros. Assim, enquanto que mais de metade dos portugueses é apenas detentor do ensino básico (57.5%), 22.5% do ensino secundário e 19.1% do ensino médio ou superior, já a nível dos imigrantes os níveis de ensino médio ou superior, e secundário estão mais fortemente representados (respectivamente 40.1% e 31.8% da respetiva população), sendo apenas 27.5% detentores do ensino básico.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
NENHUM GRAU DE ENSINO	0.9	0.2	0.3	1.2	0.5	1.6	0.6
ENSINO BÁSICO	57.5	28.2	25.7	26.7	27.5	28.0	27.5
ENSINO SECUNDÁRIO	22.5	31.2	32.0	34.0	31.7	32.8	31.8
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	19.1	40.4	42.0	38.1	40.3	37.6	40.1

Tabela 37. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por habilitações literárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os próprios grupos de imigrantes, as diferenças em termos de habilitações académicas não são muito significativas. São os brasileiros os que têm uma mais elevada percentagem de detentores de ensino médio ou superior (42%), seguidos dos imigrantes dos países da União Europeia, dos países africanos de língua portuguesa, dos países de leste e de outros países estrangeiros (em que 40.4%, 40.3%, 38.1% e 37.6%, respectivamente, destes grupos populacionais detêm este grau).

3.6.3. LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO

A análise comparativa dos locais de trabalho relativamente aos locais de residência de portugueses e de imigrantes na Área Metropolitana do Porto evidencia os seguintes resultados:

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
NA FREGUESIA ONDE RESIDE	163118	8267	171385
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	182850	10364	193214
NOUTRO CONCELHO	208434	14852	223286
NO ESTRANGEIRO	7165	456	7621
TOTAL	561567	33939	595506

Tabela 38. Local de trabalho da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora em termos médios, 94.3% dos trabalhadores residentes na Área Metropolitana do Porto sejam portugueses e 5.7% estrangeiros, no conjunto de trabalhadores cujo local de trabalho se situa na freguesia de residência, e noutra freguesia do mesmo concelho, as percentagens de portugueses são, em termos comparativos, ligeiramente superiores às de estrangeiros (95.2% e 94.6% respectivamente, para portugueses, e 4.8% e 5.4%, respectivamente, para estrangeiros).

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
NA FREGUESIA ONDE RESIDE (%)	95.2	4.8
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE (%)	94.6	5.4
NOUTRO CONCELHO (%)	93.3	6.7
NO ESTRANGEIRO (%)	94.0	6.0
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 39. Repartição percentual dos locais de trabalho relativamente aos de residência da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores referentes à totalidade de estrangeiros activos, de acordo com a origem são os seguintes [Anexo 5]:

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
NA FREGUESIA ONDE RESIDE	1700	1017	272	3936	1342	8267
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	2100	1169	172	5450	1473	10364
NOUTRO CONCELHO	2815	1504	204	8367	1962	14852
NO ESTRANGEIRO	119	48	2	233	54	456
TOTAL	6734	3738	650	17986	4831	33939

Tabela 40. Local de trabalho relativamente ao de residência da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Dos imigrantes que trabalham na freguesia onde residem, 47.6% são de países africanos de expressão portuguesa, 20.6% de países da União Europeia, 16.2% de outros países estrangeiros, 12.3% do Brasil, e os restantes 3.3% de países de leste. Dos estrangeiros que trabalham noutra freguesia mas no mesmo concelho onde residem, 52.6% são africanos, 20.3% da União Europeia, 14.2% de outros países estrangeiros, 11.3% do Brasil, e apenas 1.7% de países de leste. Relativamente aos estrangeiros que trabalham noutra freguesia, 56.3% são africanos, 19% da União Europeia, 13.2% de outros países estrangeiros, 10.1% brasileiros e 1.4% de países de leste. Os que trabalham no estrangeiro exibem uma repartição de 51.1%, 26.1%, 11.8%, 10.5% e 0.4% respectivamente para os imigrantes dos países africanos de língua portuguesa, da União Europeia, de outros países estrangeiros, do Brasil e de países de leste.

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
NA FREGUESIA ONDE RESIDE (%)	20.6	12.3	3.3	47.6	16.2
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE (%)	20.2	11.3	1.7	52.6	14.2
NOUTRO CONCELHO (%)	19.0	10.1	1.4	56.3	13.2
NO ESTRANGEIRO (%)	26.1	10.5	0.5	51.1	11.8
TOTAL (%)	19.9	11.0	1.9	53.0	14.2

Tabela 41. Repartição percentual por locais de trabalho relativamente aos de residência da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise dos locais de trabalho de acordo com os grandes grupos populacionais estrangeiros, e também comparativamente com os portugueses mostra que, em termos médios, 28.8% dos trabalhadores residentes na Área Metropolitana do Porto exercem a sua actividade na freguesia onde residem, 32.4% trabalham

noutra freguesia desse mesmo concelho, 37.5% noutra freguesia e os restantes 1.3% no estrangeiro. Isto significa que, proporcionalmente, os dois primeiros grupos estão mais fortemente representados entre os portugueses (respectivamente 29% e 32.6% contra 24.4% e 30.5%, respectivamente, das categorias homólogas estrangeiras), ao passo que relativamente aos trabalhadores noutra freguesia o conjunto dos imigrantes tem um peso superior (43.8%, sendo 37.1% o respectivo peso no grupo dos portugueses):

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
NA FREGUESIA ONDE RESIDE	29.0	25.2	27.2	41.8	21.9	27.8	24.4
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	32.6	31.2	31.3	26.5	30.3	30.5	30.5
NOUTRO CONCELHO	37.1	41.8	40.2	31.4	46.5	40.6	43.8
NO ESTRANGEIRO	1.3	1.8	1.3	0.3	1.3	1.1	1.3

Tabela 42. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por locais de trabalho relativamente aos de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São os imigrantes dos países de leste aqueles que exibem uma maior percentagem de postos de trabalho na freguesia de residência (41.8%), Também 27.8% do total de imigrantes de outros países estrangeiros e 27.2% do total de brasileiros trabalham na freguesia onde residem. É de notar, ainda, que 46.5% dos trabalhadores africanos de língua portuguesa trabalham noutra freguesia sendo, proporcionalmente, o grupo com a maior percentagem de população activa que trabalha num concelho distinto do da residência.

3.6.4. SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO

Os valores absolutos referentes à totalidade de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a sua situação perante o emprego (com actividade económica: empregados ou desempregados) são os seguintes:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
EMPREGADOS	561044	33960	595004
DESEMPREGADOS	40641	2130	42771
TOTAL	601685	36090	637775

Tabela 43. Situação perante o emprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No conjunto da população activa residente na Área Metropolitana do Porto, o grupo dos empregados é constituído por 94.3% de portugueses e 5.7% de estrangeiros (sendo, em termos comparativos, a percentagem de portugueses desempregados ligeiramente superior à dos estrangeiros):

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
EMPREGADOS (%)	94.3	5.7
DESEMPREGADOS (%)	95.0	5.0
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 44. Repartição percentual da população activa empregada e desempregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição da população estrangeira empregada e desempregada entre os diferentes grupos étnicos é a seguinte [Anexos 6 e 6*]:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
EMPREGADOS	6758	3738	647	17986	4831	33960
DESEMPREGADOS	433	262	32	1138	265	2130
TOTAL	7191	4000	679	19124	5096	36090

Tabela 45. Situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há grandes discrepâncias na composição percentual da população activa estrangeira empregada e desempregada, de acordo com a origem:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
EMPREGADOS (%)	19.9	11.0	1.9	53.0	14.2
DESEMPREGADOS (%)	20.3	12.3	1.5	53.4	12.5

Tabela 46. Repartição percentual por situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos de estrutura da situação perante o emprego, não existem diferenças significativas entre os diversos grupos populacionais, embora sejam os imigrantes provenientes do Brasil, dos países da União Europeia e dos países africanos de expressão oficial portuguesa aqueles em que o desemprego atinge valores mais elevados (6.6% no primeiro caso e 6% no segundo e terceiro casos). sendo, mesmo assim, inferiores aos valores médios do desemprego dos portugueses (6.8%). É ainda de realçar que são os imigrantes dos países de leste aqueles que menos são atingidos pelo desemprego (a respectiva taxa é de apenas 4.7%):

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
EMPREGADOS	93.2	94.0	93.4	95.3	94.0	94.8	94.1
DESEMPREGADOS	6.8	6.0	6.6	4.7	6.0	5.2	5.9

Tabela 47. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a nacionalidade, por situação perante o emprego (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.6.5. EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

A distribuição da população activa portuguesa e estrangeira, de acordo com o sector de actividade económica é tabelada seguidamente:

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
SECTOR PRIMÁRIO	10586	216	10802
SECTOR SECUNDÁRIO	217871	9463	227334
SECTOR TERCIÁRIO	373228	26365	399593
TOTAL	601685	36044	637729

Tabela 48. Sector de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da população activa por sectores de actividade económica revela que o peso relativo dos estrangeiros (por comparação com os valores médios referentes à população total) é mais elevado no sector terciário (6.6% são estrangeiros, enquanto que a população activa estrangeira representa 5.7% do total):

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
SECTOR PRIMÁRIO (%)	98.0	2.0
SECTOR SECUNDÁRIO (%)	95.8	4.2
SECTOR TERCIÁRIO (%)	93.4	6.6
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 49. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A população estrangeira, por sua vez, reparte-se da seguinte forma entre os três sectores de actividade económica, de acordo com a naturalidade [Anexos 9 e 9*]:

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
SECTOR PRIMÁRIO	75	0	7	36	98	216
SECTOR SECUNDÁRIO	2285	628	440	3818	2292	9463
SECTOR TERCIÁRIO	4824	3163	241	14573	3564	26365
TOTAL	7184	3791	688	18427	5954	36044

Tabela 50. Sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os imigrantes, no sector primário trabalham principalmente os de outros países estrangeiros (45.4%) e de países da União Europeia (34.7%), enquanto que no sector secundário predominam os trabalhadores africanos de língua portuguesa (40.4%), de outros países estrangeiros e de países da União Europeia (24.2% e 24.1%, respectivamente), e no sector terciário estão empregados, predominantemente, imigrantes africanos de expressão portuguesa (55.3%), seguindo-se os da União Europeia (18.3%):

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
SECTOR PRIMÁRIO (%)	34.7	0.0	3.2	16.7	45.4
SECTOR SECUNDÁRIO (%)	24.1	6.6	4.7	40.4	24.2
SECTOR TERCIÁRIO (%)	18.3	12.0	0.9	55.3	13.5
TOTAL (%)	20.0	10.5	1.9	51.1	16.5

Tabela 51. Repartição percentual por sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A estrutura percentual de cada grupo populacional mostra que a participação de portugueses no sector terciário é inferior à dos estrangeiros (62% e 73.1%, respectivamente), e é superior nos sectores secundário (36.2% e 26.3%, respectivamente) e primário (1.8% dos portugueses trabalham neste sector embora apenas 0.6% dos estrangeiros o façam). Os brasileiros são o grupo em que uma maior percentagem de indivíduos trabalha no sector terciário da economia (83.4%), seguindo-se os africanos de língua portuguesa (79.1%), e os imigrantes da União Europeia (67.2%). Quanto ao sector secundário, 64% dos imigrantes de leste, e 38.5% dos imigrantes de outros países estrangeiros trabalham neste sector de actividade económica:

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
SECTOR PRIMÁRIO	1.8	1.0	0.0	1.0	0.2	1.6	0.6
SECTOR SECUNDÁRIO	36.2	31.8	16.6	64.0	20.7	38.5	26.3
SECTOR TERCIÁRIO	62.0	67.2	83.4	35.0	79.1	59.9	73.1

Tabela 52. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.6.6. SITUAÇÃO PROFISSIONAL

A situação profissional da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto é evidenciada na seguinte tabela:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
PATRÃO/EMPREGADOR	55406	3650	59056
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	28463	1465	29928
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM	509199	30393	539592
OUTRA SITUAÇÃO	8617	718	9335
TOTAL	601685	36226	637911

Tabela 53. Situação profissional da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Comparando as diferentes situações profissionais em termos percentuais, verifica-se que é nas outras situações, seguido-se os patrões/empregadores que a fatia a cargo dos estrangeiros (por comparação com os valores médios) é mais significativa (7.7% no primeiro caso e 6.2% neste ultimo):

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
PATRÃO/EMPREGADOR (%)	93.8	6.2
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA (%)	95.1	4.9
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM (%)	94.4	5.6
OUTRA SITUAÇÃO (%)	92.3	7.7
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 54. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos grupos de trabalhadores estrangeiros pelas diferentes situações profissionais é patenteada na tabela seguinte [Anexos 8 e 8*]:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
PATRÃO/EMPREGADOR	664	634	26	1670	656	3650
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	292	189	7	652	325	1465
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM	6108	3106	633	16500	4046	30393
OUTRA SITUAÇÃO	164	95	15	335	109	718
TOTAL	7228	4024	681	19157	5136	36226

Tabela 55. Situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise comparativa da repartição de cada situação profissional a nível dos imigrantes, revela a maior representatividade dos países africanos de língua portuguesa no conjunto dos trabalhadores por conta de outrém estrangeiros (54.3%):

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
PATRÃO/EMPREGADOR (%)	18.2	17.4	0.7	45.8	18.0
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA (%)	19.9	12.9	0.5	44.5	22.2
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM (%)	20.1	10.2	2.1	54.3	13.3
OUTRA SITUAÇÃO (%)	22.8	13.2	2.1	46.7	15.2
TOTAL (%)	20.0	11.1	1.9	52.9	14.2

Tabela 56. Repartição percentual por situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Enquanto que 84.7% dos portugueses residentes na AMP são trabalhadores por conta de outrém, 9.2% são patrões e 4.7% são trabalhadores por conta própria, entre os estrangeiros constata-se que 83.9% são trabalhadores por conta de outrém, 10.1% são patrões e 4% são trabalhadores por conta própria.

Entre os imigrantes é o grupo dos brasileiros aquele que apresenta uma mais forte componente de patrões/empregadores (15.7%) e uma mais baixa percentagem de trabalhadores por conta de outrém (77.2%). A menor percentagem de patrões/empregadores, por seu turno, ocorre para o grupo dos países de leste (3.8%) sendo proporcionalmente os que apresentam uma mais elevada percentagem de trabalhadores por conta de outrém (93%). O grupo de imigrantes em que é maior a percentagem de trabalhadores por conta própria corresponde aos dos restantes países estrangeiros (6.3%), seguindo-se o Brasil (4.7%) e a União Europeia (4%). É ainda de referir a grande proximidade dos estrangeiros provenientes dos países da União Europeia e dos portugueses, no que se refere repartição entre as diferentes situações profissionais.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
PATRÃO/EMPREGADOR	9.2	9.2	15.7	3.8	8.7	12.8	10.1
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	4.7	4.0	4.7	1.0	3.4	6.3	4.0
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM	84.7	84.5	77.2	93.0	86.1	78.8	83.9
OUTRA SITUAÇÃO	1.4	2.3	2.4	2.2	1.8	2.1	2.0

Tabela 57. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.6.7. GRUPOS PROFISSIONAIS

Mostra-se seguidamente o total de activos da população portuguesa e estrangeira residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais:

GRUPO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
FORÇAS ARMADAS	1540	120	1660
QUADROS SUPERIORES	44406	3370	47776
ESPECIALISTAS	57082	7019	64101
TÉC. INTERMÉDIOS	64858	5873	70731
ADMINISTRATIVOS	74998	5172	80170
VENDEDORES	86267	5485	91752
AGRICULTORES	8923	148	9071
OPERÁRIOS	128314	3964	132278
OPER. MÁQUINAS	50411	1591	52002
TRAB. NÃO QUALIFICADOS	84886	3351	88237
TOTAL	601685	36093	637778

Tabela 58. População activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora em termos médios os portugueses ocupem 94.3% dos postos de trabalho e os estrangeiros os restantes 5.7% há, no entanto, determinados grupos profissionais em que a participação dos estrangeiros é superior a este valor médio. É o caso dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (10.9%), dos técnicos e profissionais de nível intermédio (8.3%), das forças armadas (7.2%), dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (7.1%), do pessoal administrativo e similares (6.5%), e dos vendedores (6%). As restantes categorias profissionais, correspondentes a níveis

mais baixos de habilitações literárias e de qualificações, estão menos representadas a nível dos imigrantes.

GRUPO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
FORÇAS ARMADAS (%)	92.8	7.2
QUADROS SUPERIORES (%)	92.9	7.1
ESPECIALISTAS (%)	89.1	10.9
TÉC. INTERMÉDIOS (%)	91.7	8.3
ADMINISTRATIVOS (%)	93.5	6.5
VENDEDORES (%)	94.0	6.0
AGRICULTORES (%)	98.4	1.6
OPERÁRIOS (%)	97.0	3.0
OPER. MÁQUINAS (%)	96.9	3.1
TRAB. NÃO QUALIFICADOS (%)	96.2	3.8
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 59. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos estrangeiros por grupo profissional, por naturalidade, é a seguinte [Anexos 7 e 7*]:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
FORÇAS ARMADAS	31	3	0	72	14	120
QUADROS SUPERIORES	654	525	18	1648	525	3370
ESPECIALISTAS	1341	768	87	3929	894	7019
TÉC. INTERMÉDIOS	1053	702	64	3265	789	5873
ADMINISTRATIVOS	927	418	18	3139	670	5172
VENDEDORES	1100	801	45	2669	869	5484
AGRICULTORES	51	9	3	60	25	148
OPERÁRIOS	1026	326	244	1758	610	3964
OPER. MÁQUINAS	412	104	42	783	250	1591
TRAB. NÃO QUALIFICADOS	596	344	160	1801	450	3351
TOTAL	7191	4000	681	19124	5096	36092

Tabela 60. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por grupo profissional, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Há determinados grupos profissionais em que alguns dos grupos étnicos assumem um peso superior ao valor médio do conjunto dos imigrantes. Inserem-se nesta situação os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (em que 34.5% dos imigrantes neste grupo provêm de países da União Europeia), e os membros das forças armadas (25.8% dos estrangeiros neste grupo também é de

países da União Europeia). Por outro lado, 15.6% dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas são brasileiros, sendo também brasileiros 14.6% do pessoal dos serviços e vendedores estrangeiros, e 12% dos técnicos e profissionais de nível intermédio. No que se refere aos imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa, a sua presença dentro do total de imigrantes é especialmente reforçada a nível do pessoal administrativo e similares (60.7%), forças armadas (60%), especialistas das profissões intelectuais e científicas (56%), e técnicos e profissionais de nível intermédio (55.6%). Já os imigrantes provenientes de países de leste representam percentualmente uma fatia significativa dos operários, artifices e trabalhadores similares (6.2%), dos trabalhadores não qualificados (4.8%), e dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (2.6%). No que se refere aos imigrantes de outros países estrangeiros, é de realçar o seu peso proporcionalmente mais elevado na agricultura (16.9%), a nível dos vendedores (15.8%), dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (15.7%), e também dos quadros superiores públicos e privados (15.6%).

GRUPO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
FORÇAS ARMADAS (%)	25.8	2.5	0.0	60.0	11.7
QUADROS SUPERIORES (%)	19.4	15.6	0.5	48.9	15.6
ESPECIALISTAS (%)	19.1	11.0	1.2	56.0	12.7
TÉC. INTERMÉDIOS (%)	17.9	12.0	1.1	55.6	13.4
ADMINISTRATIVOS (%)	17.9	8.1	0.3	60.7	13.0
VENDEDORES (%)	20.1	14.6	0.8	48.7	15.8
AGRICULTORES (%)	34.5	6.1	2.0	40.5	16.9
OPERÁRIOS (%)	25.9	8.2	6.2	44.3	15.4
OPER. MÁQUINAS (%)	25.9	6.6	2.6	49.2	15.7
TRAB. NÃO QUALIFICADOS (%)	17.8	10.3	4.8	53.7	13.4
TOTAL (%)	19.9	11.1	1.9	53.0	14.1

Tabela 61. Repartição percentual por grupo profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da tabela seguinte permite reforçar a constatação de que são os grupos profissionais com um estatuto mais elevado aqueles que estão representados por maiores percentagens dos imigrantes do que dos portugueses. É o caso dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (que representam 19.5% dos imigrantes mas apenas 9.5% dos portugueses), dos técnicos e profissionais de nível intermédio (16.3% dos estrangeiros mas apenas 10.8% dos portugueses), do

pessoal dos serviços e vendedores (15.2% dos imigrantes e 14.3% dos portugueses), do pessoal administrativo e similares (14.3% dos imigrantes e 12.5% dos portugueses), sendo as restantes categorias profissionais menos significativamente representadas pelos estrangeiros do que pelos portugueses.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
FORÇAS ARMADAS	0.3	0.4	0.1	0.0	0.4	0.3	0.3
QUADROS SUPERIORES	7.4	9.1	13.1	2.6	8.6	10.3	9.3
ESPECIALISTAS	9.5	18.7	19.2	12.8	20.5	17.5	19.5
TÉC. INTERMÉDIOS	10.8	14.6	17.6	9.4	17.1	15.5	16.3
ADMINISTRATIVOS	12.5	12.9	10.4	2.7	16.4	13.1	14.3
VENDEDORES	14.3	15.3	20.0	6.6	14.0	17.1	15.2
AGRICULTORES	1.4	0.7	0.2	0.4	0.3	0.5	0.4
OPERÁRIOS	21.3	14.3	8.2	35.8	9.2	12.0	11.0
OPER. MÁQUINAS	8.4	5.7	2.6	6.2	4.1	4.9	4.4
TRAB. NÃO QUALIFICADOS	14.1	8.3	8.6	23.5	9.4	8.8	9.3

Tabela 62. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A composição por grupos profissionais dos imigrantes dos países de leste é completamente distinta da dos restantes grupos de imigrantes. Assim, a principal fatia (35.8%) corresponde a operários, artífices e trabalhadores similares, seguindo-se os trabalhadores não qualificados (que representam 23.5% dos imigrantes de leste). É ainda de referir que 12.8% destes imigrantes são especialistas das profissões intelectuais e científicas, e que 9.4% representam pessoal administrativo e similares.

Em relação aos imigrantes da União Europeia, 18.7% são especialistas intelectuais e científicos, 15.3% são vendedores e trabalhadores de serviços, 14.6% são técnicos intermédios, e 14.3% operários, artífices e trabalhadores similares.

Quanto aos brasileiros, eles são o grupo de imigrantes que ocupa grupos profissionais de estatuto mais elevado: quadros superiores (13.1%), especialistas das profissões intelectuais e científicas (19.2%), e técnicos e profissionais de nível intermédio (17.6%) (o que perfaz cerca de 50% deste grupo populacional). É ainda de realçar que 20% deste grupo desempenha funções de vendedor e trabalhador dos serviços, e que 10.4% corresponde a pessoal administrativo e similar.

Dos imigrantes dos países africanos de língua portuguesa, 20.5% são especialistas de profissões intelectuais e científicas, 17.1% são técnicos e profissionais de nível intermédio, 16.4% corresponde a pessoal administrativo e similar, e 14% são trabalhadores de serviços e vendedores.

A repartição dos imigrantes dos outros países estrangeiros por grupos profissionais efectua-se entre os especialistas das profissões intelectuais e científicas (17.5%), os trabalhadores de serviços e vendedores (17.1%), os técnicos intermédios (15.5%), e o pessoal administrativo e similares (13.1%),

3.6.8. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DO EMPREGO

Com o objectivo de analisar de um modo mais pormenorizado as características dos postos de trabalho dos estrangeiros por comparação com as dos portugueses, recorreu-se ao Inquérito ao Emprego (INE, 2000). Atendendo à necessidade de compatibilização de dados com os provenientes dos censos 2001 (cujos resultados foram apresentados anteriormente), analisaram-se os inquéritos referentes ao quarto trimestre de 2000.

A amostra do inquérito (que foi efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística) era composta por um total de 43 340 portugueses e 1 440 estrangeiros. De entre estes aqueles que residiam na Região Norte eram 6 327 portugueses e 217 estrangeiros. Embora a repartição de estrangeiros por grandes grupos de países de origem obtida para a Região Norte – 35.3% dos imigrantes são da União Europeia, 44.2% de países africanos de expressão oficial portuguesa, 9.3% brasileiros, 0.5% de países de leste, e 10.7% dos restantes países - difira da obtida para a Área Metropolitana do Porto - os valores homólogos são de 23.3%, 33.6% e 12.4%, 1.6%, e 29.1% - no entanto, e dada a importância desta análise optou-se por tratar os dados a partir da Unidade Territorial NUT III em que eles foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Atendendo à significância da amostra, os resultados percentuais vão ser generalizados a toda a população (portuguesa e estrangeira) residente na Região Norte. Nesta análise não foram considerados os imigrantes de países de leste, atendendo a que apenas um indivíduo desta nacionalidade foi inquirido.

Foram, deste modo, seleccionadas as questões consideradas mais relevantes para se poder efectuar a análise comparativa entre portugueses e estrangeiros, e a nível dos vários grupos étnicos, e os resultados, bem como as conclusões obtidas, são apresentados seguidamente.

Assim, 67% dos imigrantes residiam no nosso país há mais de 15 anos, enquanto que 33% residiam há 15 anos ou menos. São os imigrantes africanos de língua portuguesa aqueles que predominantemente vieram para Portugal há mais tempo,

(sobretudo na altura da descolonização) sendo de notar que o movimento migratório de países da União Europeia é mais recente:

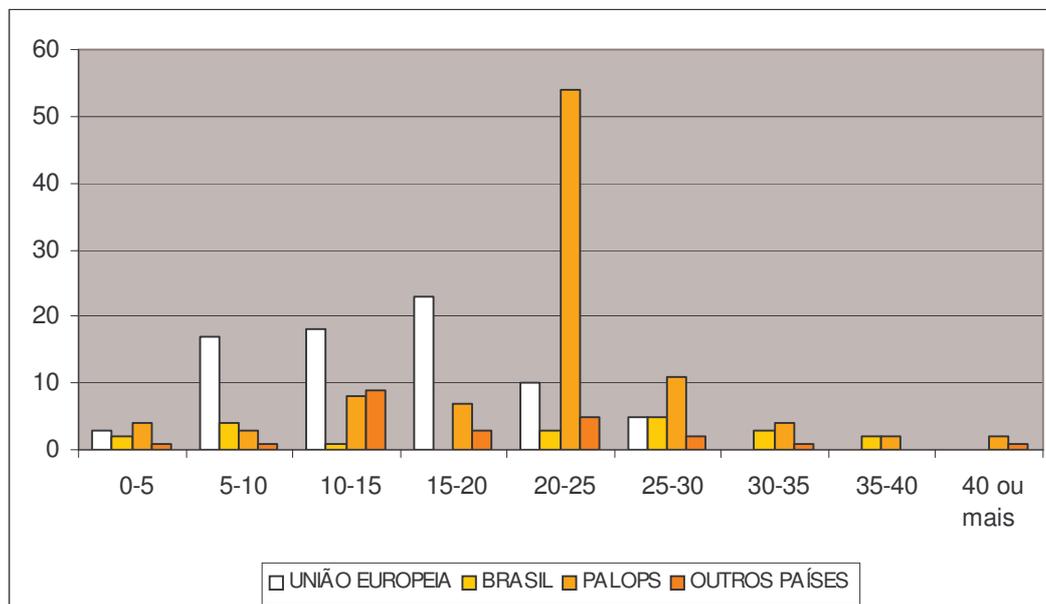


Figura 146. Repartição dos imigrantes na Região Norte, por naturalidade, de acordo com o número de anos de permanência em Portugal (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores percentuais correspondentes à repartição por tipo de empresa ou organismo de trabalho, de acordo com o regime jurídico, de portugueses e de imigrantes, respectivamente, revela que 77.5% dos estrangeiros e 72.2% dos portugueses trabalham em empresas de capital maioritariamente privado, enquanto que 3.3% e 2.6% respectivamente de cada um dos grupos trabalha em empresas de capital maioritariamente público, 11.7% dos estrangeiros e apenas 7% dos portugueses trabalham na administração pública central, local ou regional, 2.8% dos estrangeiros e 1.7% dos portugueses trabalham em organismos da administração pública com autonomia financeira, e 0.5% dos estrangeiros em instituições sem fins lucrativos (sendo 0.7% a correspondente percentagem de portugueses), estando 15.8% dos portugueses e 4.2% dos estrangeiros em outros tipos de locais de trabalho. Percentualmente, são os imigrantes de outros países os que exibem uma maior percentagem de participação no sector privado (86.2%), e os brasileiros os que têm uma maior fatia populacional a trabalhar na administração pública central, local ou regional (20%):

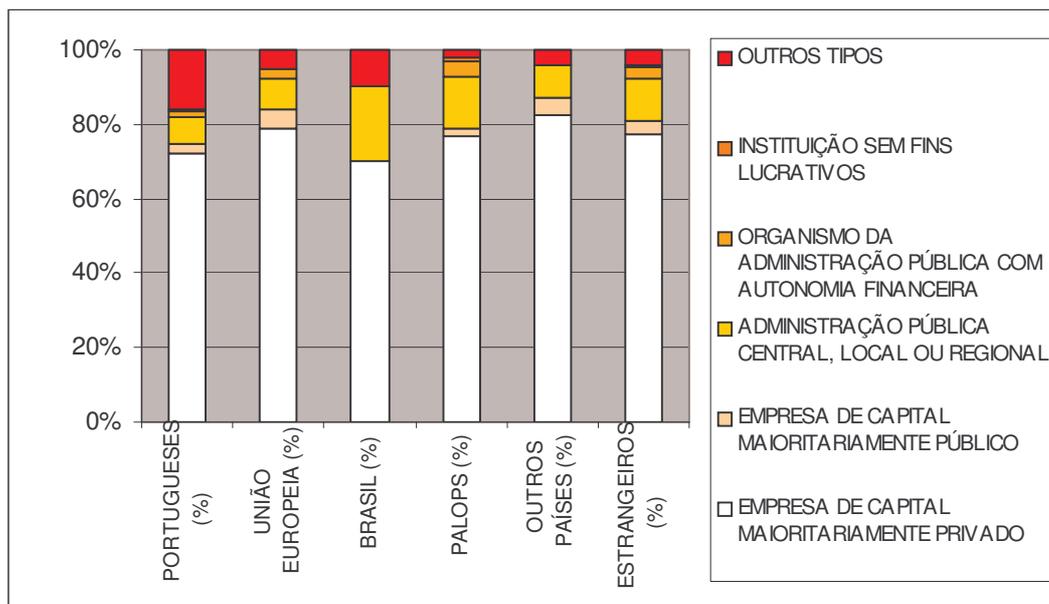


Figura 147. Composição percentual do tipo de empresa ou organismo em que trabalham os portugueses e os estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere à situação na profissão principal, os resultados obtidos permitem concluir que na região Norte é mais elevada a percentagem de estrangeiros do que de portugueses que trabalham por conta de outrém (82.2% contra 69.1%, respectivamente), maior a percentagem de portugueses que trabalha por conta própria como isolado (14.9%, sendo de 6% a correspondente percentagem de estrangeiros), 6.2% dos portugueses e 4.7% dos estrangeiros são patrões ou empregadores, e 4.9% dos portugueses e 2.8% dos estrangeiros trabalham para uma pessoa de família sem receberem remuneração. Estes valores, referentes à Região Norte, mostram que aqui há uma menor percentagem de trabalhadores por conta de outrém (sobretudo a nível dos portugueses), sendo igualmente mais baixas as percentagens de patrões e mais elevadas as percentagens de trabalhadores por conta própria relativamente àquilo que ocorre na Área Metropolitana do Porto. Entre os estrangeiros, são os brasileiros os que comparativamente exibem uma menor percentagem de trabalhadores por conta de outrém (65%) e uma maior percentagem de trabalhadores por conta própria (10% como trabalhadores individuais e 5% como patrões):

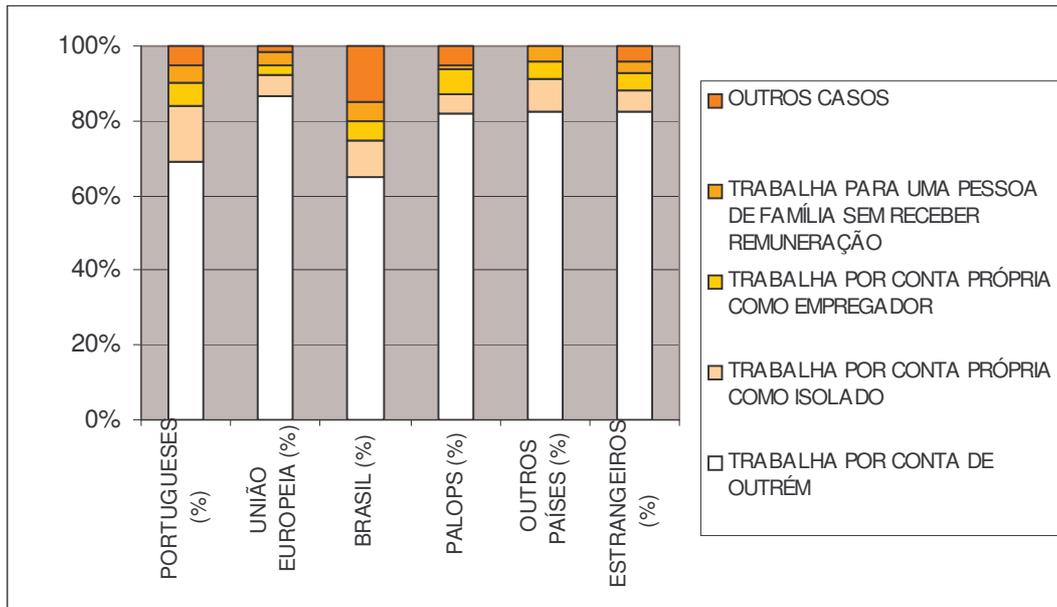


Figura 148. Composição percentual da situação na profissão principal de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Uma questão que se reveste de particular importância e actualidade tem a ver com o tipo de contrato de trabalho. O regime de contrato colectivo de trabalho é o que vigora para 19.2% dos portugueses e para 18.2% dos estrangeiros, estando abrangidos por contrato individual de trabalho sem termo 65.5% dos portugueses e 58.5% dos estrangeiros. Por outro lado, 11.1% dos portugueses e 18.8% dos estrangeiros trabalham em regime de contrato a prazo, e apenas 0.6% dos portugueses e 1.7% dos estrangeiros em regime de contrato de prestação de serviços. Os restantes 3.6% de portugueses e 2.8% de estrangeiros correspondem a situações de trabalho pontuais e ocasionais. São os brasileiros os que exibem uma maior percentagem de contratos individuais de trabalho sem termo (69.2%), e os imigrantes da União Europeia os que percentualmente têm mais contratos de trabalho com termo (22.7%):

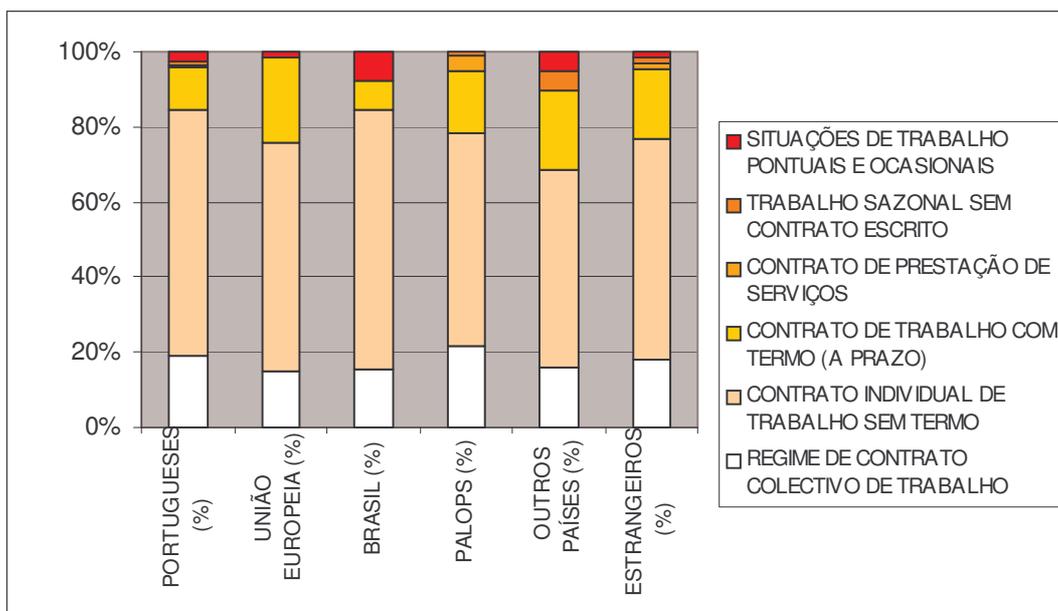


Figura 149. Composição percentual do tipo de contrato de trabalho de portugueses estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Como resposta à questão sobre se o contrato estava ou não de acordo com as necessidades de trabalho dos inquiridos, 84.3% dos portugueses manifestaram-se satisfeitos relativamente ao contrato, mas entre os estrangeiros a percentagem foi de 75%, isto é, 25% dos estrangeiros acharam que o contrato não satisfazia as suas necessidades de trabalho. O grupo que se manifestou mais descontente foi o de outros países estrangeiros (36.8%):

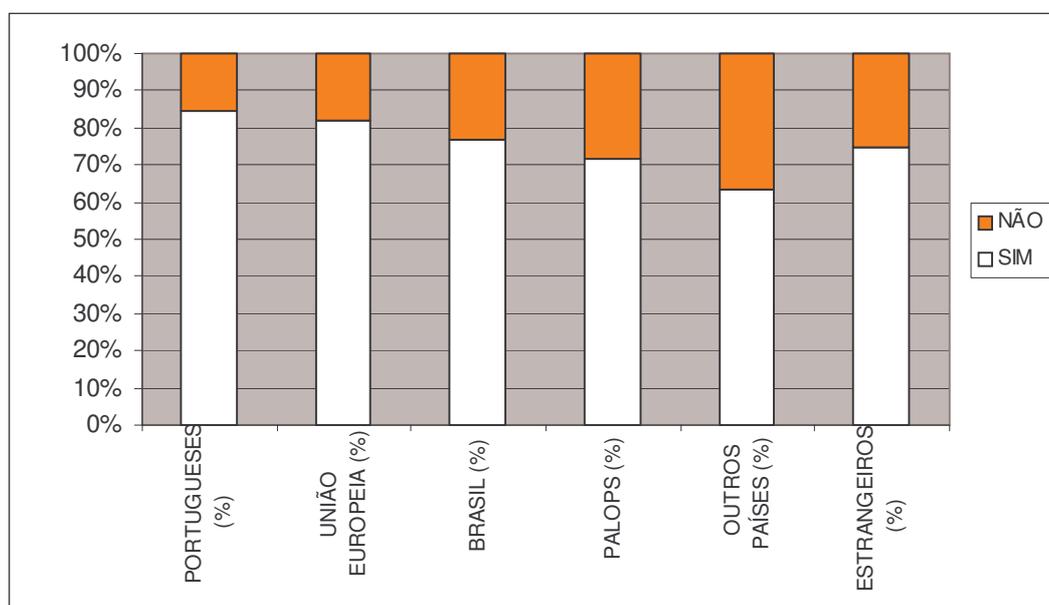


Figura 150. Composição percentual da satisfação perante o tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As razões justificativas deste tipo de contrato, apresentadas por portugueses e estrangeiros, apresentam as seguintes repartições percentuais: 10.2% dos portugueses e 14.3% dos estrangeiros são estagiários ou aprendizes em formação, 10.8% dos portugueses e 14.3% dos estrangeiros estavam à experiência, 3.3% dos portugueses mas nenhum estrangeiro exerce um trabalho temporário ou sazonal, e 61.1% dos portugueses e 52.4% dos estrangeiros argumentam que as respectivas empresas só tinham lugar com este tipo de contrato, correspondendo os restantes 14.6% de portugueses e 19% de estrangeiros a outros casos. É de realçar a percentagem muito elevada de africanos de língua portuguesa que aceitaram estes contratos por só haver lugar com eles (88.2%), e de brasileiros que “estão à experiência” (50%):

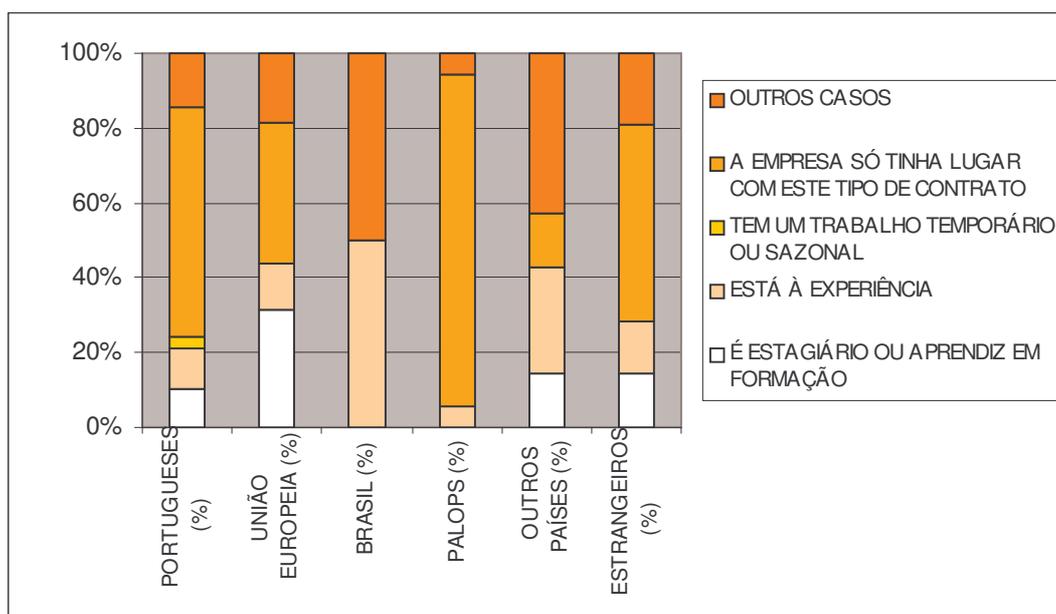


Figura 151. Composição percentual das razões justificativas do tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os contratos apresentam durações variadas, embora sejam predominantes os contratos de 6, 12, 24 e 90 meses. A este nível a situação parece ser mais favorável aos estrangeiros, uma vez que detêm contratos de durações mais

elevadas: 66.7% dos respectivos contratos são a mais de 60 meses, enquanto que a correspondente percentagem para os portugueses é de 52.5%. Os contratos de trabalho até 6 meses (inclusivé) são detidos por 15.4% dos portugueses e 11.9% dos estrangeiros, de 6 a 12 meses (inclusivé) por 22.9% dos portugueses e 19% dos estrangeiros, de 6 a 12 meses (inclusivé) por 22.9% dos portugueses e 19% dos estrangeiros, e de 12 a 24 meses (inclusivé) por 5.1% dos portugueses e 2.4% dos estrangeiros:

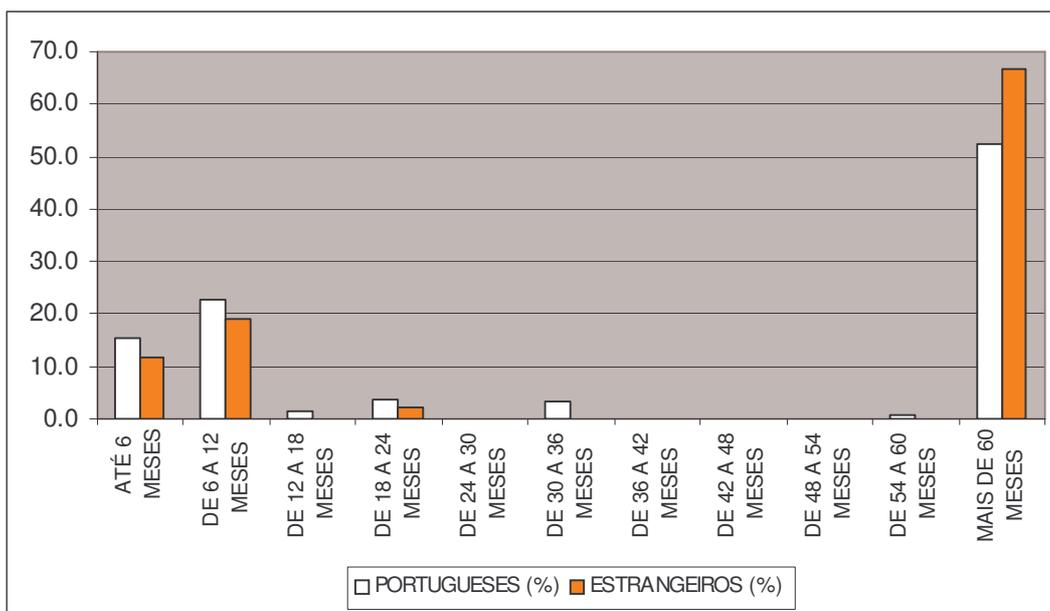


Figura 152. Composição percentual das durações do contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há diferenças significativas no que se refere à inscrição na Segurança Social dos estrangeiros relativamente aos portugueses, sendo os brasileiros o grupo em que é mais elevada a percentagem dos que não estão inscritos nesta instituição (25%):

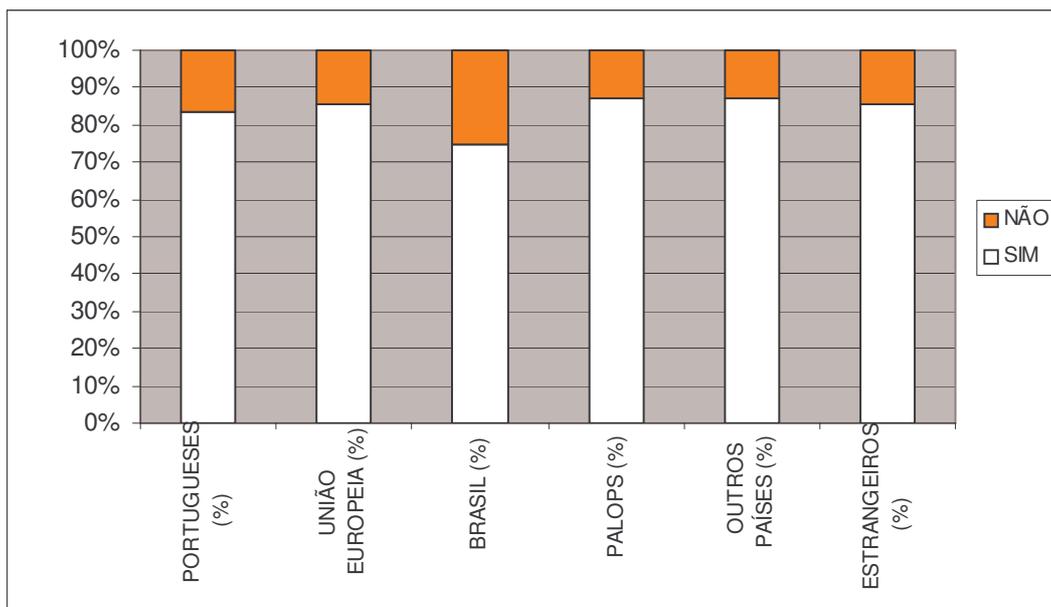


Figura 153. Composição percentual da inscrição na segurança social de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na resposta à pergunta sobre se os inquiridos percepcionavam que as suas habilitações escolares e/ou profissionais eram superiores às necessárias para executar o seu trabalho, 3.3% dos estrangeiros foram de opinião que sim, mas apenas 0.6% dos portugueses se queixou de tal situação.

É muito próxima a distribuição percentual das durações semanais de trabalho para portugueses e para estrangeiros:

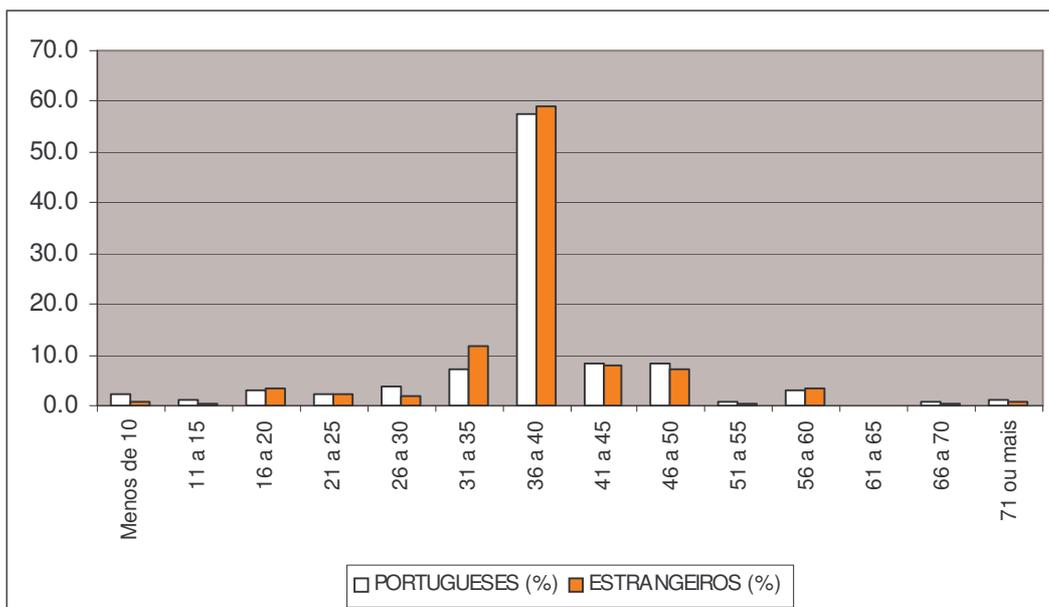


Figura 154. Composição percentual do número médio semanal de horas de trabalho de portugueses e estrangeiros residentes na região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere a situações específicas de horário de trabalho, é muito semelhante a respectiva repartição entre portugueses e estrangeiros: 4.5% dos portugueses e 5.1% dos estrangeiros exercem o trabalho por turnos, 5.8% dos portugueses e 8.9% dos estrangeiros trabalham à noite, 23.1% dos portugueses e 20.1% dos estrangeiros trabalha ao sábado, 0.2% dos portugueses e 0.9% dos estrangeiros trabalha ao domingo, e 66.4% dos portugueses e 65% dos estrangeiros exercem trabalho sem nenhuma destas situações específicas. São os imigrantes africanos de língua portuguesa aqueles em que é mais elevada a existência de situações especiais de trabalho, em especial no que se refere ao trabalho ao sábado (25.3%) e à noite (9.5%):

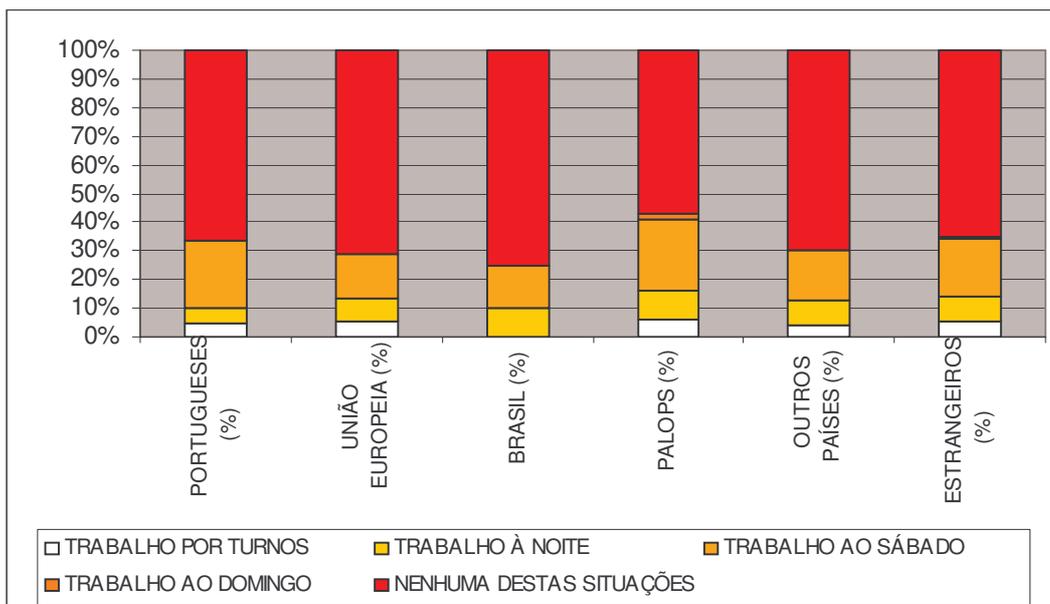


Figura 155. Composição percentual de situações específicas referentes ao horário de trabalho de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quanto ao local de realização do trabalho, é maior a percentagem de estrangeiros que trabalha só na empresa (79.9% contra 69.2% de portugueses), 22.9% dos portugueses e 15.4% dos estrangeiros não tem local de trabalho fixo, 3.7% dos portugueses mas apenas 1.4% dos estrangeiros trabalha só em casa, 0.7% dos portugueses e nenhum estrangeiro trabalha em casa a maior parte do tempo, e 3.5% dos portugueses e 3.3% dos estrangeiros trabalha na empresa a maior parte do tempo.

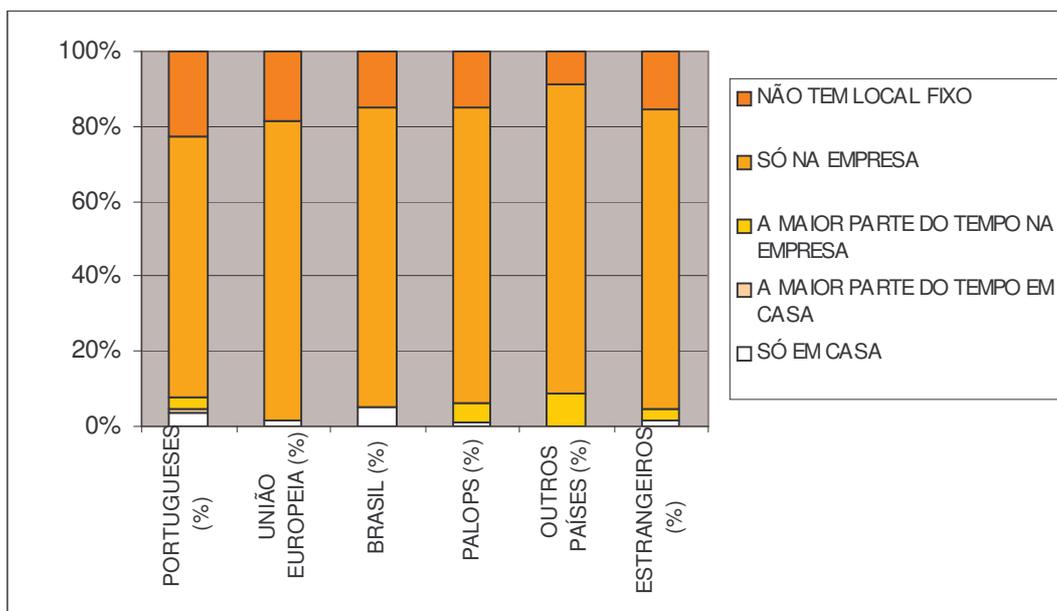


Figura 156. Composição percentual do local de realização da actividade profissional de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

À pergunta sobre se os inquiridos trabalhavam um número de horas diferente do normal para a sua profissão no seu local de trabalho, 6.3% dos portugueses acharam que sim, embora apenas 3.3% dos estrangeiros tivessem manifestado a mesma opinião.

Sobre se o actual emprego era o primeiro dos inquiridos ou se já tinham trabalhado anteriormente, nem que tivesse sido um trabalho ocasional ou um trabalho não remunerado para uma pessoa de família, constatou-se que 68.4% dos portugueses já tinha trabalhado anteriormente, enquanto que a nível dos estrangeiros 62.3% já tinham tido anteriores experiências profissionais.

Relativamente às habilitações académicas dos inquiridos, nenhum estrangeiro era analfabeto, embora 3.9% dos portugueses não soubesse ler nem escrever. A distribuição, para a população portuguesa e estrangeira inquirida, do nível de ensino mais elevado completado, mostrou os seguintes resultados percentuais: 10.8% dos portugueses e 0.5% dos estrangeiros não detinham nenhum grau de ensino, 74.6% dos portugueses tinham terminado o ensino básico como o nível mais elevado de ensino que detinham, sendo a correspondente percentagem de estrangeiros de apenas 53.5%, 8.5% dos portugueses mas 26.9% dos estrangeiros

detinham o ensino secundário, e os restantes 6.1% de portugueses e 19.1% de estrangeiros tinham completado graus de ensino superior. Verifica-se, pois, que a formação académica dos estrangeiros é substancialmente melhor que a dos portugueses:

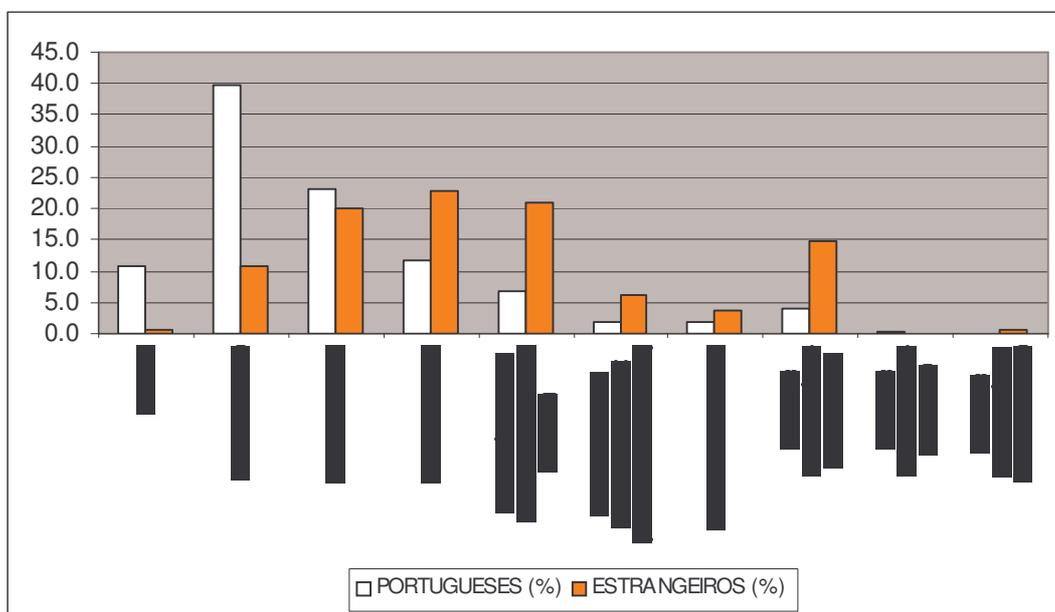


Figura 157. Composição percentual do grau de ensino mais elevado completado por portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Finalmente, e passando à análise da questão dos rendimentos, a remuneração é recebida mensalmente em 97.6% dos casos de portugueses e em 98.3% dos casos de estrangeiros.

Em relação ao montante total de rendimentos auferidos, verifica-se que os estrangeiros estão melhor posicionados que os portugueses (na tabela seguinte estão indicados os valores médios apurados a partir dos dados):

RENDIMENTOS (EUROS)	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
Montante mensal líquido dos ganhos salariais na actividade principal	494.0	585.0
Montante líquido de outros rendimentos do trabalho (actividade principal) de periodicidade superior à mensal recebidos no último ano	971.0	1104.5
Estimativa do rendimento líquido mensal proveniente da actividade independente como actividade principal	406.0	534.5
Montante mensal líquido de subsídio de desemprego	310.0	-
Montante mensal líquido das pensões	248.5	249.0

Tabela 63. Rendimentos auferidos por portugueses e estrangeiros residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Assim, verifica-se que o montante mensal líquido das pensões é equivalente para os dois grupos populacionais, embora o montante mensal líquido de ganhos salariais, o montante líquido de outros rendimentos do trabalho de periodicidade superior à mensal, e o rendimento líquido mensal proveniente da actividade independente como actividade principal sejam mais elevados para os estrangeiros do que para os portugueses. Assim, em termos médios e em valor líquido equivalente mensal, os portugueses auferiram 574.9 euros e os estrangeiros 677 euros (considerando o montante líquido mensal de ganhos salariais na actividade principal, e 1/12 do montante líquido de outros rendimentos do trabalho recebidos anualmente), o que significa que, em média, em termos líquidos e na região Norte, os estrangeiros ganharam aproximadamente mais 18% do que os portugueses. Embora apenas 145 dos inquiridos estrangeiros tenham respondido à questão referente ao montante mensal líquido de ganhos salariais, os valores médios obtidos, expressos em euros, por grandes grupos de países de origem mostram que os salários líquidos mais elevados são os dos imigrantes brasileiros (um valor médio de 735.3 euros), seguindo-se os de países africanos de expressão oficial portuguesa (585.5 euros, em média), de outros países estrangeiros (563.1 euros em média), e da União Europeia (499.2 euros em valores médios):

MONTANTE MENSAL LÍQUIDO DOS GANHOS SALARIAIS NA ACTIVIDADE PRINCIPAL	GRUPOS DE NACIONALIDADES
UNIÃO EUROPEIA	499.2
PALOPS	585.5
BRASIL	735.3
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	563.1

Tabela 64. Salário mensal líquido auferido por estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, POR CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS E POR GRUPO POPULACIONAL

3.7.1. TIPO DE EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS

Os valores referentes ao tipo de edifícios em que habitam os portugueses e os imigrantes de acordo com a naturalidade (edifícios clássicos ou outro tipo de construção) são os seguintes:

TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
CLÁSSICO	405054	17848	422902
OUTRO	1813	46	1859
TOTAL	406867	17894	424761

Tabela 65. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Nos edifícios clássicos residem 95.8% de portugueses e 4.2% de estrangeiros, e nos outros tipos de construção moram percentualmente ligeiramente mais portugueses (97.5%) e ligeiramente menos estrangeiros (2.5%).

TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	95.8	4.2
OUTRO (%)	97.5	2.5
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 66. Repartição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores referentes aos edifícios onde se localizam os alojamentos dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, por seu turno, são os seguintes [Anexos 10 e 10*]:

TIPO DE EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
CLÁSSICO	3500	2294	241	9816	1997	17848
OUTRO	8	1	6	28	3	46
TOTAL	3508	2295	247	9844	2000	17894

Tabela 67. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos diferentes grupos de imigrantes destaca-se a elevada representatividade dos provenientes de países de leste nos edifícios não clássicos (13% do total) sendo, no entanto, reduzido o peso deste tipo de edifícios relativamente ao total:

TIPO DE EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2
OUTRO (%)	17.4	2.2	13.0	60.9	6.5
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 68. Repartição percentual por tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Conforme se pode ver pela tabela seguinte, não existem diferenças significativas no tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos diversos grupos populacionais em estudo:

TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
CLÁSSICO	99.6	99.8	100.0	97.6	99.7	99.9	99.7
OUTRO	0.4	0.2	0.0	2.4	0.3	0.2	0.3

Tabela 69. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, por tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.7.2. TIPO DE OCUPAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS

Os valores referentes aos tipos de utilização dos edifícios onde se situam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros são os seguintes:

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	340685	13252	353937
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	63052	4404	67456
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	1317	79	1396
TOTAL	405054	17735	422789

Tabela 70. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É de notar que os edifícios principalmente residenciais (de 50 a 99% de ocupação com o uso habitacional) e os edifícios principalmente não residenciais (com uma ocupação residencial até 49%) estão proporcionalmente melhor representados a nível dos imigrantes do que dos portugueses, por referência à repartição média dos alojamentos entre portugueses e estrangeiros. Assim, 6.5% dos edifícios principalmente residenciais e 5.7% dos edifícios principalmente não residenciais são ocupados por estrangeiros (mas o número de alojamentos de estrangeiros apenas representa 4.2% do total).

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL (%)	96.3	3.7
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL (%)	93.5	6.5
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL (%)	94.3	5.7
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 71. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Uma análise centrada apenas nos edifícios onde se localizam os alojamentos dos diferentes grupos de imigrantes mostra os seguintes valores [Anexos 11 e 11*]:

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	2569	1669	213	7190	1611	13252
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	831	629	79	2334	531	4404
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	23	9	1	36	10	79
TOTAL	3423	2307	293	9560	2152	17735

Tabela 72. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há diferenças significativas nos modos de ocupação dos edifícios pelos diferentes grupos de imigrantes, embora nos edifícios principalmente não residenciais seja substancialmente mais forte em termos proporcionais a presença dos provenientes de países da União Europeia (29.1% neste tipo de edifícios, por comparação com 19.4% nos edifícios exclusivamente residenciais e 18.9% nos edifícios principalmente residenciais) e proporcionalmente mais fraca a presença de imigrantes de países africanos de expressão portuguesa (45.6%, por comparação com 54.3% nos edifícios exclusivamente residenciais e 53% nos edifícios principalmente residenciais):

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
RESIDENCIAL (%)	19.4	12.5	1.6	54.3	12.2
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL (%)	18.9	14.3	1.8	53.0	12.0
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL (%)	29.1	11.4	1.3	45.6	12.6
TOTAL (%)	19.3	13.0	1.7	53.9	12.1

Tabela 73. Repartição percentual por tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os edifícios ocupados por estrangeiros e por portugueses na Área Metropolitana do Porto são, sobretudo, edifícios exclusivamente residenciais (74.7% e 84.1%, respectivamente), principalmente residenciais (15.6% dos portugueses e 24.8% dos estrangeiros), sendo muito mais reduzida a percentagem de ocupação de edifícios não residenciais por cada grupo (0.3% dos portugueses e 0.5% dos estrangeiros). Conclui-se que não existem diferenças significativas entre os vários grupos de imigrantes em termos do tipo de ocupação dos edifícios em que se situam os respectivos alojamentos:

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	84.1	75.1	72.3	72.7	75.2	74.9	74.7
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	15.6	24.3	27.3	27.0	24.4	24.6	24.8
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	0.3	0.7	0.4	0.3	0.4	0.5	0.5

Tabela 74. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por tipo de ocupação dos edifícios (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.7.3. TIPO DE ALOJAMENTOS

A repartição dos diversos tipos de alojamentos entre portugueses e imigrantes está patente na seguinte tabela:

TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
CLÁSSICO	403618	17808	421426
BARRACA	880	19	899
RUDIMENTAR	345	6	351
MÓVEL	72	6	78
IMPROVISADO	1436	40	1476
NOUTRO LOCAL	516	16	532
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 75. Tipo de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos clássicos são ocupados 95.8% por portugueses e 4.2% por estrangeiros. Em relação aos alojamentos não clássicos os portugueses apresentam uma representatividade percentual superior ao respectivo valor médio para todos os tipos de alojamento, à excepção dos alojamentos móveis, em que é mais forte em termos relativos a representatividade dos estrangeiros (7.7%, sendo de 4.2% a percentagem total de alojamentos estrangeiros).

TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	95.8	4.2
BARRACA (%)	97.9	2.1
RUDIMENTAR (%)	98.3	1.7
MÓVEL (%)	92.3	7.7
IMPROVISADO (%)	97.3	2.7
NOUTRO LOCAL (%)	97.0	3.0
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 76. Repartição percentual do tipo de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São os seguintes os valores referentes à distribuição dos alojamentos dos estrangeiros, de acordo com o tipo, entre os diversos grupos étnicos [Anexos 12 e 12*]:

TIPO DE ALOJAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
CLÁSSICO	3496	2291	235	9795	1991	17808
BARRACA	3	0	2	13	1	19
RUDIMENTAR	1	0	0	4	1	6
MÓVEL	0	1	3	2	0	6
IMPROVISADO	4	3	6	21	6	40
NOUTRO LOCAL	4	0	1	9	2	16
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 77. Tipo de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Dos alojamentos clássicos, 55% são de africanos de língua portuguesa, 19.6% de imigrantes da União Europeia, 12.9% de brasileiros, 11.2% de imigrantes de outros países estrangeiros, e 1.3% de imigrantes provenientes de países de leste. É de referir, ainda, as elevadas percentagens de imigrantes de leste relativamente ao total nos alojamentos móveis (50%), barracas (10.5%), improvisados (15%), e noutra local (6.3%). Também são se realçar as percentagens a cargo de brasileiros nos alojamentos móveis (16.7% do total) e nos alojamentos improvisados (7.5%).

TIPO DE ALOJAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	19.6	12.9	1.3	55.0	11.2
BARRACA (%)	15.8	0.0	10.5	68.4	5.3
RUDIMENTAR (%)	16.7	0.0	0.0	66.7	16.6
MÓVEL (%)	0.0	16.7	50.0	33.3	0.0
IMPROVISADO (%)	10.0	7.5	15.0	52.5	15.0
NOUTRO LOCAL (%)	25.0	0.0	6.3	56.2	12.5
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 78. Repartição percentual por tipo de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há diferenças significativas na repartição dos alojamentos dos diversos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, entre clássicos e outro tipo de construção. De facto, praticamente toda a população reside em alojamentos clássicos (99.2% dos portugueses e 99.5% dos estrangeiros), sendo ainda de referir que 0.4% dos portugueses e 0.2% dos estrangeiros vivem em alojamentos improvisados.

TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
CLÁSSICO	99.2	99.7	99.8	95.1	99.5	99.5	99.5
BARRACA	0.2	0.1	0.0	0.8	0.1	0.0	0.1
RUDIMENTAR	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MÓVEL	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0
IMPROVISADO	0.4	0.1	0.1	2.4	0.2	0.3	0.2
NOUTRO LOCAL	0.1	0.1	0.0	0.4	0.1	0.1	0.1

Tabela 79. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por tipo de alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.7.4. FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

É a seguinte a forma de ocupação dos alojamentos por portugueses e estrangeiros na Área Metropolitana do Porto:

FORMA DE OCUPAÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
PROPRIETÁRIO	265058	12111	277169
LOCATÁRIO	122375	4698	127073
SUB-LOCATÁRIO	2793	125	2918
OUTROS	13392	874	14266
TOTAL	403618	17808	421426

Tabela 80. Forma de ocupação dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A partir da análise comparativa da repartição das várias formas de ocupação entre portugueses e estrangeiros relativamente aos valores médios totais para todas as formas de ocupação (95.8% de portugueses e 4.2% de estrangeiros) constata-se que os portugueses têm um peso relativo ligeiramente maior como locatários (96.3%), e que os estrangeiros exibem um peso relativo ligeiramente superior no que se refere às outras formas de ocupação (6.1%):

FORMA DE OCUPAÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
PROPRIETÁRIO (%)	95.6	4.4
LOCATÁRIO (%)	96.3	3.7
SUB-LOCATÁRIO (%)	95.7	4.3
OUTROS (%)	93.9	6.1
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 81. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As formas de ocupação dos alojamentos de estrangeiros, de acordo com os grupos étnicos considerados, são as seguintes [Anexos 13 e 13*]:

FORMA DE OCUPAÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
PROPRIETÁRIO	2220	1377	67	7033	1414	12111
LOCATÁRIO	962	794	140	2359	443	4698
SUB-LOCATÁRIO	33	17	6	55	14	125
OUTROS	281	103	22	348	120	874
TOTAL	3496	2291	235	9795	1991	17808

Tabela 82. Forma de ocupação dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A representatividade, relativamente ao total da respectiva forma de ocupação, dos alojamentos dos imigrantes de países da União Europeia é crescente e a representatividade dos imigrantes africanos de expressão portuguesa é decrescente quando se passa de proprietário para locatário, e para sub-locatário. Em relação aos imigrantes de leste, eles representam 4.8% dos sub-locatários estrangeiros, 3% dos locatários, e 2.5% do total de estrangeiros que ocupam o alojamento de outras formas:

FORMA DE OCUPAÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
PROPRIETÁRIO (%)	18.3	11.4	0.5	58.1	11.7
LOCATÁRIO (%)	20.5	16.9	3.0	50.2	9.4
SUB-LOCATÁRIO (%)	26.4	13.6	4.8	44.0	11.2
OUTROS (%)	32.2	11.8	2.5	39.8	13.7
TOTAL (%)	19.6	12.9	1.3	55.0	11.2

Tabela 83. Repartição percentual por forma de ocupação dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quer a nível dos portugueses quer a nível dos estrangeiros, a forma de ocupação predominante é, claramente, a posse do alojamento. Assim, 65.7% dos portugueses e 68% dos estrangeiros são proprietários do seu alojamento, sendo locatários 30.3% dos portugueses e 26.4% dos estrangeiros. Nas outras formas de ocupação os estrangeiros assumem um peso de 4.9% no grupo respectivo e o valor

homólogo dos portugueses é de 3.3%. Nos estrangeiros, são os de países de leste os que apresentam uma maior percentagem de locatários (59.6% do respectivo grupo), e são os africanos de língua portuguesa os que percentualmente apresentam um valor de posse mais elevado (71.8%):

FORMA DE OCUPAÇÃO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
PROPRIETÁRIO	65.7	63.5	60.1	28.5	71.8	71.0	68.0
LOCATÁRIO	30.3	27.5	34.7	59.6	24.1	22.3	26.4
SUB-LOCATÁRIO	0.7	0.9	0.7	2.5	0.6	0.7	0.7
OUTROS	3.3	8.1	4.5	9.4	3.5	6.0	4.9

Tabela 84. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.7.5. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS ALOJAMENTOS

Os valores referentes aos alojamentos de portugueses e de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sistema de abastecimento de água, são os seguintes:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
REDE PÚBLICA	351380	16869	368249
REDE PARTICULAR	50870	971	51841
NO EDIFÍCIO	1951	19	1970
FONTANÁRIO	835	7	842
POÇO PARTICULAR	1228	8	1236
OUTRA FORMA	603	21	624
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 85. Sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos com a repartição média de todos os alojamentos (qualquer que seja o tipo de sistema de abastecimento de água) entre portugueses e estrangeiros (95.8% e 4.2%, respectivamente), verifica-se que os alojamentos portugueses servidos pela rede pública estão em ligeira desvantagem em relação aos alojamentos estrangeiros também servidos com esta infraestrutura.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
REDE PÚBLICA (%)	95.4	4.6
REDE PARTICULAR (%)	98.1	1.9
NO EDIFÍCIO (%)	99.0	1.0
FONTANÁRIO (%)	99.2	0.8
POÇO PARTICULAR (%)	99.4	0.6
OUTRA FORMA (%)	96.6	3.4
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 86. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos alojamentos estrangeiros de acordo com o tipo de abastecimento de água entre os diferentes grupos étnicos, revela os seguintes valores [Anexos 14 e 14*]:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
REDE PÚBLICA	3214	2187	204	9427	1837	16869
REDE PARTICULAR	279	105	39	387	161	971
NO EDIFÍCIO	7	0	2	9	1	19
FONTANÁRIO	1	1	0	4	1	7
POÇO PARTICULAR	4	0	0	4	0	8
OUTRA FORMA	3	2	2	13	1	21
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 87. Sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos dos imigrantes com acesso à rede pública de abastecimento de água distribuem-se percentualmente da seguinte forma: 55.9% são de imigrantes africanos de expressão portuguesa, 19% são de estrangeiros provenientes de países da União Europeia, 13% de brasileiros, 10.9% de outros países estrangeiros e 1.2% de imigrantes de países de leste. Também é de referir que são proporcionalmente elevadas as percentagens de alojamentos de imigrantes de países de leste que se abastecem de água de outra forma (9.5%), no edifício, embora fora do alojamento (são responsáveis por 10.5% desta forma de

abastecimento), e em rede particular (representam 4% deste tipo de abastecimento de água). Por outro lado, 50% dos abastecimentos em poço ou furo particular, 36.8% dos abastecimentos no edifício mas fora do alojamento, e 28.7% do abastecimento de água em rede particular ou privada cabem a imigrantes de países da União Europeia.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
REDE PÚBLICA (%)	19.0	13.0	1.2	55.9	10.9
REDE PARTICULAR (%)	28.7	10.8	4.0	39.9	16.6
NO EDIFÍCIO (%)	36.8	0.0	10.5	47.4	5.3
FONTANÁRIO (%)	14.3	14.3	0.0	57.1	14.3
POÇO PARTICULAR (%)	50.0	0.0	0.0	50.0	0.0
OUTRA FORMA (%)	14.3	9.5	9.5	61.9	4.8
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 88. Repartição percentual por sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos dos imigrantes estão melhor servidos em termos de acesso à rede pública de abastecimento de água (94.3% do total) a à rede particular (5.5%). Dos alojamentos de portugueses, 86.4% têm acesso à rede pública, 12.5% à rede particular e os restantes 1.1% a outras formas de abastecimento de água:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
REDE PÚBLICA	86.4	91.6	95.3	82.6	95.8	91.8	94.3
REDE PARTICULAR	12.5	8.0	4.6	15.8	4.0	8.1	5.5
NO EDIFÍCIO	0.5	0.2	0.0	0.8	0.1	0.1	0.1
FONTANÁRIO	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
POÇO PARTICULAR	0.3	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
OUTRA FORMA	0.1	0.1	0.1	0.8	0.1	0.0	0.1

Tabela 89. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, por sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os imigrantes, é de referir que o grupo populacional que evidencia piores condições de acesso a esta infraestruturas são os provenientes de países de leste, já que apenas 82.6% dos seus alojamentos acede a rede pública (contra um valor médio de 94.3% correspondente à totalidade dos estrangeiros). Para além disso,

15.8% dos imigrantes de países de leste abastecem-se em rede particular e os restantes 1.6% no edifício ou através de outras formas de abastecimento.

3.7.6. EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS

A análise comparativa dos alojamentos de portugueses e de estrangeiros quanto à existência de electricidade revela que praticamente todos os alojamentos estão servidos com esta infraestrutura:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COM ELECTRICIDADE	406266	17875	424141
SEM ELECTRICIDADE	601	20	621
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 90. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Do total dos alojamentos com electricidade, 95.8% são de portugueses e 4.2% são de estrangeiros, e dos alojamentos sem electricidade 96.8% são de portugueses e os restantes 3.2% de estrangeiros:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COM ELECTRICIDADE (%)	95.8	4.2
SEM ELECTRICIDADE (%)	96.8	3.2
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 91. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos alojamentos estrangeiros quanto à existência de electricidade entre os vários grupos étnicos mostra que é muito reduzido o número de alojamentos de estrangeiros sem esta infraestrutura [Anexos 15 e 15*]:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COM ELECTRICIDADE	3503	2294	246	9832	2000	17875
SEM ELECTRICIDADE	5	1	1	12	1	20
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 92. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Dos alojamentos de estrangeiros com electricidade verifica-se que 55% são de africanos, 19.6% de imigrantes da União Europeia, 12.8% do Brasil, 11.2% de outros países estrangeiros e 1.4% de países de leste. Já no que se refere aos alojamentos de estrangeiros sem electricidade, é de realçar que os países de leste assumem um peso de 5% no total, substancialmente superior à respectiva percentagem nos alojamentos com electricidade. É também de referir que a percentagem de brasileiros e dos imigrantes de outros países estrangeiros é substancialmente inferior aos respectivos valores médios (5% em ambos os casos contra 12.8% e 11.2% respectivamente do total de alojamentos estrangeiros), e que a percentagem de africanos é também um pouco superior (60% do total) nos alojamentos sem electricidade:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COM ELECTRICIDADE (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2
SEM ELECTRICIDADE (%)	25.0	5.0	5.0	60.0	5.0
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 93. Repartição percentual por existência de electricidade dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora seja muito reduzida a percentagem dos alojamentos sem electricidade, a análise específica a nível dos diversos grupos de imigrantes mostra que esta percentagem é substancialmente superior nos países de leste (0.4%), relativamente aos outros grupos de imigrantes (em que é, no máximo, de 0.1%):

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COM ELECTRICIDADE	99.9	99.9	100.0	99.6	99.9	100.0	99.9
SEM ELECTRICIDADE	0.1	0.1	0.0	0.4	0.1	0.0	0.1

Tabela 94. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.7.7. EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO DOS ALOJAMENTOS

A caracterização dos alojamentos de acordo com a existência e tipo de aquecimento, comparativamente entre portugueses e imigrantes é a seguinte:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
AQUECIMENTO CENTRAL	27227	2567	29794
LAREIRA	61989	2966	64955
APARELHOS FIXOS	20836	841	21677
APARELHOS MÓVEIS	175575	8343	183918
SEM AQUECIMENTO	121240	3178	124418
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 95. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora em termos médios, 95.8% dos alojamentos sejam titulados por portugueses e os restantes 4.2% por estrangeiros, há proporcionalmente melhores condições de aquecimento central e de existência de lareira entre os estrangeiros, como é evidenciado pela maior fatia que lhes cabe nestes tipos de aquecimento por comparação com o valor médio, respectivamente 8.6% para o aquecimento central e 4.6% para a lareira. Verifica-se que a não existência de qualquer tipo de aquecimento é bastante mais desfavorável para os portugueses, cabendo-lhes no total dos alojamentos sem este equipamento, uma percentagem de 97.4% por comparação com os estrangeiros, em que é de apenas 2.6%:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
AQUECIMENTO CENTRAL (%)	91.4	8.6
LAREIRA (%)	95.4	4.6
APARELHOS FIXOS (%)	96.1	3.9
APARELOS MÓVEIS (%)	95.5	4.5
SEM AQUECIMENTO (%)	97.4	2.6
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 96. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição dos alojamentos dos estrangeiros por tipo de aquecimento, e para cada um dos seus grupos populacionais, é a seguinte [Anexos 16 e 16*]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
AQUECIMENTO CENTRAL	507	314	21	1385	340	2567
LAREIRA	609	334	19	1631	373	2966
APARELHOS FIXOS	167	128	10	444	92	841
APARELOS MÓVEIS	1626	1103	101	4661	852	8343
SEM AQUECIMENTO	599	416	96	1723	344	3178
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 97. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Fazendo agora uma análise da existência e dos vários tipos de aquecimento exclusivamente para os alojamentos dos imigrantes, considerando os seus diferentes grupos de nacionalidades, a respectiva repartição é a seguinte:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
AQUECIMENTO CENTRAL (%)	19.8	12.2	0.8	54.0	13.2
LAREIRA (%)	20.5	11.3	0.6	55.0	12.6
APARELHOS FIXOS (%)	19.9	15.2	1.2	52.8	10.9
APARELOS MÓVEIS (%)	19.5	13.2	1.2	55.9	10.2
SEM AQUECIMENTO (%)	18.8	13.1	3.0	54.2	10.8
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 98. Repartição percentual por existência e tipo de aquecimento dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se que é a nível do aquecimento central e da lareira que os alojamentos dos imigrantes estão melhor equipados: 14.3% destes alojamentos dispõem de aquecimento central, embora apenas 6.7% dos portugueses dele disponham, e 16.6% dos alojamentos dos estrangeiros têm lareira, sendo a percentagem correspondente de 15.2% entre os portugueses. Da totalidade dos alojamentos de portugueses, 29.8% não dispõe de qualquer tipo de aquecimento, ao passo que entre os estrangeiros esta percentagem é de apenas 17.8%. Constatam-se, ainda, que é muito semelhante a existência e o tipo de aquecimento dos alojamentos entre os vários grupos de imigrantes (à excepção dos países de leste):

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
AQUECIMENTO CENTRAL	6.7	14.4	13.7	8.5	14.1	17.0	14.3
LAREIRA	15.2	17.4	14.5	7.7	16.6	18.6	16.6
APARELHOS FIXOS	5.1	4.8	5.6	4.0	4.5	4.6	4.7
APARELOS MÓVEIS	43.2	46.3	48.1	40.9	47.3	42.6	46.6
SEM AQUECIMENTO	29.8	17.1	18.1	38.9	17.5	17.2	17.8

Tabela 99. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, por existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os países de leste são os mais desfavorecidos em termos de acesso a aquecimento habitacional: deste grupo populacional 38.9% não dispõe de qualquer tipo de aquecimento, ao passo que apenas 8.5% dispõe de aquecimento central e 52.6% de aquecimento não central. Os imigrantes com melhor acesso a aquecimento central são os provenientes de outros países estrangeiros (17% do total deste grupo).

3.7.8. EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS

São os seguintes os valores referentes ao total de alojamentos de portugueses e de estrangeiros existentes na Área Metropolitana do Porto, quanto à existência e tipo de instalações sanitárias:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	380343	17452	397795
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	9081	115	9196
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	13553	279	13832
SEM RETRETE	3890	49	3939
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 100. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Constata-se que dos alojamentos que dispõem de retrete com dispositivo de descarga, 95.6% são de portugueses, dos que dispõem de retrete sem dispositivo de descarga, 98.7% são de portugueses, dos que dispõem de retrete no edifício mas não no alojamento, 98% são de portugueses, e dos que não dispõem de retrete, 98.8% são de portugueses, pelo que, através da comparação com o número de alojamentos deste grupo populacional (que representa 95.8% do total), se pode concluir que, em termos relativos, os alojamentos dos portugueses estão pior servidos que os dos estrangeiros em termos de instalações sanitárias:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO (%)	95.6	4.4
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO (%)	98.7	1.3
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO (%)	98.0	2.0
SEM RETRETE (%)	98.8	1.2
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 101. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição do tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros, de acordo com a naturalidade, é a indicada seguidamente [Anexos 17 e 17*]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	3408	2236	224	9617	1967	17452
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	29	17	6	56	7	115
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	59	39	12	145	24	279
SEM RETRETE	12	3	5	26	3	49
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 102. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos percentuais, para cada tipo de instalações sanitárias, é a seguinte a repartição para os vários grupos populacionais estrangeiros, que mostra não haver desequilíbrios entre eles no que se refere à existência de retrete com dispositivo de descarga (relativamente aos valores correspondentes à totalidade dos alojamentos):

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO (%)	19.5	12.8	1.3	55.1	11.3
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO (%)	25.2	14.8	5.2	48.7	6.1
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO (%)	21.1	14.0	4.3	52.0	8.6
SEM RETRETE (%)	24.5	6.1	10.2	53.1	6.1
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 103. Repartição percentual por existência e tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Conforme se pode ver na tabela seguinte, 97.5% dos alojamentos dos estrangeiros dispõem de retrete com dispositivo de descarga, sendo de 93.5% o valor homólogo dos alojamentos portugueses. Dos alojamentos dos portugueses existem ainda 3.3% que não dispõem de retrete no alojamento, embora ela exista no edifício, 2.2% com retrete no alojamento mas sem dispositivo de descarga e 1% não dispõem de retrete. Dos alojamentos estrangeiros apenas 0.3% não têm retrete, 1.6% tem retrete no edifício mas não no alojamento, e 0.6% tem retrete mas sem autoclismo:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	93.5	97.2	97.5	90.7	97.7	98.3	97.5
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	2.2	0.8	0.7	2.4	0.6	0.4	0.6
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	3.3	1.7	1.7	4.9	1.4	1.2	1.6
SEM RETRETE	1.0	0.3	0.1	2.0	0.3	0.1	0.3

Tabela 104. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os imigrantes de países de leste são aqueles em que são piores as condições em termos de instalações sanitárias já que, do total de alojamentos deste grupo, 9.3% ou dispõe de retrete sem dispositivo de descarga, ou não dispõe de retrete no alojamento e/ou no edifício.

3.7.9. EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE NOS ALOJAMENTOS

A distribuição de alojamentos entre portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto é a seguinte:

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	382421	17658	400079
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	24446	237	24683
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 105. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Da repartição de alojamentos entre portugueses e estrangeiros, e por comparação com os valores médios referentes a todos os alojamentos (95.8% de portugueses e 4.2% de estrangeiros), verifica-se que o peso relativo dos estrangeiros é ligeiramente superior no que se refere à existência de banho ou duche.

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	95.6	4.4
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	99.0	1.0
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 106. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos alojamentos de estrangeiros, por naturalidade, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche é a seguinte [Anexos 18 e 18*]:

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	3453	2254	229	9733	1989	17658
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	55	41	18	111	12	237
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 107. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os alojamentos de estrangeiros que dispõem de instalações de banho ou duche, 55.1% são de africanos de expressão portuguesa, 19.5% de imigrantes da União Europeia, 12.8% de brasileiros, 11.3% de imigrantes de outros países estrangeiros e 1.3% de imigrantes de leste. No entanto, no conjunto dos alojamentos de estrangeiros que não dispõem de banho ou duche, é bastante superior a percentagem de imigrantes de países de leste (7.6%), sendo também maior o peso dos imigrantes da União Europeia (23.2%) e do Brasil (17.3%) e inferiores as percentagens correspondentes aos imigrantes africanos e de outros países estrangeiros (respectivamente 46.8% e 5.1%):

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	19.5	12.8	1.3	55.1	11.3
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	23.2	17.3	7.6	46.8	5.1
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 108. Repartição percentual por existência de instalações de banho ou duche dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

O grupo dos estrangeiros está melhor servido pela existência de banho ou duche (98.7%), enquanto que, entre os portugueses, ainda existem 6% de alojamentos que não dispõem deste equipamento:

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	94.0	98.4	98.2	92.7	98.9	99.4	98.7
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	6.0	1.6	1.8	7.3	1.1	0.6	1.3

Tabela 109. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os vários grupos de imigrantes, os que estão pior servidos em termos de existência de instalações de banho ou duche são os dos países de leste, já que 7.3% dos seus alojamentos não têm este tipo de equipamento. Os restantes grupos populacionais estrangeiros têm valores percentuais de existência de banho ou duche bastante elevados e próximos uns dos outros.

3.7.10. EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NOS ALOJAMENTOS

A existência e o tipo de cozinha nos alojamentos da Área Metropolitana do Porto, de portugueses e de estrangeiros, apresenta a seguinte distribuição em valores absolutos:

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COZINHA COM MENOS DE 4M2	100164	2969	103133
COZINHA COM MAIS DE 4M2	295656	14292	309948
COM KITCHENETTE	6877	501	7378
SEM COZINHA	1221	38	1259
TOTAL	403918	17800	421718

Tabela 110. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Há uma maior representatividade, relativamente aos valores médios, dos alojamentos com kitchenette ou com cozinhas de área igual ou superior a 4 m² entre os estrangeiros (respectivamente 6.8% e 4.6% do total de cozinhas de cada tipo, por comparação com um valor médio de 4.2% de alojamentos de imigrantes):

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COZINHA COM MENOS DE 4M2 (%)	97.1	2.9
COZINHA COM MAIS DE 4M2 (%)	95.4	4.6
COM KITCHENETTE (%)	93.2	6.8
SEM COZINHA (%)	97.0	3.0
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 111. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A caracterização dos alojamentos dos imigrantes, de acordo com a existência e tipo de cozinha é, para cada grupo étnico, a seguinte [Anexos 19 e 19*]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COZINHA COM MENOS DE 4M ²	545	448	62	1616	298	2969
COZINHA COM MAIS DE 4M ²	2807	1763	161	7909	1652	14292
COM KITCHENETTE	135	72	9	245	40	501
SEM COZINHA	5	6	8	19	0	38
TOTAL	3492	2289	240	9789	1990	17800

Tabela 112. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição percentual de acordo com a existência e o tipo de cozinha pelos diversos grupos de imigrantes está evidenciada na tabela seguinte. Conforme se pode claramente verificar, são os alojamentos dos países de leste aqueles que estão mais desfavorecidos, já que 21% do total dos alojamentos sem cozinha são deste grupo de imigrantes (que representa apenas 1.6% da população estrangeira da Área Metropolitana do Porto). De entre os alojamentos servidos com kitchenette, por outro lado, 48.9% são de imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa, 26.9% de imigrantes da União Europeia, 14.4% do Brasil, e 8% de

outros países estrangeiros. Já no que se refere à existência de cozinha do tipo convencional, verifica-se que não existem grandes diferenças entre os diversos grupos populacionais de estrangeiros, para cada tipo de áreas consideradas:

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COZINHA COM MENOS DE 4M2 (%)	18.4	15.1	2.1	54.4	10.0
COZINHA COM MAIS DE 4M2 (%)	19.6	12.3	1.1	55.4	11.6
COM KITCHENETTE (%)	26.9	14.4	1.8	48.9	8.0
SEM COZINHA (%)	13.2	15.8	21.0	50.0	0.0
TOTAL (%)	19.6	12.9	1.3	55.0	11.2

Tabela 113. Repartição percentual por existência e tipo de cozinha dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos, verifica-se que são maiores as percentagens, relativamente ao total de alojamentos de imigrantes, daqueles que dispõem de cozinha com 4 m² ou mais (80.3% por comparação com 73.2% dos portugueses) e de kitchenette (2.8% dos estrangeiros por comparação com 1.7% dos portugueses):

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COZINHA COM MENOS DE 4M2	24.8	15.6	19.6	25.8	16.5	15.0	16.7
COZINHA COM MAIS DE 4M2	73.2	80.4	77.0	67.1	80.8	83.0	80.3
COM KITCHENETTE	1.7	3.9	3.1	3.8	2.5	2.0	2.8
SEM COZINHA	0.3	0.1	0.3	3.3	0.2	0.0	0.2

Tabela 114. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Do total dos alojamentos dos portugueses, 24.8% tem cozinha com menos de 4m², 73.2% com 4 m² ou mais, 1.7% com kitchenette e 0.3% não dispõe de cozinha. A nível dos imigrantes são os países de leste aqueles que, de entre todos, têm uma maior percentagem de alojamentos sem cozinha (3.3%) e, dos que dispõem de cozinha, 25.8% tem menos de 4 m² e 67.1% tem 4 m² ou mais. Os alojamentos dos imigrantes de outros países estrangeiros, dos países africanos de expressão oficial portuguesa e da União Europeia são aqueles que dispõem de maior percentagem

de cozinhas mais espaçosas (respectivamente 83%, 80.8% e 80.4% dos respectivos grupos).

3.7.11. EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Os valores referentes à existência e aos escalões de encargos com a aquisição de alojamento de portugueses e de estrangeiros são os seguintes:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
SEM ENCARGOS	145856	4296	150152
MENOS DE 59,86 €	7096	224	7320
DE 59,86 A 99,75 €	6389	294	6683
DE 99,76 A 149,63 €	7012	251	7263
DE 149,64 A 199,51 €	9269	404	9673
DE 199,52 A 249,39 €	11729	643	12372
DE 249,40 A 299,27 €	14383	914	15297
DE 299,28 A 399,03 €	27919	1885	29804
DE 399,04 A 498,79 €	16519	1355	17874
DE 498,80 A 598,55 €	8134	737	8871
598,56 E MAIS €	10752	1108	11860
TOTAL	265058	12111	277169

Tabela 115. Existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos em relação aos quais existem encargos distribuem-se entre portugueses (95.6%) e estrangeiros (4.4%). No entanto, e em termos comparativos, a fatia que cabe aos portugueses por comparação com os estrangeiros vai diminuindo à medida que aumenta o montante dos escalões de encargos, isto é, a partir do escalão de 199.51 a 249.39 euros, o esforço dos estrangeiros é superior ao dos portugueses, sendo essa percentagem de 5.2% para o escalão de 199.52 a 249.39 euros, de 6% no escalão de 249.4 a 299.27 euros, de 6.3% no escalão de 299.28 a 399.03 euros, de 7.6% no escalão de 399.04 a 498.79 euros, de 8.3% no escalão de 498.8 a 598.55 euros, e de 9.3% para valores de encargos superiores a 598.56 euros.

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
SEM ENCARGOS (%)	97.1	2.9
MENOS DE 59,86 € (%)	96.9	3.1
DE 59,86 A 99,75 € (%)	95.6	4.4
DE 99,76 A 149,63 € (%)	96.5	3.5
DE 149,64 A 199,51 € (%)	95.8	4.2
DE 199,52 A 249,39 € (%)	94.8	5.2
DE 249,40 A 299,27 € (%)	94.0	6.0
DE 299,28 A 399,03 € (%)	93.7	6.3
DE 399,04 A 498,79 € (%)	92.4	7.6
DE 498,80 A 598,55 € (%)	91.7	8.3
598,56 E MAIS € (%)	90.7	9.3
TOTAL (%)	95.6	4.4

Tabela 116. Repartição percentual da existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos por portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Considerando exclusivamente os alojamentos estrangeiros, a respectiva repartição entre os que não têm encargos e os diversos escalões de encargos para cada grupo étnico é a seguinte [Anexos 21 e 21*]:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
SEM ENCARGOS	1108	588	33	1931	636	4296
MENOS DE 59,86 €	33	20	0	147	24	224
DE 59,86 A 99,75 €	36	35	0	188	35	294
DE 99,76 A 149,63 €	25	28	0	179	19	251
DE 149,64 A 199,51 €	49	53	0	271	31	404
DE 199,52 A 249,39 €	84	58	0	441	60	643
DE 249,40 A 299,27 €	137	86	4	597	90	914
DE 299,28 A 399,03 €	305	182	6	1207	185	1885
DE 399,04 A 498,79 €	197	136	7	885	130	1355
DE 498,80 A 598,55 €	104	76	4	485	68	737
598,56 E MAIS €	142	115	13	702	136	1108
TOTAL	2220	1377	67	7033	1414	12111

Tabela 117. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente ao total de alojamentos de estrangeiros que não suportam encargos com a aquisição, assume particular destaque a elevada percentagem que cabe a

imigrantes da União Europeia (25.8%), e a baixa percentagem a cargo de imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa (44.9%), cabendo também aos brasileiros e aos outros países estrangeiros percentagens superiores às que assumem na totalidade dos escalões de encargos (13.7% os brasileiros e 14.8% os outros países estrangeiros). É ainda de realçar que no escalão de 99.76 a 149.63 euros os africanos dos países de expressão portuguesa assumem uma percentagem de 71.3%:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
SEM ENCARGOS (%)	25.8	13.7	0.8	44.9	14.8
MENOS DE 59,86 € (%)	14.7	8.9	0.0	65.7	10.7
DE 59,86 A 99,75 € (%)	12.2	11.9	0.0	64.0	11.9
DE 99,76 A 149,63 € (%)	10.0	11.1	0.0	71.3	7.6
DE 149,64 A 199,51 € (%)	12.1	13.1	0.0	67.1	7.7
DE 199,52 A 249,39 € (%)	13.1	9.0	0.0	68.6	9.3
DE 249,40 A 299,27 € (%)	15.0	9.4	0.5	65.3	9.8
DE 299,28 A 399,03 € (%)	16.2	9.7	0.3	64.0	9.8
DE 399,04 A 498,79 € (%)	14.5	10.1	0.5	65.3	9.6
DE 498,80 A 598,55 € (%)	14.1	10.3	0.6	65.8	9.2
598,56 E MAIS € (%)	12.8	10.4	1.2	63.3	12.3
TOTAL (%)	18.3	11.4	0.5	58.1	11.7

Tabela 118. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A estrutura de encargos de portugueses e de estrangeiros mostra que 55% dos portugueses não têm encargos com a aquisição de habitação, enquanto que o valor correspondente dos estrangeiros é de 35.5%:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
SEM ENCARGOS	55.0	49.9	42.7	49.2	27.5	45.0	35.5
MENOS DE 59,86 €	2.7	1.5	1.5	0.0	2.0	1.7	1.8
DE 59,86 A 99,75 €	2.4	1.6	2.5	0.0	2.7	2.5	2.4
DE 99,76 A 149,63 €	2.7	1.1	2.0	0.0	2.5	1.3	2.1
DE 149,64 A 199,51 €	3.5	2.2	3.9	0.0	3.8	2.2	3.3
DE 199,52 A 249,39 €	4.4	3.8	4.2	0.0	6.3	4.2	5.3
DE 249,40 A 299,27 €	5.4	6.2	6.2	6.0	8.5	6.4	7.6
DE 299,28 A 399,03 €	10.5	13.7	13.2	9.0	17.2	13.1	15.6
DE 399,04 A 498,79 €	6.2	8.9	9.9	10.4	12.6	9.2	11.2
DE 498,80 A 598,55 €	3.1	4.7	5.5	6.0	6.9	4.8	6.1
598,56 E MAIS €	4.1	6.4	8.4	19.4	10.0	9.6	9.1

Tabela 119. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por

existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora se verifique que o escalão de 299.29 a 399.03 euros é o mais representativo na estrutura de encargos quer de portugueses (10.5%) quer de estrangeiros (15.6%), seguido do escalão de 399.04 a 498.79 euros (que assume um peso de 6.2% na estrutura de encargos dos portugueses e de 11.2% na dos estrangeiros), os escalões mais elevados assumem um maior peso para os estrangeiros do que para os portugueses (conforme já se tinha analisado).

O grupo dos imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa é aquele em que há maior percentagem de pessoas que suportam encargos com a aquisição de habitação (72.5% do total deste grupo), sendo os imigrantes da União Europeia e dos países de leste os grupos em que há mais gente sem encargos com a aquisição (respectivamente 49.9 e 49.2% dos respectivos grupos).

Relativamente à distribuição dos encargos, quando eles existem, entre os diferentes grupos populacionais, as diferenças observadas foram as seguintes:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
MENOS DE 59,86 €	6.0	3.0	2.5	0.0	2.9	3.1	2.9
DE 59,86 A 99,75 €	5.4	3.2	4.4	0.0	3.7	4.5	3.8
DE 99,76 A 149,63 €	5.9	2.2	3.5	0.0	3.5	2.4	3.2
DE 149,64 A 199,51 €	7.8	4.4	6.7	0.0	5.3	4.0	5.2
DE 199,52 A 249,39 €	9.8	7.6	7.4	0.0	8.6	7.7	8.2
DE 249,40 A 299,27 €	12.1	12.3	10.9	11.8	11.7	11.6	11.7
DE 299,28 A 399,03 €	23.4	27.4	23.1	17.6	23.7	23.8	24.1
DE 399,04 A 498,79 €	13.9	17.7	17.2	20.6	17.3	16.7	17.3
DE 498,80 A 598,55 €	6.8	9.4	9.6	11.8	9.5	8.7	9.4
598,56 E MAIS €	9.0	12.8	14.6	38.2	13.8	17.5	14.2

Tabela 120. Repartição percentual dos alojamentos (em que existem encargos com a respectiva aquisição) de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por escalões de encargos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os países de leste exibem uma estrutura de encargos diferente da dos outros grupos de imigrantes. Assim, 38.2% situam-se nos escalões mais elevados (598.56 e mais euros), situando-se 20.6% no escalão de 399.04 a 498.79 euros, 17.6% no escalão de 299.28 a 399.03 euros, e 11.8% nos escalões de 498.8 a 598.55 euros e 249.4 a 299.27 euros. Relativamente aos restantes grupos de imigrantes não existem diferenças significativas em termos da repartição da população pelos respectivos escalões de encargos.

3.7.12. ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO DOS ALOJAMENTOS

Os valores referentes aos escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros são os que se mostram seguidamente:

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
MENOS DE 14,96 €	23903	283	24186
DE 14,96 A 24,93 €	15919	249	16168
DE 24,94 A 34,91 €	15773	222	15995
DE 34,92 A 59,85 €	16839	297	17136
DE 59,86 A 99,75 €	12577	287	12864
DE 99,76 A 149,63 €	9484	353	9837
DE 149,64 A 199,51 €	7862	365	8227
DE 199,52 A 249,39 €	6430	364	6794
DE 249,40 A 299,27 €	5678	618	6296
DE 299,28 A 399,03 €	7632	1098	8730
DE 399,04 A 498,79 €	1949	469	2418
498,80 E MAIS €	1122	430	1552
TOTAL	125168	5035	130203

Tabela 121. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As diferenças entre estrangeiros e portugueses a nível dos escalões de arrendamento são ainda mais significativas do que as próprias diferenças que já tinham sido detectadas nos encargos com a aquisição. Assim, e embora em termos médios para todos os escalões a repartição corresponda a 96.1% de portugueses e a 3.9% de estrangeiros, nos escalões de renda mais baixos (até 149.63 euros), os imigrantes estão proporcionalmente pior representados do que nos escalões de rendas superiores. Isto é, a partir de rendas da ordem dos 199.52 euros ou superiores e à medida que aumentam estes mesmos escalões assiste-se a um aumento muito grande das percentagens a cargo dos imigrantes: de 199.52 a 249.39 euros os estrangeiros representam 5.4% e nos escalões de 249.4 a 299.27 euros, de 299.28 a 399.03 euros, de 399.04 a 498.79 euros e de 498.8 euros e mais

as percentagens que cabem aos estrangeiros são, crescentes a uma taxa crescente, respectivamente, de 9.8%, 12.6%, 19.4%, e 27.7%.

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
MENOS DE 14,96 € (%)	98.8	1.2
DE 14,96 A 24,93 € (%)	98.5	1.5
DE 24,94 A 34,91 € (%)	98.6	1.4
DE 34,92 A 59,85 € (%)	98.3	1.7
DE 59,86 A 99,75 € (%)	97.8	2.2
DE 99,76 A 149,63 € (%)	96.4	3.6
DE 149,64 A 199,51 € (%)	95.6	4.4
DE 199,52 A 249,39 € (%)	94.6	5.4
DE 249,40 A 299,27 € (%)	90.2	9.8
DE 299,28 A 399,03 € (%)	87.4	12.6
DE 399,04 A 498,79 € (%)	80.6	19.4
498,80 E MAIS € (%)	72.3	27.7
TOTAL (%)	96.1	3.9

Tabela 122. Repartição percentual dos escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise centrada exclusivamente nos alojamentos arrendados de estrangeiros mostra a seguinte repartição dos escalões de arrendamento entre os diversos grupos [Anexos 22 e 22*]:

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
MENOS DE 14,96 €	86	38	14	140	5	283
DE 14,96 A 24,93 €	92	30	27	94	6	249
DE 24,94 A 34,91 €	27	36	0	143	16	222
DE 34,92 A 59,85 €	51	50	3	168	25	297
DE 59,86 A 99,75 €	39	34	2	198	14	287
DE 99,76 A 149,63 €	65	44	25	193	26	353
DE 149,64 A 199,51 €	54	47	17	215	32	365
DE 199,52 A 249,39 €	53	58	18	196	39	364
DE 249,40 A 299,27 €	82	106	16	314	100	618
DE 299,28 A 399,03 €	241	199	27	508	123	1098
DE 399,04 A 498,79 €	135	97	18	161	58	469
498,80 E MAIS €	205	72	18	84	51	430
TOTAL	1130	811	185	2414	495	5035

Tabela 123. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É interessante constatar que, embora para os dois primeiros escalões de arrendamento (menos de 14.96 euros e de 14.96 a 24.93 euros) a representatividade dos imigrantes da União Europeia seja elevada (respectivamente 30.4% e 37% de cada um destes escalões), a partir desse montante o seu peso percentual reduz-se, e volta a aumentar nos dois escalões mais elevados). Este último facto é também visível a nível dos imigrantes de outros países estrangeiros, que apresentam tendência de reforço da sua representatividade à medida que aumentam os escalões de arrendamento. Já nos escalões intermédios de renda assiste-se a um aumento da percentagem a cargo dos imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa, que neles estão mais fortemente representados. O peso relativo dos brasileiros também aumenta, embora muito pouco, com o aumento dos escalões de renda (sendo mais notório nos escalões de 299.28 a 399.03 euros, e de 399.04 a 498.79 euros).

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
MENOS DE 14,96 € (%)	30.4	13.4	4.9	49.5	1.8
DE 14,96 A 24,93 € (%)	37.0	12.0	10.8	37.8	2.4
DE 24,94 A 34,91 € (%)	12.2	16.2	0.0	64.4	7.2
DE 34,92 A 59,85 € (%)	17.2	16.8	1.0	56.6	8.4
DE 59,86 A 99,75 € (%)	13.6	11.8	0.7	69.0	4.9
DE 99,76 A 149,63 € (%)	18.4	12.4	7.1	54.7	7.4
DE 149,64 A 199,51 € (%)	14.8	12.9	4.6	58.9	8.8
DE 199,52 A 249,39 € (%)	14.6	15.9	5.0	53.8	10.7
DE 249,40 A 299,27 € (%)	13.3	17.1	2.6	50.8	16.2
DE 299,28 A 399,03 € (%)	21.9	18.1	2.5	46.3	11.2
DE 399,04 A 498,79 € (%)	28.8	20.7	3.8	34.3	12.4
498,80 E MAIS € (%)	47.7	16.7	4.2	19.5	11.9
TOTAL (%)	22.5	16.1	3.7	47.9	9.8

Tabela 124. Repartição percentual por escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São elevadas as percentagens dos imigrantes que suportam escalões de arrendamento de montantes elevados, contrariamente ao que, em média, acontece com os portugueses. Assim, a maior percentagem de estrangeiros com encargos com o arrendamento ocorre para o escalão dos 299.28 a 399.03 euros (21.8% dos estrangeiros e 6.1% dos portugueses) seguido do escalão dos 249.4 aos 299.27 euros, (12.3% dos estrangeiros mas apenas 4.5% dos portugueses), do escalão dos

399.04 aos 498.79 euros (9.3% dos estrangeiros mas apenas 1.6% dos portugueses) e 498.8 euros e mais (que representa uma fatia de 8.5% dos encargos com o arrendamento de estrangeiros mas apenas 0.9% dos portugueses). O estudo dos encargos com o arrendamento de cada grupo de estrangeiros mostra, também, estas mesmas tendências:

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
MENOS DE 14,96 €	19.1	7.6	4.7	7.6	5.8	1.0	5.6
DE 14,96 A 24,93 €	12.7	8.1	3.7	14.6	3.9	1.2	5.0
DE 24,94 A 34,91 €	12.6	2.4	4.4	0.0	5.9	3.2	4.4
DE 34,92 A 59,85 €	13.5	4.5	6.2	1.6	7.0	5.1	5.9
DE 59,86 A 99,75 €	10.0	3.5	4.2	1.1	8.2	2.8	5.7
DE 99,76 A 149,63 €	7.6	5.8	5.4	13.5	8.0	5.3	7.0
DE 149,64 A 199,51 €	6.3	4.8	5.8	9.2	8.9	6.5	7.3
DE 199,52 A 249,39 €	5.1	4.7	7.1	9.7	8.1	7.9	7.2
DE 249,40 A 299,27 €	4.5	7.3	13.1	8.7	13.0	20.2	12.3
DE 299,28 A 399,03 €	6.1	21.3	24.5	14.6	21.0	24.8	21.8
DE 399,04 A 498,79 €	1.6	11.9	12.0	9.7	6.7	11.7	9.3
498,80 E MAIS €	0.9	18.1	8.9	9.7	3.5	10.3	8.5

Tabela 125. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por escalões de encargos com o arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para além da constatação de que a repartição pelos diferentes escalões de arrendamento da população portuguesa é completamente distinta da dos imigrantes, é de destacar o peso muito elevado que o escalão de renda dos 299.28 aos 399.03 assume em cada um dos grupos de imigrantes (24.8% no dos outros países estrangeiros, 24.5% no do Brasil, 21.3% no da União Europeia, 21% no dos países africanos de língua portuguesa, e 14.6% no dos países de leste). São os alojamentos dos imigrantes de leste aqueles em que os escalões mais baixos de arrendamento têm uma mais forte representatividade

3.8. CONCLUSÕES

Neste capítulo apresentou-se uma análise sistematizada das características demográficas, profissionais e habitacionais da população residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com grandes grupos de nacionalidades, e a respectiva evolução.

Recorreu-se ao tratamento estatístico e à representação gráfica, tendo-se estudado e analisado diversos cruzamentos de informação, tanto ao nível territorial do

concelho, como ao nível populacional dos principais grupos de estrangeiros, efectuando sempre análises comparativas entre as características homólogas destes grupos entre si e com os portugueses.

Os estudos efectuados permitem concluir que, à excepção do grupo de imigrantes provenientes dos países de leste, em que se detectaram situações habilitacionais, profissionais e de alojamento mais desfavoráveis, os estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, para além de se caracterizarem por elevados níveis de habilitações literárias (melhores ainda do que os valores médios homólogos registados para os portugueses), ocupam posições elevadas em termos profissionais (uma vez que os grupos profissionais que representam uma percentagem maioritária destes imigrantes são os de estatuto mais elevado).

Conclui-se, ainda, que em termos de infraestruturas e equipamentos, os alojamentos dos estrangeiros (à excepção dos dos países de leste) estão, em média, melhor posicionados que os dos próprios portugueses (em alguns aspectos são claramente superiores, como é o caso do aquecimento central).

Adicionalmente, os dados analisados e os resultados obtidos mostram que tem sido favorável aos imigrantes (em geral) a evolução ocorrida, no sentido da sua progressiva aproximação das condições de vida dos portugueses.

Detecta-se que é bom o posicionamento dos imigrantes relativamente aos portugueses em termos de acesso às oportunidades em praticamente todas as variáveis estudadas. Estes padrões de igualdade de oportunidades dos estrangeiros relativamente aos portugueses são patentes a níveis tão diversos como a formação educativa e profissional, acesso aos empregos, respectiva localização, e situação profissional. Também, em termos médios, os alojamentos dos estrangeiros estão bem servidos de infra-estruturas e equipamentos, em alguns casos atingindo níveis superiores aos alojamentos dos portugueses.

Para além de revelarem a boa situação dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, os estudos efectuados mostram, em termos específicos que, dentro dos vários grupos de estrangeiros, os provenientes de países de leste revelam uma situação mais precária em grande parte dos aspectos analisados, mostrando-se em clara inferioridade relativamente aos seus congéneres e aos portugueses.

Estas análises revelam, também, os elevados níveis de encargos com a aquisição e/ou o arrendamento habitacional dos estrangeiros, em clara desvantagem

relativamente aos portugueses, já que o sistema de acesso à habitação e o tempo de permanência no nosso país lhes exige taxas de esforço muito superiores.

Este capítulo permitiu, assim, a caracterização, tão completa quanto possível, da situação profissional e habitacional da imigração na Área Metropolitana do Porto, contribuindo para o debate sobre esta problemática. Procuraram identificar-se situações de desigualdade, que merecem uma atenção específica por parte do planeamento urbano e dos poderes públicos e privados, para algumas situações de desigualdade a que os imigrantes de leste estão actualmente sujeitos, cuja evolução importa não só acompanhar, como ainda corrigir, no sentido da sua rápida superação.

Também se efectuou uma análise transversal para os diferentes concelhos, permitindo do mesmo modo a detecção de diferenças nos padrões profissionais e habitacionais entre eles, e chamando a atenção para necessidades pontuais de intervenção no sentido da superação de algumas desigualdades territoriais, e da implementação de determinadas medidas políticas, económicas, sociais e culturais, orientadas para a sua superação, assegurando a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, e elevando os seus níveis de qualidade de vida.

CAPÍTULO 4.
DESENVOLVIMENTO DOS MODELOS EXPLICATIVOS

Os modelos explicativos da localização habitacional e do emprego apresentados neste capítulo foram desenvolvidos recorrendo às metodologias matemáticas das Árvores de Decisão e das Redes Neurais, tendo-se desenvolvido algoritmos originais.

O tratamento estatístico foi efectuado tendo como suporte os softwares SPSS 13, Matlab 7 e Microsoft Excell 2003.

4.1. TESTES DE INDEPENDÊNCIA

4.1.1. TESTE DO χ^2

Com este teste pretende-se verificar se duas variáveis X e Y, qualitativas ou quantitativas, com modalidades X_1, X_2, \dots, X_r e Y_1, Y_2, \dots, Y_s , respectivamente são independentes (Dudewicz e Satya, 1988), isto é, se

$$P(X_i \cap Y_j) = P(X_i)P(Y_j), i = 1, \dots, r, j = 1, \dots, s$$

Assim:

Hipóteses:

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis não são independentes

Para um nível de significância α .

Dada uma amostra aleatória de tamanho n , considerem-se os seguintes elementos, para $i = 1, \dots, r$, e $j = 1, \dots, s$:

- n_{ij} : Frequência absoluta das modalidades X_i e Y_j
- $p_{i\cdot} = P(X_i)$: probabilidade de ocorrência da modalidade X_i
- $p_{\cdot j} = P(Y_j)$: probabilidade de ocorrência da modalidade Y_j
- $p_{ij} = P(X_i \cup Y_j)$: probabilidade de ocorrência simultânea das modalidades X_i e Y_j
- $n_{i\cdot}$: frequência absoluta da modalidade X_i , qualquer que seja a modalidade Y_j

- $n_{.j}$: frequência absoluta da modalidade Y_j , qualquer que seja a modalidade X_i

A hipótese H_0 é verdadeira se $p_{ij} = p_i \cdot p_{.j}$, para $i=1, \dots, r$ e $j=1, \dots, s$. Mas estes valores são, obviamente, desconhecidos. Logo, o teste irá consistir em comparar o estimador de p_{ij} , $\hat{p}_{ij} = \frac{n_{ij}}{n}$, com o estimador de $p_i \cdot p_{.j}$, $\hat{p}_i \cdot \hat{p}_{.j} = \frac{n_{i.}}{n} \cdot \frac{n_{.j}}{n}$ ou, equivalentemente, comparar n_{ij} com $n\hat{p}_i \cdot \hat{p}_{.j} = \frac{n_{i.} \cdot n_{.j}}{n}$.

Uma estatística de teste para o ensaio das hipóteses H_0 versus H_1 é:

$$Q = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{(n_{ij} - n\hat{p}_i \cdot \hat{p}_{.j})^2}{n\hat{p}_i \cdot \hat{p}_{.j}}$$

ou, equivalentemente,

$$\sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{n_{ij}^2}{n\hat{p}_i \cdot \hat{p}_{.j}} - n$$

e mostrar-se que, quando H_0 é verdadeira, então

$$Q \sim \chi^2_{(r-1)(s-1)}$$

sempre que $n \geq 30$ e $n\hat{p}_i \cdot \hat{p}_{.j} \geq 5$, para $i = 1, \dots, r$ e $j = 1, \dots, s$.

Deve rejeitar-se H_0 se o valor observado de Q for muito elevado, ou seja, a região crítica do teste é da forma $Q > a$, onde a verifica a condição $P(Q > a) = \alpha$. α designa-se por *nível de significância* do teste.

4.1.2. CONCELHO DE TRABALHO VERSUS CONCELHO DE RESIDÊNCIA

Neste projecto foi realizado um estudo sobre a correlação entre as variáveis:

X: Concelho de trabalho

Y: Concelho de residência

e ainda outro considerando as variáveis:

X': Concelho de trabalho pertencente à Área Metropolitana do Porto

Y': Concelho de residência pertencente à Área Metropolitana do Porto

As variáveis Y e Y' são idênticas já que neste trabalho apenas foram considerados os indivíduos residentes em concelhos da Área Metropolitana do Porto. No entanto, X e X' são diferentes, uma vez que de X são excluídos os indivíduos que, embora residam na Área Metropolitana do Porto, trabalham fora dessa área, e, por essa razão, $X \subset X'$.

Para ambos os casos recorreu-se ao software SPSS 13.0 para realizar o teste do χ^2 para o ensaio das hipóteses H_0 versus H_1 , considerando:

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis não são independentes

Para os dois testes realizados, tomando $\alpha = 0.05$, os resultados foram considerados como sendo estatisticamente significativos e em ambas as situações o resultado é: *rejeitar* H_0 . Este resultado significa que se deve aceitar H_1 , isto é, as variáveis X e Y são dependentes tal como acontece com as variáveis X' e Y'.

O segundo teste, considerando as variáveis X' e Y', foi realizado porque, embora o primeiro seja estatisticamente significativo, este não verificava todas as condições de aplicabilidade. Uma das condições impostas é o facto de que todas as modalidades tanto da variável X como da variável Y devem ter *valor esperado* superior a 5, ou seja, $E(X_i) > 5$ e $E(Y_j) > 5$. Contudo, como se estão a considerar alguns concelhos de trabalho fora da Área Metropolitana do Porto, a maioria destes apresenta uma quantidade insignificante de indivíduos, tornando o *valor esperado* de algumas modalidades inferior a 5. Considerando as variáveis X' e Y' a condição imposta já é verificada.

Efectuou-se, seguidamente, uma análise ao *coeficiente de correlação de Pearson*. Mais uma vez, em ambos os casos, os resultados foram considerados estatisticamente significativos pelo SPSS 13.0, apresentando como coeficiente de correlação entre X e Y o valor 0.146 e entre X' e Y' o valor 0.729.

Como se pode verificar, quando se consideram apenas os concelhos da Área Metropolitana do Porto, o grau de correlação entre o concelho de trabalho e o concelho de residência é bastante elevado, revelando a forte dependência das variáveis. No entanto, se se considerarem os concelhos de trabalho dos residentes

na Área Metropolitana do Porto, constata-se que, embora dependentes, estas variáveis apresentam um nível de correlação bastante inferior.

4.2. ÁRVORES DE DECISÃO

4.2.1. INTRODUÇÃO

Com base nos dados exaustivos relativos a todos os indivíduos e a todos os alojamentos da Área Metropolitana do Porto (sistemizados nas bases de dados já referidas), definiram-se diferentes classes para os imigrantes e construiu-se um classificador que permite, face a novos casos de imigrantes que venham a residir na Área Metropolitana do Porto, prevêr o concelho e a freguesia em que provavelmente se virão a localizar os seus alojamentos, bem como o seu trabalho. Os estudos efectuados em árvores de classificação hierárquica centraram-se a nível de concelho e a nível de freguesia nesta mesma Área Metropolitana.

4.2.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A terminologia das árvores é gráfica, embora, contrariamente às que existem na natureza, sejam desenvolvidas na descendente. A *raíz* é o nó que está no topo e os dados são passados pela árvore, tomando decisões em cada *nó* até se atingir um nó terminal (também designado por *folha*). Cada nó não terminal contém uma expressão de teste com resposta binária, e cada folha representa uma classe (Ripley, 1996).

Uma árvore de classificação pode, assim, ser visualizada como uma sequência de perguntas para as quais a resposta é sim ou não, acrescida de um determinado conjunto de respostas. Cada pergunta verifica se o classificador satisfaz ou não uma determinada condição e, dependendo da resposta, o classificador ou avança para uma nova pergunta ou atinge uma determinada resposta final.

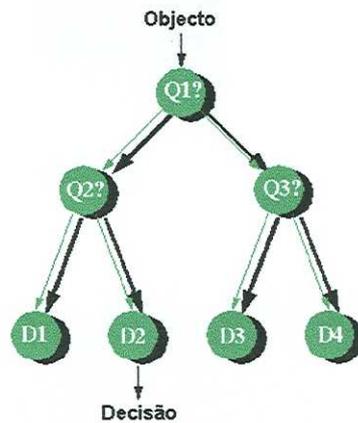


Figura 158. Estrutura de uma árvore de decisão

Deste modo, uma árvore de decisão divide o conjunto de observações (espaço \mathcal{X}) em sub-conjuntos que correspondem às folhas, uma vez que cada elemento do conjunto de observações será classificado de acordo com o rótulo da folha que atinge. Desta forma, uma árvore de decisão pode ser encarada como uma partição hierárquica do conjunto de observações \mathcal{X} .

Um método hierárquico produz uma família de partições do conjunto de dados observados \mathcal{X} , indexada por um parâmetro T que é designado por escala. A família de partições exhibe a seguinte propriedade: *se dois padrões x e y pertencerem a um mesmo agregado para uma escala T , então pertencem ao mesmo agregado para todas as escalas $T' > T$.*

Esta propriedade permite representar o processo de agrupamento por meio de uma árvore (*dendograma*) cujos nós estão associados a valores da escala T . As folhas do dendograma representam os padrões do conjunto de observações, e os nós representam conjuntos de padrões. Dois nós estão ligados numa escala T se os respectivos padrões passarem a pertencer a um mesmo agregado para todas as escalas $T' > T$. Esta propriedade permite representar o processo de agrupamento por meio de uma árvore. Num método hierárquico a partição final depende do valor escolhido para T . Se a escala for suficientemente grande, observa-se apenas um único nó que contém todos os padrões; se for suficientemente pequena cada padrão forma um agregado. Quando a escala T tende para infinito obtém-se um agregado único. Como T controla a escala com que os dados são analisados, torna-se necessário determinar a escala mais adequada ao problema.

Os métodos de classificação hierárquica dividem-se em métodos aglomerativos e *partitivos*. Nos métodos aglomerativos parte-se de um elevado número de agregados e procede-se a um processo de fusão de agregados controlado pelo

parâmetro T , que aumenta ao longo do processo de classificação. Neste caso, o dendograma é construído de forma ascendente. Neste estudo de caso vai usar-se o método partitivo de classificação hierárquica, em que se parte de um único agregado que é sucessivamente dividido à medida que o parâmetro T diminui, sendo por essa razão o dendograma construído de forma descendente.

O conceito de árvore de decisão passa por construir um classificador a partir de um conjunto de observações. Neste sentido, é usual fazer crescer a árvore partindo sucessivamente os nós. A construção da árvore é menos complexa quando há uma partição exacta do conjunto das observações \mathcal{X} , isto é, quando existe uma partição que classifica todas as observações correctamente. Nesta situação, seria necessário desenvolver a árvore continuamente até que cada observação seja classificada de modo correcto. Mas face ao problema que nos propusemos resolver, fazê-lo envolveria uma enorme complexidade, surgindo, então, duas possíveis estratégias: parar o crescimento da árvore prematuramente, ou podar a árvore depois de a construir.

O tipo de partição efectuada em cada nó pode afectar de forma decisiva o desempenho da árvore de decisão produzida.

O tratamento de características discretas, por seu turno, é diferente daquele que se aplica a características contínuas. Com efeito, a limitada cardinalidade deste tipo de características permite o cálculo de partições tendo em conta este facto e possibilitando, por vezes, um grande poder discriminante.

O teste mais vulgar é aquele que atribui a cada valor da característica em causa um ramo próprio. Este tipo de partição, embora permita extrair da característica todo o seu conteúdo informativo, tem como principal desvantagem a criação de um grande número de ramos, muitas vezes completamente desnecessários, o que implica a formação de árvores de dimensões frequentemente exageradas. Por outro lado, a avaliação da qualidade das partições é muitas vezes influenciada pelo número de subconjuntos a que estas conduzem, tornando bastante difícil a comparação de partições baseadas em características de cardinalidades muito diferentes. De facto, os métodos de avaliação da qualidade das partições efectuadas tendem, na sua maioria, a beneficiar as partições que conduzem a um maior número de sub-conjuntos. Neste projecto optou-se pela metodologia das características ordenadas. Uma característica ordenada é aquela que permite a definição de uma relação de ordem entre os seus possíveis valores. Quando as características são ordenadas, é possível a definição de testes binários do tipo

$x_n \leq C$ (em que x_n representa as variáveis e C é designado por valor de *cutt-off*) possibilitando assim a construção de árvores binárias. Para uma característica de cardinalidade N serão possíveis $N-1$ diferentes partições deste tipo, que se torna necessário testar de modo a garantir, de entre elas, a melhor escolha. Este método tem o inconveniente de, por vezes, não utilizar todas as capacidades de cada característica, proporcionando, no entanto, uma árvore bastante inteligível para o observador.

Quando se conclui estar na presença de uma folha da árvore de decisão, é necessário determinar qual a classe à qual deverá ficar associada. Existem duas aproximações distintas que podem ser adoptadas: a atribuição da classe mais provável (que visa a minimização do erro de classificação), ou a atribuição da classe que permite minimizar os custos de classificação.

Pode-se entender o custo de um erro a penalização imposta ao sistema no caso deste cometer um dado tipo de erro (isto é, de classificar erradamente uma dada observação). Se o objectivo subjacente à construção da árvore for o da minimização dos custos e não o da minimização do erro, então torna-se necessário definir as penalizações a atribuir. Vamos, então, supôr que pretendemos atribuir custos a diferentes classificações erradas. Neste caso, considere-se C_{ij} o custo de classificar erradamente as observações da classe i como sendo da classe j . Uma metodologia possível consiste em considerar que a construção da árvore apenas modela as probabilidades à posteriori $p(x/k)$, e que os custos devem ser usados para escolher a classificação em cada nó. Neste caso, a atribuição de custos distintos indica que para algumas classes é preferível a atribuição de custos diferentes dos atribuídos a outras classes.

Considere-se o melhor procedimento conhecido para a poda de uma árvore. Seja $R(T)$ uma medida de uma árvore calculada a partir do somatório das contribuições das folhas. Um candidato óbvio a sair da árvore é o número de classificações erradas do conjunto de observações. Considerando o tamanho de uma árvore como o número respectivo de folhas, então uma sub-árvore de T é uma árvore com raíz num nó de T . A sub-árvore T_0 da árvore T que minimiza a expressão $R_\alpha(T_0) = R(T_0) + \alpha \text{size}(T_0)$ (onde $\text{size}(T_0)$ representa o tamanho da árvore), designa-se por árvore de custo mínimo.

4.2.3. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO

Para a construção das árvores de classificação foi desenvolvido um algoritmo (anexo 29), tendo sido utilizado o software MATLAB. Expõe-se seguidamente o procedimento adoptado:

- Utilizando a instrução *xlsread*, este algoritmo começa por importar a informação de um ficheiro de dados, e cria uma matriz *data* de valores (que vai gerar o classificador), e um vector *class* (com a informação relativa às classes de dados).
- Construiu-se a árvore de classificação que se adequa aos dados de entrada, usando a função *treefit* com o parâmetro *classification*. Uma vez que todas as variáveis são categóricas, É necessário especificar que todas as colunas são variáveis categóricas (atendendo a que o procedimento seria diferente caso se estivessem a utilizar variáveis quantitativas), sendo para isso usado o parâmetro *catid* (Demuth e Beale, 2000).
- Perante a árvore construída, com tantos ramos quantos os considerados necessários pelo classificador, coloca-se o problema: a árvore pode classificar correctamente o conjunto de dados mas não ser eficaz na classificação de novos valores. Alguns dos seus ramos mais baixos podem ser fortemente afectados por *outliers* e/ou por outros factores anómalos presentes nos dados. Então, sempre que possível, é preferível encontrar uma árvore mais simples, evitando assim o problema de *overfitting*. Pode estimar-se, então, o tamanho ideal da árvore a construir utilizando o método da validação cruzada (*cross-validation*). Nesse sentido, começa-se por calcular uma estimativa do erro de classificação utilizando o método de *resubstituição* para a árvore em causa e para uma sequência de árvores mais simples, através da execução da função *treetest* com o parâmetro *crossvalidate*.
- Esta estimativa assim obtida provavelmente subestima a verdadeira grandeza do erro. Calcula-se, então, uma estimativa através do método de validação cruzada considerando a mesma quantidade de informação (os resultados obtidos estão representados a tracejado na figura correspondente). O método da validação-cruzada fornece, também, uma estimativa do melhor nível de poda (*pruning*), necessário para alcançar o tamanho ideal da árvore. Para

efectuar este procedimento utiliza-se a função *treeprune* e define-se o nível de poda usando o argumento *level*.

- Para tomarmos conhecimento do processo de classificação, representamos graficamente a estrutura da árvore de decisão de custo mínimo recorrendo à instrução *treedisp*.
- Por fim, o algoritmo pede a informação relativa a um novo indivíduo, classifica-o e fornece a resposta.
- O algoritmo apresenta o desenvolvimento descrito em duplicado. A primeira parte constrói uma árvore de decisão que classifica os novos imigrantes de acordo com a sua informação pessoal e aponta o local de residência que considera mais adequado. A segunda parte é análoga, e desenha a árvore de decisão que se ajusta às características profissionais, indicando, face a essa informação e ao local de residência, o local de trabalho mais provável.

Numa perspectiva sequencial, a primeira fase do processo decide qual o local de residência mais adequado para um novo imigrante e usa essa decisão na segunda fase, que escolhe o local de trabalho tendo conhecimento prévio do local de residência. Este procedimento faz sentido, uma vez que, conforme foi visto anteriormente, as variáveis são correlacionadas.

4.2.4. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO

Neste projecto pretende-se ajustar uma árvore de classificação às variáveis da base de dados que foi construída. Note-se que neste caso todas as variáveis são discretas.

Numa primeira fase deste estudo procuram modelar-se as variáveis *Concelho de Residência e Freguesia de Residência* em função das variáveis *País de Origem, Situação perante o Emprego, Sector de Actividade Económica, Situação Profissional, Grupo Profissional e Designação Profissional*. Atendendo a que todas as variáveis são categóricas, a todas as observações do conjunto de dados foi atribuído um número que identifica os diversos valores que as variáveis podem tomar.

Utilizou-se o algoritmo descrito anteriormente no sentido da determinação do *Concelho de Residência* mais provável para um novo estrangeiro que chega à Área Metropolitana do Porto, de acordo com as suas características e perspectivas profissionais.

A primeira informação fornecida pelo programa refere-se ao tamanho da árvore de custo mínimo. O gráfico seguinte apresenta o número de folhas de uma sucessão de árvores, e os custos respectivos. Apresenta-se, também, a tracejado, o resultado do método de validação cruzada.

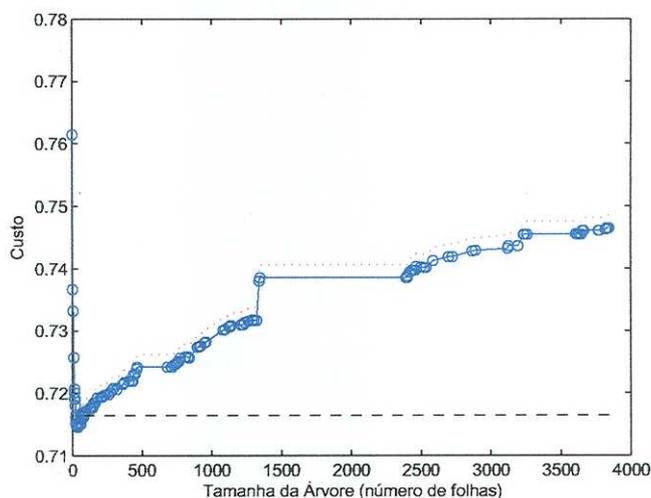


Figura 159. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de residência

Após a escolha do tamanho ideal da árvore, o programa desenha a árvore de decisão de custo mínimo. Na figura 160 está representada a árvore de decisão para prevêr o *Concelho de Residência* de um novo imigrante, a partir das suas características.

Conforme se pode constatar, uma das características fundamentais é o *Grupo Profissional*, uma vez que depende desta variável a primeira divisão dos dados. Outra característica importante é o *País de Origem*, visto que aparece várias vezes como critério de divisão. Isto já era, aliás, de esperar, uma vez que a etnia tem tendência para agrupar os imigrantes. O *Sector de Actividade Económica* revela-se, também, uma condição importante no processo de decisão.

Uma vez construída a árvore torna-se, então, possível, a classificação de um novo imigrante (ou grupo de imigrantes). Suponha-se que chegava à Área Metropolitana do Porto um indivíduo com as seguintes características (de acordo com as notações do Instituto Nacional de Estatística): nacionalidade brasileira (País de origem: 508), empregado (Situação face ao Emprego: 1), trabalhador por conta de outrém (Situação Profissional: 3), usualmente trabalha para famílias com empregados domésticos (Sector de Actividade Económica: 95), trabalhador não

- O valor que corresponde ao *País de Origem* é superior a 368, o que significa que se prossegue pelo ramo da direita.
- Continua-se em trajetória descendente na árvore, até chegar a um nó terminal que indica a classe mais apropriada para o indivíduo a ser classificado. Neste caso, mais uma vez, o *País de Origem* é superior a 486, pelo que se segue pelo ramo da direita até chegar à folha que indica que o imigrante irá escolher o concelho do Porto (com muito elevada probabilidade).

Outro estudo interessante consiste na construção de uma árvore análoga que seja mais específica em termos de localização, isto é, que classifique um indivíduo quanto à *Freguesia de Residência* que vai escolher. Este estudo foi realizado, apresentando uma árvore de decisão bastante mais desenvolvida, conforme é indicado na figura seguinte:

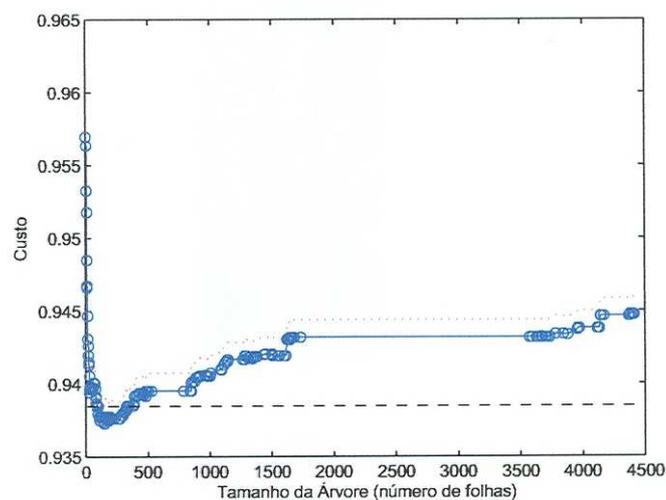


Figura 161. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar a freguesia de residência

A complexidade desta árvore obriga a representá-la recorrendo às sub-árvores apresentadas nas três figuras seguintes:

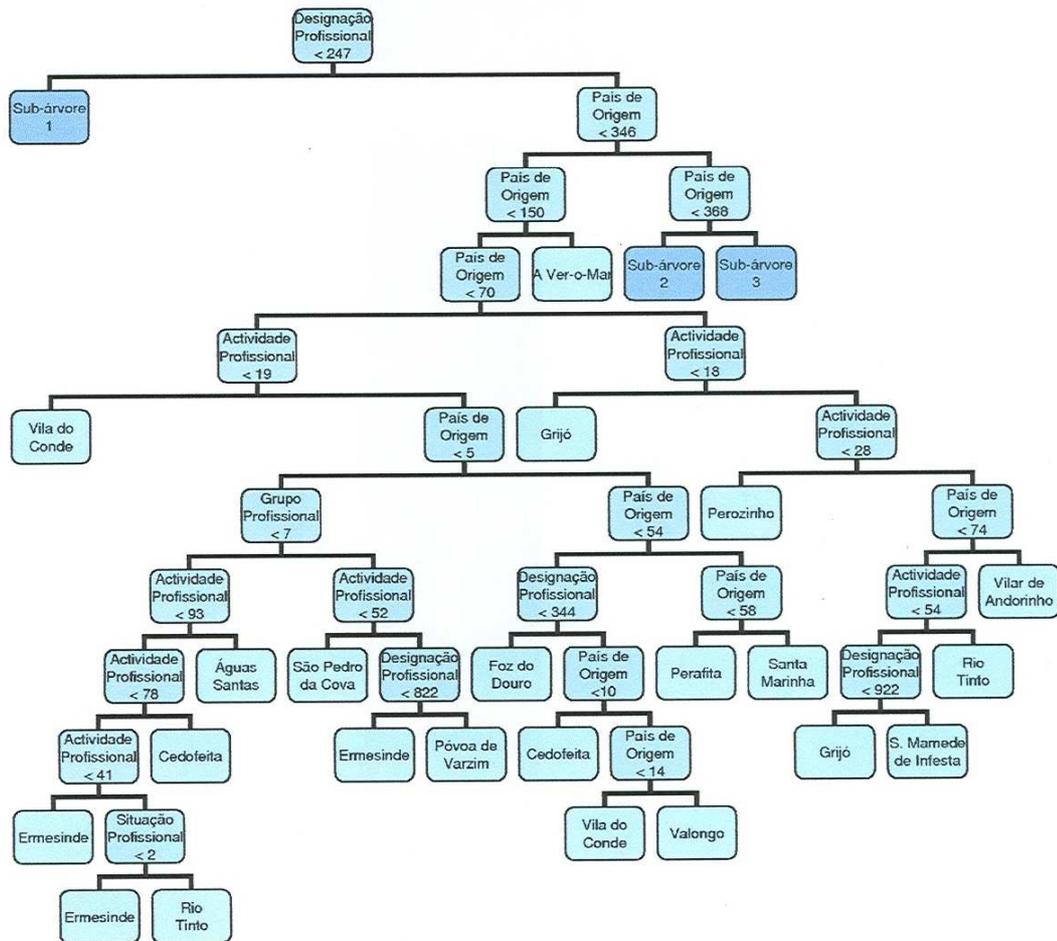


Figura 162. Árvore de decisão para classificar a freguesia de residência

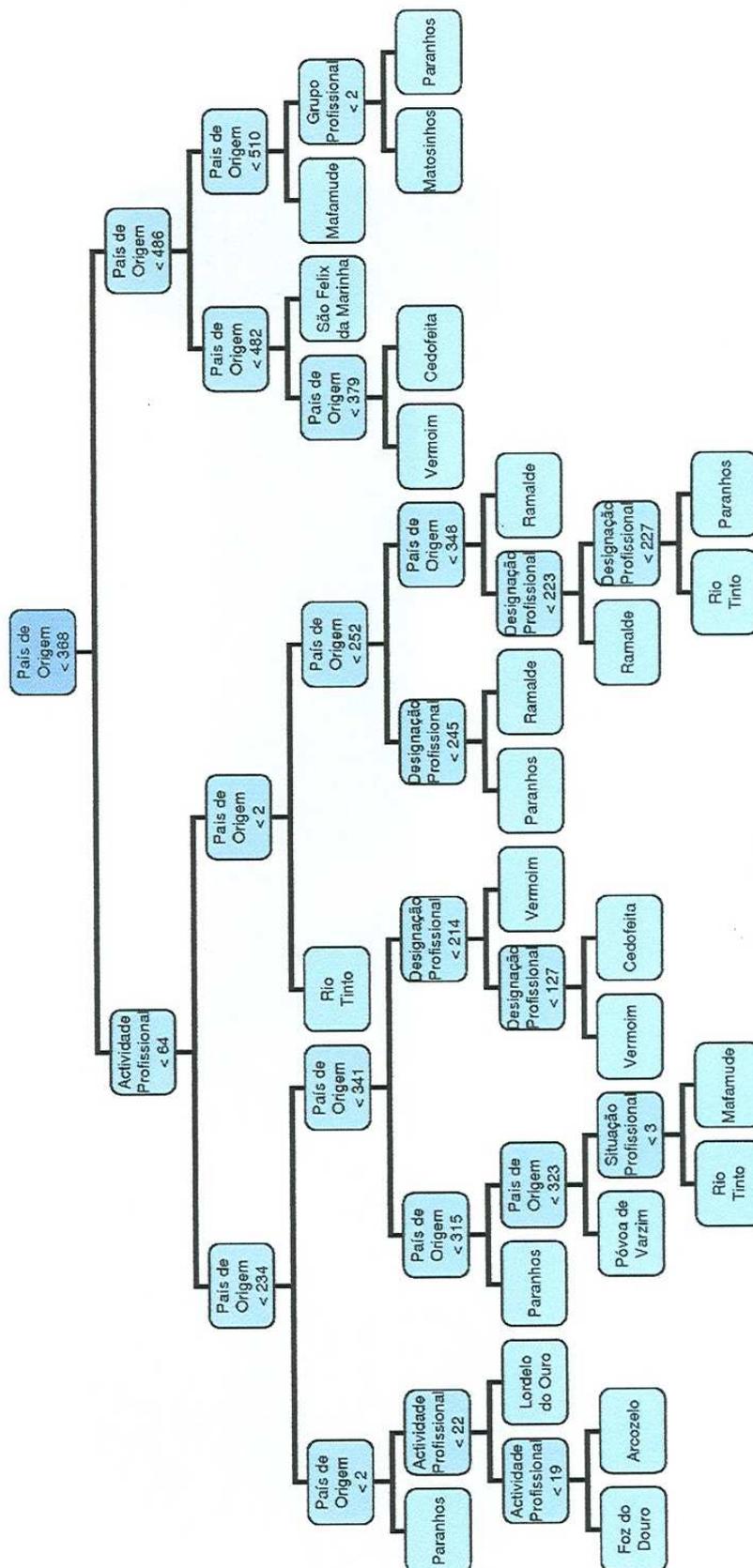


Figura 163. Sub-árvore de decisão 1

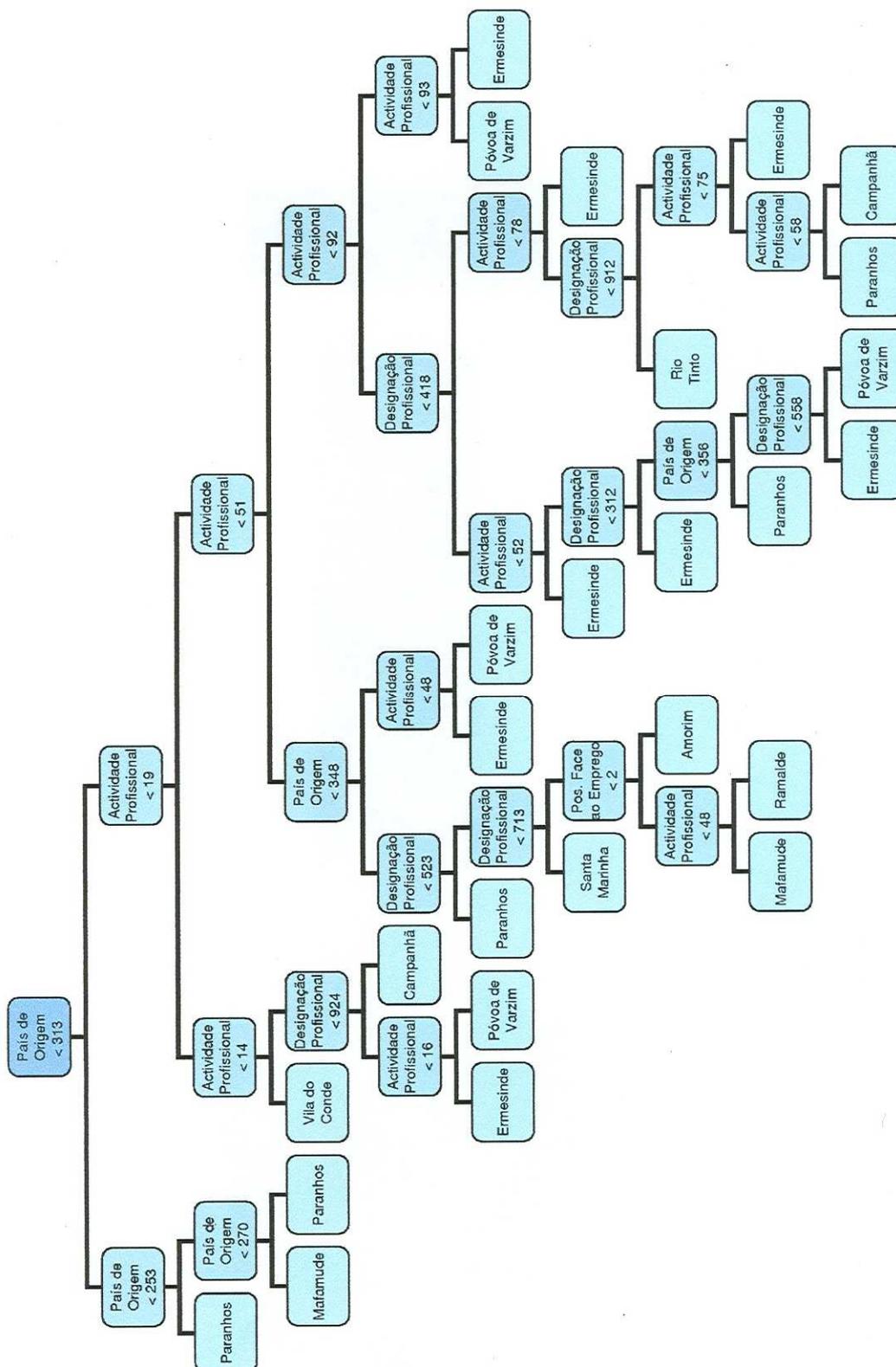


Figura 164. Sub-árvore de decisão 2

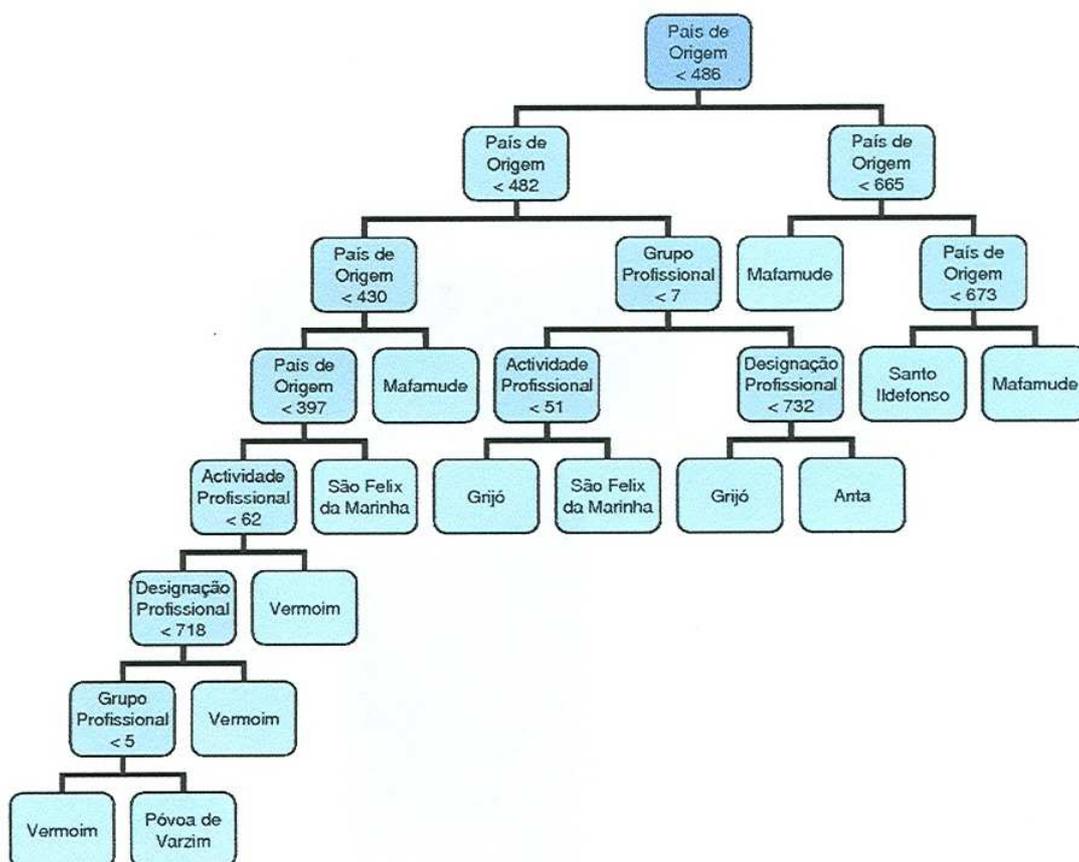


Figura 165. Sub-árvore de decisão 3

O processo de decisão é semelhante ao anterior. Neste caso, pode-se verificar que as características mais relevantes são a *Designação Profissional*, o *País de Origem* e o *Sector de Actividade Económica*. Nota-se, também, que as freguesias eleitas pertencem aos concelhos da árvore representada na figura 160. Para além disso, como a árvore a nível de freguesia apresenta um nível de desenvolvimento superior, podem-se encontrar outras freguesias pertencentes a concelhos que não estão contemplados nesta mesma árvore da figura 160.

Quanto ao cidadão brasileiro considerado no exemplo anterior, ele irá, segundo a árvore de classificação a nível de freguesia, para Ramalde, que é uma freguesia do concelho do Porto.

Seguindo a mesma metodologia, e utilizando agora a informação relativa ao local de trabalho, construiu-se uma árvore de decisão que classifica o *Concelho de Trabalho* a partir do *Concelho* ou da *Freguesia de Residência*, *País de Origem* e *Situação face ao Emprego*.

Quando se pretende classificar um novo imigrante quanto ao local de trabalho, à partida é necessário conhecer o seu local de residência. Esta informação é fornecida pelo algoritmo anterior, de classificação do local de residência, que vai ser utilizado no sentido de se encontrar o local de trabalho.

Na figura seguinte apresenta-se, mais uma vez, uma sucessão de árvores e os seus respectivos custos:

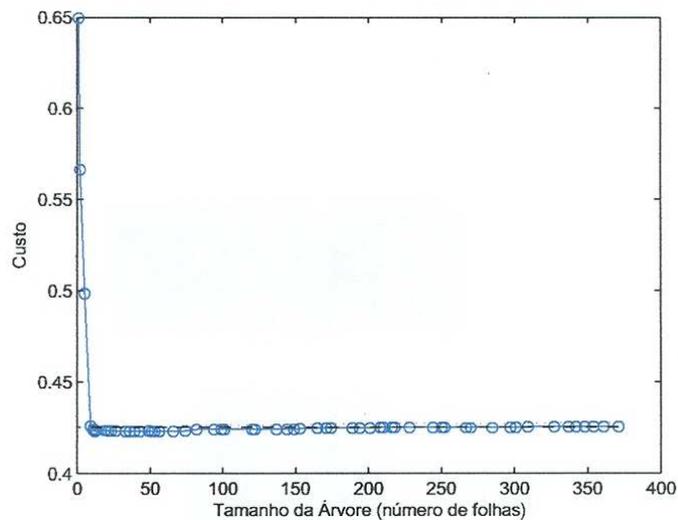


Figura 166. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência

Na figura seguinte está representada a árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência. A característica considerada como sendo mais significativa na divisão das classes é o *Concelho de Residência*. Este facto faz sentido uma vez que, como foi observado anteriormente, as variáveis são dependentes.

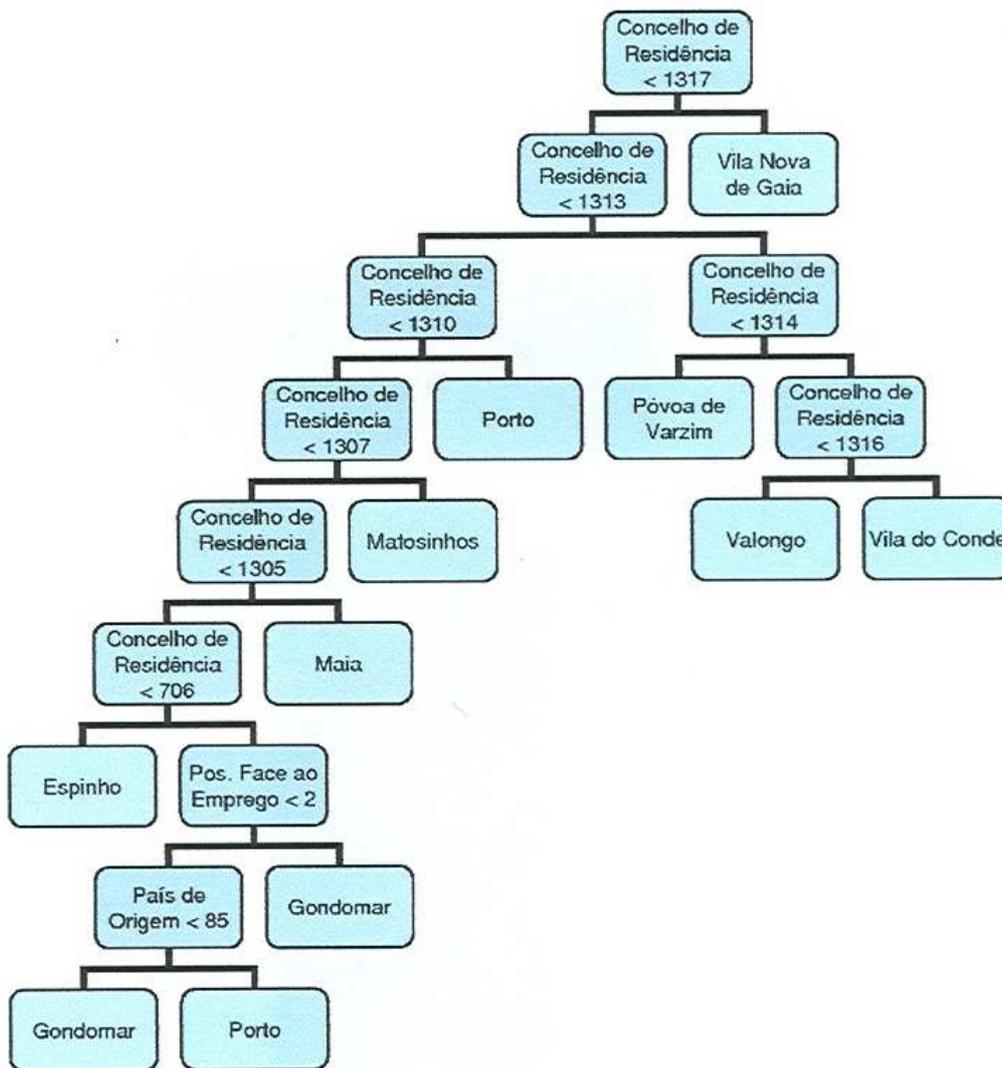


Figura 167. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência

Voltando ao exemplo do cidadão de origem brasileira (País de Origem: 508), residente no Porto (Concelho de Residência: 1312) e empregado (Situação face ao Emprego: 1), pode-se prevêr, utilizando a árvore da figura 167, o *Concelho de Trabalho* mais provável.

Começando pela raiz da árvore, é o seguinte o percurso a percorrer:

- Como o *Concelho de Residência* é inferior a 1317, então segue-se pelo ramo da esquerda.
- Mais uma vez, como o *Concelho de Residência* é inferior a 1313, continua-se pelo ramo da esquerda.

- Como agora o *Concelho de Residência* é superior a 1310, vira-se à direita, atingindo, deste modo, uma folha.
- Conclui-se, então, que é elevada a probabilidade do imigrante conseguir um emprego no concelho do Porto.

Efectuando um estudo similar, mas agora considerando a *Freguesia de Residência*, construiu-se uma árvore de decisão de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência. Na figura seguinte calculam-se, mais uma vez, uma sucessão de árvores e respectivos custos.

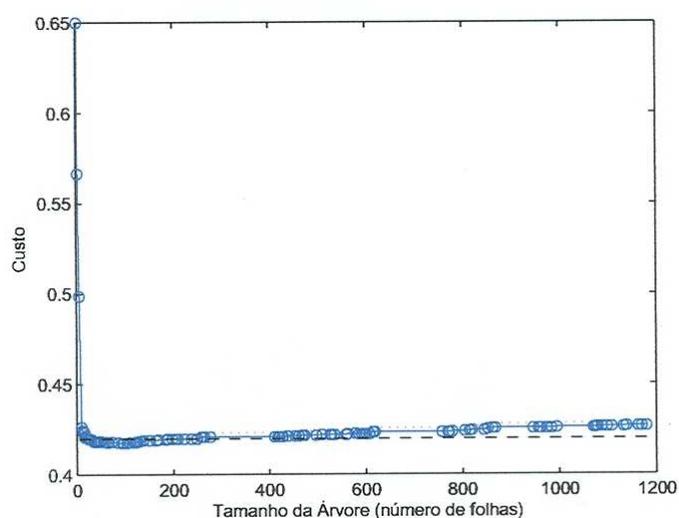


Figura 168. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência.

A árvore de custo mínimo é apresentada na figura seguinte, e revela-se mais complexa e pormenorizada do que a anterior. Também neste caso a característica eleita como mais significativa é a *Freguesia de Residência*, o que se percebe face à dependência das variáveis.

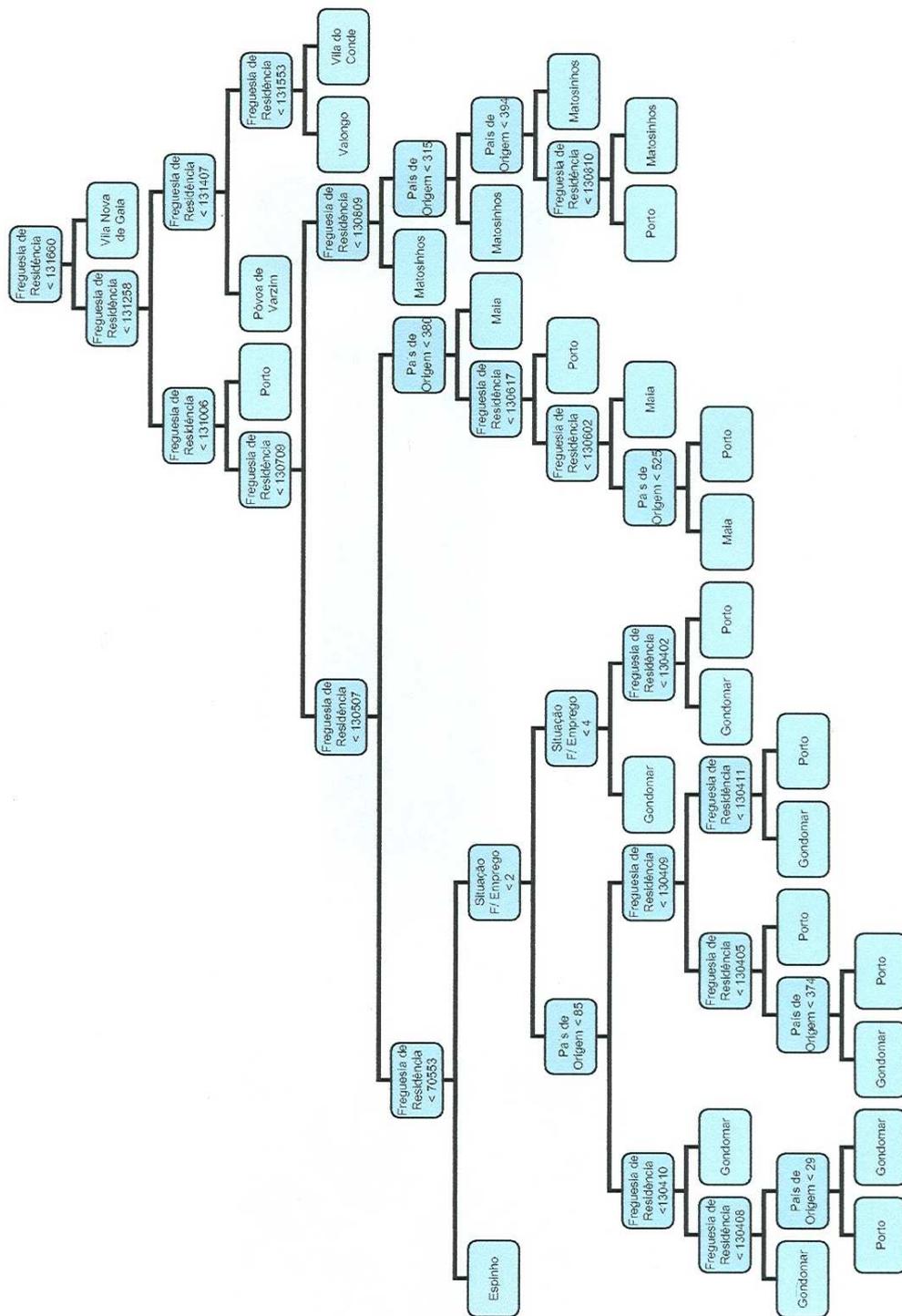


Figura 169. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência

Recorrendo, mais uma vez, ao cidadão brasileiro, utilize-se a árvore da figura 4.12 para o classificar, considerando a freguesia de Ramalde como sendo a Freguesia de Residência. Seguindo as ramificações da árvore verifica-se, mais uma vez, que

este indivíduo terá maior probabilidade de emprego no concelho do *Porto*, revelando-se este resultado coerente com a classificação anterior.

4.3. REDES NEURONAIS

As redes neuronais artificiais são constituídas por elementos de processamento simples interligados, com capacidade de aprendizagem a partir dos dados. Apesar da simplicidade de cada unidade de processamento, a utilização de um número elevado de unidades interligadas permite a execução, muitas vezes surpreendente, de tarefas complexas (Marques, 1999).

4.3.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A utilização de redes neuronais para a extracção de características tem sido apresentada como uma forma de aumentar o desempenho das árvores de decisão. O uso de pequenas redes neuronais nos nós de decisão é apresentado como uma forma de produzir árvores com uma menor taxa de erro e menores dimensões, quando comparadas com as obtidas pelos processos convencionais, embora implicando um tempo de treino mais alargado. Esta aproximação revela-se interessante também do ponto de vista das redes neuronais, pois podendo a árvore de decisão ser encarada como uma rede neuronal estruturada, tenta contornar o problema do treino e interpretação das complexas e não estruturadas redes tradicionais.

O perceptrão é uma rede constituída por várias unidades interligadas. Frequentemente, as unidades estão organizadas em camadas. Assim, as entradas das unidades de uma camada são saídas das unidades da camada anterior. Cada unidade é descrita através do modelo de McCulloch e Pitts com função de activação binária ou contínua. Quando a rede é constituída por uma única camada, é designada por *perceptrão simples*, e quando tem várias camadas é designada por *perceptrão de multicamada* (Hush e Horne, 1993).

Chama-se arquitectura da rede `informação sobre o número de nós de cada camada e as suas ligações. De uma forma abreviada indica-se, por vezes, apenas o número de entradas e o número de nós de cada camada. Esta descrição não é completa, pois não define as ligações existentes, embora forneça uma indicação sobre as dimensões da rede.

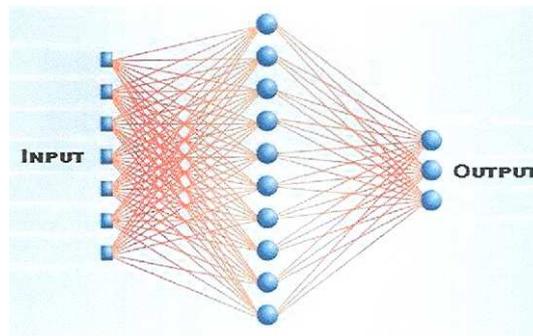


Figura 170. Arquitectura de uma rede neuronal

Do ponto de vista matemático, o perceptrão é uma aplicação não linear $T_w : \mathfrak{R}^p \times \mathfrak{R}^n \rightarrow [0,1]^m$, que transforma um vector de pesos $w \in \mathfrak{R}^p$ e um vector de entrada $x \in \mathfrak{R}^n$ num vector de saída $y = T_m(x)$, $y \in \mathfrak{R}^m$. A arquitectura da rede define, de uma forma cómoda, a classe de funções T_m .

A aprendizagem de uma rede neuronal envolve duas fases: a escolha da arquitectura e o cálculo dos pesos. A primeira requer a definição do número de camadas, do número de unidades por camada, e das ligações. Esta operação é feita usualmente de forma não automática, com base em critérios heurísticos e na experiência passada do utilizador.

O perceptrão simples é uma rede com uma única camada. Cada peso só influencia uma única saída. Por isso, o treino de cada unidade é feito de forma independente.

Considere-se uma rede com saídas binárias. Cada unidade da rede realiza uma operação de classificação ao associar um valor binário a cada vector de entrada. Importa analisar que tipo de classificação se pode realizar com uma única unidade.

A superfície de decisão é definida por $s = 0$, ou seja, $\omega^T \tilde{x} = 0$, que é a equação de um hiperplano no espaço \mathfrak{R}^n dos dados de entrada. Como já foi referido, esta propriedade restringe o tipo de classificação que o perceptrão consegue realizar.

É possível obter superfícies de decisão mais gerais, usando perceptrões simples. Os dados devem ser transformados previamente por uma aplicação não linear $g : \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}^{n'}$, sendo depois classificados pelo perceptrão. A escolha da transformação g é feita de forma heurística, por exemplo, usando uma rede com pesos aleatórios ou transformando os dados com base num conjunto de funções linearmente independentes (por exemplo, funções polinomiais).

Outra rede capaz de aproximar funções não lineares $T: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}^m$ é a *Rede de Funções de Base Radiais* (Moody e Darken, 1989; Poggio e Girosi, 1990). As redes de funções de base radiais têm um treino mais rápido do que o perceptrão e permitem interpretar a contribuição de cada unidade para o comportamento global da rede, pois cada unidade só é activa numa zona limitada do espaço de entrada. A rede de funções de base radiais é constituída por uma camada escondida, com funções de activação locais em \mathfrak{R}^n , ligada a uma camada de saída linear.

A saída de cada unidade escondida é definida por $\tilde{y}_k = B_k(x)$, em que $B_k: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}$ é uma função que depende apenas da distância de x a um vector $\mu_k \in \mathfrak{R}^n$, sendo por isso chamada função de *base radial*.

As saídas da rede são somas ponderadas das funções de base $B_k(x)$. As redes de funções de base radiais permitem aproximar qualquer função contínua $T: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}^m$, com precisão tão elevada quanto desejada.

O treino da rede é habitualmente feito em dois passos. No primeiro estimam-se os parâmetros das unidades escondidas, e no segundo calculam-se os pesos das unidades lineares de saída. Esta separação torna o treino mais rápido do que se fosse feito de forma conjunta. A estimação dos parâmetros é feita através da classificação dos dados de treino de forma não supervisionada.

4.3.2. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO

O procedimento adoptado para a construção de um sistema de redes neuronais é descrito seguidamente. Tal como o algoritmo da secção anterior, este algoritmo importa a informação de um ficheiro de dados e separa a coluna com a informação relativa às classes dos restantes dados (Anexo 30). Então, usando a função *ind2vec* do MATLAB, constrói-se uma matriz *data* com certas propriedades, que se adequa aos dados de entrada.

A matriz *data* tem a particularidade de ter como dimensões o número de classes por número de observações. Além disso, esta matriz é constituída por 1 na posição $data_{ij}$ quando a observação j pertence à classe i , e por 0 nas restantes linhas dessa coluna. Também aqui é necessário ter em atenção que as variáveis utilizadas são categóricas.

Usando a instrução *newppn* constrói-se a rede neuronal que se ajusta aos dados de entrada. Após o desenho da rede e face a um novo indivíduo, utiliza-se a função *sim* para realizar uma simulação, e assim encontrar a situação mais adequada. Por último, efectua-se o inverso do processo inicial. Utiliza-se a instrução *vec2ind* de modo a encontrar a classe mais provável à qual deve pertencer o novo indivíduo. Mais uma vez, em analogia com o algoritmo da secção anterior, utiliza-se o procedimento descrito em duplicado e sequencialmente. Também neste algoritmo, na primeira etapa, face às características individuais do imigrante a classificar, é definido o local de residência e na segunda etapa, com a informação anterior, o modelo classifica o indivíduo quanto ao seu local de trabalho.

4.3.3. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO

Nesta fase do projecto, pretendia-se construir uma rede neuronal que se adequasse às variáveis que constavam do sistema de informação de gestão urbanística desenvolvido.

Assim, numa primeira etapa deste estudo, procuraram modelar-se as variáveis *Concelho de Residência* e *Freguesia de Residência* em função das variáveis *País de Origem*, *Situação face ao Emprego*, *Sector de Actividade Económica*, *Designação Profissional*, *Grupo Profissional* e *Situação Profissional*.

Na segunda etapa, o objectivo passava por construir uma nova rede neuronal que permitisse prevê o *Concelho de Trabalho* em função das variáveis *País de Origem*, *Situação face ao Emprego*, e *Freguesia ou Concelho de Residência*. Mantendo a mesma orientação, uma vez que se trata de variáveis categóricas, a todas as observações do conjunto de dados foi atribuído um número que identifica os diversos valores que as variáveis podem tomar.

No entanto, este trabalho revelou-se inconclusivo uma vez que o programa baseado no algoritmo aqui apresentado não conseguiu produzir resultados face à quantidade de observações. O programa revelou-se eficiente para um grande número de dados, mas abortava por falta de memória quando se utilizava a matriz completa de dados.

Apesar disso, considera-se este trabalho válido, uma vez que a solução ideal para o tratamento de dados de grandes dimensões passará pela utilização conjunta das árvores de decisão com os sistemas de redes neuronais. Como já foi referido, a

integração de pequenas redes nos nós das árvores apresenta-se como uma frente de evolução no que diz respeito à classificação automática de dados.

4.4. CONCLUSÕES

Os testes de independência do χ^2 realizados com as variáveis *Concelho de Residência* e *Concelho de Trabalho* revelaram que estas são dependentes e correlacionadas, principalmente se apenas se considerarem os imigrantes que trabalham na Área Metropolitana do Porto.

A metodologia das Árvores de Decisão permite classificar os imigrantes quanto ao local de residência e ao local de trabalho, fornecendo respostas com bastante eficiência e credibilidade.

O algoritmo identificou com clareza as características com mais relevância no que diz respeito à classificação, tanto pessoais como profissionais. Este facto reveste-se de uma enorme importância, uma vez que, através da modificação de algumas destas características, torna-se possível transferir um indivíduo de uma classe para outra, isto é, de um local de residência e/ou de trabalho para outro local.

O facto de que da estrutura de uma árvore de decisão transparecem as linhas de raciocínio do processo de decisão, torna este método o mais indicado para o tipo de problemas que se colocaram neste projecto.

No que se refere ao procedimento das Redes Neurais que, à partida, se apresentava como uma alternativa às Árvores de Decisão, devido à enorme quantidade de observações, os resultados obtidos usando esta metodologia foram inconclusivos. Contudo, concluiu-se que, num problema de grande dimensão e complexidade, as Redes Neurais não são apenas uma alternativa às Árvores de Decisão; se forem utilizadas ambas as técnicas em simultâneo, será possível obter resultados com maior precisão e rapidez.

CAPÍTULO 5.
“TABLEAUX DE BORD”
E PROPOSTAS DE POLÍTICAS URBANAS

5.1. IDENTIFICAÇÃO DE “GAPS ACTUAIS” E DE “GAPS ESTRATÉGICOS” E ORIENTAÇÃO DOS MODELOS

Com vista à fundamentação de processos de decisão relativos a políticas urbanas, procedeu-se à montagem de “*tableaux de bord*” referentes às características profissionais e dos alojamentos. O principal objectivo deste capítulo consiste em analisar, a nível de freguesia e a nível de grupos populacionais, de que forma se caracterizam profissionalmente os indivíduos, bem como os alojamentos e os edifícios onde eles habitam, e efectuar uma análise de desvios (“*gaps actuais ou gaps de performance*”) em relação aos valores médios (para a população e para os alojamentos por freguesia), em termos percentuais, bem como a simulação de cenários futuros alternativos (a partir da identificação de “gaps estratégicos”).

Estes “*tableaux de bord*” desenvolvidos e implementados, que fazem parte do modelo integrado e interactivo de gestão urbanística para a Área Metropolitana do Porto, permitem atingir os seguintes objectivos:

- Monitorização da evolução das diferentes variáveis demográficas, profissionais, habitacionais e de vizinhança “*per se*” ou conjuntamente (ao nível de freguesia e para os diferentes grupos de imigrantes, de acordo com a naturalidade e/ou por grandes grupos de países de origem).
- Comparação do nível de desempenho de cada uma das variáveis entre os diversos grupos de imigrantes, bem como a respectiva comparação com os valores homólogos referentes aos portugueses.
- Identificação de “*gaps actuais*” através da comparação de indicadores homólogos.
- Fundamentação da concepção, definição e implementação de políticas urbanas alternativas de modo a ultrapassar esses desvios actuais de “*performance*”, e a estudar cenários alternativos para o futuro (através do estudo dos “*gaps estratégicos*”), identificando os percursos necessários para os atingir.

O procedimento seguido na operacionalização dos “*tableaux de bord*” consistiu, então, nos seguintes passos:

- Identificação dos indicadores profissionais e habitacionais a considerar na análise.

- Tratamento da informação sistematizada no sistema de informação de gestão urbanística, a nível de freguesia, considerando, por um lado, a população total e, por outro, a população estrangeira.
- Análise comparativa dos valores percentuais obtidos.

Assim, em cada uma das freguesias e para cada categoria de cada variável foi analisada a percentagem a cargo dos estrangeiros comparativamente com o respectivo total. Foi ainda identificada, para cada freguesia e para cada grupo populacional (portugueses e imigrantes de acordo com os grandes grupos de países de origem considerados), uma relação percentual entre os respectivos valores de cada categoria de cada variável e os valores médios correntes para toda a população do respectivo concelho).

Deste modo torna-se possível a detecção de desvios em relação à média, permitindo depois verificar mais concretamente se existem efectivamente situações em que não são respeitados os princípios da equidade e da igualdade de oportunidades, e chamando a atenção dos poderes municipais para a necessidade de intervenções concretas no âmbito de decisões de políticas urbanas, no sentido de assegurar essa igualdade de direitos, consignada na nossa legislação.

O modelo integrado e interactivo e o seu interface cartográfico permitem, ainda, a simulação e a visualização de políticas urbanas alternativas. Assim, os modelos de redes neuronais podem ser “manipulados” através de uma actuação sobre os “pesos” relativos que correspondem a cada uma das ligações estabelecidas para cada um dos “*layers*” do modelo. Desta forma torna-se possível simular resultados de políticas urbanas alternativas no sentido de, por exemplo, favorecer a localização de determinados grupos populacionais numa dada freguesia ou concelho, orientá-los para a ocupação de determinadas zonas, com determinadas características habitacionais e/ou de vizinhanças (por exemplo, correspondentes a objectivos de regeneração urbana), ou no sentido da promoção de iniciativas económicas ou sociais específicas, favorecendo determinadas localizações de emprego de acordo com características profissionais de grupos de imigrantes.

Ora este tipo de intervenção sobre o modelo integrado e interactivo poderá ser concretizado, por exemplo, através da maior penalização de localizações habitacionais em locais que já exibem elevados níveis de concentração urbana) e despenalizando os locais com maior dispersão, penalizando mais as zonas onde não são previsíveis iniciativas de carácter económico ou social, ou se o objectivo fôr a re-alocação a zonas urbanas em recuperação, atribuindo um menor peso ao

erro decorrente da respectiva localização noutros locais (noutras freguesias). Deste modo, partindo do “*output*” pretendido (que pode ser mais facilmente visualizado com a ajuda das respectivas árvores de classificação) para os “*inputs*”, torna-se assim possível identificar qual o número previsível de imigrantes com determinadas características de habilitações académicas ou profissionais que se pretendem orientar para determinados locais de residência e/ou de trabalho, tomando, a nível dos próprios processos de gestão urbana, as iniciativas e implementando as políticas necessárias que favoreçam essa localizações (e/ou que inibam outras).

A avaliação de propostas de políticas urbanas concretas poderá, então, ser feita a partir da comparação do cenário tendencial (Lobo et al., 1990) (isto é, o cenário de referência que corresponde a uma atitude passiva e de não-intervenção), com cenários contrastados (traduzidos na manipulação do modelo integrado e interactivo).

A projecção dos níveis de “*performance*” futuros, supondo a manutenção da(s) estratégia(s) actual(ais) e das condições ambientais correntes toma em consideração as tendências da envolvente e os recursos (económicos, sociais) regionais, em geral, e municipais, em particular.

Um “*gap estratégico*” aparece quando a performance esperada de acordo com a estratégia corrente não permite o atingimento dos objectivos estabelecidos para esse período de planeamento. As razões justificativas do seu aparecimento podem residir no facto de que a estratégia correntemente seguida não é a que mais se apropria às mudanças da envolvente, na constatação de que os recursos regionais e municipais se estão a alterar de um modo muito rápido, ou ainda porque a estratégia actualmente seguida não foi implementada da forma mais apropriada.

É, então, necessário confrontar os resultados esperados se se mantiver(m) a(s) estratégia(s) corrente(s), e os resultados alternativos que se poderão obter se se implementarem alterações na estratégia actual ou se se adoptarem novas estratégias (Rue e Holland, 1989, Rebelo, 2001b).

Desta forma, e especificamente para cada freguesia e para cada grupo populacional, torna-se possível comparar os indicadores de performance actuais ou adaptados à realidade corrente (a partir da re-alimentação do modelo de redes neuronais, que reajusta o modelo atendendo ao seu processo de aprendizagem), com os indicadores de performance se se optar por uma ou mais estratégias urbanas alternativas. São estes valores que permitem ponderar a razoabilidade de

novas políticas urbanas para determinados grupos populacionais ou para determinados espaços territoriais.

A análise dos “*gaps*” deverá, pois, ser efectuada para cada um dos objectivos e para cada ano correspondente ao período de planeamento. A redução dos “*gaps estratégicos*” a nível regional e/ou municipal pode conseguir-se a partir de uma melhor utilização dos recursos regionais e urbanos (o que permite um aumento da eficiência), ou pode ser atingida a partir de uma maior efectividade em comparação com as estratégias e políticas de outros concelhos, reforçando, deste modo, as vantagens competitivas do concelho e/ou da freguesia em estudo (Rebelo, 2001b).

5.2. OPERACIONALIZAÇÃO DOS “TABLEAUX DE BORD”

Uma vez que se pretendia efectuar uma análise comparada de cada uma das características em estudo entre os imigrantes e a população total passando, numa fase posterior, à comparação entre os vários grupos de imigrantes para cada unidade territorial em estudo (freguesia ou concelho), foi utilizada a informação sistematizada e tratada e que consta do sistema de informação de gestão urbanística, a nível de imigrantes e a nível da população total.

A informação foi, então, organizada em quadros, discriminando as diversas categorias consideradas em cada variável. Cada uma das categorias, por sua vez, foi estudada indicando duas colunas de informação: uma relativa à totalidade da população (portuguesa e estrangeira) e outra relativa apenas à totalidade dos estrangeiros, todos eles residentes na Área Metropolitana do Porto, e tratando cada concelho ao nível das freguesias que o constituem.

Para cada variável elaborou-se um segundo quadro, equivalente ao primeiro, mas em que se estudava, para cada concelho e para cada freguesia, a percentagem de imigrantes ou de alojamentos de imigrantes (relativamente à totalidade da população ou à totalidade dos alojamentos) que exibiam uma determinada característica (uma dada categoria da variável em estudo).

Finalmente, efectuou-se o estudo a nível de concelho de forma a determinar qual a percentagem da população total e da população imigrante de cada freguesia que verificava essa mesma característica.

A fase seguinte consistiu em subdividir o grupo total de estrangeiros em grandes grupos de países de origem (tendo-se considerado, conforme já foi indicado, os

imigrantes de países da União Europeia, de países africanos de expressão oficial portuguesa, de países de leste, do Brasil, e de outros países estrangeiros, a nível de freguesia dentro de cada concelho e para cada categoria de cada variável considerada.

Atendendo à extensão do estudo efectuado, no Anexo 31 apresenta-se uma análise dos “*tableaux de bord*” referentes às características habitacionais de cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, por freguesia e para cada uma das variáveis em estudo, considerando os alojamentos dos imigrantes e os correspondentes valores do total de alojamentos. Apresentam-se, também, no Anexo 32, os “*tableaux de bord*” referentes às características do trabalho em cada um dos concelhos em estudo, por freguesia.

A sistematização dos indicadores e a respectiva interpretação consistem em:

- O primeiro tipo de quadros indica, para cada categoria de cada variável, para cada concelho, e para cada freguesia dentro desse concelho, qual a percentagem que cabe a imigrantes. A partir da comparação da repartição para cada freguesia das várias categorias de cada variável, de forma comparada com os valores correspondentes ao respectivo concelho, pode concluir-se quais são as freguesias melhor posicionadas em termos das variáveis profissionais ou em termos das características dos seus alojamentos.
- No segundo tipo de tabela efectua-se uma análise para a população total e para a população estrangeira, da repartição de cada categoria de cada variável entre as várias freguesias de cada concelho. Na primeira linha de cada um destes gráficos está indicado o número total de indivíduos ou de alojamentos de cada categoria de cada uma das variáveis estudadas. Comparando os valores obtidos podem identificar-se quais são as freguesias em que cada categoria de cada variável representa um peso mais forte entre os imigrantes do que entre a população total.

5.3. PROPOSTA DE POLÍTICAS URBANAS: O CASO DA REGENERAÇÃO URBANA E A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

Após a elaboração dos "*tableaux de bord*" e da análise da distribuição espacial dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto e das respectivas características, a nível de freguesia, o objectivo desta secção consiste em estudar possíveis alternativas na sua localização de forma a poder tirar partido de um processo endógeno de benefício mútuo quer para as zonas mais tradicionais da Área Metropolitana do Porto (apostando na respectiva (re)vitalização) quer para o próprio processo de integração de imigrantes. Para além disso, com este cenário (desenvolvido a título exemplificativo), podem estudar-se alternativas com base no modelo integrado e interactivo desenvolvido e no respectivo interface cartográfico.

No sentido de efectuar este estudo, foi adoptado o seguinte procedimento:

- Identificação, para cada freguesia, da percentagem de estrangeiros (por grandes grupos de países de origem).
- Selecção dos indicadores de concentração urbana (desenvolvidos na construção do modelo integrado e interactivo), por freguesia. Estudo dos valores assumidos, para portugueses e para estrangeiros.
- Identificação, para cada freguesia, dos edifícios familiares devolutos e/ou com necessidades de reparação, de forma a poder tomar iniciativas integradas de regeneração urbana e de fixação populacional.

Uma análise pormenorizada da população residente na Área Metropolitana do Porto a nível de freguesia permitiu identificar quais são as freguesias em cada concelho em que é mais elevada a percentagem de imigrantes (dado pelo quociente, para cada freguesia, entre o número total de imigrantes e a população total nela residente), o que revela que estes preferem os centros urbanos mais representativos de cada concelho.

É a seguinte a ordenação das primeiras freguesias (e dos respectivos concelhos) por ordem decrescente da concentração populacional de imigrantes [a ordenação completa consta do Anexo 33]:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA
Espinho	Espinho	10.1
Maia	Vermoim	10.0
Maia	Maia	9.8
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	9.7
Vila do Conde	Árvore	8.8
Porto	Santo Ildefonso	8.5
Porto	Nevogilde	8.3
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3
Espinho	Anta	8.2
Maia	Avioso (Santa Maria)	8.2
Porto	Cedofeita	8.1
Espinho	Guetim	8.1
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	8.0
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	7.9
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	7.9
Vila do Conde	Mindelo	7.7
Vila do Conde	Touguinhó	7.3
Porto	Massarelos	7.3
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	7.0
Maia	Nogueira	6.9
Valongo	Ermesinde	6.9
Porto	Ramalde	6.8
Porto	Paranhos	6.8
Póvoa de Varzim	Argivai	6.7
Porto	Foz do Douro	6.7
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	6.7
Vila do Conde	Vila do Conde	6.6
Porto	Bonfim	6.6
Maia	Moreira	6.5
Vila Nova de Gaia	Serzedo	6.3
Maia	Gueifães	6.3
Maia	Águas Santas	6.2
Vila Nova de Gaia	Sandim	6.1
Porto	Lordelo do Ouro	6.1
Maia	São Pedro Fins	5.9
Vila Nova de Gaia	Canelas	5.9
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	5.9

Tabela 126. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de estrangeiros relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os concelhos da Área Metropolitana do Porto em que se regista um maior número de imigrantes, e as freguesias mais populosas de cada um desses concelhos são as indicadas seguidamente:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA
Espinho	Espinho	10.1
Maia	Vermoim	10.0
Porto	Santo Ildefonso	8.5
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	9.7
Valongo	Ermesinde	6.9
Vila do Conde	Árvore	8.8
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3

Tabela 127. Listagem da freguesia de cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto em que é mais elevada a percentagem de imigrantes relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Efectuou-se, seguidamente, uma análise dos indicadores de concentração/dispersão urbana para os imigrantes. Assim, as freguesias foram ordenadas por ordem decrescente de cada um dos indicadores considerados, tendo-se assinalado, em cada um dos quadros que lhes correspondem, as freguesias em que a percentagem de imigrantes é mais elevada (conforme a tabela 126) [os quadros completos são apresentados no Anexo 33].

No que se refere à população residente, as freguesias onde se localizam mais imigrantes são as seguintes:

CONCELHO	FREGUESIA	TOTAL DE IMIGRANTES	POPULAÇÃO TOTAL	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	1693	20433	
Porto	Paranhos	1552	22810	
Valongo	Ermesinde	1351	19688	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	1346	13925	
Gondomar	Rio Tinto	1318	24883	
Porto	Ramalde	1276	18667	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	1109	15798	
Porto	Cedofeita	981	12060	
Porto	Bonfim	880	13349	
Maia	Águas Santas	867	13962	
Vila do Conde	Vila do Conde	838	12664	
Matosinhos	Senhora da Hora	808	14644	
Maia	Vermoim	799	8021	
Porto	Campanhã	728	17407	
Matosinhos	Matosinhos	707	14008	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	695	12094	
Porto	Lordelo do Ouro	652	10652	
Vila Nova de Gaia	Canidelo	639	12789	
Gondomar	Gondomar (São Cosme)	539	13486	
Maia	Maia	538	5465	
Valongo	Valongo	534	10050	
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	514	12196	
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	506	6415	
Espinho	Espinho	503	4963	
Gondomar	Fânzeres	499	11663	
Vila Nova de Gaia	Vilar de Andorinho	474	8925	
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	451	5723	
Matosinhos	Leça da Palmeira	444	8628	
Espinho	Anta	442	5371	
Vila Nova de Gaia	Vilar do Paraíso	404	7217	
Vila Nova de Gaia	Canelas	396	6761	
Matosinhos	Leça do Balio	394	8102	
Porto	Foz do Douro	389	5801	
Matosinhos	Custóias	387	8957	
Maia	Gueifães	380	6056	
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	377	4702	
Porto	Santo Ildefonso	377	4447	
Maia	Moreira	365	5635	

Tabela 128. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva população estrangeira residente (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na maior parte dos concelhos, as freguesias mais escolhidas pelos imigrantes são as mais populosas (Mafamude no concelho de Vila Nova de Gaia, Ermesinde, no concelho de Valongo, Póvoa de Varzim, no concelho do mesmo nome, e Vila do Conde, no concelho do mesmo nome), embora seja importante a consideração de outros indicadores de concentração urbana.

Quanto à densidade populacional, os valores correspondentes às freguesias em que a concentração populacional de imigrantes é mais elevada assumem valores muito elevados dentro da respectiva escala decrescente, conforme se pode ver no quadro seguinte:

CONCELHO	FREGUESIA	DENSIDADE POPULACIONAL	
Porto	São Nicolau	17725.7	
Porto	Sé	11169.5	
Porto	Bonfim	9766.9	
Porto	Cedofeita	9156.9	
Porto	Vitória	8282.3	
Porto	Santo Ildefonso	8122.8	
Porto	Foz do Douro	7838.8	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	7376.4	
Matosinhos	Senhora da Hora	7051.7	
Porto	Lordelo do Ouro	7030.6	
Porto	Paranhos	6647.2	
Porto	Miragaia	6588.0	
Porto	Ramalde	6415.3	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	5867.8	
Matosinhos	Matosinhos	5865.2	
Espinho	Espinho	5787.8	
Porto	Aldoar	5731.0	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	5197.1	
Gondomar	Rio Tinto	5183.4	
Valongo	Ermesinde	5049.0	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	4875.1	
Porto	Campanhã	4856.8	
Maia	Pedrouços	4558.0	
Porto	Massarelos	4533.0	
Maia	Gueifães	4013.3	
Vila do Conde	Vila do Conde	3828.6	
Gondomar	Valbom	3761.7	
Maia	Vermoim	3460.3	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	3453.7	
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	3102.6	
Maia	Águas Santas	3077.9	

Tabela 129. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade populacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São, do mesmo modo, elevados os valores da densidade habitacional das freguesias em que são mais elevadas as percentagens de imigrantes:

CONCELHO	FREGUESIA	DENSIDADE HABITACIONAL	
Porto	São Nicolau	8111.8	
Porto	Sé	5951.2	
Porto	Santo Ildefonso	5401.6	
Porto	Cedofeita	5094.1	
Porto	Vitória	5042.4	
Porto	Bonfim	4994.5	
Porto	Miragaia	4065.1	
Porto	Foz do Douro	3444.9	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	3408.0	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	3365.0	
Espinho	Espinho	3261.0	
Porto	Paranhos	3209.8	
Matosinhos	Senhora da Hora	2936.7	
Porto	Lordelo do Ouro	2824.4	
Porto	Ramalde	2774.6	
Matosinhos	Matosinhos	2384.0	
Porto	Massarelos	2382.5	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	2382.3	
Gondomar	Rio Tinto	2238.3	
Porto	Aldoar	2185.2	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	2142.0	
Porto	Campanhã	2033.2	
Maia	Pedrouços	2018.1	
Valongo	Ermesinde	2004.5	
Vila do Conde	Vila do Conde	1751.8	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	1634.0	
Gondomar	Valbom	1600.8	
Maia	Gueifães	1523.0	
Maia	Vermoim	1397.6	
Maia	Águas Santas	1265.2	

Tabela 130. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade habitacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

O indicador de continuidade do “*layout*” urbano, dado pela percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios na freguesia, não explica tão fortemente o padrão de escolhas detectado:

CONCELHO	FREGUESIA	PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS NÃO ISOLADOS RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EDIFÍCIOS	
Vila do Conde	Vila Chã	99.7	
Vila do Conde	Mosteiró	99.7	
Porto	São Nicolau	99.0	
Porto	Miragaia	97.6	
Porto	Santo Ildefonso	97.5	
Vila do Conde	Gião	97.5	
Porto	Vitória	96.9	
Espinho	Espinho	96.1	
Porto	Cedofeita	94.7	
Porto	Sé	94.4	
Porto	Bonfim	93.8	
Matosinhos	Senhora da Hora	93.6	
Vila do Conde	Modivas	93.3	
Matosinhos	Matosinhos	93.2	
Porto	Campanhã	93.0	
Matosinhos	Perafita	92.7	
Maia	Pedrouços	92.0	
Porto	Foz do Douro	91.8	
Vila do Conde	Vila do Conde	91.7	
Gondomar	Covelo	91.5	
Gondomar	Rio Tinto	90.9	
Matosinhos	Leça da Palmeira	90.3	
Porto	Paranhos	90.2	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	90.2	
Porto	Ramalde	89.5	
Vila do Conde	Fajozes	89.0	
Matosinhos	Santa Cruz do Bispo	88.6	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	88.5	
Porto	Massarelos	87.8	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	87.6	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	87.5	
Gondomar	Valbom	86.8	
Valongo	Ermesinde	86.4	
Porto	Lordelo do Ouro	86.4	
Gondomar	Baguim do Monte (Rio Tinto)	86.2	
Vila do Conde	Retorta	86.2	
Matosinhos	Guifões	86.0	
Maia	Gueifães	85.9	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	84.5	

Tabela 131. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere à medida de concentração urbana, dada pela relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia (expressa em número de pavimentos por Km²), as freguesias mais representativas da população residente estrangeira apresentam a seguinte distribuição:

CONCELHO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE EDIFÍCIOS/ÁREA URBANIZADA OU URBANIZÁVEL EM Km ²	
Porto	Sé	3253.5	
Porto	São Nicolau	2323.5	
Porto	Santo Ildefonso	2205.6	
Porto	Vitória	2021.2	
Porto	Bonfim	2013.0	
Porto	Cedofeita	1876.0	
Porto	Miragaia	1479.1	
Gondomar	Rio Tinto	1370.0	
Porto	Foz do Douro	1368.6	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	1338.1	
Espinho	Espinho	1294.4	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	1201.0	
Maia	Pedrouços	1160.9	
Porto	Paranhos	1091.1	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	1079.8	
Matosinhos	Guifões	1053.7	
Matosinhos	Senhora da Hora	1026.2	
Porto	Campanhã	1009.6	
Valongo	Ermesinde	970.4	
Maia	Gueifães	964.6	
Vila do Conde	Vila do Conde	946.6	
Gondomar	Valbom	942.5	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	924.2	
Matosinhos	Matosinhos	906.7	
Porto	Aldoar	882.4	
Porto	Ramalde	839.7	
Porto	Lordelo do Ouro	817.1	
Matosinhos	Custóias	814.1	
Porto	Massarelos	721.6	
Vila Nova de Gaia	Madalena	692.1	
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	681.5	
Maia	Águas Santas	649.0	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	639.0	
Gondomar	Baguim do Monte (Rio Tinto)	635.4	
Gondomar	Gondomar (São Cosme)	616.1	
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	598.6	
Gondomar	Fânzeres	597.4	
Vila Nova de Gaia	Vilar do Paraíso	567.1	
Vila Nova de Gaia	Canidelo	565.0	
Maia	Vermoim	562.6	

Tabela 132. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere ao indicador de agrupamento, dado pela relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia (expressa em número de pavimentos/Km²), os valores apurados por ordem decrescente conduzem à seguinte listagem de freguesias:

CONCELHO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE PAVIMENTOS/ÁREA URBANIZADA OU URBANIZÁVEL EM Km2	
Porto	São Nicolau	10211.8	
Porto	Sé	7181.4	
Porto	Vitória	7063.6	
Porto	Santo Ildefonso	6152.4	
Porto	Bonfim	4846.1	
Porto	Cedofeita	4674.2	
Porto	Miragaia	4197.7	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	3383.8	
Espinho	Espinho	3136.2	
Porto	Foz do Douro	2968.6	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	2713.0	
Gondomar	Rio Tinto	2707.2	
Porto	Paranhos	2542.2	
Matosinhos	Senhora da Hora	2430.8	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	2335.9	
Porto	Aldoar	2301.6	
Porto	Lordelo do Ouro	2158.5	
Valongo	Ermesinde	2070.1	
Maia	Pedrouços	2054.8	
Vila do Conde	Vila do Conde	2029.3	
Maia	Gueifães	1996.7	
Porto	Ramalde	1985.0	
Porto	Campanhã	1976.8	
Porto	Massarelos	1969.6	
Gondomar	Valbom	1901.4	
Matosinhos	Matosinhos	1863.4	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	1836.7	
Matosinhos	Guifões	1646.3	
Matosinhos	Custóias	1533.9	
Gondomar	Gondomar (São Cosme)	1447.8	
Maia	Vermoim	1351.8	
Maia	Águas Santas	1326.4	

Tabela 133. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Finalmente, e no que se refere aos usos mistos, cujo indicador é dado pela relação entre os edifícios principalmente não residenciais e os edifícios principalmente residenciais (expresso em percentagem), a respectiva listagem por ordem decrescente conduz aos resultados patentes na seguinte tabela:

CONCELHO	FREGUESIA	Nº DE EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAIS/Nº DE EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS	
Porto	Vitória	15.8	
Gondomar	Covelo	5.4	
Porto	São Nicolau	4.8	
Porto	Santo Ildefonso	4.1	
Vila do Conde	Canidelo	3.3	
Maia	Gondim	2.4	
Porto	Massarelos	2.2	
Porto	Cedofeita	2.0	
Vila Nova de Gaia	Lever	1.9	
Valongo	Campo	1.9	
Vila Nova de Gaia	Crestuma	1.8	
Vila do Conde	Azurara	1.5	
Porto	Sé	1.5	
Vila do Conde	Fajozes	1.4	
Porto	Miragaia	1.4	
Vila do Conde	Miragaia	1.2	
Valongo	Valongo	1.1	
Porto	Ramalde	1.1	
Porto	Bonfim	1.1	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	1.1	
Gondomar	Foz do Sousa	1.1	
Valongo	Sobrado	1.0	
Espinho	Espinho	0.9	
Vila do Conde	Vairão	0.9	
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	0.9	
Maia	Moreira	0.8	
Vila Nova de Gaia	Olival	0.8	
Porto	Paranhos	0.8	
Vila Nova de Gaia	Avintes	0.7	
Póvoa de Varzim	Aguçadoura	0.7	
Vila do Conde	Bagunte	0.7	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	0.7	
Porto	Campanhã	0.7	
Vila do Conde	Vilar	0.7	
Vila Nova de Gaia	Pedroso	0.7	
Porto	Lordelo do Ouro	0.6	
Póvoa de Varzim	Navais	0.6	
Vila Nova de Gaia	Seixezelo	0.6	
Valongo	Alfena	0.6	
Póvoa de Varzim	Argivai	0.6	
Póvoa de Varzim	Balazar	0.6	
Vila Nova de Gaia	Sandim	0.6	
Maia	Gemunde	0.5	
Matosinhos	Matosinhos	0.5	
Vila do Conde	Ferreiró	0.5	
Gondomar	São Pedro da Cova	0.5	
Porto	Nevogilde	0.5	
Vila Nova de Gaia	Madalena	0.5	
Matosinhos	Custóias	0.5	
Vila Nova de Gaia	Perozinho	0.5	
Maia	Pedrouços	0.5	
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	0.5	
Maia	São Pedro Fins	0.5	
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	0.4	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	0.4	
Maia	Vermoim	0.4	

Tabela 134. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número de edifícios principalmente não residenciais e o número de edifícios principalmente residenciais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise efectuada mostra claramente que a concentração urbana está bem patente na distribuição espacial dos alojamentos dos imigrantes, uma vez que para cada um dos indicadores de concentração urbana seleccionados, ordenados por ordem decrescente, se constata que as freguesias em estudo (em que é mais elevada a concentração de imigrantes) se localizam se nos primeiros 30% de cada um dos quadros.

O estudo da distribuição dos imigrantes por freguesias conduz a resultados distintos no que se refere ao peso relativo de cada um dos respectivos grupos populacionais [Anexo 34]. Assim, as freguesias preferidas pelos imigrantes de países de União Europeia são aquelas que, do total, se destacam pelos seus elevados padrões de qualidade de vida (predominantemente dos concelhos da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e, no Porto, a freguesia da Foz do Douro), associadas também a uma maior dispersão urbana:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Vila do Conde	Touguinhó	7.3	51.9	3.9	7.7	34.6	1.9	100.0
Vila do Conde	Árvore	8.8	37.9	7.6	7.1	31.8	15.6	100.0
Póvoa de Varzim	Argivai	6.7	36.4	6.5	0.0	49.3	7.8	100.0
Porto	Foz do Douro	6.7	32.4	11.6	2.6	38.3	15.1	100.0
Vila do Conde	Mindelo	7.7	30.0	13.9	2.3	40.0	13.8	100.0
Porto	Nevogilde	8.3	29.5	14.8	1.4	43.8	10.5	100.0
Vila Nova de Gaia	Sandim	6.1	27.6	1.1	0.0	24.5	46.8	100.0
Porto	Massarelos	7.3	27.1	14.6	2.5	42.3	13.5	100.0
Vila do Conde	Vila do Conde	6.6	27.0	9.8	0.2	54.4	8.6	100.0
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	8.0	26.0	11.7	0.3	41.1	220.9	100.0

Tabela 135. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países da União Europeia (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente aos imigrantes brasileiros, é de destacar que eles se localizam, essencialmente, nos “central *business districts*” dos maiores centros urbanos da Área Metropolitana do Porto:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3	11.6	21.8	1.9	53.8	10.9	100.0
Porto	Santo Ildefonso	8.5	11.9	17.3	1.6	50.9	18.3	100.0
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	5.9	11.3	16.5	2.1	62.9	7.2	100.0
Maia	Maia	9.8	14.3	16.2	0.4	52.0	17.1	100.0
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	7.0	13.9	16.1	2.2	59.8	8.0	100.0
Porto	Bonfim	6.6	15.0	15.0	2.6	56.6	10.8	100.0
Porto	Cedofeita	8.1	15.1	14.8	1.4	59.9	8.8	100.0
Porto	Nevogilde	8.3	29.5	14.8	1.4	43.8	10.5	100.0
Porto	Massarelos	7.3	27.0	14.6	2.5	42.4	13.5	100.0
Vila do Conde	Mindelo	7.7	30.0	13.9	2.3	40.0	13.8	100.0
Porto	Ramalde	6.8	15.2	13.2	0.5	63.5	7.7	100.0
Maia	Avioso (Santa Maria)	8.2	16.9	13.0	0.0	39.6	30.5	100.0

Tabela 136. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes do Brasil (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As freguesias preferidas pelos imigrantes dos países de leste localizam-se fora do concelho do Porto, e em zonas mais periféricas dos respectivos concelhos:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Maia	São Pedro Fins	5.9	10.5	1.8	28.1	19.3	40.4	100.0
Vila Nova de Gaia	Serzedo	6.3	19.6	3.6	10.4	30.8	35.6	100.0
Vila do Conde	Touguinhó	7.3	51.9	3.8	7.7	34.6	1.9	100.0
Vila do Conde	Arvore	8.8	37.9	7.6	7.1	31.8	15.7	100.0

Tabela 137. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países de leste (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos dos imigrantes africanos de expressão oficial portuguesa localizam-se nas freguesias mais populosas da Área Metropolitana do Porto:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Porto	Ramalde	6.8	15.2	13.2	0.5	63.5	7.7	100.0
Porto	Paranhos	6.8	15.1	11.4	1.4	63.4	8.7	100.0
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	5.9	11.3	16.5	2.1	62.9	7.2	100.0
Valongo	Ermesinde	6.9	17.2	7.0	0.8	61.7	13.3	100.0
Porto	Cedofeita	8.1	15.1	14.8	1.4	59.9	8.8	100.0
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	7.0	13.9	16.1	2.2	59.8	8.0	100.0
Maia	Águas Santas	6.2	19.5	8.5	0.7	59.2	12.1	100.0
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	9.7	16.7	12.2	0.3	57.7	13.2	100.0
Porto	Bonfim	6.6	15.0	15.0	2.6	56.6	10.8	100.0
Maia	Vermoim	10.0	13.4	9.3	1.5	55.4	20.4	100.0
Vila do Conde	Vila do Conde	6.6	27.0	9.8	0.2	54.4	8.6	100.0
Porto	Lordelo do Ouro	6.1	23.0	11.3	1.2	54.3	10.1	100.0
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3	11.6	21.9	1.9	53.8	10.9	100.0
Maia	Maia	9.8	14.3	16.2	0.4	52.0	17.1	100.0
Porto	Santo Ildefonso	8.5	11.9	17.2	1.6	50.9	18.3	100.0
Maia	Moreira	6.5	23.6	9.6	1.9	50.4	14.5	100.0
Póvoa de Varzim	Argival	6.7	36.4	6.5	0.0	49.4	7.8	100.0
Maia	Gueifães	6.3	15.5	9.5	0.5	48.7	25.8	100.0
Maia	Vila Nova da Telha	6.2	24.9	9.6	0.0	47.5	18.1	100.0
Espinho	Espinho	10.1	9.7	11.1	1.0	47.1	31.0	100.0
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	6.7	22.1	10.5	2.0	46.7	18.7	100.0
Espinho	Anta	8.2	12.7	5.0	3.4	45.2	33.7	100.0

Tabela 138. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quanto aos imigrantes provenientes de outros países estrangeiros, também se localizam predominantemente fora do concelho do Porto, mas em freguesias que exibem uma maior dispersão urbana:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Espinho	Guetim	8.1	16.4	1.6	0.0	23.0	59.0	100.0
Vila Nova de Gaia	Sandim	6.1	27.7	1.1	0.0	24.5	46.8	100.0
Maia	São Pedro Fins	5.9	10.5	1.8	28.1	19.3	40.4	100.0
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	7.9	15.3	6.9	2.0	36.1	39.7	100.0
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	7.9	16.2	4.7	1.2	41.5	36.4	100.0
Vila Nova de Gaia	Serzedo	6.3	19.6	3.6	10.4	30.8	35.6	100.0
Espinho	Anta	8.2	12.7	5.0	3.4	45.2	33.7	100.0
Maia	Nogueira	6.9	17.7	4.9	4.3	39.6	33.5	100.0
Espinho	Espinho	10.1	9.7	11.1	1.0	47.1	31.0	100.0
Maia	Avioso (Santa Maria)	8.2	16.9	13.0	0.0	39.6	30.5	100.0

Tabela 139. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de outros países estrangeiros (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No sentido de se efectuar uma proposta de regeneração/recuperação das zonas mais antigas da Área Metropolitana do Porto procedeu-se, seguidamente, à

identificação do número de edifícios vagos (para venda, aluguer ou demolição), por freguesia. Neste estudo recorreu-se à tabela 3.08 – “Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação, famílias e pessoas residentes”, dos Censos 2001, a nível de freguesia.

O objectivo desta análise consistiu em detectar as oportunidades de alojamento potenciais (para portugueses e para imigrantes), a partir da oferta real existente por freguesia e por tipo de destino (para venda e/ou para aluguer). A identificação dos alojamentos para outras finalidades bem como dos destinados a demolição, perspectiva, ainda, algumas possibilidades de políticas específicas de regeneração urbana, com as correspondentes oportunidades habitacionais que tais políticas podem implicar, quer para portugueses quer para imigrantes.

A repartição por concelho dos alojamentos ocupados e vagos mostra que é no Porto que existe uma maior percentagem de edifícios vagos, situando-se os correspondentes valores percentuais de todos os restantes concelhos acima dos valores médios de ocupação (e abaixo dos valores médios de desocupação) de toda a Área Metropolitana do Porto:

CONCELHO	OCUPADOS (%)	VAGOS (%)
Espinho	90.5	9.5
Gondomar	88.4	11.6
Maia	88.3	11.7
Matosinhos	90.6	9.4
Porto	84.9	15.1
Póvoa de Varzim	92.2	7.8
Valongo	89.1	10.9
Vila do Conde	92.4	7.6
Vila Nova de Gaia	87.3	12.7
TOTAL AMP	88.1	11.9

Tabela 140. Repartição percentual dos alojamentos entre ocupados e vagos em cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise das percentagens de alojamentos vagos por concelho destinados a venda, a arrendamento, para demolição e outros, conduz aos seguintes resultados [Anexo 35]:

CONCELHO	REPARTIÇÃO DE VAGOS POR TIPO				
	TOTAL (%)	PARA VENDA (%)	PARA ARRENDAMENTO (%)	PARA DEMOLIÇÃO	OUTROS
Espinho	100.0	12.7	34.7	9.1	43.5
Gondomar	100.0	32.8	13.1	2.4	51.7
Maia	100.0	36.3	11.4	4.8	47.5
Matosinhos	100.0	27.7	16.7	5.3	50.3
Porto	100.0	16.0	22.4	5.7	55.9
Póvoa de Varzim	100.0	17.2	21.9	6.0	54.9
Valongo	100.0	40.7	10.8	2.2	46.4
Vila do Conde	100.0	19.3	14.4	5.3	61.0
Vila Nova de Gaia	100.0	34.7	15.2	2.4	47.7
TOTAL AMP	100.0	20.0	18.8	4.8	56.4

Tabela 141. Repartição percentual dos alojamentos vagos, de acordo com o tipo, em cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É no concelho de Valongo que é mais elevada a percentagem de edifícios para venda (dentro da totalidade dos que estão vagos) (40.7%), seguindo-se os concelhos da Maia (36.3%), de Vila Nova de Gaia (34.7%) e de Gondomar (32.8%).

No que se refere aos alojamentos para arrendamento destaca-se o concelho de Espinho (em que 34.7% dos alojamentos vagos se destinam a esta finalidade), seguindo-se o Porto (22.4%) e a Póvoa de Varzim (21.9%).

Relativamente ao total de edifícios para demolição, o concelho de Espinho aparece em primeiro lugar (com 9.1% do total), seguido da Póvoa de Varzim (6%) e do Porto (5.7%).

Os outros edifícios vagos assumem particular interesse na medida em que poderão vir a ser recuperados, remodelados, transformados ou restaurados, podendo inclusivamente ser inseridos em medidas concretas referentes a políticas de regeneração urbana. Destacam-se, a este nível, os concelhos de Vila do Conde (61% dos edifícios vagos), do Porto (55.9%) e da Póvoa de Varzim (54.9%) e Gondomar (51.7%).

Na Região Norte 20% dos alojamentos vagos destinam-se a venda, enquanto que na Área Metropolitana do Porto 27% dos alojamentos vagos se destinam a este fim.

Efectuando agora a confrontação da situação dos alojamentos vagos com a situação actual de localização preferencial dos alojamentos dos imigrantes de acordo com as freguesias (estudo efectuado na secção anterior), os valores percentuais referentes aos edifícios para venda, para aluguer, para demolição ou outros das freguesias em análise são os seguintes:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES	PARA VENDA (%)	PARA ALUGUER (%)	PARA DEMOLIÇÃO	OUTROS
Vila Nova de Gaia	FR:Mafamude	8.3	29.6	11.9	2.9	55.7
Porto	FR:Paranhos	7.6	24.7	23.4	4.2	47.7
Valongo	FR:Ermesinde	6.6	29.2	13.7	2.1	55.0
Póvoa de Varzim	FR:Póvoa de Varzim	6.6	18.5	25.5	7.7	48.2
Porto	FR:Ramalde	6.2	31.1	21.0	4.1	43.8
Vila Nova de Gaia	FR:V. Nova de Gaia (Sta Marinha)	5.4	29.7	25.3	2.1	42.9
Porto	FR:Cedofeita	4.8	9.9	19.9	4.7	65.6
Porto	FR:Bonfim	4.3	10.5	19.3	10.4	59.9
Maia	FR:Águas Santas	4.2	44.2	8.8	2.2	44.9
Vila do Conde	FR:Vila do Conde	4.1	21.0	13.3	7.9	57.8
Maia	FR:Vermoim	3.9	25.3	6.8	3.9	64.1
Porto	FR:Lordelo do Ouro	3.2	18.4	19.8	4.1	57.7

Tabela 142. Repartição percentual dos edifícios vagos de acordo com o tipo para as freguesias da Área Metropolitana do Porto em que é mais elevada a percentagem de estrangeiros residentes relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se que as percentagens de alojamentos para venda nas freguesias indicadas varia entre os 10% e os 30%, os edifícios para alugar variam entre os 7% e os 26% dos edifícios vagos, a percentagem de edifícios para demolir situa-se entre os 2% e os 10.5%, e os edifícios vagos de outro tipo entre os 43 e os 66%.

Analisando a nível da totalidade das freguesias da Área Metropolitana do Porto, as disponibilidades de alojamentos para venda, para aluguer, para demolição ou para possível recuperação, as freguesias superavitárias, para as quais será interessante orientar o alojamento dos imigrantes (e de portugueses, do mesmo modo) face às reais condições existentes são apresentadas seguidamente [Anexo 36].

As freguesias em que existe uma maior percentagem de alojamentos vagos para venda são:

CONCELHO	FREGUESIA	PARA VENDA (%)
Valongo	FR:Valongo	57.3
Vila do Conde	FR:Gião	57.1
Valongo	FR:Campo	54.3
Vila Nova de Gaia	FR:Vilar de Andorinho	52.5
Vila do Conde	FR:Fajozes	52.2
Vila Nova de Gaia	FR:Seixezelo	52.0
Maia	FR:Nogueira	50.9
Maia	FR:Vila Nova da Telha	50.2
Maia	FR:Avioso (Santa Maria)	49.4
Vila Nova de Gaia	FR:Arcozelo	49.1
Gondomar	FR:Valbom	47.6
Maia	FR:Maia	46.9
Vila Nova de Gaia	FR:Olival	46.0
Maia	FR:Avioso (São Pedro)	45.6
Gondomar	FR:Gondomar (São Cosme)	45.6
Vila Nova de Gaia	FR:Gulpilhares	44.9

Tabela 143. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de alojamentos vagos para venda (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As freguesias em que há maiores percentagens de edifícios vagos para arrendar são, por seu turno:

CONCELHO	ZONA GEOGRÁFICA	PARA ARRENDAR (%)
Vila Nova de Gaia	FR:Sermonde	71.8
Espinho	FR:Paramos	66.4
Maia	FR:São Pedro Fins	58.7
Vila do Conde	FR:Parada	50.0
Vila do Conde	FR:Fornelo	48.2
Vila Nova de Gaia	FR:São Pedro da Afurada	44.6
Espinho	FR:Espinho	43.1
Vila do Conde	FR:Macieira da Maia	42.3
Porto	FR:Vitória	37.3
Póvoa de Varzim	FR:Amorim	36.5
Porto	FR:Miragaia	36.2
Vila do Conde	FR:Mosteiró	36.1
Vila do Conde	FR:Tougues	35.1
Gondomar	FR:Lomba	35.0
Gondomar	FR:São Pedro da Cova	34.9
Matosinhos	FR:Guifões	33.9
Vila do Conde	FR:Outeiro Maior	33.3
Porto	FR:Santo Ildefonso	33.0
Vila do Conde	FR:Malta	28.0
Gondomar	FR:Covelo	27.3
Matosinhos	FR:Santa Cruz do Bispo	27.2
Póvoa de Varzim	FR:Argvai	26.9
Póvoa de Varzim	FR:Terroso	26.4

Tabela 144. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de alojamentos vagos para arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente às demolições previstas, o que evidencia que provavelmente irá aumentar a oferta de alojamentos novos nessas freguesias no médio prazo, os valores percentuais mais elevados correspondem às freguesias seguintes:

CONCELHO	ZONA GEOGRÁFICA	PARA DEMOLIÇÃO (%)
Porto	FR:Vitória	33.6
Vila do Conde	FR:Macieira da Maia	26.9
Vila do Conde	FR:Fornelo	21.4
Póvoa de Varzim	FR:Balazar	15.8
Maia	FR:Pedrouços	15.1
Vila do Conde	FR:Ferreiró	14.3
Póvoa de Varzim	FR:Aguçadoura	13.5
Matosinhos	FR:Santa Cruz do Bispo	13.1
Maia	FR:Folgosa	11.7
Espinho	FR:Espinho	10.7
Porto	FR:Bonfim	10.4
Matosinhos	FR:Lavra	10.4
Espinho	FR:Paramos	10.3
Vila do Conde	FR:Junqueira	10.0

Tabela 145. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de alojamentos vagos para demolição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os outros tipos de edifícios vagos, que prenunciam possibilidades de virem a ser recuperados num processo global e integrado de regeneração urbana apresentam os seguintes valores percentuais mais elevados por freguesias:

CONCELHO	ZONA GEOGRÁFICA	OUTROS (%)
Vila do Conde	FR:Canidelo	100.0
Vila do Conde	FR:Bagunte	96.9
Póvoa de Varzim	FR:Rates	96.4
Vila do Conde	FR:Touguinha	91.4
Vila do Conde	FR:Vairão	90.9
Vila do Conde	FR:Touguinhó	90.0
Vila do Conde	FR:Arcos	87.5
Vila do Conde	FR:Vilar	87.2
Gondomar	FR:Medas	86.2
Vila Nova de Gaia	FR:Lever	79.8
Vila do Conde	FR:Retorta	79.5
Vila do Conde	FR:Árvore	79.5
Póvoa de Varzim	FR:Navais	79.3
Póvoa de Varzim	FR:Laundos	78.8
Porto	FR:São Nicolau	75.5
Póvoa de Varzim	FR:Estela	75.0
Póvoa de Varzim	FR:Beiriz	74.7
Maia	FR:Silva Escura	74.5
Gondomar	FR:Melres	74.5
Vila do Conde	FR:Modivas	73.7
Vila do Conde	FR:Vilar de Pinheiro	73.5
Espinho	FR:Guetim	71.4
Maia	FR:Folgosa	69.9
Porto	FR:Sé	68.5
Póvoa de Varzim	FR:Balazar	68.4
Porto	FR:Nevogilde	67.7
Vila do Conde	FR:Aveleda	67.5
Vila do Conde	FR:Outeiro Maior	66.7
Matosinhos	FR:Perafita	65.8
Porto	FR:Cedofeita	65.6
Matosinhos	FR:Leça da Palmeira	65.3
Maia	FR:Barca	65.2
Porto	FR:Aldoar	65.1
Vila do Conde	FR:Junqueira	65.0

Tabela 146. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de outro tipo de alojamentos vagos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Nestas freguesias, onde se poderão desencadear processos de recuperação de edifícios e de regeneração urbana, passou-se à identificação das necessidades de reparação dos edifícios. Para isso, e mais uma vez, recorreu-se aos dados dos Censos 2001, no que se refere ao estado de conservação dos edifícios, mais

especificamente, ao quadro 2.05 "Edifícios, segundo a época de construção, por necessidades de reparação"

O número total de edifícios que foi identificado em cada concelho como mostrando necessidades de reparação (na estrutura, na cobertura e/ou nas paredes e caixilharias exteriores) é o constante na seguinte tabela:

EDIFÍCIOS COM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO	TOTAL DE EDIFÍCIOS	NA ESTRUTURA	NA COBERTURA	NAS PAREDES E CAIXILHARIAS EXTERIORES
Área Metropolitana do Porto	264744	122485	135029	144697
Espinho	8027	3552	3548	3988
Gondomar	35204	14296	16339	17363
Maia	24500	9491	11062	12378
Matosinhos	33703	15953	17853	19526
Porto	46681	29456	31679	32805
Póvoa de Varzim	15219	5985	6324	7174
Valongo	17246	7112	7922	8336
Vila do Conde	20422	7504	8239	9042
Vila Nova de Gaia	63742	29136	32063	34085

Tabela 147. Número total de edifícios com necessidades de reparação em cada concelho da Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos percentuais, as necessidades de reparação de edifícios por concelhos são as seguintes:

EDIFÍCIOS COM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO	TOTAL DE EDIFÍCIOS	NA ESTRUTURA	NA COBERTURA	NAS PAREDES E CAIXILHARIAS EXTERIORES
Área Metropolitana do Porto	264744	46.3	51.0	54.7
Espinho	8027	44.3	44.2	49.7
Gondomar	35204	40.6	46.4	49.3
Maia	24500	38.7	45.2	50.5
Matosinhos	33703	47.3	53.0	57.9
Porto	46681	63.1	67.9	70.3
Póvoa de Varzim	15219	39.3	41.6	47.1
Valongo	17246	41.2	45.9	48.3
Vila do Conde	20422	36.7	40.3	44.3
Vila Nova de Gaia	63742	45.7	50.3	53.5

Tabela 148. Percentagem de edifícios em cada concelho da Área Metropolitana do Porto com necessidades de reparação na estrutura, na cobertura e/ou nas paredes e caixilharias exteriores (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na maioria dos casos trata-se de freguesias localizadas nos concelhos de Vila do Conde, Porto e Póvoa de Varzim.

Analisando mais especificamente o conjunto de freguesias apresentadas como candidatas a processos de regeneração urbana, o respectivo número total de edifícios bem como a repartição percentual entre os que necessitam de reparação e os que não necessitam de reparação é a seguinte:

CONCELHO	FREGUESIA	TOTAL DE EDIFÍCIOS	SEM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO (%)	COM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO (%)
DC:Vila do Conde	FR:Canidelo	340	35.0	65.0
DC:Vila do Conde	FR:Bagunte	746	39.8	60.2
DC:Póvoa de Varzim	FR:Rates	1367	44.8	55.2
DC:Vila do Conde	FR:Touguinha	646	41.0	59.0
DC:Vila do Conde	FR:Vairão	585	39.8	60.2
DC:Vila do Conde	FR:Touguinhó	745	46.0	54.0
DC:Vila do Conde	FR:Arcos	376	35.1	64.9
DC:Vila do Conde	FR:Vilar	756	38.9	61.1
DC:Gondomar	FR:Medas	6541	89.6	10.4
DC:Vila Nova de Gaia	FR:Lever	1176	32.4	67.6
DC:Vila do Conde	FR:Retorta	435	33.6	66.4
DC:Vila do Conde	FR:Árvore	2274	34.5	65.5
DC:Póvoa de Varzim	FR:Navais	785	36.3	63.7
DC:Póvoa de Varzim	FR:Laundos	1079	42.1	57.9
DC:Porto	FR:São Nicolau	481	17.9	82.1
DC:Póvoa de Varzim	FR:Estela	1167	29.0	71.0
DC:Póvoa de Varzim	FR:Beiriz	1936	47.8	52.2
DC:Maia	FR:Silva Escura	2043	71.2	28.8
DC:Gondomar	FR:Melres	4227	74.2	25.8
DC:Vila do Conde	FR:Modivas	758	31.5	68.5
DC:Vila do Conde	FR:Vilar de Pinheiro	1403	42.2	57.8
DC:Espinho	FR:Guetim	712	42.1	57.9
DC:Maia	FR:Folgosa	1383	26.8	73.2
DC:Porto	FR:Sé	1709	18.1	81.9
DC:Póvoa de Varzim	FR:Balazar	1084	34.6	65.4
DC:Porto	FR:Nevogilde	1283	38.4	61.6
DC:Vila do Conde	FR:Aveleda	780	42.6	57.4
DC:Vila do Conde	FR:Outeiro Maior	122	23.8	76.2
DC:Matosinhos	FR:Perafita	4980	38.1	61.9
DC:Porto	FR:Cedofeita	6616	23.2	76.8
DC:Matosinhos	FR:Leça da Palmeira	5393	28.2	71.8
DC:Maia	FR:Barca	1370	47.4	52.6
DC:Porto	FR:Aldoar	3452	37.6	62.4
DC:Vila do Conde	FR:Junqueira	933	28.5	71.5

Tabela 149. Percentagem total de edifícios sem necessidades de reparação e com necessidades de reparação nas freguesias da Área Metropolitana do Porto em que essas necessidades são mais elevadas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Procedendo a uma ordenação crescente dos edifícios que necessitam de reparação, podem, então, identificar-se as três freguesias onde se poderá apostar mais fortemente em termos de regeneração urbana, com consequentes iniciativas de (re)localização populacional [Anexo 37]:

CONCELHO	FREGUESIA	TOTAL DE EDIFÍCIOS	SEM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO (%)	COM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO (%)
DC:Gondomar	FR:Medas	6541	89.6	10.4
DC:Gondomar	FR:Melres	4227	74.2	25.8
DC:Maia	FR:Silva Escura	2043	71.2	28.8

Tabela 150. Ordenação por ordem crescente das necessidades de reparação de edifícios nas freguesias da Área Metropolitana do Porto em que estas necessidades são mais elevadas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os resultados obtidos mostram, assim, que alguns dos concelhos onde actualmente não há forte concentração de imigrantes poderão ser candidatos a recebê-los no futuro, devido às suas condições mais atractivas em termos de disponibilidade habitacional.

Assim, nesta secção propõem-se as seguintes freguesias, com forte potencial para localização de imigrantes (que entretanto cheguem à Área Metropolitana do Porto ou de realocização daqueles que já nela residem):

- Freguesias de Valongo (Valongo), Gião (Vila do Conde), Campo (Valongo), Vilar de Andorinho (Vila Nova de Gaia), Fajozes (Vila do Conde), Seixezelo (Vila Nova de Gaia), Nogueira (Maia), devido à existência de grande percentagem de alojamentos vagos para venda.
- Freguesias de Sermonde (Vila Nova de Gaia), Paramos (Espinho), São Pedro Fins (Maia), Parada (Vila do Conde), e Fornelo (Vila do Conde), devido à existência de grande percentagem de alojamentos para alugar.
- No médio prazo (correspondente à construção nova) propõem-se as freguesias da Vitória (Porto), Macieira da Maia (Vila do Conde) e Fornelo (Vila do Conde), devido à existência de elevadas percentagens de edifícios vagos para demolir (que irão, provavelmente, dar lugar a novos edifícios)
- Também no médio prazo, agora segundo perspectivas de regeneração urbana, propõe-se a tomada de medidas pelos poderes políticos incentivadoras da localização residencial nas freguesias de Medas (Gondomar), Melres (Gondomar), e Silva Escura (Maia).

No sentido de se poder utilizar o modelo integrado e interactivo desenvolvido começam por se modelar os respectivos "*outputs*" no sentido de aumentar a população nas freguesias identificadas. O modelo de redes neuronais complementado com o modelo de árvores de decisão será, então, readaptado no sentido de atribuir menores penalizações isto é, menores "custos" aos erros associados à localização de indivíduos nestas freguesias e maiores custos associados à respectiva localização noutras freguesias que não sejam candidatas à realização de políticas urbanas. O funcionamento destes modelos "ao invés" permite, assim, a identificação dos perfis

demográficos, profissionais e/ou de necessidades habitacionais aos quais deverão ser dirigidas políticas concretas de incentivo à localização ou ao emprego nesses locais. O interface cartográfico possibilita, ainda, a representação dos objectivos pretendidos em termos populacionais e habitacionais, bem como dos “*inputs*” identificados, permitindo deste modo e por simulação, o ajuste no modelo dos parâmetros mais adequados à obtenção do(s) objectivo(s) que se visa(m) atingir. Torna-se, ainda, possível, a identificação de “*gaps estratégicos*”, a partir da comparação da(s) situação(ões) proposta(s) com as condições previsíveis mantendo as tendências actuais (isto é, actualizando as bases de dados com informação que alimenta o modelo, permitindo o seu processo de aprendizagem e readaptação, mas sem alterar directamente os seus parâmetros) É a identificação destes “*gaps estratégicos*” que permite, “*a priori*” simular políticas alternativas e avaliar da sua exequibilidade.

CAPÍTULO 6
CONCLUSÕES

6.1. CONCLUSÕES DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

O desenvolvimento deste projecto, cumprido em todas as suas etapas de acordo com os objectivos e a calendarização prevista, permitiu tirar as seguintes conclusões:

- Os processos de Planeamento aos seus diversos níveis (nacional, regional, metropolitano e urbano) têm orientado para a Área Metropolitana do Porto uma imigração que se caracteriza por bons níveis educacionais e profissionais (que potenciam o atingimento pelos imigrantes, em termos médios, de elevados “*status*”, profissionais e sociais).
- Os princípios de ordenamento do território e de urbanismo estabelecidos na lei têm-se aplicado de forma indiscriminada a toda a população da Área Metropolitana do Porto. No entanto, foi identificado um grupo populacional em clara desvantagem relativamente aos outros e, que, por isso mesmo, requer um maior acompanhamento por parte dos poderes públicos municipais: os imigrantes de países de leste (que estão em situação muito desfavorável quer no mercado de trabalho quer no que se refere às condições habitacionais).
- Os planos de carácter sectorial também têm evidenciado na sua aplicação respeito por todos os cidadãos, independentemente do seu país de origem, sendo também importante referir o seu papel na promoção da igualdade no tratamento de todos os cidadãos e na garantia de igual acesso às oportunidades.
- Os processos de Planeamento normativos e indicativos têm tido tendência para orientar os imigrantes para os centros populacionais mais importantes de cada concelho permitindo-lhes, deste modo, tirar melhor partido das condições de concentração urbana e de sinergias que resultam do mais fácil acesso às infraestruturas e equipamentos.
- No entanto, é importante referir que quer por parte dos planos de natureza territorial, quer sectorial, a fase correspondente à auscultação e participação pública parece não conseguir suscitar e repercutir-se suficientemente entre os estrangeiros, pelo que é um dos aspectos que importa melhorar no futuro.

- Nem todos os Planos Directores Municipais dos concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto têm tido igual eficácia no sentido da atracção de população estrangeira (sendo de referir o concelho de Gondomar, em que a percentagem desta é bastante reduzida por comparação com aquilo que acontece noutros concelhos).
- O modelo do multiculturalismo, intrínseco à herança cultural portuguesa, tem permitido uma fácil e rápida integração dos imigrantes na nossa realidade, não apenas dos provenientes dos países de língua portuguesa como também os que vieram de outros países. Não existe, em termos médios, discriminação no acesso aos locais de residência e de trabalho, embora seja notória a tendência dos imigrantes optarem por localizações residenciais mais concentradas territorialmente (a nível de determinadas freguesias) do que o que acontece com os portugueses. Isto mesmo se pode constatar no estudo classificatório da estratificação geográfica, económica e social (profissional e habitacional) de acordo com o país de origem desenvolvido neste projecto.
- Os elevados padrões de habilitações e de conforto a que grande parte dos imigrantes mais recentes estão habituados têm-nos orientado não só para empregos com estatuto mais elevado (como o comprovam a sua elevada participação no sector terciário) como ainda o acesso a alojamentos mais recentes e com níveis mais elevados de qualidade. No entanto, e no que se refere às condições de acesso à habitação, atendendo às características dos imigrantes e aos prazos previsíveis da sua permanência em Portugal, os esquemas de acesso a aquisição de casa própria e de arrendamento têm-se revelado, em termos médios, mais desfavoráveis para os imigrantes do que para os portugueses. Nesse sentido, torna-se importante uma adaptação das medidas legislativas e políticas aos seus diversos níveis no sentido de aliviar as mais elevadas taxas de esforço que são exigidas a estes indivíduos.
- Através das bases de dados, modelos e "*tableaux de bord*" concebidos e desenvolvidos torna-se possível não só a identificação de situações gerais de desigualdade no acesso às oportunidades de diferentes grupos populacionais, como ainda a constatação de diferenças regionais (a nível da própria Área Metropolitana) que importa superar, possibilitando ainda a identificação de situações que merecem uma atenção mais focalizada e

mais concreta. A utilização, a nível estratégico, do modelo integrado e interactivo proposto permite a simulação de políticas urbanas concretas, e o estudo da sua viabilização, através da aplicação dos modelos e sua orientação para os fins visados por essas políticas, recorrendo ao suporte cartográfico na respectiva visualização espacial.

- As necessidades básicas estão praticamente satisfeitas em todo o espaço territorial estudado, à excepção de algumas situações pontuais em que é necessário intervir, mas independentemente de serem portugueses ou estrangeiros (por exemplo a nível de existência de electricidade, acesso a rede de água canalizada, instalações sanitárias e instalações de banho ou duche).
- O estudo desenvolvido permite, ainda, chamar claramente a atenção para as condições de vida de muitos portugueses que, num quadro de planeamento e de gestão urbanística, terão de ser melhoradas também no sentido de assegurar o acesso a situações de igualdade e de boa qualidade de vida a todos os cidadãos.

6.2. PESQUISAS E ACÇÕES FUTURAS

Procurou-se, através de um forte contributo para a identificação, organização e estruturação da informação, e através da sua organização e análise sistematizada, contribuir, de forma estratégica, para a detecção de tendências a nível profissional e habitacional, e para melhorar os processos de Planeamento e de Gestão urbanísticos numa questão tão relevante como é a integração de Imigrantes e de Minorias Étnicas.

Assim, na fase que se segue ao projecto e a nível mais operacional, será importante efectuar a análise pormenorizada dos Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, bem como dos Planos intermunicipais e sectoriais aplicáveis à Área Metropolitana do Porto. Seria também interessante estender a análise efectuada e este estudo mais pormenorizado a todo o território nacional.

De seguida, será necessário implementar processos de mais próximo acompanhamento de situações concretas, quer a nível territorial quer sectorial, no sentido de assegurar de um modo global a implementação a nível metropolitano, municipal e sectorial das medidas de acção política mais adequadas à promoção da

igualdade de oportunidades e do atingimento de elevados níveis de qualidade de vida de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adair, A.; Berry, J.; McGreal, S. (1997), "Comparative analysis of market performance in European cities", *Journal of Property Valuation and Investment*, vol. 15, n° 4, pp. 323-335
- Adams, J. (1994), "Political mobilisation and social-change: the Dutch case in comparative perspective – Kriesi, H", *American Journal of Sociology*, vol. 100, n° 2, pp. 539-541
- Alba, R.; Logan, J. R. (1992), "Analysing Locational Attainments", *Sociological Research and Methods*, vol. 20, n° 3, pp. 367-397.
- Allardt, E. (1981), "Experiences from the Comparative Scandinavian Study, with a Bibliography of the Project", *European Journal of Political Research*, vol. 9: pp. 101-111.
- Allen, J.; Pryke, M. (1994), "The production of service space", *Environment and Planning D: Society and Space*, 1994, vol. 12, n° 4, pp. 453-475
- Altonji, J. G., Card, D. (1991), "The effects of immigration on the labor market outcomes of natives", in Freeman, R. B., Abowed, J.M. (Eds.), *Immigration, Trade, and the Labor Market*, Chicago: University of Chicago Press.
- Alves, R. (2002), "Os sistemas de informação geográfica", in *Compêndio de Economia Regional*, Silva Costa, J. (Ed.), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 815-848
- Amaral, D. F. (1993), "Direito de Urbanismo", sumários
- Ascher, F. (1995), "Le logement en questions (l'habitat dans les années quatrevingt-dix: continuités et ruptures)", Éditions de l'Aube: La Tour d'Aigues
- Aydalot, P. (1985), "Économie régionale et urbaine", Paris: Económica
- Ball, M. (1985), "The urban rent question", *Environment and Planning A*, vol. 17, n°4, pp. 503-525
- Banai, R. (1998), "The new urbanism: an assessment of the core commercial areas, with perspectives from (retail) location and land-use theories, and the conventional wisdom", *Environment and Planning B: Planning and Design*, vol. 25, n° 2, pp. 169-185
- Barlow, J. (1993), "Controlling the housing land market: some examples from Europe", *Urban Studies*, vol. 30, n° 7, pp. 1129-1149

- Barlow, J.; Duncan, S. (1992), "Markets, states and housing provision: four European growth regions compared", *Progress in Planning*, vol. 38, part II, pp. 93-177
- Barlow, J.; King, A. (1992), "The state, the market, and competitive strategy: the housebuilding industry in the United-Kingdom, France, and Sweden", *Environment and Planning A*, vol. 24, n° 3, pp. 381-400
- Bean, F. D.; Lowell, B. L.; Taylor, L. J. (1988), "Undocumented Mexican immigrants and the earnings of other workers in the United States", *Demography*, vol. 25, n° 1, pp. 35-52.
- Bennett, R.; Graham, D. (1998), "Explaining Size Differentiation of Business Service Centres", *Urban Studies*, vol. 35, n° 9, pp. 1457-1480
- Borjas, G. J. (1994), "The economics of immigration", *Journal of Economic literature*, vol. 32, n°4
- Borjas, G. J.; Freeman, R. B.; Katz, L. F. (1996), "Searching for the effect of immigration on the labor market", *American Economic Review*. 86, n° 2.
- Bourdieu, P. (1985), "The social space and the genesis of groups", *Theory and Society*, vol. 14, n° 6, pp. 723-744
- Breda-Vázquez, I.; Conceição, P.; Branco-Teixeira, M. (1997) "A qualificação urbanística da Área Metropolitana do Porto", Relatório Final, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – Secção de Planeamento do Território e Ambiente
- Briggs, X. S. (1998), "Brown Kids in White Suburbs: Housing Mobility and the Many Faces of Social Capital", *Housing Policy Debate*, vol. 9, n° 1, pp. 177-221.
- Brudland Report (1987), World Commission on Environment and Development,
- Burchell, R. W.; Shad, N.; Listokin, D.; Ohillips, H.; Doens, A.; Siskin, S.; Davis, J.; Moore, T.; Helton, D.; Gall, M. (1998), "ECONorthwest. Costs of Sprawl – Revisited", Washington, DC: Nacional Academy Press
- Burt, R. S. (1983) "Range", in *Applied Network Analysis: A Methodological Introduction*, Ronald S. Burt and Michael J. Minor (Eds.), 176-94. Beverly Hills, CA: Sage
- Cameron, S. (2000), "Ethnic Minority Housing Needs and Diversity in an Area of Low Housing Demand", *Environment and Planning A*, vol. 32, n° 8, pp. 1427-1444.

- Campbell, K. E.; Marsden, P. V.; Hurlbert, J. S. (1986), "Social Resources and Socioeconomic Status", *Social Networks*, vol. 8, nº 1, pp. 97-117
- Card, D. (1990), "The impact of the Mariel boatlift on the Miami labor-market", *Industrial & Labor Relations Review*, vol. 43, nº 2, pp- 245-257.
- Cardoso, A. (1983), "State intervention in housing in Portugal 1960-1980", PhD Thesis, University of Reading
- Cardoso, A. (1996), "Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento", Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Edições Afrontamento
- Cardoso, A.; Short, J. (1983), "Forms of housing production: initial formulations", *Environment and Planning A*, vol. 15, nº 7, pp. 917-928
- Coakley, J. (1994), "The integration of property and financial markets", *Environment and Planning A*, vol. 26, nº 5, pp. 697-713
- Coleman, J. (1988), "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, vol. 94 (supplement), pp. S95-S120
- Conceição, P. (2004), "Modelos de Produção e Gestão de Habitação Social: Estratégias locais de habitação e sistemas de bem-estar social num contexto de mudança", Tese de Doutoramento, Porto: Faculdade de Engenharia
- Cooper, J.; Ryley, T.; Smyth (2001), "A. Energy trade-offs and market responses in transport and residential land-use patterns: promoting sustainable development policy", *Urban Studies*, vol. 38, nº 9
- Corade, N. (1994), "La metropolisation ou la ville retrouvée?", *Révue d'Economie Regionale et Urbaine*, Vol. 2
- Correia, P., (1993), "Políticas de solos no planeamento municipal", Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian
- Coughlin, C.; Segev, E. (2000), "Location determinants of new foreign-owned manufacturing plants", *Journal of Regional Science*, vol. 40, nº 2, pp. 323-351
- DeFilippis, J. (2001), "The myth of social capital in community development", *Housing Policy Debate*, vol. 12, nº 4, pp. 781-806
- Demuth, H.; Beale, M. (2000), "Neural Network Toolbox User's Guide", The Math Works, Inc., Natick, MA, 4th edition
- Di Benedetto, M. (1995) "Les mosaistes du Frioul", in Gourdon et al., *Ville. Espace et Valleurs*

- Doling, J. (1999), "De-commodification and welfare: evaluating housing systems", *Housing, Theory and Society*, vol. 16, pp. 156-164
- Dudewicz, E. J.; Michra, S. N. (1998), "Modern Mathematical Statistics", John Wiley & Sons, Inc.
- Ellen, I. G.; Turner, M. A. (1997), "Does Neighborhood Matter? Accessing Recent Evidence", *Housing Policy Debate*, vol. 8, n° 4, pp- 833-866.
- Ellen, I.; Schill, M.; Susin, S; Schwartz, A. (2001), "Building homes, reviving neighborhoods: spillovers from subsidized construction of owner-occupied housing in New York City", *Journal of Housing Research*, vol. 12, n° 2, pp. 185-216
- Ellis, G. (2001), "The Difference Context Makes: Planning and Ethnic Minorities in Northern Ireland", *European Planning Studies*, vol. 9, n° 3, pp. 339-358.
- Esping-Andersen, G. (1995), "Il welfare stste senza il lavoro. Láscesa del familismo nelle politiche sociali dellÉuropa continentali", in *Stato e Mercato*, vol. 45, pp. 347-380.
- European Union (1999), "Evaluating Quality of Life in European Regions and Cities", CdR – Studies E –3/99, Brussels, European Communities
- Feser, E.; Bergman, E. (2000), "National industry cluster templates: A framework for applied regional cluster analysis", *Regional Studies*, vol. 34, n° 1, pp. 1-19
- Fieldhouse, E. A. (1999), "Ethnic Minority Unemployment and Spatial Mismatch: The case of London", *Urban Studies*, vol. 36, n° 9, pp. 1569-1596.
- Figueiredo, A. M. (2002), "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional", in *Compêndio de Economia Regional*, Silva Costa, J. (Ed.), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 477-513
- Fingleton, B. (2001), "Equilibrium and economic growth: Spatial econometric models and simulations", *Journal of Regional Science*, vol. 41, n° 1, pp. 117-147
- First International Conference on Urban Regeneration and Sustainability Conference, Rio de Janeiro, 2000
- Fogarty, M. S.; Garofalo, G. A. (1988), "Urban spatial structure and productivity growth in the manufacturing sector of cities, *Journal of Urban Economics*, vol. 23, n° 1, pp. 60-70
- Galster, G. (1987), "Homeowners and neighborhood reinvestment", Durham, NC: Duke University Press
- Galster, G. (1990), "Racial steering by real estate agents: mechanisms and motives", *Review of Black Political Economy*, vol. 19, pp. 39-63

- Galster, G.; Hanson, R.; Ratcliffe, M.; Wolman, H.; Coleman, S.; Freihage, J. (2001), "Wrestling sprawl to the ground: defining and measuring an elusive concept", *Housing Policy Debate*, vol. 12, n° 4, 2001, pp.681-717
- Galster, G.; Killen, S. (1995) "The Geography of Metropolitan Opportunity: A Reconnaissance and Conceptual Framework", *Housing Policy Debate*, vol. 6, n° 1, pp.7-43
- Gambino, R. (1993), "Dal recupero alla qualificazione urbana: nuove politiche, strumenti e strategie operativa", in Gianmarco, C., Isola, A. *Disegnare la periferia*, La Nuova Italia Scientifica, Roma
- Gans, H (1961), "The Balanced Community: Homogeneity or Heterogeneity in Residential Areas?", *Journal of the American Institute of Planners*, vol. 26, pp. 3-6.
- Garbaye, R. (2002), "Ethnic minority participation in British and French cities: A Historical-Institutionalist Perspective", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, n° 3, pp. 555-570.
- Garofalo, G.; Malhotra, D. (1995), "Effect of environmental regulations on state-level manufacturing capital information", *Journal of Regional Science*, vol. 35, n° 2, pp. 201-216
- Giddens, A. (1994), "Beyond left and right: the future of radical politics", Polity Press: Cambridge
- Goering, J.; Haghghi, A.; Stebbins, H.; Siewert, M. (1995), "Progress Report to Congress: Promoting Housing Choice in HUD's Rental Assistance Programs", Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research.
- Gough, J (1982), "Human Needs and Social Welfare", in *The Quality of Life and Communication in Metropolitan Services*, International Meeting, Veneza
- Gould; I.; Turner, M. A. (1997) "Does Neighborhood Matter? Accessing Recent Evidence", *Housing Policy Debate*, vol. 8, n° 4, pp. 833-866
- Granovetter, M. S. (1983) "The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited", in Peter V. Marsden and Nan Lin (Eds.) *Social Structure and Network Analysis*", pp. 105-30. Beverly Hills, CA: Sage
- Guerra, I. (1994), "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *Sociedade e Território*, vol. 20. Porto, Edições Afrontamento
- Guiduci, R. (1993), "Periferia tra degrado e riqualificazione", Franco Angeli, Milano

- Guy, S.; Henneberry, J. (2000), "Understanding urban development processes: integrating the economic and the social in property research", *Urban Studies*, vol. 37, n° 13, pp. 2399-2416
- Haila, A. (1988), "Land as a financial asset: the theory of urban rent as a mirror of economic transformatio", *Antipode*, vol. 20, pp. 79-102
- Haila, A. (1991), "Four Types of investment in land and property", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 15, pp. 343-65
- Hall, R. (2000), "Accessibility, trade and locational behaviour", *Journal of Regional Science*, vol. 40, n° 1, pp. 183-186
- Harvey, D. (1985), "The urbanization of capital. Studies in the history and theory of capitalist urbanization", Johns Hopkins University Press, Baltimore, M.D.
- Harvey, D. (1992), "Social justice and the city", *Progress in Human Geography*, vol. 16, n° 1, pp. 73-74
- Hastings, A. (1999), "Analysing Power Relations in Partnerships: Is there a Role for Discourse Analysis?" *Urban Studies*, vol. 36, n° 1, pp. 91-106
- Healey, P. (1997), "Collaborative Planning: shaping places in fragmented societies", London: McMillan Press.
- Henneberry, J. (1999), "Convergence and Difference in Regional Office Development Cycles", *Urban Studies*, vol. 36, n° 9, pp. 1439-1465
- Hodgkinson, A.; Nyland, C.; Pomfret, S. (2001), "The determination of location in New South Wales", *Regional Studies*, vol. 35, n° 1, pp. 39-55
- Hull, A.; Vigar, G. (1998) "The changing role of the development plan in managing spatial change", *Environment and Planning C– Government and Policy*, vol. 16, n° 4, pp. 379-394
- Hush, D.; Horne, B. (1993), "Progress in supervised neural networks", *IEEE Signal Processing Magazine*, pp. 8-39
- Innocenti, R. (1994), "La requalificazione delle aree metropolitane", Franco Angeli, Milano
- Instituto Nacional de Estatística (1991), "XIII Recenseamento Geral da População III Recenseamento Geral da Habitação", Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Instituto Nacional de Estatística (2000), "Inquérito ao emprego – NUTS III da Região Norte", 4º trimestre de 2000 (informação solicitada ao INE)

Instituto Nacional de Estatística (2001), “XIV Recenseamento Geral da População IV Recenseamento Geral da Habitação”, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Johnson, M (2001), “Decision support for family relocation decisions”, *Journal of Housing Research*, Vol. 12, nº 2, pp. 277-306

Jones, C. (1995), “An economic basis for the analysis and prediction of local office property markets”, *Journal of Property Valuation and Investment*, vol. 13, nº 2, pp. 16-30

Kemeny, J. (1995), “From public housing to the social market: rental policy strategies in comparative perspective”, Routledge: London

Kemeny, J. (1998), “Narrativas, sagas and social policy: state and market in housing research”, communication to ENHR 98 Conference “Housing Futures: Renewal, Sustainability and Innovation”, Cardiff

Kleit, R. G. (2001), “The Role of Neighborhood Social Networks in Scattered-Site Public Housing Residents’ Search for Jobs”, *Housing Policy Debate*, vol. 12, nº 3, pp. 541-573.

Kooiman, J. (1993), *Modern Governace*, London: SAGE Publications.

Kratke, S. (1992), “Urban land rent and real estate markets in the process of social restructuring: the case of Germany”, *Environment & Planning D: Society and Space* vol. 10, nº 3, 245-62

LaLonde, R. J.; Topel, R. H. (1991), “Labor market adjustments to increased immigration”, in Freeman, R. B. & Abowed, J. M. (Eds.), *Immigation, Trade and the Labor Market*, Chicago: University of Chicago Press.

Larner, W. (1998), “Hitching a ride on the tiger’s back: globalisation and spatial imaginaries in New Zealand”, *Environment and Planning D – Society & Space*, vol. 16, nº 5, pp. 599-614.

Lefebvre, Henri (1974), “La production de l’espace”, Paris: Éditions Anthropos

Legislação:

- Declaração de Rectificação nº 13-T/2001
- Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho
- Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro

- Lei nº 48/98, de 11 de Agosto
- Lei nº 110/99, de 3 de Agosto
- Lei nº 168/99 de 18 de Setembro
- Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro
- Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 53/2000, de 7 de Abril
- Resolução do conselho de ministros nº 26/2000, de 15/5/2000

Leichenko, R. M.; Coulson, N. E.; Listokin, D. (2001), “Historic preservation and residential property values: an analysis of Texas cities”, *Urban Studies*, vol. 38, nº 11, pp. 1973-1987

Li, W. (1998), “Anatomy of a New Ethnic Settlement: the Chinese Ethnoburb in Los Angeles”, *Urban Studies*, vol. 35, nº 3, pp. 479-501.

Listokin, D.; Listokin, B.; Lahr, M. (1998), “The contributions of historic preservation to housing and economic development”, *Housing Policy Debate*, vol. 9, nº 3, pp- 431-478

Lobo, M. L.; Correia; P.; Pardal, S.; Lobo, M., (1990), “Normas urbanísticas - volume I - princípios e conceitos fundamentais”, Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território – Universidade Técnica de Lisboa

London, B.; Palen, J.(1994), “Introduction to some theoretical and practical issues regarding inner city revitalisation”, in Palen, J., London, B., *Gentrification, displacement and neighbourhood revitalisation*, State University of New York Press, Albany

Lopes, A. S. (1979), “Desenvolvimento: Desenvolvimento Regional”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

Lynch, Kevin (1990), “City Sense and City Design”, The MIT Press, Cambridge, EUA

MacLennan, D.; More, A. (1997), “The future of social housing: key economic questions”, *Housing Studies*, vol. 12, pp. 531-547

Marotel, G. (1995), “Savoir-faire, matière, mobilité: territoires circulatoires internationaux de professionnels italiens du bâtiment, les marbriers de Carrare”, in Gourdon et al., *Ville, Espaces et Valeurs*

- Marques, J. S., (1999), “Reconhecimento de Padrões: métodos estatísticos e neuronais”, Ensino da Ciência e da Tecnologia, IST Press
- Marsden, P. V.; Campbel, K. E. (1984), “Measuring Tie Strength”, Social Forces vol 63, nº 2, pp- 482-501
- Massey, D. (1990), “American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass”, American Journal of Sociology, vol. 96, nº 2, pp. 329-357
- Massey, D.; Denton, N. (1993), “American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass”, Cambridge, MA: Harvard University Press
- Maurer, B.; Walz, U. (2000), “Regional competition for mobile oligopolistic firms: Does public provision of local inputs lead to agglomeration?”, Journal of Regional Science, vol. 40, nº 2, pp. 353-375
- Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1991), “A Política de Ordenamento do Território – Novos Desafios para um Melhor Desenvolvimento”, Lisboa
- Moody, J.; Darken, C. (1989), “Fast learning in networks of locally-tuned processing units”, Neural Computation 1
- Myers, D. (1999), Demographic Dynamism and Metropolitan Change: Comparing Los Angeles, New York, Chicago, and Washington, DC” Housing Policy Debate, vol. 10, nº 4, pp. 919-954.
- Negri, T. (1995), “Temporalités brèves ou longues dans la détermination de réseaux productifs”, in Gourdon et al, Ville, Espace et Valeurs
- Oliveira, L. Valente de (2001), “A governância como preocupação permanente de um processo contínuo de aprendizagem colectiva”, Ciclo de Conferências sobre Planeamento, Território e Ambiente, Secção de Planeamento do Território e Ambiente, Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Ondrich, J.; Ross, S; Yinger, J. (2001), “Geography of housing discrimination”, Journal of Housing Research, vol. 12, nº 2, pp. 217-238
- Ondrich, J.; Stricker, A.; Yinger, J. (1998), “Do real estate agents choose to discriminate? Evidence from the 1989 housing discrimination study”, Southern Economic Journal, vol. 64, pp. 880-901
- Page, M. (1995), “Racial and ethnic discrimination in urban housing markets: evidence from a recent audit study”, Journal of Urban Economics, vol. 2, pp. 183-206

- Peach, C. (1998), "South Asian and Caribbean Ethnic Minority Housing Choice in Britain", *Urban Studies*, vol. 35, n° 10, pp. 1657-1680.
- Pecoud, A. (2002), "Weltoffenheit schafft Jobs: Turkish Entrepreneurship and Multiculturalism in Berlin", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, n° 3, pp. 494-507.
- Pimenta, M.; Ferreira, L.; Ferreira, J. (2001), "Estudo socioeconómico da habitação social Porto", Câmara Municipal do Porto, Pelouro da Habitação e Acção Social
- Pinto, A. Vaz (2004), "Identidades e Culturas: que diversidade para o futuro?"
Conversas na Biblioteca, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2004)
- Pires, C. P. (1998), "A note on Environmental sustainability and cost-benefit analysis", *Environment and Planning A*, vol. 30, n° 11
- Pires, C. P. (1998), "Sustainability and cost-benefit analysis", *Environment and Planning A*, vol. 30, n° 12
- Plummer, P.; Taylor, M. (2001a), "Theories of local economic growth (part 1): concepts, models, and measurement", *Environment and Planning A*, vol. 33, n° 2, pp. 219-236
- Plummer, P.; Taylor, M. (2001b), "Theories of local economic growth (part 2): model specification and empirical validation", *Environment and Planning A*, vol. 33, n° 3, pp. 385-398
- Poggio, T.; Girosi, F. (1990), "Regularization algorithms for learning that are equivalent to multilayer networks", *Science*, pp. 978-982
- Putman, R. (1993b), "The prosperous community: social capital and public life", *American Prospect*, spring, 35-42
- Putman, R. (1995), "Bowling alone: America's declining social capital", *Journal of Democracy*, vol. 6, pp. 95-78
- Putman, R. (1996), "The strange disappearance of civic America", *American Prospect*, winter, 34-48
- Putman, R. (1998), "Foreward", *Housing Policy Debate*, vol. 9, n° 1, pp. v-viii
- Putman, R. (2000), "Bowling alone: the collapse and revival of American community", New York: Simon and Schuster.
- Putman, Robert (1993a), "Making democracy work: civic traditions in modern Italy", Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Qadeer, M. (1997), "Pluralistic Planning for Multicultural Cities", *Journal of the American Planning Association*, vol. 63, nº4, pp. 481-494.
- Rebelo, E. (2001a), "Local funding in area-based urban policy", *EURA Conference Area-based Initiatives in Contemporary Urban Policy – Innovations in City Governance*; Danish Building and Urban Research Association, Copenhagen (Dinamarca), 17-19 Maio
- Rebelo, E. (2001b), "Urban strategic gap's measurement through geographic information systems", *Eighth European Real Estate Society Conference*, Alicante (Espanha), 26-29 Junho
- Rebelo, E. M. (2004) "The Cyberspace Impacts on Urban Policies", *The Seventh Sharjah Urban Planning Symposium*, April 4-6, 2004 – Sharjah, United Arab Emirates
- Rebelo, Emília (2003), "Mercado Imobiliário e Transformações Urbanas", Tese de Doutoramento, Porto: Faculdade de Engenharia
- Reimers, C. W. (1998), "Unskilled immigration and changes in the wage distribution of Black, Mexican American, and non-Hispanic white male dropouts, in Hamermesh, D. S. & Bean, F. D. (Eds.), *Help or Hindrance? The Economic Implications of Immigration for African-Americans*", New York: Russel Sage Foudation
- Ripley, B. D. (1996), "Pattern Recognition and Neural Networks", Press Syndicate of the University of Cambridge, Cambridge, United Kingdom
- Roper, S. (2001), "Innovation, networks and plant location: Some evidence for Ireland", *Regional Studies*, vol. 35, nº 3, pp. 215-228
- Rosa, M. J. (2004), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa*, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)
- Rosebaum, E.; Friedman, S.; Schill, M. H.; Buddelmeyer, H. (1999), "Nativity Differences in Neighborhood Quality among New York City Households", *Housing Policy Debate*, vol. 10, nº 3, pp. 625-658.
- Rosebaum, J. E. (1991), "Black Pioneers – Do They Moves to the Suburbs Increase Economic Opportunity for Mothers and Children?", *Housing Policy Debate*, vol. 2, nº 4, pp. 1179-1213.
- Roychoudhury, C.; Goodman, A. (1996), "Evidence of racial discrimination in different dimensions of owner-occupied housing search", *Real Estate Economics*, vol. 24, nº 2, pp. 161-178

- Rue, L.; Holland, P. (1989), "Strategic Management - concepts and experiences", New York: McGraw-Hill International Editions, Management series
- Rueda, S. (1994), "El ecosistema urbano y los mecanismos reguladores de las variables autoregenerativas", *Ciudad y Territorio*, vol. II, nº 100-101, pp. 251-264
- Santos, L. D.; Martins, I. (2002), "A Qualidade de Vida Urbana – O Caso da Cidade do Porto", Working Papers da FEP, Investigação – Trabalhos em Curso – Nº 116, Maio 2002
- Scott, A. J. (1980), *The urban land nexus and the state*, London: Pion Ltd.
- Slaughter, H. B. (1997), "Integrating economic development and historic preservation in Pittsburg, Pennsylvania", *Historic Preservation Forum*, Vol. 11
- Solesbury, W. (1974), "Policy in urban planning", Oxford: Pergamon Press Ltd
- Stoll; M. A.; Melendez, E.; Valenzuela, A. (2002), "Spatial Job Search and Job Competition among Immigrant and Native Groups in Los Angeles", *Regional Studies*, vol. 36, nº 2, pp. 97-112.
- Sunley, P. (1999), "Space for stakeholding? Stakeholder capitalism and economic geography", *Environment and Planning A*, vol. 31, nº 12, pp. 2189-2205
- Talia, M. (1990), "La metropolis e il piano", Gangemi Editore, Roma, 1990.
- Tan, L.; Hsu, S. (2001), "The location invariance theorem in Weberian space under uncertainty", *Journal of Regional Science*, vol. 41, nº 1, pp. 97-116
- Telles, G. (2001), "A cidade e a paisagem global do século XXI, A Qualidade de Vida Urbana: Perspectivas e Práticas de Intervenção", Câmara Municipal do Porto - Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, Porto
- Tellier, L.; Pinsonnault, M. (1998), "Further understanding spatial inertia: A reply to Plastria and Rosing", *Journal of Regional Science*, vol. 38, nº 3, pp. 513-532
- Thrall, G. (1991), "Production theory of land rent", *Environment and Planning A*, vol. 23, nº 7, pp. 955-967
- Vázquez, I. Algumas Reflexões à cerca da Qualificação Urbana, Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Aveiro, 1996.
- Vázquez, I; Conceição, P.; Batista, L.; Branco-Teixeira, M. Contributos para a Definição de Intervenções de Regeneração Urbana, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Secção de Planeamento do Território e Ambiente, 2000.
- Venuti, G. (1990), "La terza generazione dell'urbanistica", Franco Angeli, Milano

- Wallner, H. P.; Narodslawsky, M.; Moser, F. (1996), "Islands of sustainability: a bottom-up approach towards sustainable development", *Environment and Planning A*, vol. 28, n° 10
- Wang, V. (1996) "Mixed use: the answer to the successful urban environment?", *Built Environment*, vol 22, n°4, pp. 312-315
- Wellman, B.; Potter, S. (1999), "The Elements of Personal Communities", in *Networks in the Global Village*, ed. Barry Wellman. Boulder, CO: Westview
- Wellman, Barry, (1988), "Structural Analysis: From Method and Metaphor to Theory and Substance", in Barry Wellman and S. D. Berkowitz (Eds.), *Social Structures: A Network Approach*, England: Cambridge University Press
- Westhead, P.; Wright, M. (1999), "Contributions of novice, portfolio and serial founders located in rural and urban areas", *Regional Studies*, vol. 33, n° 2, pp. 157-173
- Wilson, W. J. (1986), "The Truly Disadvantaged", Chicago: University of Chicago Press
- Wilson, W. J. (1996), "When Work Disappears: The World of the New Urban Poor", New York: Knopf
- Wojno, C. T. (1991), "Historic preservation and economic development", *Journal of Planning Literature*, Vol. 5
- Wyly; E. K.; Cooke; T. J.; Hammel, D. J.; Holloway, S. R.; Hudson, M. (2001) "Low-to Moderate-Income Lending in Context: Progress Report on the Neighborhood Impacts of Homeownership Policy", *Housing Policy Debate*, vol. 12, n° 1, pp. 87-127.
- Yinger, J. (1986), "Measuring discrimination with fair housing audits: caught in the Act", *American Economic Review*, vol. 76, pp. 881-893
- Yinger, J. (1991), "Acts of discrimination: evidence from the 1989 housing discrimination study", *Journal of Housing Economics*, pp. 318-346
- Yinger, J. (1995), "Closed doors, opportunities lost: the continuing costs of housing discrimination", New York: Russel Sage Foundation
- Zukin, S. (1988), "Loft living: culture and capital", *Urban Change*, London: Radius
- Zukin, S. (1998), "Urban lifestyles: Diversity and standardisation in spaces of consumption", *Urban Studies*, vol. 35, n° 5-6, pp. 825-839

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. AS POLÍTICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO E O SISTEMA DE PLANEAMENTO TERRITORIAL	6
1.2. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E A GESTÃO ESTRATÉGICA	10
1.3. POLÍTICAS URBANAS	15
1.4. AS FORMAS DE EXERCÍCIO DO PODER	18
1.5. OS IMIGRANTES E AS MINORIAS ÉTNICAS	21
1.6. A HABITAÇÃO E AS VIZINHANÇAS	25
1.7. AS ECONOMIAS LOCAIS	34
1.8. AS ECONOMIAS LOCAIS E AS POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA	36
CAPÍTULO 2. ESTUDO DE CASO: ÁREA METROPOLITANA DO PORTO – RECOLHA DE INFORMAÇÃO E MONTAGEM DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA	40
2.1. RECOLHA E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO	41
2.1.1. PESQUISA NA INTERNET	42
2.1.2. PEDIDO DE INFORMAÇÃO A ENTIDADES E A INSTITUIÇÕES SOCIAIS	43
2.1.3. ELABORAÇÃO DE UM INQUÉRITO	44
2.1.4. RECENSEAMENTOS GERAIS DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO	45
2.2. MONTAGEM DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA	47
CAPÍTULO 3. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA, PROFISSIONAL E HABITACIONAL DA IMIGRAÇÃO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	54
3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	55
3.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	74

3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E GRUPO ETÁRIO	76
3.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	79
3.2.3. CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	82
3.2.4. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	83
3.2.5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	85
3.2.6. REPARTIÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	86
3.2.7. REPARTIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	88
3.2.8. REPARTIÇÃO DE ACORDO COM A SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	91
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	93
3.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE CONSTRUÇÃO	93
3.3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE UTILIZAÇÃO	94
3.3.3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE ALOJAMENTOS	97
3.3.4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS	99
3.3.5. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	102

3.3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	104
3.3.7. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	105
3.3.8. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE	107
3.3.9. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	109
3.3.10. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E AO TIPO DE AQUECIMENTO	111
3.3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A RESPECTIVA AQUISIÇÃO	113
3.3.12. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ARRENDAMENTO	115
3.4. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	117
3.4.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL	117
3.4.2.. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	120
3.4.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO	124
3.4.4. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	126
3.4.5. EVOLUÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	128

3.4.6. EVOLUÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DO TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	131
3.4.7. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	133
3.4.8. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	134
3.4.9. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	138
3.4.10. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	142
3.5. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	147
3.5.1. EVOLUÇÃO DO TIPO DE EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	147
3.5.2. EVOLUÇÃO DO TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	150
3.5.3. EVOLUÇÃO DO TIPO DE ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	153
3.5.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	156
3.5.5. EVOLUÇÃO DO ACESSO À ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	159
3.5.6. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	161
3.5.7. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	163
3.5.8. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	166
3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS E DE EMPREGO NO NORTE DE PORTUGAL, POR CARACTERÍSTICAS	

PROFISSIONAIS E DE EMPREGO E POR GRUPO POPULACIONAL	169
3.6.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO E DO EMPREGO	169
3.6.2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	170
3.6.3. LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO	173
3.6.4. SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	175
3.6.5. EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	177
3.6.6. SITUAÇÃO PROFISSIONAL	179
3.6.7. GRUPOS PROFISSIONAIS	182
3.6.8. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DO EMPREGO	186
3.7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, POR CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS E POR GRUPO POPULACIONAL	199
3.7.1. TIPO DE EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS	199
3.7.2. TIPO DE OCUPAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS	201
3.7.3. TIPO DE ALOJAMENTOS	203
3.7.4. FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS	206
3.7.5. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS ALOJAMENTOS	208
3.7.6. EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS	211
3.7.7. EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO DOS ALOJAMENTOS	213
3.7.8. EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS	216
3.7.9. EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE NOS ALOJAMENTOS	218
3.7.10. EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NOS ALOJAMENTOS	220
3.7.11. EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO DOS ALOJAMENTOS	223
3.7.12. ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO DOS ALOJAMENTOS	227
3.8. CONCLUSÕES	231

CAPÍTULO 4. DESENVOLVIMENTO DOS MODELOS EXPLICATIVOS	234
4.1. TESTES DE INDEPENDÊNCIA	235
4.1.1. TESTE DO χ^2	235
4.1.2. CONCELHO DE TRABALHO <i>VERSUS</i> CONCELHO DE RESIDÊNCIA	236
4.2. ÁRVORES DE DECISÃO	238
4.2.1. INTRODUÇÃO	238
4.2.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	238
4.2.3. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO	242
4.2.4. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO	243
4.3. REDES NEURONAIS	255
4.3.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	255
4.3.2. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO	257
4.3.3. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO	258
4.4. CONCLUSÕES	259
CAPÍTULO 5. “ <i>TABLEAUX DE BORD</i> ” E PROPOSTAS DE POLÍTICAS URBANAS	260
5.1. IDENTIFICAÇÃO DE “ <i>GAPS ACTUAIS</i> ” E DE “ <i>GAPS ESTRATÉGICOS</i> ” E ORIENTAÇÃO DOS MODELOS	261
5.2. OPERACIONALIZAÇÃO DOS “ <i>TABLEAUX DE BORD</i> ”	264
5.3. PROPOSTA DE POLÍTICAS URBANAS: O CASO DA REGENERAÇÃO URBANA E A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES	266
CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES	289
6.1. CONCLUSÕES DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO	290
6.2 PESQUISAS E ACCÕES FUTURAS	292
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	294
ANEXOS	VOLUME DE ANEXOS
ANEXOS*	CD-ROM

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O processo de planeamento e gestão estratégicos

Figura 2. Modelo heurístico das relações entre as redes sociais e as oportunidades económicas (Fonte: Kleit, 2001)

Figura 3. Montagem do sistema de Informação de Gestão Urbanística desenvolvido e implementado, e respectiva articulação com o Modelo Integrado e Interactivo

Figura 4. Repartição da população estrangeira residente em Portugal, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 5. Principais grupos de imigrantes em Portugal Continental, em 2002, de acordo com o país de origem (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 6. Distribuição por distrito dos imigrantes de Cabo Verde, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 7. Distribuição dos imigrantes de Cabo Verde, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 8. Distribuição por distrito dos imigrantes do Brasil, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 9. Distribuição dos imigrantes do Brasil, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 10. Distribuição por distrito dos imigrantes de Angola, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 11. Distribuição dos imigrantes de Angola, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 12. Distribuição por distrito dos imigrantes da Guiné Bissau, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 13. Distribuição dos imigrantes da Guiné Bissau, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 14. Distribuição por distrito dos imigrantes do Reino Unido, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 15. Distribuição dos imigrantes do Reino Unido, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 16. Distribuição por distrito dos imigrantes de Espanha, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 17. Distribuição dos imigrantes de Espanha, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 18. Distribuição por distrito dos imigrantes de outros países estrangeiros, em 2002, em Portugal Continental (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 19. Distribuição dos imigrantes de outros países estrangeiros, de acordo com o distrito de residência (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 20. Distribuição dos imigrantes por sexo, de acordo com o país de origem (2002) (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 21. Repartição percentual dos imigrantes por sexo, de acordo com o país de origem (2002) (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 22. Distribuição de estrangeiros que, em 2002, requereram estatuto de residente, de acordo com a idade e a naturalidade (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 23. Distribuição de imigrantes que solicitaram estatuto de residente em 2002, de acordo com a situação profissional (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 24. Distribuição de imigrantes que solicitaram estatuto de residente em 2002, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Figura 25. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 26. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelhos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 27. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros, residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 28. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sexo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 29. Distribuição da população portuguesa e da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 30. Distribuição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 31. Repartição das habilitações académicas dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 32. Repartição das habilitações académicas dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 33. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto por graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 34. Repartição dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto por concelhos, de acordo com os graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 35. Repartição dos locais de trabalho dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 36. Repartição dos locais de trabalho dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, relativamente ao local de residência, de acordo com as habilitações literárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 37. Repartição dos locais de trabalho de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto segundo o nível de ensino, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 38. Repartição por graus de ensino de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto que trabalham na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência e noutro concelho distinto do da residência, respectivamente (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 39. Situação perante o emprego de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 40. Situação perante o emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 41. Repartição por sectores de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 42. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 43. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 44. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 45. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 46. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 47. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 48. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 49. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 50. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 51. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 52. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 53. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 54. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto de acordo com o tipo, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 55. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 56. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 57. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a forma de ocupação, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 58. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 59. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 60. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 61. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 62. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 63. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 64. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 65. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 66. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 67. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 68. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 69. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 70. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 71. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 72. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 73. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 74. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 75. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 76. Número total de imigrantes residentes em Portugal em 1991 e em 2001, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 77. Repartição percentual da população estrangeira residente em Portugal em 1991 e em 2001, por naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 78. Número total de imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 79. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 80. Distribuição por concelho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 81. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o concelho de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 82. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o concelho de residência e com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 83. Repartição por sexo dos imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 84. Evolução, de acordo com os escalões etários, dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 85. Pirâmides etárias dos grupos populacionais estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 86. Pirâmides etárias dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 87. Evolução dos portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001, de acordo com as habilitações académicas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 88. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com as habilitações académicas, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 89. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares e com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 90. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 91. Distribuição do local de trabalho relativamente ao local de residência dos portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 92. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 93. Repartição percentual dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por nacionalidade, e de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 94. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 95. Distribuição dos portugueses por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 96. Distribuição dos estrangeiros por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 97. Repartição percentual dos locais de trabalho dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 98. Repartição percentual dos locais de trabalho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 99. Taxas de desemprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 100. Taxas de desemprego da população activa residente na Área Metropolitana do Porto, por grupos populacionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 101. Distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por sector de actividade económica, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 102. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, de acordo com a naturalidade, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 103. Repartição percentual dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sector de actividade económica, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 104. Variações percentuais do emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 105. Variações percentuais do emprego dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 106. Evolução da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 107. Repartição, percentual de acordo com os grupos profissionais, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 108. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 109. Repartição percentual, de acordo com os grupos profissionais, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 110. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, por grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 111. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 112. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 113. Evolução da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 114. Repartição, percentual de acordo com a situação profissional, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 115. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 116. Repartição, percentual de acordo com a situação profissional, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 117. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 118. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 119. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 120. Repartição percentual, de acordo com a situação profissional, da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 121. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 122. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de edifícios, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 123. Variações percentuais dos edifícios em que se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana

do Porto, de acordo com o tipo de edifício, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 124. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 125. Repartição percentual dos edifícios de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 126. Variações percentuais do número de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 127. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 128. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 129. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 130. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 131. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 132. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 133. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 134. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de sistema de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 135. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência de electricidade, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 136. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 137. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 138. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 139. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 140. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 141. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo

com a existência de instalações de banho ou duche, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 142. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 143. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 144. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 145. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 146. Repartição dos imigrantes na Região Norte, por naturalidade, de acordo com o número de anos de permanência em Portugal (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 147. Composição percentual do tipo de empresa ou organismo em que trabalham os portugueses e os estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 148. Composição percentual da situação na profissão principal de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 149. Composição percentual do tipo de contrato de trabalho de portugueses estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 150. Composição percentual da satisfação perante o tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 151. Composição percentual das razões justificativas do tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 152. Composição percentual das durações do contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 153. Composição percentual da inscrição na segurança social de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 154. Composição percentual do número médio semanal de horas de trabalho de portugueses e estrangeiros residentes na região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 155. Composição percentual de situações específicas referentes ao horário de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 156. Composição percentual do local de realização da actividade profissional de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 157. Composição percentual do grau de ensino mais elevado completado por portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Figura 158. Estrutura de uma árvore de decisão

Figura 159. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de residência

Figura 160. Árvore de decisão para classificar o concelho de residência

Figura 161. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar a freguesia de residência

Figura 162. Árvore de decisão para classificar a freguesia de residência

Figura 163. Sub-árvore de decisão 1

Figura 164. Sub-árvore de decisão 2

Figura 165. Sub-árvore de decisão 3

Figura 166. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência

Figura 167. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência

Figura 168. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência.

Figura 169. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência

Figura 170. Arquitectura de uma rede neuronal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 2. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 3. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 4. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 5. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 6. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 7. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 8. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 9. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 10. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 11. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 12. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 13. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 14. Valores absolutos e variação percentual dos grupos populacionais residentes em Portugal, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 15. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 16. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de edifício, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 17. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 18. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 19. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 20. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 21. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 22. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 23. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros, por naturalidade, residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 24. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 25. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 26. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 27. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 28. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 29. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001, e respectivas variações (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 30. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a

existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 31. População total portuguesa e estrangeira, por naturalidade, residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 32. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 33. Habilitações literárias da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 34. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 35. Habilitações literárias da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 36. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 37. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por habilitações literárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 38. Local de trabalho da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 39. Repartição percentual dos locais de trabalho relativamente aos de residência da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 40. Local de trabalho relativamente ao de residência da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 41. Repartição percentual por locais de trabalho relativamente aos de residência da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 42. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por locais de trabalho relativamente aos de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 43. Situação perante o emprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 44. Repartição percentual da população activa empregada e desempregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 45. Situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 46. Repartição percentual por situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 47. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a naturalidade, por situação perante o emprego (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 48. Sector de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 49. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 50. Sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 51. Repartição percentual por sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 52. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 53. Situação profissional da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 54. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 55. Situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 56. Repartição percentual por situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 57. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 58. População activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 59. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 60. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por grupo profissional, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 61. Repartição percentual por grupo profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 62. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 63. Rendimentos auferidos por portugueses e estrangeiros residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 64. Salário mensal líquido auferido por estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 65. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 66. Repartição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 67. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 68. Repartição percentual por tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 69. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por tipo

Tabela 70. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 71. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 72. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 73. Repartição percentual por tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 74. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por tipo de ocupação dos edifícios

Tabela 75. Tipo de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 76. Repartição percentual do tipo de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 77. Tipo de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 78. Repartição percentual por tipo de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 79. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por tipo de alojamento

Tabela 80. Forma de ocupação dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 81. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por forma de ocupação

Tabela 82. Forma de ocupação dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 83. Repartição percentual por forma de ocupação dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 84. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por forma de ocupação

Tabela 85. Sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 86. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sistema de abastecimento de água

Tabela 87. Sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 88. Repartição percentual por sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 89. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sistema de abastecimento de água

Tabela 90. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade

Tabela 91. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade

Tabela 92. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de electricidade

Tabela 93. Repartição percentual por existência de electricidade dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 94. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de electricidade

Tabela 95. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento

Tabela 96. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento

Tabela 97. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de aquecimento

Tabela 98. Repartição percentual por existência e tipo de aquecimento dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 99. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de aquecimento

Tabela 100. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias

Tabela 101. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias

Tabela 102. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de instalações sanitárias

Tabela 103. Repartição percentual por existência e tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 104. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de instalações sanitárias

Tabela 105. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche

Tabela 106. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche

Tabela 107. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de instalações de banho ou duche

Tabela 108. Repartição percentual por existência de instalações de banho ou duche dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 109. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência de instalações de banho ou duche

Tabela 110. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha

Tabela 111. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha

Tabela 112. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de cozinha

Tabela 113. Repartição percentual por existência e tipo de cozinha dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 114. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de cozinha

Tabela 115. Existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 116. Repartição percentual da existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos por portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 117. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 118. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 119. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e escalões de encargos com a aquisição

Tabela 120. Repartição percentual dos alojamentos (em que existem encargos com a respectiva aquisição) de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por escalões de encargos

Tabela 121. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 122. Repartição percentual dos escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Tabela 123. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 124. Repartição percentual por escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade

Tabela 125. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por escalões de encargos com o arrendamento

Tabela 126. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de estrangeiros relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 127. Listagem da freguesia de cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto em que é mais elevada a percentagem de imigrantes relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 128. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva população estrangeira residente (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 129. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade populacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 130. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade habitacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 131. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 132. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 133. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 134. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número de edifícios principalmente não residenciais e o número de edifícios principalmente residenciais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 135. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países da União Europeia (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 136. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes do Brasil (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 137. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países de leste (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 138. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 139. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de outros países estrangeiros (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 140. Repartição percentual dos alojamentos entre ocupados e vagos em cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 141. Repartição percentual dos alojamentos vagos, de acordo com o tipo, em cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 142. Repartição percentual dos edifícios vagos de acordo com o tipo para as freguesias da Área Metropolitana do Porto em que é mais elevada a

percentagem de estrangeiros residentes relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 143. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de alojamentos vagos para venda (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 144. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de alojamentos vagos para arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 145. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de alojamentos vagos para demolição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 146. Freguesias da Área Metropolitana do Porto em que são mais elevadas as percentagens de outro tipo de alojamentos vagos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 147. Número total de edifícios com necessidades de reparação em cada concelho da Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 148. Percentagem de edifícios em cada concelho da Área Metropolitana do Porto com necessidades de reparação na estrutura, na cobertura e/ou nas paredes e caixilharias exteriores (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 149. Percentagem total de edifícios sem necessidades de reparação e com necessidades de reparação nas freguesias da Área Metropolitana do Porto em que essas necessidades são mais elevadas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Tabela 150. Ordenação por ordem crescente das necessidades de reparação de edifícios nas freguesias da Área Metropolitana do Porto em que estas necessidades são mais elevadas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)